

DIAGNÓSTICO SOCIAL, PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CARTA SOCIAL DE VILA DO CONDE

FASE I DIAGNÓSTICO SOCIAL DE VILA DO CONDE



territóriosxxi

Janeiro 2024



FICHA TÉCNICA

EQUIPA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO:

NÚCLEO EXECUTIVO DO CLAS

Carla Peixoto	Autarquia Câmara Municipal de Vila do Conde
Carina Vale	Autarquia Câmara Municipal de Vila do Conde
Alexandra Silva	Autarquia Câmara Municipal de Vila do Conde
Carla Susana Araújo	Segurança Social Centro Distrital de Segurança Social - Serviço Local
Maria Assunção Magalhães	Saúde Unidade Local de Saúde Póvoa de Varzim/Vila do Conde
Paula Silva	Saúde Unidade Local de Saúde Póvoa de Varzim/Vila do Conde
Miguel Cubo	Educação Agrupamento de Escolas Frei João de Vila do Conde
Maria José Correia	Emprego Instituto de Emprego e Formação Profissional Póvoa de Varzim/Vila do Conde
Carlos Valente	IPSS Associação de Solidariedade Social Novas Marés
Carlos Baptista	Juntas de Freguesia Junta de Freguesia da Junqueira

EQUIPA TÉCNICA:

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

Vilma Silva	Coordenação Geral Licenciatura e Mestrado (pré-Bolonha) em Planeamento Regional e Urbano
Renato Dias	Coordenação Técnica Mestrado em Engenharia Civil - Planeamento

ESTRUTURA TÉCNICA

Carla Carvalho	Licenciatura em Serviço Social, Doutoramentos em Educação Social e Doutoramento em Serviço Social
Sara Carvalho	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista
Salomé Gomes	Licenciatura (pré-Bolonha) em Economia e Planeamento Regional e Urbano

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Carolina Cardoso	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura
Catarina Isidoro	Licenciatura (pré-Bolonha) em Geografia e Mestrado em Planeamento Regional e Urbano
Gil Moreira	Licenciatura (pré-Bolonha) em Arquitetura e Mestrado em Criação Artística Contemporânea
Joana Martinho	Licenciatura e Pós-graduação em Ciências da Comunicação
Lívia Oliva	Licenciatura em Arquitetura e Urbanismo e Mestrado em Planeamento Regional e Urbano



ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	13
1. INTRODUÇÃO	14
2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO E CONCEPTUAL	18
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	25
4. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS	31
4.1. Demografia	31
4.2. Dinâmicas socioeconómicas	56
5. CARACTERIZAÇÃO SETORIAL	74
5.1. Educação e formação	74
5.2. Saúde	81
5.3. Habitação	87
5.4. Segurança	106
5.5. Igualdade de género	109
6. GRUPOS HUMANOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS	113
6.1. Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade	114
6.2. População sénior	134
6.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade	140
6.4. Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	153
6.5. Imigrantes e minorias étnicas	162
6.6. Vítimas de violência doméstica e de género	169
6.7. Pessoas em situação de sem-abrigo	176
6.8. Outras Informações	186
7. REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS	188
7.1. Infância e Juventude	194
7.2. Pessoas Idosas	206
7.3. Pessoas Adultas com Deficiência	219
7.4. Pessoas em Situação de Dependência	226
7.5. Pessoas com Comportamentos Aditivos e Pessoas em Situação de Sem Abrigo	228
7.6. Família e Comunidade	229
8. CONTRIBUTOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO	233



8.1. Inquérito de diagnóstico do Grupo de Trabalho Alargado (GTA)	234
8.2. Sessão participativa com o Grupo de Trabalho Alargado (GTA).....	236
9. CONCLUSÕES E POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	240
ANEXOS	
Anexo I. Base de dados de equipamentos de resposta social no concelho de Vila do Conde	247
Anexo II. Recursos/práticas da Rede Social	259
Anexo III. Dados globais das respostas recebidas no âmbito do inquérito de diagnóstico	263
Anexo IV. Problemas e necessidades apontados no âmbito do Diagnóstico Social do concelho de Vila do Conde	277



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Faseamento metodológico da elaboração do PDS de Vila do Conde	15
Figura 2. Cinco Princípios do Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	23
Figura 3. Concelho de Vila do Conde no contexto da Área Metropolitana do Porto (AMP).....	25
Figura 4. Freguesias do concelho de Vila do Conde	26
Figura 5. Acessibilidades do concelho de Vila do Conde	28
Figura 6. Síntese do modelo territorial do concelho de Vila do Conde.....	30
Figura 7. Densidade Populacional Por Freguesia Vila do Conde 2021	36
Figura 8. População Residente (n.º) sem atividade económica, entre 25 e 64 anos Vila do Conde 2021	61
Figura 9. Desemprego Registado Vila do Conde 2021.....	66
Figura 10. Edifícios com necessidades de reparação por dimensão das mesmas	89
Figura 11. Edifícios habitacionais licenciados entre 2002 e 2021	97
Figura 12. Valor médio dos prédios urbanos transacionados e hipotecados entre 2004 e 2019	99
Figura 13. Caracterização da população Face ao emprego Por Sexo Vila do Conde	110
Figura 14. Domínios de Intervenção Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação Vila de Conde 2022-2025	112
Figura 15. Pirâmide Etária Vila do Conde 2011-2021	135
Figura 16. Incapacidades e Deficiências Portugal 2021	142
Figura 17. Proporção da População Estrangeira Por Freguesia Vila do Conde 2021	164
Figura 18. Distribuição dos serviços e equipamentos sociais no concelho de Vila do Conde.....	190
Figura 19. Respostas sociais destinados a crianças e jovens, em Vila do Conde	195
Figura 20. Creches, por freguesia.....	197
Figura 21. Capacidade das creches, por freguesia	198
Figura 22. Ocupação média das creches, por freguesia.....	199
Figura 23. Equipamentos de Educação Pré-escolar por freguesia	201
Figura 24. Capacidade dos equipamentos de Educação Pré-escolar, por freguesia.....	202
Figura 25. Ocupação média dos equipamentos de Educação Pré-escolar, por freguesia	203
Figura 26. Respostas sociais destinados a Pessoas Idosas, no concelho de Vila do Conde	206
Figura 27. Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, por freguesia	208
Figura 28. Capacidade dos equipamentos de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, por freguesia	209
Figura 29. Ocupação média das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, por freguesia	210
Figura 30. Equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia	212
Figura 31. Capacidade dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia	213
Figura 32. Ocupação média dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia.....	214
Figura 33. Centros de Dia, por freguesia.....	216



Figura 34. Capacidade dos Centros de Dia, por freguesia.....	217
Figura 35. Ocupação média dos Centros de Dia, por freguesia	218
Figura 36. Respostas sociais destinados a Pessoas Adultas com Deficiência, no concelho	220
Figura 37. Lares Residenciais, por freguesia	222
Figura 38. Capacidade dos Lares Residenciais, por freguesia	223
Figura 39. Ocupação média dos Lares Residenciais, por freguesia	224
Figura 40. Respostas sociais destinados a Pessoas em Situação de Dependência, no concelho	226
Figura 41. Respostas sociais destinados à Família e Comunidade, no concelho	230

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Densidade Populacional Vila do Conde AMP Norte Portugal 2022.....	35
Gráfico 2. Taxa de Fecundidade, por grupo etário Vila do Conde 2011,2021, 2022	43
Gráfico 3. Índice de Dependência de Jovens Índice de Envelhecimento Por Freguesia Vila do Conde 2021	48
Gráfico 4. Dimensão Média das Famílias Norte, AMP, Vila do Conde 2001,2011,2021.....	51
Gráfico 5. Famílias Total e por N.º de Indivíduos 2001,2011,2021	52
Gráfico 6. Taxa de Atividade Por sexo Norte, AMP, Vila de Conde 2021	56
Gráfico 7. Taxa de Atividade Por Grupo Etário Norte, AMP, Vila do Conde.....	57
Gráfico 8. Pessoal ao Serviço nas Empresas não financeiras Total e Por Setor Económica Vila do Conde 2021	58
Gráfico 9. Evolução da população empregada Por sector de Atividade Vila do Conde 2011 e 2021	59
Gráfico 10. Beneficiários/as do subsídio de desemprego da Segurança Social Por Sexo Vila do Conde 2022.....	70
Gráfico 11. N.º de Beneficiários/as com processamento de RSI Concelho de Vila do Conde Por Freguesia 2022	71
Gráfico 12. Taxa de Analfabetismo Por Freguesia Vila do Conde 2021	80
Gráfico 13. Caracterização Processual da CPCJ Vila do Conde (N.º), em 2022	114
Gráfico 14. Distribuição de Sinalizações (n.º) CPCJ Por Freguesia Vila do Conde 2022	118
Gráfico 15. Crianças acompanhadas por modalidade de ensino CPCJ Vila do Conde (N.º), em 2022	119
Gráfico 16. Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas CPCJ Vila do Conde (N.º) 2022.....	120
Gráfico 17. Processos arquivados/cessados liminarmente por motivo (N.º) CPCJ Vila do Conde 2022	121
Gráfico 18. Processos arquivados/cessados por motivo (N.º) CPCJ Vila do Conde 2022	122
Gráfico 19. N.º de Casos Portugal 2020.....	129
Gráfico 20. Jovens NEET Situação face ao Emprego Portugal 2020.....	131
Gráfico 21. Jovens NEET Por Sexo Portugal 2020	131
Gráfico 22. Jovens NEET Por Habilitações Literárias Portugal 2020	132



Gráfico 23. População Residente com dificuldades e por tipo de dificuldade Portugal 2021	143
Gráfico 24. População Residente com dificuldades e por tipo de dificuldade Vila do Conde 2021	144
Gráfico 25. População Residente com dificuldades e por tipo de dificuldade Sexo Masculino Vila do Conde 2021.....	146
Gráfico 26. População Residente com dificuldades e por tipo de dificuldade Sexo Feminino Vila do Conde 2021.....	147
Gráfico 27. Situações reportadas Por mês Vila do Conde 2022.....	171
Gráfico 28. Classes Etárias Vítimas de VD Vila do Conde 2022	172
Gráfico 29. Relação de Parentesco da Vítima com agressor Vila do Conde 2022	172
Gráfico 30. Habilitações Literárias da Vítima Vila do Conde 2022	173
Gráfico 31. Estado Civil da Vítima Vila do Conde 2022.....	173
Gráfico 32. Tipo de Violência Vila do Conde 2022.....	174
Gráfico 33. Classes etárias Agressores Vila do Conde 2022.....	175
Gráfico 34. Escolaridade Agressor Vila do Conde 2022	176
Gráfico 35. Caraterização Etária Pessoas em Situação de Sem Teto Vila do Conde 2022	178
Gráfico 36. Estado Civil Pessoas em Situação de Sem Teto Vila do Conde 2022	178
Gráfico 37. Duração da Situação Pessoas em Situação de Sem Teto Vila do Conde 2022	179
Gráfico 38. Fonte de Rendimento Pessoas em Situação de Sem Teto Vila do Conde 2022	180
Gráfico 39. Causas identificadas Situação de Sem Teto Vila do Conde 2022	181
Gráfico 40. Caraterização Etária Pessoas em Situação de Sem Casa Vila do Conde 2022	182
Gráfico 41. Estado Civil Pessoas em Situação de Sem Casa Vila do Conde 2022.....	182
Gráfico 42. Naturalidade Pessoas em Situação de Sem Casa Vila do Conde 2022	183
Gráfico 43. Duração da Situação Pessoas em Situação de Sem Casa Vila do Conde 2022	184
Gráfico 44. Fonte de Rendimento Pessoas em Situação de Sem Casa Vila do Conde 2022	184
Gráfico 45. Causas identificadas Situação de Sem Casa Vila do Conde 2022	185
Gráfico 46. Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, em Portugal continental, no período 2000-2021	189
Gráfico 47. Número de equipamentos sociais por tipologia de instituição gestora, no concelho de Vila do Conde	193
Gráfico 48. Freguesias de intervenção das 59 entidades respondentes ao inquérito	263
Gráfico 49. Públicos atendidos pelas entidades respondentes	264
Gráfico 50. Representatividade dos domínios de intervenção/problemática social predominante no território onde atuam as instituições respondentes	266
Gráfico 51. Domínios mais relevantes por hierarquia decrescente referidos pelas instituições respondentes.	268
Gráfico 52. Representatividade do nível de suficiência das respostas sociais existentes no território onde atuam as instituições respondentes.....	269



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. População Residente (n.º) AMP Por Sexo 2011-2021	32
Tabela 2. Densidade Populacional do Concelho em relação à Região e ao País Vila do Conde 2011-2021	33
Tabela 3. População residente Total e por grandes grupos etários Vila do Conde 2021	37
Tabela 4. População Residente (n.) Por pequenos grupos etários Vila do Conde 2011,2021,2022	37
Tabela 5. Relação de Masculinidade (%) Portugal, Norte, AMP, Vila do Conde 2011, 2021,2022	38
Tabela 6. Taxa de crescimento anual média (%) População Residente Norte, AMP, Vila do Conde 2011,2021	39
Tabela 7. Variações da População Residente (%) Por Grupos etários Por Freguesias Vila do Conde 2011-2021	40
Tabela 8. Taxa Bruta de Natalidade (%) Vila do Conde 2011, 2021, 2022	41
Tabela 9. Índice Sintético de Fecundidade Vila do Conde 2011, 2021, 2022	42
Tabela 10. Nados Vivos de Mães Residentes em Portugal (n.º) Norte, AMP, Vila do Conde 2011, 2021, 2022	44
Tabela 11. Nados-vivos fora do casamento, com coabitação e sem coabitação dos pais (n.º) Norte, AMP, Vila do Conde 2011, 2021, 2022	44
Tabela 12. Índice de Dependência de Jovens (%) Norte, AMP, Vila de Conde 2011, 2021, 2022	45
Tabela 13. Índice de Dependência Total (%) Norte, AMP, Vila do Conde 2011,2021,2022	45
Tabela 14. Taxa Bruta de Mortalidade (%) Norte, AMP, Vila do Conde 2011,2021,2022	46
Tabela 15. Saldos Populacionais anuais Saldo Total, Natural e Migratório Vila do Conde 2011, 2021, 2022	
Fonte: PORDATA, 2023	49
Tabela 16. Agregados Domésticos Privados Por Freguesia Vila do Conde 2011-2021	50
Tabela 17. Agregados Domésticos Privados (n.º) Condição Perante o Trabalho Representante do Agregado Privado Por Freguesia Vila do Conde 2021	53
Tabela 18. Núcleos Familiares (n.º) Vila do Conde 2021	54
Tabela 19. Densidade das Empresas Não Financeiras (n.º de empresas por km ²) Norte, AMP, Vila do Conde 2011,2021	57
Tabela 20. População Empregada (n.º) Por Situação na Profissão Por Freguesia Vila do Conde 2021	60
Tabela 21. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem Por sexo Norte, AMP, Vila do Conde 2019	62
Tabela 22. População Desempregada (n.º) Por tempo de Inscrição Situação face à Procura AMP 2023 ...	63
Tabela 23. População Desempregada (n.º) Por Grupo Etário AMP 2023	64
Tabela 24. População Desempregada (n.º) Por Nível de Escolaridade AMP 2023	65



Tabela 25. População Desempregada nos Agregados Domésticos Privados (n.º) Por Tipo de Agregado Privado Estrutura Etária Por Freguesia UF Vila do Conde 2021	68
Tabela 26. Taxa de população residente empregada e desempregada (%) Norte, AMP e Vila do Conde 2021	69
Tabela 27. Beneficiários/as do subsídio de desemprego em % dos beneficiários/as ativos Vila do Conde 2011, 2021, 2022	69
Tabela 28. Beneficiários/as com processamento de RSI (n.º) Por Nacionalidade Concelho de Vila do Conde 2022	72
Tabela 29. Proporção de Pensões da Segurança Social Caixa Geral de Aposentações total da população residente com 15 e mais anos Norte, AMP e Vila do Conde 2011, 2021 e 2022	72
Tabela 30. Proporção da População Residente Por Nível de Qualificação Vila do Conde 2011-2021	76
Tabela 31. Proporção de alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário (3 a 17 anos) Norte, AMP, Vila do Conde 2011- 2022	77
Tabela 32. Alunos/as matriculados/as no Ensino Superior (n.º) Vila do Conde 2011 a 2023	78
Tabela 33. Taxa de Retenções e Desistências (%) Por Ciclo de Estudos Vila do Conde	78
Tabela 34. Taxa de Escolarização (%) Por Ano Letivo Vila do Conde	79
Tabela 35. Evolução da Esperança de Vida à Nascimento (anos) Portugal 2010/12 – 2020/22	81
Tabela 36. Evolução da Esperança de Vida aos 65 anos (anos) 2010/12 – 2020/22	82
Tabela 37. Esperança média de vida aos 65 anos (anos) 2011-2021	82
Tabela 38. Taxa de mortalidade infantil (%) 2011-2021	83
Tabela 39. Taxa quinquenal de mortalidade infantil (%) Por unidade Territorial	83
Tabela 40. Taxa Bruta de Mortalidade (%) Por Local de Residência 2011, 2021, 2022	84
Tabela 41. Proporção das causas da Mortalidade Por Unidades Territoriais 2011 e 2021	84
Tabela 42. Camas nos Hospitais (n.º) Tipo de Cuidado Hospitalar 2013-2021	86
Tabela 43. Evolução do Subsídio de Doença (€) Local de Residência 2019 a 2022	87
Tabela 44. Edifícios por época de construção	88
Tabela 45. Alojamentos por forma de ocupação	90
Tabela 46. População residente nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual	91
Tabela 47. Alojamentos familiares não clássicos	92
Tabela 48. Alojamentos familiares sobrelotados	93
Tabela 49. Necessidade de reparação dos edifícios	93
Tabela 50. Acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada à entrada nos alojamentos familiares ..	94
Tabela 51. Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por escalão de valor mensal de renda	96
Tabela 52. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar (por tipologia) entre 1995 e 2021	97
Tabela 53. Contratos de compra e venda e contratos de mútuo com hipoteca de/sobre prédios urbanos	98



Tabela 54. Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares e variação homologa.....	100
Tabela 55. Encargos médios mensais com a aquisição ou arrendamento da habitação	100
Tabela 56. Parque de habitação social do Município de Vila do Conde	102
Tabela 57. Parque de habitação social do Município de Vila do Conde, por freguesia	104
Tabela 58. Crimes Registados pelas autoridades (n.º) Portugal, Norte, AMP, Vila do Conde 2021. 2022	108
Tabela 59. N.º de Processos com Instrução Por escalão etário Por Problemática Vila do Conde 2022 ..	115
Tabela 60. Entidades Sinalizadoras CPCJ Vila do Conde (N.º), em 2022	117
Tabela 61. Alunos/as beneficiários/as de subsídio de Ação Social Escolar, 2022/2023	124
Tabela 62. Alunos/as beneficiários/as de Transporte, por estabelecimento de Ensino, 2022/2023	Erro! Marcador não definido.
Tabela 63. Alunos/as beneficiários/as de Refeição Escolar, por ciclo de estudos, 2022/2023.....	128
Tabela 64. Alunos/as beneficiários/as de material escolar e cadernos de atividades, por agrupamento de escolas, 2022/2023.....	128
Tabela 65. Alunos/as beneficiários/as Cheque Educação, por escola, 2022/2023 ...	Erro! Marcador não definido.
Tabela 66. Abono de Família (€) Por Requerente Por Titular 2011, 2021 e 2022.....	133
Tabela 67. N.º de indivíduos em idade ativa por pessoa idosa Vila do Conde 2011, 2021, 2022	135
Tabela 68. Índice de Dependência de pessoas idosas Norte, AMP, Vila do Conde 2011,2021,2022	136
Tabela 69. Índice de Envelhecimento e Longevidade Norte, AMP, Vila do Conde 2011, 2021, 2022	136
Tabela 70. Famílias Clássicas Unipessoais (n.º) Com + 65 anos Norte, AMP, Vila do Conde 2001,2011,2021	138
Tabela 71. Valor das Pensões (€): total Segurança Social Caixa Geral de Aposentações Norte, AMP, Vila do Conde	138
Tabela 72. Valor das Pensões (€) da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice Vila do Conde 2022	139
Tabela 73. N.º de beneficiários/as com processamento de Complemento Solidário para Idosos Por Freguesia Vila do Conde 2022	139
Tabela 74. População Residente com 15 anos ou mais (n.º) Com pelo menos uma dificuldade Por Local de Residência Vila do Conde 2021	148
Tabela 75. Bonificação por Deficiência Subsídio por Frequência de Estabelecimento de Educação Especial Por Freguesia Vila do Conde 2022	150
Tabela 76. Subsídio Por Assistência a 3.ª Pessoa (€) Norte, AMP, Vila do Conde 2011, 2021 2 2022	151
Tabela 77. N.º de beneficiários/as com processamento da prestação social para a inclusão Por Freguesia Vila do Conde 2022	152
Tabela 78. Utentes ativos em tratamento (n.º) Por Grupo Etário e Sexo Vila do Conde	153
Tabela 79. Perfil sociodemográfico dos/as utentes ativos em tratamento (n.º) Por Grupo Etário Vila do Conde 2022.....	154



Tabela 80. Tipos de consumo e substâncias consumidas pelos/as utentes ativos em tratamento (n.º) Vila do Conde 2022	156
Tabela 81. Habilitações Literárias (n.º) Por tipo de Consumos Vila do Conde 2022	157
Tabela 82. Situação Profissional (n.º) Por tipo de substância Vila do Conde 2022	158
Tabela 83. Fonte de referência (n.º) Vila do Conde 2022	159
Tabela 84. Por unidade de Acompanhamento (n.º) Vila do Conde 2022	160
Tabela 85. Substância consumida pelas/os utentes ativas/os em tratamento (n.º) Por freguesia/união de freguesias Vila do Conde 2022	161
Tabela 86. População estrangeira com estatuto legal de residente em proporção da população residente total e por sexo Norte, AMP, Vila do Conde	162
Tabela 87. N.º de População Residente que entrou em Portugal após 2019 Motivo de entrada em Portugal Vila do Conde 2022	165
Tabela 88. População residente de nacionalidade estrangeira (n.º) Por Local de residência (à data dos Censos 2021) Sexo Por Freguesia Vila do Conde	166
Tabela 89– N.º de Pessoas Migrantes e minorias étnicas Freguesias e UF Vila do Conde 2023.....	167
Tabela 90. Caracterização das Vítimas Violência Doméstica Idade, Género, Tipo de relação, situação profissional Vila do Conde 2023.....	170
Tabela 91. Caracterização das Vítimas de Violência Doméstica Habilitações, Nacionalidade, Filhos dependentes Vila do Conde 2023.....	170
Tabela 92. Caracterização do Agressor Idade, Género, Habilitações Literárias 2023	175
Tabela 93. Nível de Escolaridade Pessoas em Situação de Sem Teto (n.º) Vila do Conde 2022	179
Tabela 94. Escolaridade Pessoas em situação de sem casa (n.º) Vila do Conde 2022.....	183
Tabela 95 – N.º de Pessoas em Situação de Sem Abrigo Sem teto e Sem Casa Freguesias e UF Vila do Conde 2023.....	185
Tabela 96 – N.º de acompanhamentos SAAS Por Freguesia Vila do Conde 2023	187
Tabela 97. Equipamentos da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais do concelho de Vila do Conde	191
Tabela 98. Resposta social Creche	196
Tabela 99. Resposta social Equipamentos de Educação Pré-escolar público e privado (com e sem fins lucrativos)	200
Tabela 100. Resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL).....	204
Tabela 102. Resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)	207
Tabela 103. Resposta social Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	211
Tabela 104. Resposta social Centro de Dia	214
Tabela 105. Resposta social Centro de Convívio.....	219
Tabela 106. Resposta social Lar Residencial	221
Tabela 107. Resposta social Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	225



Tabela 109. Resposta social Unidade de Média e Longa Duração (UMLD) e Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM).....	227
---	-----



SIGLAS E ABREVIATURAS

AMP	Área Metropolitana do Porto
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CMVC	Camara Municipal de Vila do Conde
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRI	Centro de Respostas Integradas
CSF	Comissão Social de Freguesia
CSI	Complemento Solidário para Idosos
DGEEC	Direção – Geral da Estatística da Educação e Ciência
DGT	Direção Geral do Território
EN	Estrada Nacional
GNR	Guarda Nacional Republicana
IC	Itinerário Complementar
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
NEET	Not in Employment, Education or Training
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PDM	Plano Diretor Municipal
PNI-GJ	Plano Nacional Implementação Garantia Jovem
POAPMC	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas
PSP	Polícia Segurança Pública
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SESS	Sistema de Estatística da Segurança Social
UF	União de Freguesias



1. INTRODUÇÃO

A elaboração do **Plano de Desenvolvimento Social (PDS)** tem por objetivo promover o planeamento estratégico e a monitorização das abordagens de desenvolvimento social, alicerçado na caracterização e avaliação do território, identificação de fatores críticos e desafios estratégicos e na definição do plano de ação, caracterizando as prioridades, os eixos estratégicos e as ações capazes de responder às necessidades identificadas.

O PDS de Vila do Conde, enquanto instrumento de planeamento das abordagens locais em matéria de ação social (rede de serviços e equipamentos sociais, respostas sociais não típicas e inovação social, governação da rede social e outros domínios da política municipal de desenvolvimento social), deverá contribuir para o reforço da articulação e coordenação das intervenções a diferentes escalas territoriais da Rede Social e para a melhoria da comunicação e articulação em rede entre os diferentes agentes que operam no domínio do desenvolvimento social no território municipal. Este instrumento de planeamento e programação das políticas públicas de ação social, cuja responsabilidade de elaboração/atualização é do Município, deve assegurar a articulação das prioridades municipais com as definidas a nível nacional e regional.

De acordo com o IDS (2002), *“um Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações”*.

O PDS de Vila do Conde dever-se-á assumir, no atual quadro político, institucional e regulamentar, como um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível municipal, que visa, em face das necessidades diagnosticadas, a adequação, otimização e racionalização dos serviços existentes e previstos e a coerência no planeamento do alargamento da rede. Assume uma vertente de diagnóstico (problemas, desafios e recursos) e de planeamento estratégico (estratégia e ações/medidas), visando a identificação das prioridades das respostas sociais e o ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais. Assim sendo, assume como principais objetivos:

- Promover o planeamento estratégico e a monitorização das abordagens locais e de desenvolvimento social;
- Analisar de forma integrada a “procura” e cobertura da rede atual de serviços e equipamentos sociais, propondo ações de ampliação, qualificação e melhoria dessa mesma rede, na observância das diretrizes e critérios de dimensionamento e parametrização das respostas sociais emanados de legislação, regulamentos e boas práticas;
- Contribuir para o reforço da articulação e coordenação das intervenções a diferentes escalas territoriais (nacional/municipal e municipal/regional) e para a melhoria da comunicação e articulação em rede entre os diferentes agentes territoriais que operam no domínio do desenvolvimento social no Município;
- Permitir o desenvolvimento de processos de aprendizagem coletiva e de transferência de conhecimento entre os diferentes parceiros da Rede Social.

Ainda que o PDS constitua um instrumento de planeamento devidamente identificado no quadro jurídico em vigor, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 115/2006, é aqui assumido como um processo que, para além da produção do referido instrumento de planeamento, envolve a elaboração do Diagnóstico Social e da Carta Social Municipal.

Assim, o processo de planeamento designado “PDS de Vila do Conde” engloba três etapas metodológicas, que se apresentam de seguida.

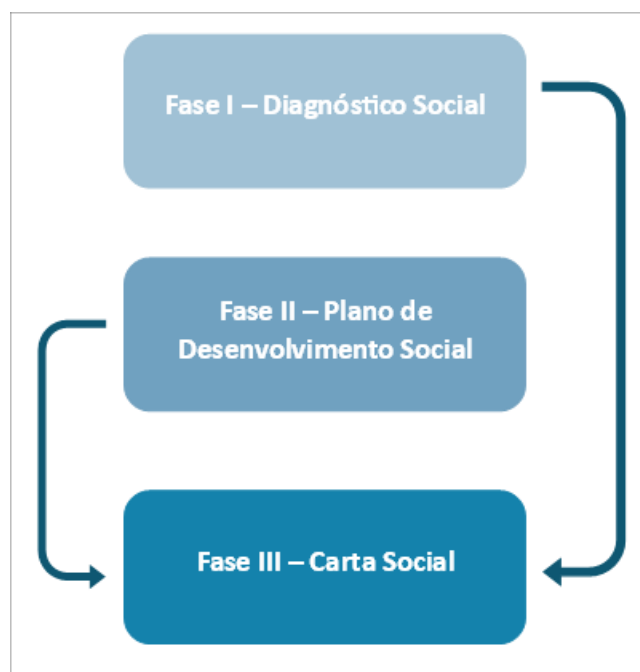


Figura 1. Faseamento metodológico da elaboração do PDS de Vila do Conde



Na primeira fase, a elaboração do **Diagnóstico Social** visa construir um retrato comum da situação social concelhia, resultante dos contributos das várias entidades com intervenção na área do Concelho que permita identificar prioridades de intervenção. Este retrato servirá de base para a construção do documento PDS (Fase II) em que estejam inscritos os objetivos e estratégias de intervenção definidos para um quadro temporal alargado e sejam planeadas as formas de operacionalização do PDS, tendo em linha de conta um horizonte temporal mais curto. Este processo, cujo objetivo principal é a intervenção para a promoção do desenvolvimento social local, deverá ser sujeito a processos de monitorização e avaliação, que permitam melhorar continuamente as intervenções e aferir o impacto destas na população. A **Carta Social** (Fase III) consistirá na compilação, sistematização e validação dos conteúdos desenvolvidos nas fases precedentes, com a transposição para o formato Carta Social, no cumprimento do disposto na Portaria n.º 66/2021.

Estabelece o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, que regulamenta o programa Rede Social, que o Diagnóstico Social “é um instrumento dinâmico sujeito a atualização periódica, resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais”.

Durante os trabalhos desenvolvidos para a produção deste documento, procedeu-se à contextualização, caracterização e avaliação territorial, tendo por base os indicadores sociais e a informação relativa à rede de serviços e equipamentos sociais, e de identificação dos principais problemas e necessidades de intervenção. Esta caracterização inicia-se de forma mais abrangente, com a breve descrição do enquadramento territorial do Concelho de Vila do Conde, passando depois para uma caracterização demográfica e socioeconómica; segue-se uma caracterização setorial, organizada em setores/domínios com uma forte dimensão social, especificando-se depois para uma análise por grupo humano especialmente vulnerável. A caracterização setorial centra-se nos domínios relacionados com o desenvolvimento social, seja numa perspetiva contextual (isto é, permitem retratar o contexto de alguns dos problemas e desafios sociais), seja em termos de intervenção. É também efetuada uma análise da rede de serviços e equipamentos sociais existentes.

Esta fase compreendeu, genericamente, as seguintes tarefas:

1. Caracterização e avaliação do território com base nos principais indicadores sociais e na identificação dos principais problemas e necessidades de intervenção;



2. Caracterização alargada do território, considerando os seguintes temas/domínios: território; demografia; dinâmicas socioeconómicas; educação e formação; saúde; habitação; segurança; igualdade de género; e grupos humanos especialmente vulneráveis;
3. Mapeamento e caracterização da rede (atual) de serviços e equipamentos por tipo de resposta social;
4. Integração da informação de base compilada e analisada num indicador de risco de exclusão social e pobreza;
5. Análise e interpretação da informação recolhida, hierarquização dos problemas/necessidades e identificação dos fatores críticos e desafios estratégicos para a política de desenvolvimento social do Concelho e, de forma mais particular, para o planeamento e gestão da rede de serviços e equipamentos sociais.

No Capítulo 1 faz-se uma breve descrição do enquadramento territorial do Concelho de Vila do Conde. Os três capítulos seguintes dedicam-se à efetiva análise, partindo de uma perspetiva mais alargada, com a caracterização demográfica e dinâmicas socioeconómicas (Capítulo 4), seguindo-se a caracterização dos domínios setoriais tangentes à política municipal de ação social (Capítulo 5) e, posteriormente, a caracterização dos grupos humanos especialmente vulneráveis (Capítulo 6). No Capítulo 7, apresenta-se a caracterização e distribuição territorial dos serviços e equipamentos sociais existentes no Concelho de Vila do Conde, informação que é complementada pela base de dados constante do Anexo I. O Capítulo 8 apresenta os contributos do processo participativo, através da descrição e análise dos resultados dos vários momentos de auscultação das diversas entidades envolvidas no acompanhamento da elaboração do Diagnóstico Social. Por fim, o Capítulo 9 sintetiza os principais problemas e desafios que se colocam à política municipal de desenvolvimento social, procurando integrar os resultados da análise da informação de base compilada com os resultados do processo participativo.

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO E CONCEPTUAL

Ao longo dos últimos séculos, os vários modelos de proteção social praticados na Europa e desenvolvidos pelo Estado, foram-se alterando, passando de um modelo protetor para um modelo de providência, com funções de orientação e regulação, em que o bem-estar passou a ser o objetivo primordial do Estado. Em oposição a esta forma de Estado, erguem-se os/as defensores/as de que os problemas sociais devem ser resolvidos através das organizações de caridade e não mediante a ação do Estado. Esta dicotomia entre os/as que defendem a intervenção do Estado e os/as opositores/as à sua participação na esfera pública, observável ao longo do século XIX abriu a discussão sobre o provimento do bem-estar durante todo o séc. XX e XXI.

Assumimos neste documento, a necessidade de dissecar sobre o conceito de política social, acompanhando a perspetiva de Carmo (2011), no sentido em que traduz um tipo de intervenção, num sistema de políticas públicas que procura concretizar as funções económicas e sociais do Estado, com o objetivo de promover a coesão social para melhorar os patamares de qualidade de vida, das pessoas.

A política social integra-se num contexto e numa conjuntura específica, agregando um sistema cliente (a população), um sistema interventor (o Estado e os vários atores que o compõem) que interage por meio de políticas públicas no domínio do desenvolvimento do capital humano (educação e formação), de políticas transversais (ambiente e cultura) e no desenvolvimento de capital social (saúde, segurança social, trabalho e emprego e habitação) (Carmo, 2011, pág. 44).

Se por um lado, a política social se assume como um sistema de políticas públicas, também integra um subsistema da intervenção social que tem como finalidade a ajuda na supressão de um conjunto de necessidades sociais. Estas, de acordo com Carmo (2011, pág. 99), podem também ser encaradas como problemas sociais para os quais é necessário ativar recursos para os superar com vista a produzir a mudança esperada.

Como é evidente, a Política Social assume um lugar central na sociedade contemporânea, na promoção da coesão e do bem-estar social, procurando o desenvolvimento sustentável através de um sistema de políticas públicas.

Perante problemas sociais complexos, as redes surgem como alternativa na organização social, procurando-se que as relações inter-organizacionais se traduzam em governação integrada, sustentada na estimulação de um clima de confiança, que permita gerar mudança e capital social.



Este argumento sustenta a definição do Programa Rede Social, criado pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 197/97, de 18/11, no território português e a sua importância, no desenvolvimento social do território.

O Programa afirma-se como parte de uma nova geração de políticas sociais ativas e pretende alcançar o desenvolvimento social local através da constituição de redes locais/concelhias.

Em 2006 o referido Programa, com a publicação do Decreto-lei n.º 115/06, entrou na segunda fase da sua existência. Este decreto sintetiza a uniformização da organização e métodos de trabalho das redes sociais, aplicando novas exigências e desafios com base nas prévias conclusões da fase anterior (denominada de piloto) evidenciando a necessária operacionalização dos Planos de Desenvolvimento Social e a articulação com o Plano Nacional de Ação para a Inclusão. Assim, o Decreto-Lei nº115/06 determina uma série de procedimentos capazes de regulamentar as redes que se constituem a nível autárquico, consagrando princípios, finalidades e objetivos, de modo a aumentar a deteção e resolução de problemas específicos, bem como melhorar a eficácia e a eficiência das respostas aos cidadãos e suas famílias. Este programa objetiva a congregação de parcerias locais entre autarquias e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar, com vista à criação de um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre, das mesmas.

De acordo com a legislação, a Rede Social é uma plataforma de articulação entre parceiros públicos e privados, que se rege pelos seguintes objetivos: a) Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais; b) Promover o desenvolvimento social integrado; c) Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos; d) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão; e) Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade, nos instrumentos de planeamento; f) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local; g) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

Os princípios de orientação que regulam o funcionamento do Programa Rede Social para a concretização dos objetivos são os princípios de subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género.



A Rede Social materializa-se em formas organizativas concretas, nomeadamente na criação dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS)¹ e Comissões Sociais de Freguesia (CSF)². Como indica o Decreto-Lei nº115/06, estes conselhos devem assumir localmente as medidas necessárias à concretização dos objetivos e ações, contemplando-se enquanto plataformas de planeamento e coordenação.

Quanto à metodologia do Programa da Rede Social, esta assenta numa estratégia participada de planeamento, capaz de alcançar uma maior eficácia tanto na intervenção social como na promoção do desenvolvimento social. A mesma constituiu-se a partir da necessidade de compreender, analisar e atuar sobre as condições sociais do desenvolvimento local e não intervir apenas sobre as suas consequências e manifestações.

A lógica de planeamento descrita pretende evitar a segregação e pobreza/exclusão social; estimular iniciativas e intervenções; incentivar a participação de todos os atores; promover a circulação das informações de modo a criar sentido de identidade local e promover articulação de várias ferramentas de planeamento. Assim sendo, o Programa Rede Social constituiu um processo de implementação e consolidação baseado em várias etapas de trabalho, interligadas e capazes de levar a cabo a concretização do planeamento integrado e participado. Deste processo faz parte a elaboração de um Diagnóstico Social participado, a elaboração e operacionalização de um PDS, a elaboração e concretização de planos de ação (PA) e por fim, integração dos sistemas de informação.

O Diagnóstico Social é fundamental para que os objetivos do Programa Rede Social sejam executados eficientemente, através de um bom planeamento, uma vez que permite o conhecimento e compreensão da realidade social. Neste instrumento de trabalho são identificadas necessidades e detetados problemas, de modo a identificar os pontos fulcrais onde devem incidir as intervenções.

¹ O CLAS é composto por todos os elementos parceiros da Rede Social, tal como a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, os Organismos Públicos tutelados pelos membros do Governo, as instituições que desenvolvam respostas sociais com acordo de cooperação com organismos públicos, conselheiros locais para a igualdade de género caso existam, as entidades sem fins lucrativos e as entidades com fins lucrativos e pessoas dispostas a colaborar para o desenvolvimento social.

² Das CSF devem ser membros os Presidentes das Juntas de Freguesia locais, os serviços públicos tutelados pelos membros do Governo, as entidades sem fins lucrativos, os grupos comunitários organizados e quaisquer pessoas dispostas a colaborar no desenvolvimento social. O CSF deve ser presidido pelo Presidente da Junta de Freguesia em questão. A estes incumbe a elaboração e aprovação de regulamentos internos, funcionando enquanto instrumentos de orientação.



O PDS determina-se por um instrumento estruturante, de deliberação, onde se inscreve um projeto comum de mudança. Este estrutura-se a partir dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão, determinando eixos e objetivos de intervenção com a finalidade de promover o desenvolvimento social, prevenir riscos de pobreza e de exclusão e a atuar sobre as situações sociais mais problemáticas. A elaboração do PDS é de carácter obrigatório, tem uma durabilidade coerente com o calendário da Estratégia Europeia e deve integrar prioridades regionais e nacionais. Este instrumento de planeamento surge após a elaboração do diagnóstico social e da definição de prioridades constadas no mesmo documento. A operacionalização do PDS materializa-se a partir da construção dos planos de ação anuais (PA), que têm como principal finalidade aplicar na prática as políticas definidas no PDS, constituindo-se num programa anual de ações e atividades. Os PA devem ainda fundamentar as prioridades das ações e atividades, de acordo com necessidades e recursos.

A aprovação do Decreto-lei n.º 115/2006 de 14/4 que regulamenta o Programa da Rede Social, define o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais, que virá a ter ainda mais expressão, com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, onde é estabelecido o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

É ainda importante referir que ao nível da ação social, esta transferência de competências só se concretizam com a publicação do Decreto de lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, reforçando a autonomia local não só na descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, mas também a possibilidade de se proceder à redistribuição de competências entre a administração autárquica, fortalecendo o papel das autarquias locais e possibilitando uma maior adequação dos serviços prestados à população, o que se traduz num melhor atendimento e numa resposta mais eficaz aos cidadãos, em especial aos mais vulneráveis socialmente, sendo que as autarquias se encontram numa dimensão de proximidade.

Nesta lógica e no sentido de um melhor planeamento, esta lei, no seu artigo 4.º, estabelece “a carta social municipal como um instrumento estratégico de planeamento de rede de serviços e equipamentos sociais, incluindo o mapeamento das respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, que prevê a rede de respostas sociais adequada às necessidades e apoia a decisão, devendo estar articulada com as prioridades definidas a nível nacional e regional. 2 - Compete à câmara municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social municipal. 3 - Compete à assembleia



municipal aprovar a carta social municipal, e as suas revisões, após discussão e parecer dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS). 4-Após a aprovação pela assembleia municipal, deve a carta social municipal ser remetida aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da segurança social”, já previsto anteriormente no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Em suma, o Programa Rede Social associado ao processo da descentralização de competências do poder central para o poder local, prevê o desenvolvimento social local e prepara metodologias, instrumentos e orientações para que as redes locais consigam alcançar o desenvolvimento. Contudo toda esta dinâmica, passará pela adoção de políticas, planos e metodologias definidas a nível nacional, adequando as diferentes estratégias aos diferentes contextos (Silveira, 2001). A emersão do local configura-se essencial à transformação social, que deve passar pela reconstrução de identidades e pela geração de “novas esferas públicas” (Silveira, 2001, pág.1).

Importa ainda colocar em evidência alguns instrumentos internacionais e nacionais orientadores da ação e que permitem percecionar as tendências atuais da política social local, na atualidade.

Atualmente, o instrumento adotado é a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que foi lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015 (resolução A/RES/70/1), e define um conjunto de 17 objetivos – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - e de 169 metas a ser alcançadas, por todos os países, até 2030.

Os 17 ODS abordam três grandes dimensões do desenvolvimento sustentável - social, económica e ambiental – e constituem um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade de forma a promover a paz, a sustentabilidade ambiental, a justiça e a igualdade.

Ainda que cada objetivo defina metas que concorrem para a ação global e se articulem entre si, importa no âmbito deste documento destacar o objetivo 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos e que reflete a necessidade da intervenção com base num modelo de governação assente nas parcerias. Trata-se de um objetivo de âmbito mais global e que ao invés de se focar numa temática, coloca a tónica no modo como os demais objetivos devem ser concretizados para alcançar as metas propostas de forma mais ampla. Contudo não podemos esquecer o ODS 1 – Erradicar a Pobreza, O ODS 10 – Reduzir as Desigualdades e o ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis.

A Agenda 2030 procura erradicar todas as formas de pobreza, combater desigualdades e as alterações climáticas, sob o lema “Não deixar ninguém para trás” e assente na política dos cinco P, de acordo com a figura abaixo.

Pessoas - Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

Planeta - Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

Prosperidade - Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

Paz - Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

Parceria - Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.



Figura 2. Cinco Princípios do Desenvolvimento Sustentável | Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Os 5'Ps da sustentabilidade | Movimento ODS Santa Catarina



Em suma, vertido no âmbito económico e social da Constituição da República Portuguesa, incumbe ao Estado a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e da igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais, educacionais e ambientais, mediante a modernização das estruturas económicas e sociais.

Como descreve Hespanha & Hespanha (2011, pág. 99), “as redes não têm público, apenas membros e o seu modo de funcionamento é a auto-regulação”. É nesta fundamentação que as redes se devem fundar, representando-se enquanto uma união de entidades para um bem comum, onde a “hierarquia, a autoridade, a rigidez e a universalidade” não estejam entre as suas características.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho de Vila do Conde localiza-se na Região Norte de Portugal, sendo um dos dezassete municípios que integram a Área Metropolitana do Porto (AMP) (Figura 3), e apresentava uma área territorial de cerca de 149 km², onde residem 80.831 pessoas, cerca de 5% da população da AMP. É limitado a norte pelo Concelho da Póvoa de Varzim, a este pelos municípios de Vila Nova de Famalicão e da Trofa e a sul pelos municípios da Maia e de Matosinhos, correspondendo o seu limite oeste à linha de costa (Figura 3).

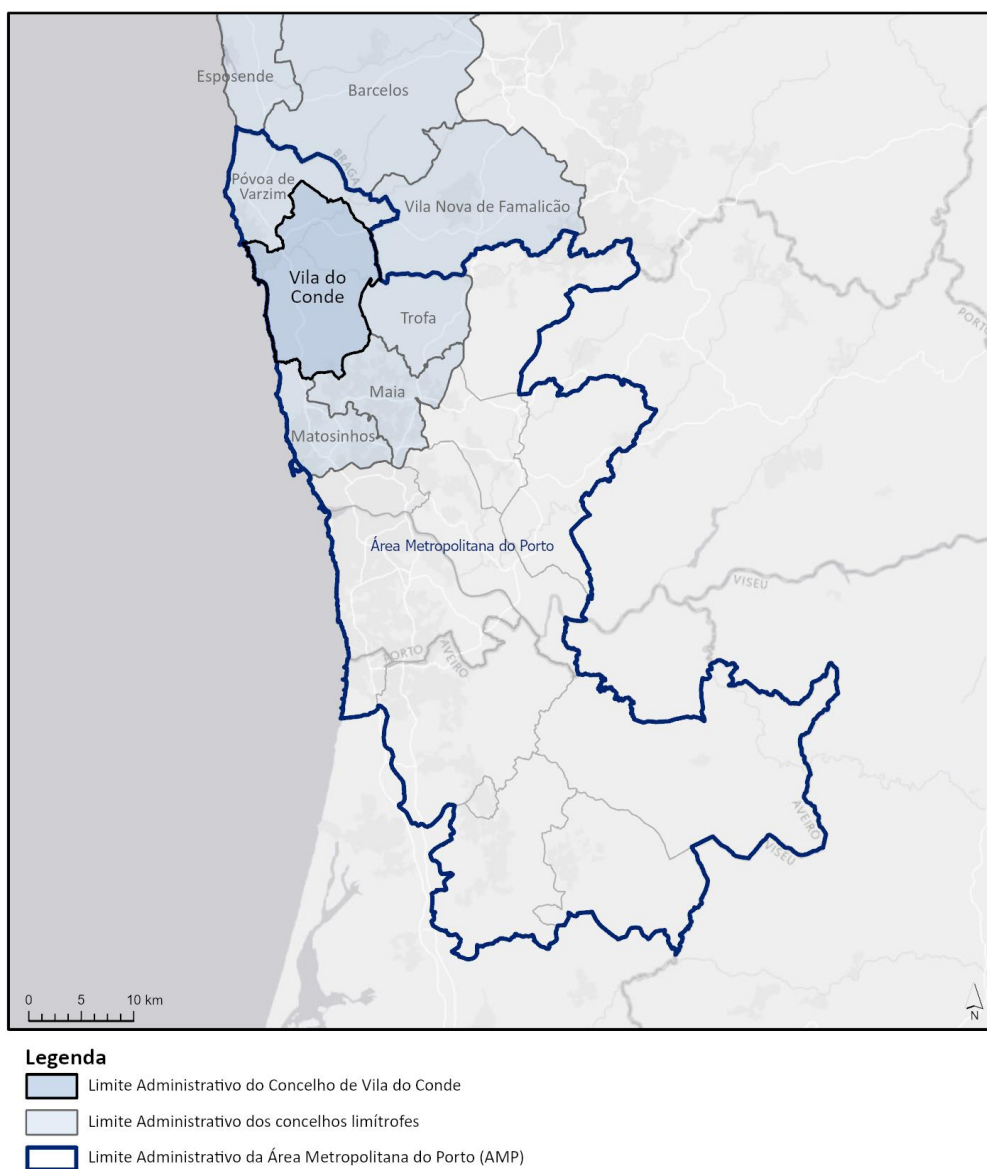


Figura 3. de Vila do Conde no contexto da Área Metropolitana do Porto (AMP)

Fonte: CAOP, DGT 2022

O Concelho de Vila do Conde integra 21 freguesias e uniões de freguesia (UF) – Freguesias de Árvore, Aveleda, Azurara, Macieira da Maia, Labruge, Fajozes, Gião, Guilhabreu, Junqueira, Mindelo, Modivas, Vila Chã, Vila do Conde e Vilar do Pinheiro e Uniões de Freguesias de Rio Mau e Arcos, Touguinha e Touguinhó, Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada, Retorta e Tougues, Fornelo e Vairão, Malta e Canidelo, Vilar e Mosteiró - sendo a sede de Concelho a freguesia de Vila do Conde (Figura 4).



Legenda

-  Limite Administrativo de Freguesia
-  Limite Administrativo do Concelho de Vila do Conde

Figura 4. Freguesias do Concelho de Vila do Conde
Fonte: CAOP, DGT 2022



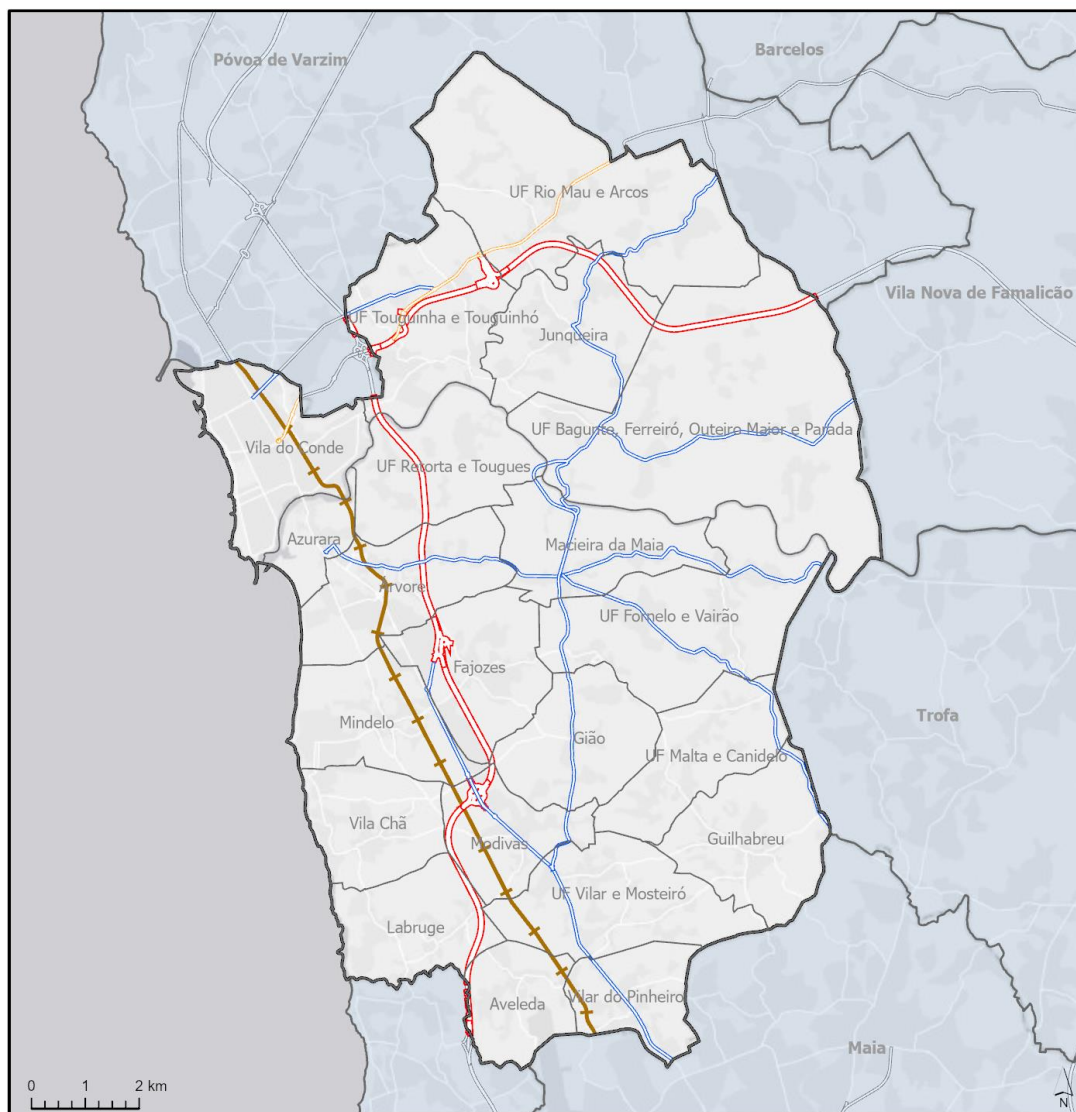
O posicionamento de Vila do Conde na AMP é privilegiado no que se refere à rede de acessibilidades, tanto a nível terrestre, como a nível aéreo e marítimo (Figura 5).

Relativamente às acessibilidades rodoviárias, o Concelho é servido pelo IC1/A28 (itinerário costeiro que faz a ligação norte-sul de Portugal, desde Vila Nova de Cerveira até ao Porto) e pelo IC5/A7 (eixo este-oeste, no norte da cidade de Vila do Conde, que a liga a Vila Nova de Famalicão e a Guimarães).

A atual rede viária do Concelho de Vila do Conde é, também, constituída pela estrada nacional EN13 que estrutura as acessibilidades da zona litoral do Concelho, no sentido norte-sul, nomeadamente da cidade de Vila do Conde, e estabelece a principal ligação à cidade do Porto e restantes concelhos da AMP pelas estradas nacionais EN104 e EN206, ambas com início na EN13 e que constituem as principais passagens transversais do Concelho, respetivamente a sul e a norte do Rio Ave, em direção a nascente, ligando às cidades de Santo Tirso e Famalicão e, em geral, ao Médio Ave.

Esta rede é complementada pelas estradas nacionais EN306, EN309 e EN318, que estruturam as ligações às zonas interiores do Concelho, estabelecendo a junção da rede municipal e permitindo ligações às redes dos concelhos vizinhos.

O Concelho de Vila do Conde é, ainda, servido por uma vasta rede de transportes públicos, incluindo o serviço de Metro.



Legenda

Acessibilidades do Concelho de Vila do Conde

- Auto-estrada
- Estrada Regional
- Estrada Nacional
- Rede Ferroviária (Metro)

Figura 5. Acessibilidades do Concelho de Vila do Conde

Fonte: Infraestruturas de Portugal, 2022

O Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro está situado a apenas 15 km da cidade e liga-se ao Concelho através da linha do serviço de Metro do Porto, da A28 e da EN13.



O Concelho de Vila do Conde localiza-se no limite norte da Área Metropolitana do Porto (AMP) e confina com o Médio Ave – área de forte dinamismo económico – inserindo-se, assim, numa complexa rede de interdependências territoriais, sobretudo no que está relacionado com as dinâmicas quotidianas da população no que se prende com as relações casa/trabalho e casa/escola, para além das lógicas da habitação secundária.

Admite-se que a proximidade da cidade do Porto (núcleo da AMP) seja determinante na espacialização das dinâmicas de desenvolvimento do Concelho de Vila do Conde, sendo que o facto da cidade de Vila do Conde apresentar uma elevada concentração populacional relativamente a outras áreas periféricas da AMP, posiciona o Concelho num segundo nível de desenvolvimento urbano dentro desta sub-região.

No que diz respeito à organização (intra) territorial do Concelho de Vila do Conde, assumem-se padrões heterogéneos do território que resultam das diferentes influências inter e intraconcelhias sobre as tipologias tradicionais de ocupação em povoamento rural.

Neste território, destaca-se um importante processo de transformação urbana, relacionado com a vocação turística da orla costeira, e que levou à transformação da área litoral, sobretudo dedicada à construção de segunda habitação. Deste modo, a par de um padrão de povoamento relativamente disperso, verifica-se a existência de um processo de concentração urbana, que se exprime sobretudo no litoral do Concelho, e, de forma particularmente acentuada, na cidade de Vila do Conde.

Em termos populacionais, verifica-se que a maior parte da população residente se concentra na cidade de Vila do Conde, seguindo-se as freguesias costeiras de Árvore, Mindelo e Vila Chã. Por oposição, as freguesias com menor representatividade populacional são as freguesias interiores.

Em suma, e de acordo com o PDM em vigor, definem-se no Concelho três grandes unidades territoriais (com algum grau de homogeneidade, no que respeita às formas e ritmos de desenvolvimento urbano):

- **A cidade de Vila do Conde:** o centro urbano consolidado do Concelho, cujo dinamismo decorre, sobretudo, da importância dos serviços instalados (em particular da administração pública) e da vocação turística da orla costeira e onde se concentra a maioria da população concelhia.
- **O interior do concelho:** caracterizado pela dispersão do povoamento e da população. Dispersão esta que resulta de uma estrutura de minifúndio, associada a uma considerável fragmentação da propriedade e fortemente determinada pelo tipo de agricultura e de propriedade fundiária. Nesta unidade é possível diferenciar duas realidades:

- **interior norte do concelho** - onde predominam as áreas exclusivamente rurais, de reduzida dinâmica de crescimento e de transformação urbana; e
- **interior sul do concelho** - que, beneficiando de uma boa acessibilidade às áreas mais dinâmicas da AMP, apresentava um forte dinamismo industrial. Nas áreas próximas da Maia e de Matosinhos, o padrão de dispersão é ainda mais acentuado, resultante da localização difusa da indústria, frequentemente associada ao fenómeno da pluriatividade.

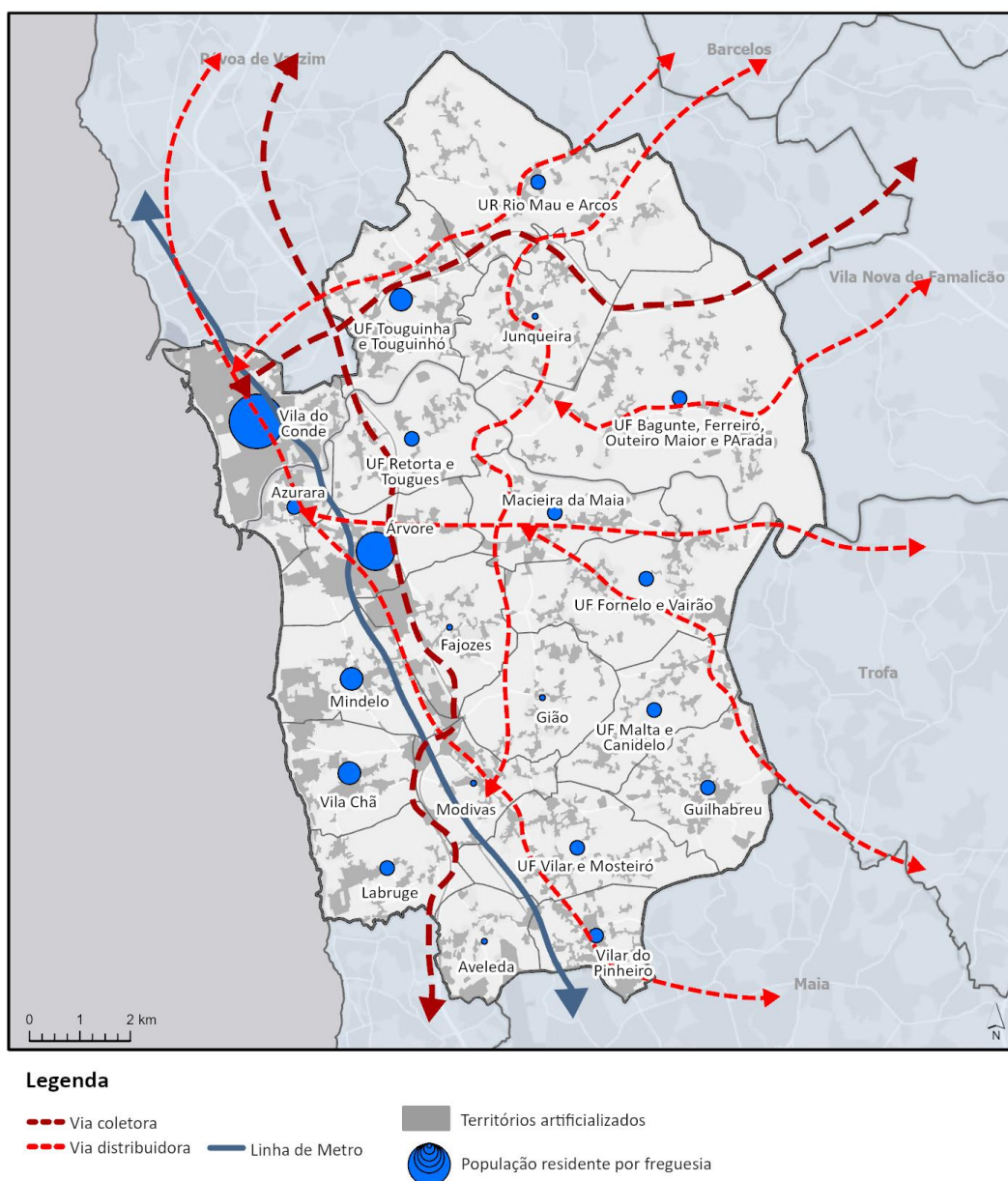


Figura 6. Síntese do modelo territorial do Concelho de Vila do Conde

4. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS

Este capítulo explora a caraterização da situação demográfica e das dinâmicas socioeconómicas do Concelho de Vila do Conde, visando apresentar a realidade deste território, compreender as suas dinâmicas e interpretar as suas tendências evolutivas, de forma a aferir a adequação das respostas existentes.

Os indicadores analisados são relevantes para o conhecimento da atual situação socioeconómica do Concelho, permitindo compreender a sua realidade social, bem como a expressão do risco de exclusão social existente. Na análise dos vários indicadores, é efetuada uma comparação da posição do Concelho de Vila do Conde com a realidade observada no contexto sub-regional (AMP) e nacional (Portugal continental), permitindo verificar se os dados refletem situações generalizadas e avaliar o comportamento do Concelho face a outros territórios. Embora, neste estudo, se privilegie em particular a análise integrada para todo o território de Vila do Conde, é fundamental uma análise da situação das várias freguesias, de modo a identificar situações de heterogeneidade, bem como fraquezas e oportunidades localizadas.

Neste capítulo, à semelhança dos dois seguintes, serão apresentados os dados dos indicadores mais relevantes para o Concelho de Vila do Conde (e, sempre que possível e necessário, para cada uma das freguesias constituintes), sendo no último capítulo efetuada uma síntese e diagnóstico comparativo dos vários dados analisados.

4.1. Demografia

Os dados do último recenseamento da população portuguesa concluem que, em 2021, em Vila do Conde residiam 80.831 habitantes, mais 1,63% face ao ano de 2011 (Tabela 1). Este é um valor positivo significativo, que se traduz num ganho efetivo de 1.298 residentes, no entanto, menos significativo do que no período censitário anterior, visto que, de 2001 para 2011 se assistiu a um aumento de efetivos de 5.142 no Concelho de Vila do Conde, isto é, um crescimento de 6,9%.



No contexto da AMP, dos dezassete municípios que a constituem, Vila do Conde é o nono Concelho com maior número de população residente³, sendo que Vila Nova de Gaia apresentava o maior número de residentes (303.824 pessoas) e Arouca o menor (21.146 pessoas).

Tabela 1. População Residente (n.º) | AMP | Por Sexo | 2011-2021

Fonte: PORDATA, 2023

	N.º TOTAL			MASCULINO		FEMININO	
	2001	2011	2021	2011	2021	2011	2021
NORTE	3.687.293	3.689.682	3.586.586	1.766.260	1.707.820	1.923.422	1.878.766
AMP	1.730.845	1.759.524	1.736.228	838.916	822.268	920.608	913.960
AROUCA	24.227	22.359	21.146	10.799	10.170	11.560	10.976
ESPINHO	33.701	31.786	31.043	15.112	14.461	16.674	16.582
GONDOMAR	164.096	168.027	164.257	81.007	77.991	87.020	86.266
MAIA	120.111	135.306	134.977	64.855	64.127	70.451	70.850
MATOSINHOS	167.026	175.478	172.557	83.444	81.225	92.034	91.332
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	70.721	68.611	66.175	33.282	32.020	35.329	34.155
PAREDES	83.376	86.854	84.354	42.530	40.842	44.324	43.512
PORTO	263.131	237.591	231.800	108.104	106.153	129.487	125.647
PÓVOA DO VARZIM	63.470	63.408	64.255	29.958	30.238	33.450	34.017
SANTA MARIA DA FEIRA	135.964	139.312	136.674	67.402	65.880	71.910	70.794
SANTO TIRSO	72.396	71.530	67.709	34.334	32.241	37.196	35.468
SÃO JOÃO MADEIRA	21.102	21.713	22.143	10.222	10.380	11.491	11.763
TROFA	37.581	38.999	38.548	18.813	18.473	20.186	20.075
VALE DE CAMBRA	24.798	22.864	21.269	11.079	10.278	11.785	10.991
VALONGO	86.005	93.858	94.672	45.016	44.973	48.842	49.699
VILA DO CONDE	74.391	79.533	80.831	38.469	38.719	41.064	42.112
VILA NOVA DE GAIA	288.749	302.295	303.824	144.490	144.099	157.805	159.725

³ Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.



O número total de população residente, em Vila do Conde, contava em 2021 com 42.112 mulheres e 38.719 homens, correspondendo o sexo feminino a cerca de 52% da população e o sexo masculino a 48%, da população residente (Tabela 1).

É importante salientar que a região Norte e a AMP, de 2011 para 2021, perderam população residente (-2,8% e -1,3%, respetivamente), ao contrário do que aconteceu em Vila do Conde, o que revela uma boa capacidade do Concelho para a fixação de população. É, também, relevante realçar que este crescimento se refletiu mais no sexo feminino (0,25%) do que no sexo masculino (0,06%).

Relativamente à densidade populacional⁴, Vila do Conde apresentava um valor médio global de 542,4 habitantes/km² (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**), valor que aumentou cerca de 8,7%, em relação a 2011, tendência que não se verificou em Portugal Continental (NUT⁵ I), na Região Norte (NUT II) ou na AMP (NUT III). Em termos globais, verifica-se que o Concelho de Vila do Conde tem uma densidade populacional superior à verificada em Portugal Continental (110,7 habitantes/km²) e na Região Norte (168,7 habitantes/km²) sendo apenas ultrapassado pela AMP, que apresentava uma densidade populacional de 850,7 habitantes/km² (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

Focando na análise da população ao nível das freguesias/ UF do Concelho de Vila do Conde, verificou-se que nove freguesias evoluíram positivamente, em termos de população residente, entre 2011-2021, como é o caso de Árvore (com um aumento de 7,8% da população residente), de Azurara (2,69%), de Fajozes (14,88%), de Labruge (6,91%), de Macieira da Maia (7,31%), de Mindelo (14,24%), de Vila Chã (10,2%), de Vila do Conde (2,43%) e de Vilar do Pinheiro (0,99%). As restantes 12 freguesias/UF apresentavam um crescimento negativo, plasmando uma perda da população residente, sendo que a que mostrava maior quebra era a UF de Fornelo e Vairão (com cerca de menos 8,70% da

⁴ Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma determinada área territorial e a superfície desse território e expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado (hab./km²).

⁵ NUTS é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. Esta nomenclatura foi criada pelo Eurostat no início dos anos 1970, visando a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais. A nomenclatura subdivide-se em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos.



população residente) e a que apresentava a menor quebra era a UF Retorta e Tougues (com menos 0,39% da população residente).

Relativamente à densidade populacional por freguesia (Figura 7), verificava-se que a de Vila do Conde apresentava a maior densidade populacional, em média, com cerca de 4326 habitantes/km², seguido de Azurara (1095,83 habitantes/km²) e de Árvore com (848,93 habitantes/km²). Por outro lado, a UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada é a que apresentava a menor densidade populacional, com 121,77 habitantes/km².

Tabela2. Densidade Populacional do Concelho em relação à Região e ao País | Vila do Conde | 2011-2021

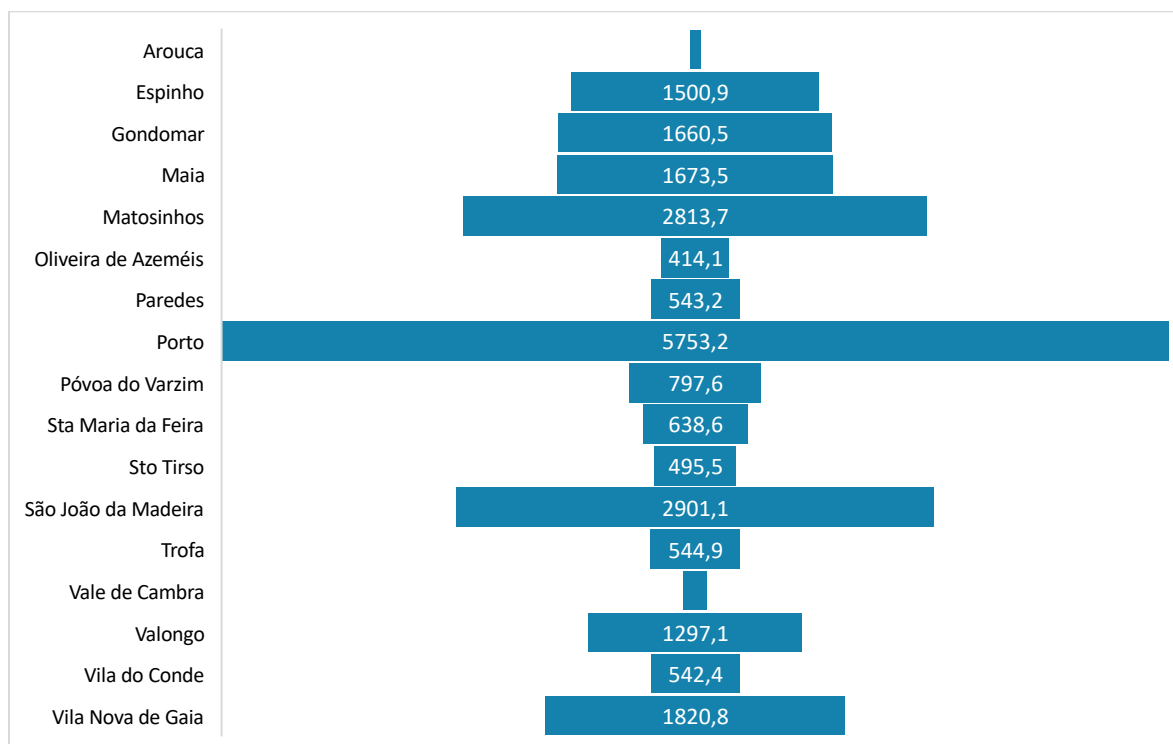
Fonte: INE, 2021

	2011	2021
	Nº H./KM ²	Nº H./KM ²
PORTUGAL	112,8	110,7
NORTE	173,3	168,7
AMP	862,0	850,7
VILA DO CONDE	533,7	542,4

Analisando a densidade populacional no contexto dos concelhos que constituem a AMP, verifica-se que Vila do Conde se posiciona em 12.º lugar, constando, portanto, dos concelhos da AMP com densidade populacional inferior (Gráfico 1).

Gráfico 1. Densidade Populacional | Vila do Conde | AMP | Norte | Portugal | 2022

Fonte: PORDATA, 2023



Focando na análise da população ao nível das freguesias/ UF do Concelho de Vila do Conde, verificou-se que nove freguesias evoluíram positivamente, em termos de população residente, entre 2011-2021, como é o caso de Árvore (com um aumento de 7,8% da população residente), de Azurara (2,69%), de Fajozes (14,88%), de Labruge (6,91%), de Macieira da Maia (7,31%), de Mindelo (14,24%), de Vila Chã (10,2%), de Vila do Conde (2,43%) e de Vilar do Pinheiro (0,99%). As restantes 12 freguesias/UF apresentavam um crescimento negativo, plasmando uma perda da população residente, sendo que a que mostrava maior quebra era a UF de Fornelo e Vairão (com cerca de menos 8,70% da população residente) e a que apresentava a menor quebra era a UF Retorta e Tougues (com menos 0,39% da população residente).

Relativamente à densidade populacional por freguesia (Figura 7), verificava-se que a de Vila do Conde apresentava a maior densidade populacional, em média, com cerca de 4326 habitantes/km², seguido de Azurara (1095,83 habitantes/km²) e de Árvore com (848,93 habitantes/km²). Por outro lado, a UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada é a que apresentava a menor densidade populacional, com 121,77 habitantes/km².

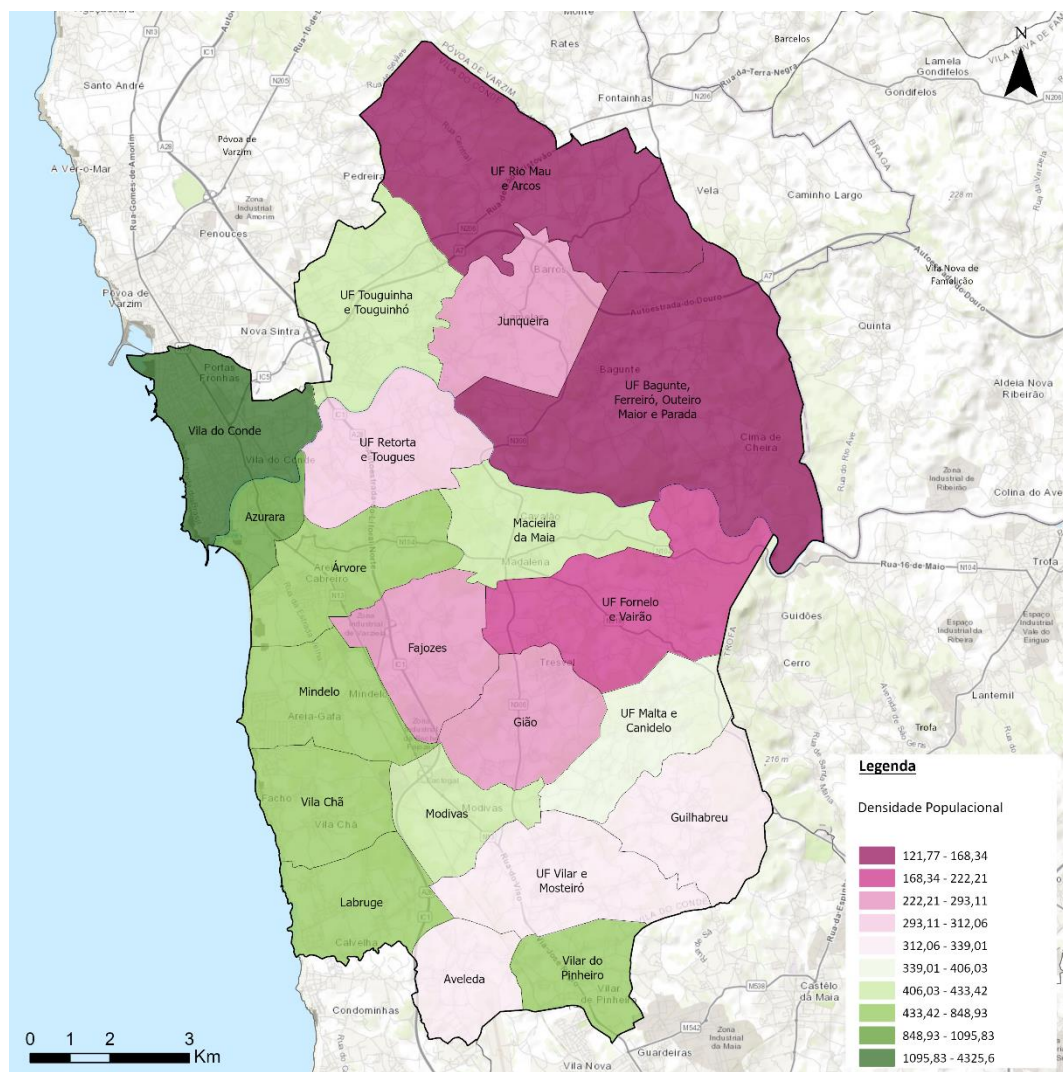


Figura 7. Densidade Populacional | Por Freguesia | Vila do Conde | 2021
Fonte: PORDATA, 2023

Da análise da Tabela 2, em que se expõem os valores da população residente por grandes grupos etários, conclui-se que, entre 2011 e 2021, a população residente entre os 0-14 anos e os 15-64 anos, diminuiu, cerca de 14% e de 3%, respetivamente. O oposto acontece na população com 65 ou mais anos, que apresentava um aumento bastante significativo, que ronda os 41%, uma tendência em conformidade com o panorama nacional. É de realçar, que no período censitário anterior (2001-2011), em Vila do Conde, era já evidente a tendência que se manteve entre 2011 e 2021, de decréscimo dos grupos etários 0-14 e 15-64 e de aumento da população com 65 e mais anos.



Tabela 2. População residente | Total e por grandes grupos etários | Vila do Conde | 2021

Fonte: PORDATA, 2023

VILA DO CONDE	2011	2021	VARIAÇÃO 2011-2021 (%)	
	N.º	N.º	N.º	%
0-14 ANOS	12931	11116	-1815	-14,03%
15-64 ANOS	54905	53279	-1626	-2,97%
>= 65 ANOS	11697	16430	4733	+40,46%
TOTAL	79533	80825	1298	+1,62%

Na Tabela 3, apresenta-se a distribuição etária da população, por pequenos grupos etários, no Concelho de Vila do Conde, em 2021. Desta tabela, destaca-se o decréscimo da população com maior relevância nos grupos de 25-29 anos (-995 pessoas), 30-34 anos (-1803 pessoas) e 35-39 anos (-6421 pessoas), tendência esta que se mantém em 2022. Por outro lado, assistiu-se ao aumento de habitantes nos grupos de 65-69 anos (+1314), 70-74 anos (+1350) e 80-84 anos (+1953).

Tabela 3. População Residente (n.) | Por pequenos grupos etários | Vila do Conde | 2011,2021,2022

Fonte: PORDATA, 2023

PEQUENOS GRUPOS ETÁRIOS	2011	2021	2022
0-4 ANOS	4.031	3.566	3.496
5-9 ANOS	4.328	3.608	3.607
10-14 ANOS	4.570	4.240	4.229
15-19 ANOS	4.535	4.377	4.425
20-24 ANOS	4.581	4.336	4.395
25-29 ANOS	5.221	4.226	4.306
30-34 ANOS	6.212	4.409	4.525
35-39 ANOS	25.674	19.253	18.648
40-44 ANOS	6.240	6.403	6.292
45-49 ANOS	6.348	6.739	6.866
50-54 ANOS	5.463	6.129	6.306
55-59 ANOS	5.112	6.166	6.209
60-64 ANOS	4.595	5354	5.546
65-69 ANOS	3.603	4.917	4.992
70-74 ANOS	2.918	4.268	4.436
75 - 79 ANOS	2.391	3.181	3.359



PEQUENOS GRUPOS ETÁRIOS	2011	2021	2022
80-84 ANOS	6.656	8.609	8.711
85 ou +	1.227	2.048	2.158

O aumento da população residente em Vila do Conde, de 2011 para 2021, é um indicador bastante positivo e, observando os dados da Tabela 4, verificamos uma taxa de masculinidade⁶, em 2021, de 92,1%, ou seja, existiam 92,1 homens em média para 100 mulheres, taxa superior à verificada nas restantes unidades territoriais analisadas.

Tabela 4. Relação de Masculinidade (%) | Portugal, Norte, AMP, Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

	2011	2021	2022
PORTUGAL	91,4	90,9	91,3
NORTE	91,7	91,1	91,6
AMP	91,0	90,1	90,7
VILA DO CONDE	93,2	92,1	92,6

Entre 2011 e 2021, a taxa de crescimento anual média da população residente no Concelho de Vila do Conde apresentava um crescimento positivo, ao contrário do verificado nas restantes unidades territoriais analisadas, que apresentavam um decréscimo desta taxa (Tabela 5).

Relativamente a este crescimento, o Concelho de Vila do Conde apresentava valores superiores na faixa etária referente aos 85 ou mais anos (77,8%), seguindo-se a faixa etária entre os 80 - 84 anos (49,8%) e da faixa entre os 75 - 79 anos (38,9%). No que respeita à população adulta, destaca-se o aumento da proporção da população entre os 60 e os 64 anos (39,5%) e dos efetivos entre os 55 e os 59 anos (34,4%).

⁶ É o quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino. Geralmente é expressa por 100 mulheres. Fórmula de cálculo: $RM = (H \div M) \times 100$; em que H: população do sexo masculino; e M: população do sexo feminino.

Tabela 5. Taxa de crescimento anual média (%) | População Residente | Norte, AMP, Vila do Conde | 2011,2021

Fonte: PORDATA, 2023

	TOTAL		MASCULINO		FEMININO	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
NORTE	0,006	-0,283	-0,094	-0,336	0,100	-0,235
AMP	0,164	-0,133	0,054	-0,200	0,270	-0,072
VILA DO CONDE	0,671	0,161	0,572	0,064	0,760	0,251

Na Tabela 6, observa-se a variação da população residente nas 21 Freguesias/UF do Concelho de Vila do Conde, distribuída pelos quatro grandes grupos etários, entre 2011 e 2021. Desta análise, verifica-se uma tendência evolutiva global com um crescimento muito significativo da população com 65 ou mais anos destacando-se a freguesia de Macieira da Maia, com um aumento de 56,27% e de Vila do Conde com um aumento 51,06% da sua população.

Assiste-se, no entanto, a uma diminuição generalizada no número de efetivos dos restantes grupos etários, salvo situações pontuais. As maiores quebras na proporção de crianças (0-14 anos) observaram-se na UF Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada (-34,04%) e nas freguesias de Junqueira (-33,54%), Gião (26,98%) e na UF de Rio Mau e Arcos (25,11%). São, ainda, de destacar as freguesias de Fajozes e Labruge pelos únicos aumentos registados neste grupo etário (0-14 anos), com acréscimos na ordem dos 0,48% e dos 4,89%, respetivamente.

Analogamente, o número de jovens (15-24 anos) decresceu em mais de metade das Freguesias/UF do Concelho, com quebras percentualmente mais significativas nas freguesias de Guilhabreu (-28,47%), Aveleda (-24,81%) e UF de Vilar e Mosteiró (-16,91%).

Quanto à população adulta (25-64 anos), a generalidade das Freguesias/UF registou uma variação negativa da percentagem de residentes inseridos neste grupo etário, sendo as mais significativas observadas na UF de Fornelo e Vairão (-14,39%), em Modivas (-12,40%) e em Junqueira (-11,03%). Por outro lado, as subidas percentuais mais expressivas registaram-se em Fajozes (10,75%) e Mindelo (9,51%).

Tabela 6. Variações da População Residente (%) | Por Grupos etários | Por Freguesias | Vila do Conde | 2011-2021

Fonte: INE, 2023

FREGUESIAS /UF	Variação da População Residente (2011-2021)			
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e + anos
ÁRVORE	13,52	17,59	2,95	44,55
AVELEDA	-3,77	-24,81	-7,70	3,13
AZURARA	-9,64	1,21	-2,66	42,81
BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	-34,04	-9,04	-7,96	29,33
FAJOZES	0,48	3,09	10,75	48,37
FORNELO E VAIRÃO	-26,07	-6,32	-14,39	27,55
GIÃO	-26,98	3,78	-6,78	15,71
GUILHABREU	-23,62	-28,47	-9,25	34,73
JUNQUEIRA	-33,54	2,11	-11,03	39,88
LABRUGE	4,89	-10,95	1,63	38,78
MACIEIRA DA MAIA	-11,06	5,43	4,41	56,27
MALTA E CANIDelo	-18,59	-15,67	-6,17	40,06
MINDELO	1,53	11,24	9,51	44,14
MODIVAS	-7,02	-10,67	-12,40	40,58
RETORTA E TOUGUES	-18,41	-2,53	-3,49	40,38
RIO MAU E ARCOS	-25,11	-7,92	-1,14	-30,08
TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	-24,35	1,87	-4,08	41,36
VILA CHÃ	-8,50	4,93	5,88	46,22
VILA DO CONDE	-11,42	-8,15	-2,72	51,06
VILAR DO PINHEIRO	-9,07	-4,89	-2,91	25,22
VILAR E MOSTEIRÓ	-14,66	-16,91	-9,35	11,22
CONCELHO DE VILA DO CONDE	-14,03	-4,87	-2,58	40,47

Conclui-se, portanto, que das 21 freguesias que constituem o Concelho de Vila do Conde, 14 freguesias/UF apresentavam uma expansão demográfica e 7 freguesias/UF apresentavam estagnação, no último período intercensitário (2011 – 2021), a saber:

- **Freguesias/UF com expansão demográfica:** Árvore, Vila do Conde, UF de Touguinha e Touguinhó, Mindelo, Labruge, Macieira da Maia, Azurara, Guilhabreu, UF de Retorta e Tougues, Gião, Vilar do Pinheiro, Vila Chã, Fajozes e UF de Malta e Canidelo;

- **Freguesias/UF com estagnação demográfica:** Junqueira, UF de Vilar e Mosteiró, UF de Rio Mau e Arcos, Modivas, UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro, Maior e Parada, UF de Fornelo e Vairão e Aveleda.

Acompanhando a tendência verificada a nível nacional, na Região Norte e na AMP, também o Concelho de Vila do Conde tem vindo a registar um progressivo decréscimo da taxa bruta de natalidade⁷ (de 10,4‰, em 2011 para 7,3‰, em 2021). Contudo é importante referir que em 2022, se verifica um aumento de 0,5‰ (Tabela 7).

Tabela 7. Taxa Bruta de Natalidade (%) | Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	2011	2021	2022
NORTE	8,5	6,9	7,3
AMP	9,0	7,3	7,5
VILA DO CONDE	10,4	7,3	7,8

Pela análise dos valores do Índice Sintético de Fecundidade⁸ (Tabela 8), em Vila do Conde, em 2021 e em 2022, verificam-se níveis de fecundidade na ordem dos 1,22 (2021) e 1,37 (2022) filhos por mulher, claramente abaixo do considerado necessário para substituir as gerações. Este declínio de fecundidade é preocupante em relação ao equilíbrio futuro das gerações, o que interferirá diretamente nos fluxos das quotizações da população que contribui para o sistema de proteção social. Mesmo admitindo um aumento no índice sintético de fecundidade em 2022, assistir-se-á, ainda assim, a um número reduzido de nascimentos para a renovação das gerações.

⁷ Corresponde ao número de nados-vivos numa determinada região, para um determinado período de tempo (geralmente um ano civil), relativamente à população dessa região calculada para o meio do período considerado. Geralmente é expressa por 1000 habitantes. Fórmula de cálculo: $TBN = (NV \div Pm) \times 1000$; em que NV: total de nados-vivos durante o período em análise; e Pm: população a meio do período em análise.

⁸ É o número médio de nados-vivos por mulher em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos de idade). Nos países desenvolvidos, considera-se o número 2,1 como o nível mínimo para a efetiva substituição de gerações. Cálculo: ISF = somatório das taxas de fecundidade por idades (grupos quinquenais ou ano a ano), entre os 15 e os 49 anos, observado num determinado período de tempo (geralmente um ano civil).



Podem apontar-se diversos motivos para essa redução, como sejam a emancipação feminina, o acesso ao planeamento familiar, o aumento da escolaridade obrigatória e o casamento cada vez mais tardio, entre outras.

Tabela 8. Índice Sintético de Fecundidade | Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	n.º de filhos por mulher		
	2011	2021	2022
NORTE	1,24	1,20	1,28
AMP	1,29	1,22	1,27
VILA DO CONDE	1,43	1,22	1,37

Analisando o

Gráfico 2, taxa de fecundidade por grupo etário⁹, verifica-se que, em Vila do Conde, de 2011 para 2021, ocorreu uma diminuição da taxa de fecundidade geral na ordem dos 8,6%. No entanto, entre 2021 e 2022, ocorreu um aumento de 3,1 pontos percentuais.

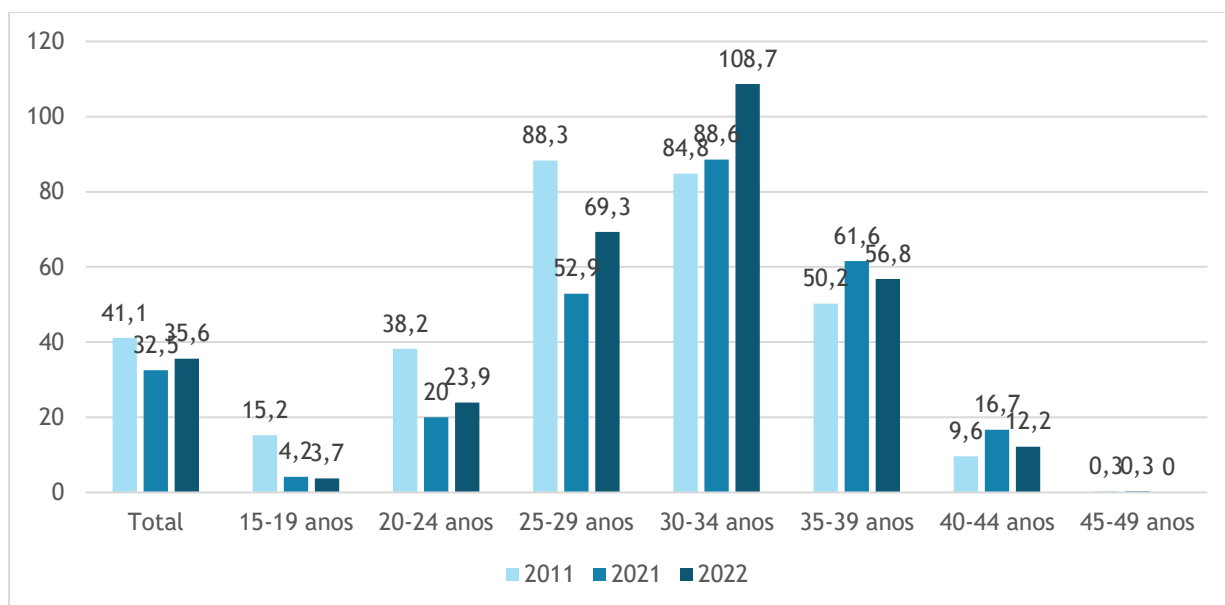
Relativamente aos grupos etários das mães, verificava-se que as mulheres têm filhos cada vez mais tarde, situando-se na sua maioria, no grupo etário dos 30-34 anos e dos 35-39 anos, contrariamente

⁹ N.º de filhos por cada 1000 mulheres, por faixas etárias das mulheres.

oque acontecia em 2011, em que a maioria das mulheres se integrava no grupo etário 25-29 anos e 30-34 anos.

Gráfico 2. Taxa de Fecundidade, por grupo etário | Vila do Conde| 2011,2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023



Relativamente aos dados sobre os nados vivos (Tabela 9), entre 2011 e 2021, assistiu-se a uma diminuição bastante significativa do número de nascimentos, nas três unidades territoriais em análise, tal como verificado na análise da taxa bruta de natalidade. No Concelho de Vila do Conde, verificou-se a diminuição de um total de 236 nados vivos, comparando o ano de 2011 com o ano de 2021.

Tabela 9. Nados Vivos de Mães Residentes em Portugal (n.º) | Norte, AMP, Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	Total			Fora do Casamento		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022
NORTE	31525	24825	26375	10342	13336	14407
AMP	15830	12700	13163	6098	7248	7521
VILA DO CONDE	829	593	649	245	279	342

É importante referir que o número de nados vivos fora do casamento ¹⁰(Tabela 10) tem vindo a aumentar no Concelho de Vila do Conde, tal como nas restantes unidades territoriais em análise, sendo que, a maior percentagem dos nados vivos fora do casamento ocorre em situações de coabitação. Verificou-se, portanto, que a estrutura familiar está a evoluir afastando-se, globalmente, da estrutura comum do final do século passado, tomando, atualmente, formas mais diversas.

Tabela 10. Nados-vivos fora do casamento, com coabitação e sem coabitação dos pais (n.º) | Norte, AMP, Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	TOTAL			COM COABITAÇÃO			SEM COABITAÇÃO		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
NORTE	32,8	53,7	54,6	23,0	37,1	38,5	9,8	16,6	16,2
AMP	38,5	57,1	57,1	26,6	38,5	39,1	11,9	18,6	18,1
VILA DO CONDE	29,6	47,1	52,7	21,2	33,3	40,2	8,3	13,9	12,5

Relativamente ao Índice de Dependência de Jovens¹¹, verificou-se que no Concelho de Vila do Conde é superior ao verificado nas unidades territoriais de nível superior analisadas, apresentando, em 2021 e em 2022, uma média de 20,9 jovens para cada 100 ativos (Tabela 11). Este valor evoluiu de um valor

¹⁰ N.º de bebés de pais não casados entre si.

¹¹ Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

na ordem dos 23,6, em 2011, ou seja, assistiu-se à diminuição do índice de dependência de jovens no Concelho, seguindo a tendência nacional e regional.

Tabela 11. Índice de Dependência de Jovens (%) | Norte, AMP, Vila de Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	2011	2021	2022
NORTE	22,3	18,8	19,0
AMP	21,9	19,2	19,4
VILA DO CONDE	23,6	20,9	20,9

A relação de dependência total¹² (Tabela 12), que representa o somatório dos índices de dependência anteriores soma-se, em 2011, no Concelho de Vila do Conde em 44,9, valor ligeiramente abaixo do registado nas unidades territoriais superiores em análise. No período intercensitário (2011-2021), verificou-se o decréscimo da população potencialmente ativa e o aumento da população com 65 e mais anos, sendo em 2021 de 52,0% e em 2022 de 52,6%.

Tabela 12. Índice de Dependência Total (%) | Norte, AMP, Vila do Conde | 2011,2021,2022

Fonte: PORDATA, 2023

	2011	2021	2022
NORTE	47,5	53,5	54,9
AMP	45,6	52,6	54,0
VILA DO CONDE	44,9	52,0	52,6

Relativamente à Taxa Bruta de Mortalidade¹³, verificou-se que, em 2011, esta apresentava o valor de 8,2 ‰ no Concelho de Vila do Conde, um acréscimo de 0,31‰ em relação a 2001, um valor superior ao verificado, na mesma data, para a AMP e inferior ao verificado no contexto nacional.

¹² Relação entre a população jovem e idosa, e a população em idade ativa. Definido como o quociente entre o somatório de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

¹³ Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^{^3}) habitantes).

Já em 2021, assistiu-se a um aumento de 1,8‰ no Concelho de Vila do Conde, muito provavelmente devido ao estado pandémico que se vivia desde março de 2020, em Portugal, tendo-se mantido a relatividade com as unidades territoriais superiores em análise.

Em 2022, assistiu-se ao decréscimo desta taxa no Concelho, embora tenha aumentado quer a nível nacional, quer na AMP, apesar de se verificarem, ainda assim, valores mais elevados do que em 2011.

Tabela 13. Taxa Bruta de Mortalidade (%) | Norte, AMP, Vila do Conde | 2011,2021,2022

Fonte: PORDATA, 2023

	2011	2021	2022
NORTE	8,6	10,3	10,7
AMP	8,1	9,9	10,2
VILA DO CONDE	8,2	10,0	8,8

Relativamente ao índice de dependência de jovens e ao índice de envelhecimento, nas freguesias do Concelho de Vila do Conde (Gráfico 3), conclui-se o seguinte:

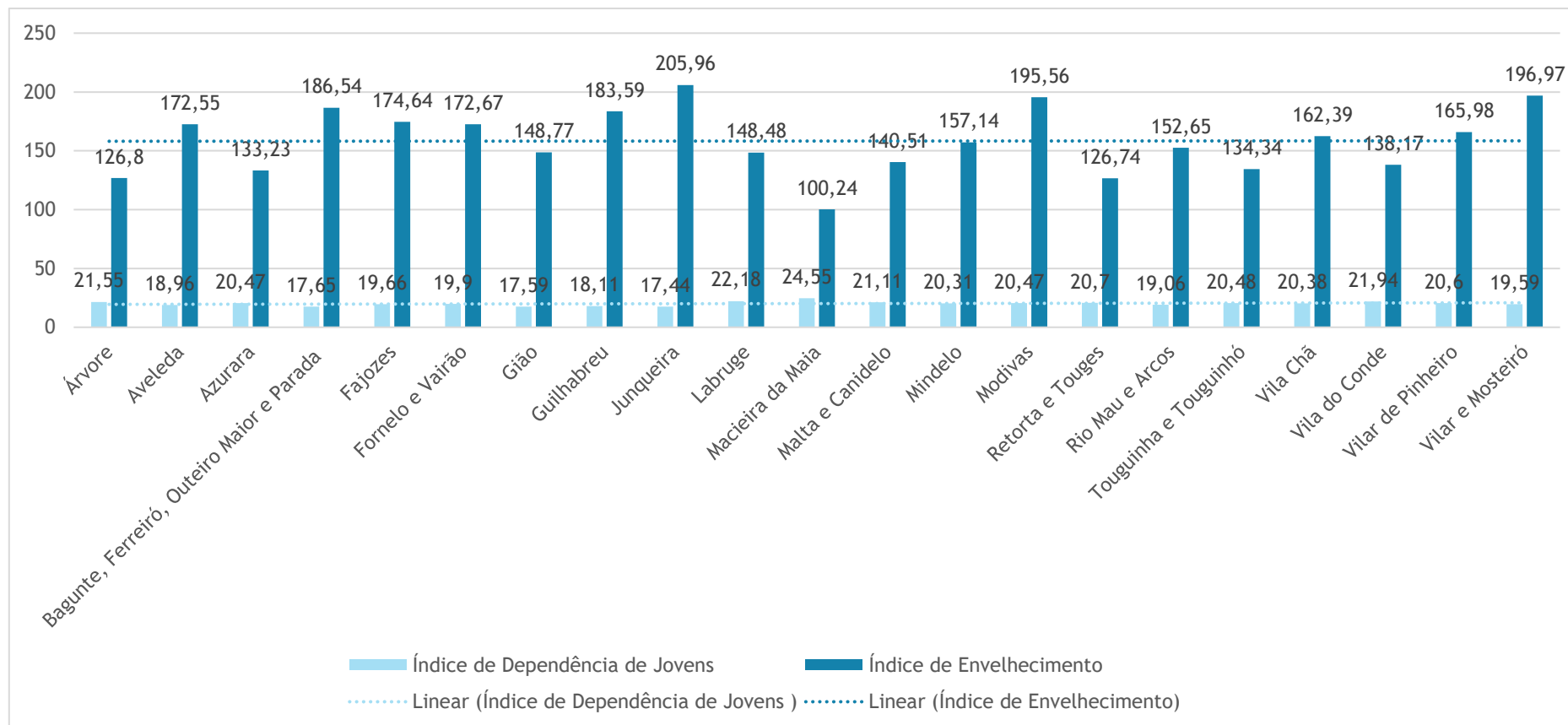
- No que respeita ao índice de envelhecimento, as Freguesias/UF com índice mais elevado são Junqueira (205,96%), UF de Vilar e Mosteiró (196,97%), Modivas (195,56%), UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada (186,54%), Guilhabreu (183,89%), Fajozes (174,64%), UF de Fornelo e Vairão (172,67%), Aveleda (172,55%), Vilar do Pinheiro (165,98%), Vila Chã (162,39%), Mindelo (157,14%) e UF de Rio Mau e Arcos (152,65%). As restantes freguesias e UF apresentam, também, valores elevados, no entanto inferiores a 150%. A freguesia que apresentava o menor índice de envelhecimento é Macieira da Maia, com 100,24%.
- As Freguesias e UF que apresentam o índice de dependência de jovens mais elevado são: Macieira da Maia (24,55%), Labruge (22,18%), Vila do Conde (21,94%), Árvore (21,55%) e UF de Malta e Canidelo (21,11%). As restantes apresentavam valores abaixo dos 21%. A que apresentava a percentagem inferior é a freguesia da Junqueira, com 17,44%.

Esta será uma situação que conduzirá, inevitavelmente, ao acentuar dos problemas sociais e económicos do Concelho.



Gráfico 3. Índice de Dependência de Jovens | Índice de Envelhecimento | Por Freguesia | Vila do Conde | 2021

Fonte: PORDATA, 2023





Acumulado com o envelhecimento demográfico, a Região Norte, a AMP e o Concelho de Vila do Conde, em 2021 e 2022, assumiam saldos naturais¹⁴ negativos, o que significou um crescimento efetivo negativo. Com valores negativos no primeiro indicador analisado, resta-nos o saldo migratório como principal componente do crescimento real da população.

O Saldo Migratório¹⁵, desde 2011, assumiu-se com valores positivos no Concelho de Vila do Conde – valores de 134 (em 2011), 1.062 (em 2021) e 1.349 (em 2022) – ao contrário do que se verifica nas unidades territoriais superiores em análise, que apenas no último período censitário apresentaram valores positivos. Esta é uma realidade que a nível nacional e regional poderá contribuir para uma ligeira desaceleração do decréscimo demográfico verificado nos últimos anos.

Tabela 14. Saldos Populacionais anuais | Saldo Total, Natural e Migratório | Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	SALDO TOTAL			SALDO MIGRATÓRIO			SALDO NATURAL		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
NORTE	- 9714,0	8544,0	21524,0	-9.661	20.843	34.014	53	-12.299	-12.490
AMP	-671,0	12.572,0	18.260,0	-2.267	17.156	23.186	1.596	-4.584	-4.926
VILA DO CONDE	311,0	845,0	1.268,0	134	1.062	1.349	177	-217	-81

Após reflexão sobre a realidade populacional do Concelho de Vila do Conde, coloca-se a necessidade de conhecer a estrutura organizacional desta, nomeadamente no que se prende com a respetiva organização familiar, incluindo a sua composição.

¹⁴ É a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num determinado período de tempo (geralmente um ano civil). Fórmula de cálculo: $SN = NV - Ob$; em que NV: total de nados-vivos no período de análise; e Ob: total de óbitos ocorridos durante o período de análise.

¹⁵ É a diferença entre o número de entradas e saídas por migração (imigrantes e emigrantes), num determinado país ou região, num período de tempo específico (geralmente um ano civil). O saldo migratório também pode ser calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural.

Fórmula de cálculo: $SM = I - E = VP - SN$; em que I: total de entradas por migração (imigração) durante o período de análise; E: total de saídas por migração (emigração) durante o período de análise; VP: variação populacional no período de análise; e SN: saldo natural no período de análise.

Em 2021, existiam, no Concelho de Vila do Conde, um total de 29.223 agregados domésticos privados (famílias), um valor superior ao verificado em 2011 (27.210) e que se traduz num aumento de cerca de 7%.

Tabela 15. Agregados Domésticos Privados | Por Freguesia | Vila do Conde | 2011-2021

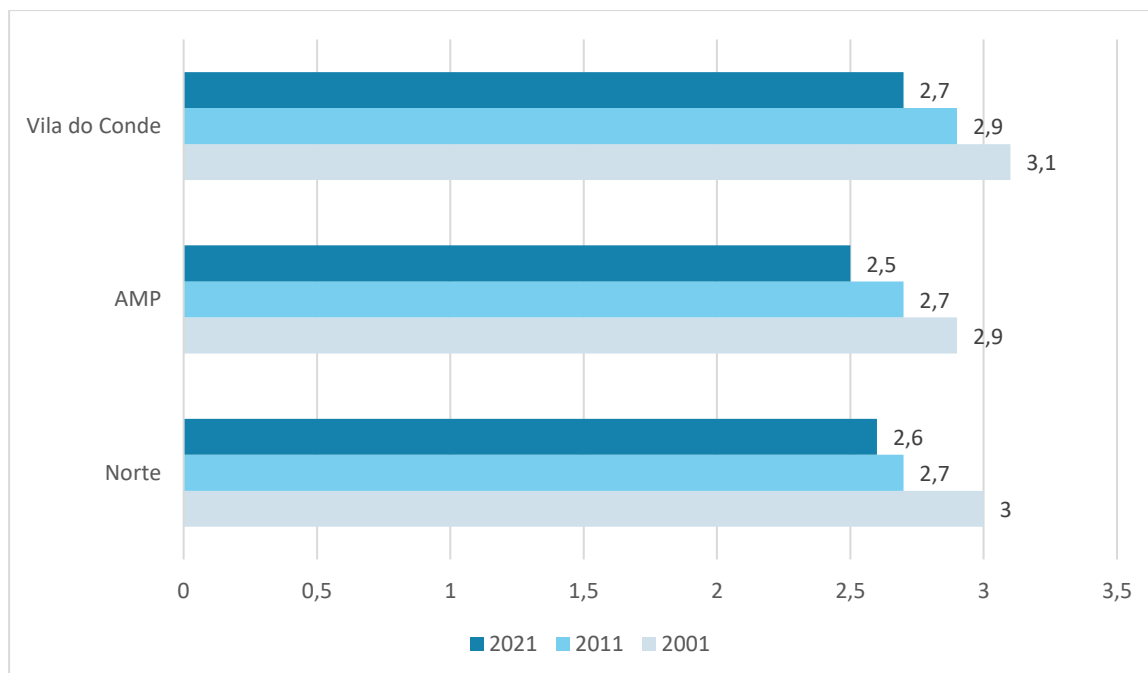
Fonte: INE, 2023

	2011	2021	VARIAÇÃO (N.º)	VARIAÇÃO (%)
NORTE	1330892	1380696	49804	3,8%
AMP	653058	681973	28915	4,4%
ÁRVORE	1845	2045	200	10,8%
AVELEDA	447	431	-16	-3,6%
AZURARA	829	900	71	8,6%
BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	833	813	-20	-2,4%
FAJOZES	468	512	44	9,4%
FORNELO E VAIRÃO	854	871	17	2,1%
GIÃO	615	584	-31	-5%
GUILHABREU	787	776	-11	-1,4%
JUNQUEIRA	647	638	-9	-1,4%
LABRUGE	953	1096	143	15%
MACIEIRA DA MAIA	757	842	85	11,2%
MALTA E CANIDELÓ	756	746	-10	-1,3%
MINDELO	1266	1548	282	22,3%
MODIVAS	596	620	24	4%
RETORTA E TOUGUES	682	704	22	3,2%
RIO MAU E ARCOS	844	861	17	2%
TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	1040	1089	49	4,7%
VILA CHÃ	1041	1263	222	21,3%
VILA DO CONDE	10192	11036	844	8,3%
VILAR DO PINHEIRO	883	959	76	8,6%
VILAR E MOSTEIRÓ	875	889	14	1,65

Analisando a dimensão médias das famílias (Gráfico 4), verificou-se uma diminuição percentual desde 2001. Em 2021, Vila do Conde apresentava uma média de 2,7%, superior à Região Norte e à AMP, que apresentavam valores na ordem dos 2,6% e 2,5%, respetivamente.

Gráfico 4. Dimensão Média das Famílias | Norte, AMP, Vila do Conde | 2001,2011,2021

Fonte: PORDATA, 2023



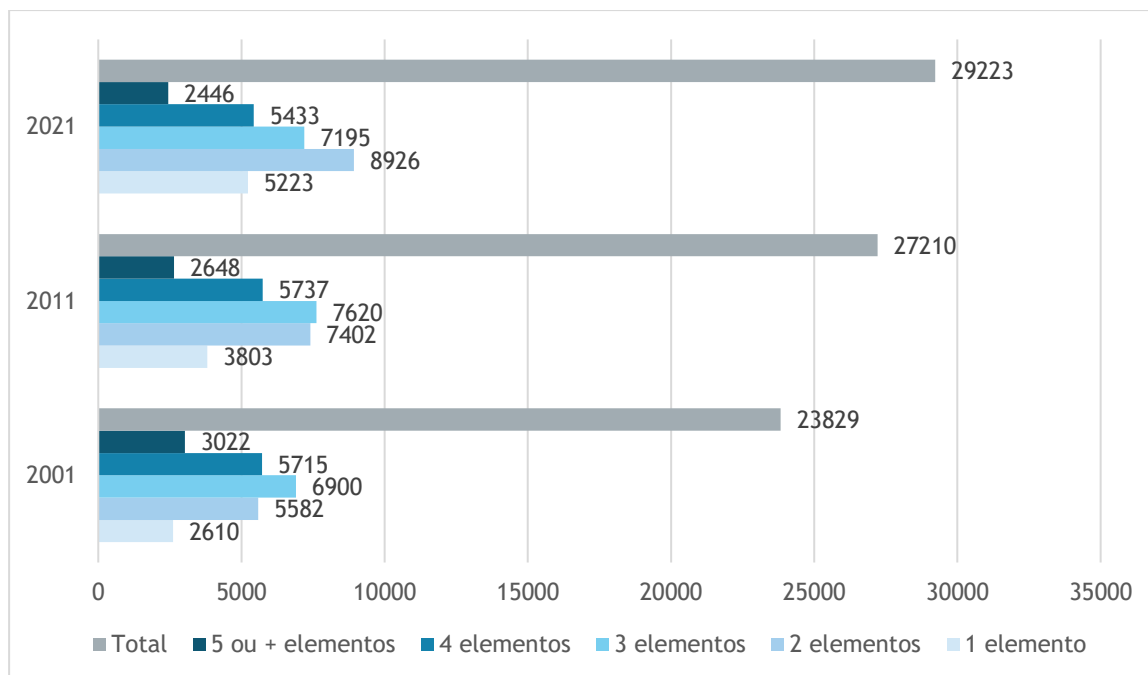
Entre 2001 e 2021, verificou-se o aumento significativo do número de famílias (gráfico 5). Passamos de 23.829 famílias para 29.223 famílias.

Assistimos de 2001 para 2021 a um aumento muito significativo de agregados com uma só pessoa (+49,97%), aumento esse já sentido de 2001 para 2011 (+ 27,19%). Tendência esta também verificada nos agregados familiares constituídos por 2 pessoas, que cresceram 24,6% de 2001 para 2011 e 17,07% de 2011 para 2021.

Os agregados familiares constituídos por 3 elementos, 4 elementos e 5 ou + elementos aumentaram de 2001 para 2011, tendo reduzido desde esta data até 2021, para 7195 (3 elementos), 5433 (4 elementos) e 2446 (5 elementos).

Gráfico 5. Famílias | Total e por N.º de Indivíduos | 2001,2011,2021

Fonte: PORDATA, 2023



Comparando os agregados domésticos privados, tendo em conta o seu representante (mãe) e a condição perante o trabalho (Tabela 16), constata-se que existia, no Concelho de Vila do Conde, 11.956 mães com filhos/as, sendo que, destas, 1.625 têm pelo menos um/a filho/a com menos de 25 anos e 1.081 têm filho/a (s), tendo o mais novo 25 anos ou mais. É ainda importante destacar que do total de mulheres, 562 encontravam-se desempregadas e 5630 faziam parte da população inativa.

Esta estrutura etária traduz uma de duas realidades distintas: por um lado as mulheres que ficam sozinhas com a guarda dos/as filhos/as; por outro, os/as filhos/as que retornam a casa e/ou passam a cuidar das mães.



Tabela 16. Agregados Domésticos Privados (n.º) | Condição Perante o Trabalho | Representante do Agregado Privado | Por Freguesia | Vila do Conde | 2021

Fonte: INE, 2023

	TOTAL	Mãe com pelo menos um filho com menos de 25 anos	Mãe com filho(s), tendo o mais novo 25 ou mais anos	TOTAL	Mãe com, pelo menos, um filho com menos de 25 anos	Mãe com filho(s), tendo o mais novo 25 ou mais anos	TOTAL	Mãe com, pelo menos, um filho com menos de 25 anos	Mãe com filho(s), tendo o mais novo 25 ou mais anos
	TOTAL			DESEMPREGADAS			POPULAÇÃO INATIVA		
AMP	282439	42334	27264	15578	4425	946	132396	8563	18328
VILA DO CONDE	11956	1625	1081	562	125	32	5630	331	733
ÁRVORE	787	119	66	41	8	2	345	20	46
AVELEDA	155	12	16	8	0	0	84	2	11
AZURARA	379	62	37	26	10	2	164	8	24
FAJOZES	183	18	18	9	5	0	96	4	13
GIÃO	194	26	16	10	1	0	88	9	11
GUILHABREU	266	34	32	12	5	2	123	5	21
JUNQUEIRA	233	35	19	7	1	0	122	6	15
LABRUGE	434	65	34	22	6	0	165	8	18
MACIEIRA DA MAIA	300	52	26	14	3	1	124	10	17
MINDELO	603	90	58	33	9	3	251	16	34
MODIVAS	235	30	23	11	1	2	130	8	15
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	270	26	33	10	0	2	162	6	23
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FORNELO E VAIRÃO	289	42	44	17	6	0	149	8	33
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALTA E CANDELO	241	26	25	15	1	2	111	3	20
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RETORTA E TOUGUES	251	20	20	5	1	2	118	5	13
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO MAU E ARCOS	304	37	36	8	4	0	144	8	25
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	389	47	31	14	2	0	164	13	23
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR E MOSTEIRÓ	337	48	21	15	1	1	165	8	14
VILA CHÃ	488	65	52	27	5	2	251	16	35
VILA DO CONDE	5271	728	432	246	54	10	2499	153	293
VILAR DO PINHEIRO	347	43	42	12	2	1	175	15	29



Relativamente ao número de crianças por núcleo familiar (Tabela 17), constata-se que, quer no Concelho de Vila do Conde como na AMP, se destacam os núcleos familiares de mães com pelo menos 2 crianças. Em relação aos núcleos familiares “pai com 2 filhos/as”, estes valores são menos significativos. Contudo, persistem na maioria das freguesias/UF do Concelho de Vila do Conde.

Tabela 17. Núcleos Familiares (n.º) | Vila do Conde | 2021

Fonte: INE, 2023

	COM 2 CRIANÇAS		COM 3 OU MAIS CRIANÇAS	
	Pai com filhos/as	Mãe com filhos/as	Pai com filhos/as	Mãe com filhos/as
AMP	530	5787	50	915
VILA DO CONDE	27	225	2	45
ÁRVORE	2	16	0	4
AVELEDA	0	2	0	2
AZURARA	1	6	0	0
FAJOZES	2	2	1	1
GIÃO	1	3	0	0
GUILHABREU	1	4	0	1
JUNQUEIRA	1	8	0	0
LABRUGE	1	12	0	1
MACIEIRA DA MAIA	1	7	0	2
MINDELO	2	9	0	3
MODIVAS	1	3	0	0
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	1	11	0	1
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FORNELO E VAIRÃO	2	6	0	0
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALTA E CANIDELO	0	4	0	0
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RETORTA E TOUGUES	1	2	0	1
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO MAU E ARCOS	0	4	0	2
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	0	9	1	0
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR E MOSTEIRÓ	0	10	0	2
VILA CHÃ	1	8	0	2
VILA DO CONDE	8	90	0	21
VILAR DO PINHEIRO	1	9	0	2

**SÍNTESE:**

Entre 2011 e 2021, a população do Concelho de Vila do Conde evoluiu positivamente, ao contrário do que se verificou na AMP. O Concelho apresentava 14 freguesias/UF com crescimento demográfico e 7 freguesias /UF com estagnação ou até mesmo regressão demográfica.

Aponta-se como fator determinante do crescimento demográfico efetivo da população do Concelho de Vila do Conde o crescimento migratório, sendo que, na última década, a população estrangeira a residir no Concelho tem vindo a aumentar.

A incidência territorial destes indicadores demográficos evidencia um crescimento da população na sede do Concelho (Vila do Conde) e nas freguesias/UF mais litorais e um crescimento lento ou mesmo diminuição da população nas freguesias do interior do Concelho.

No mesmo período, assistiu-se ao envelhecimento da população residente no Concelho de Vila do Conde, quer pelo aumento da longevidade da população residente (aumento claro da população com 65 ou mais anos), quer pela diminuição da taxa de fecundidade da população residente.

O reduzido valor do índice de dependência de jovens implica que, num futuro próximo, possa emergir um problema de escassez da população ativa e, portanto, produtiva, prevendo-se a necessidade de adoção de medidas que visem o aumento desta população.

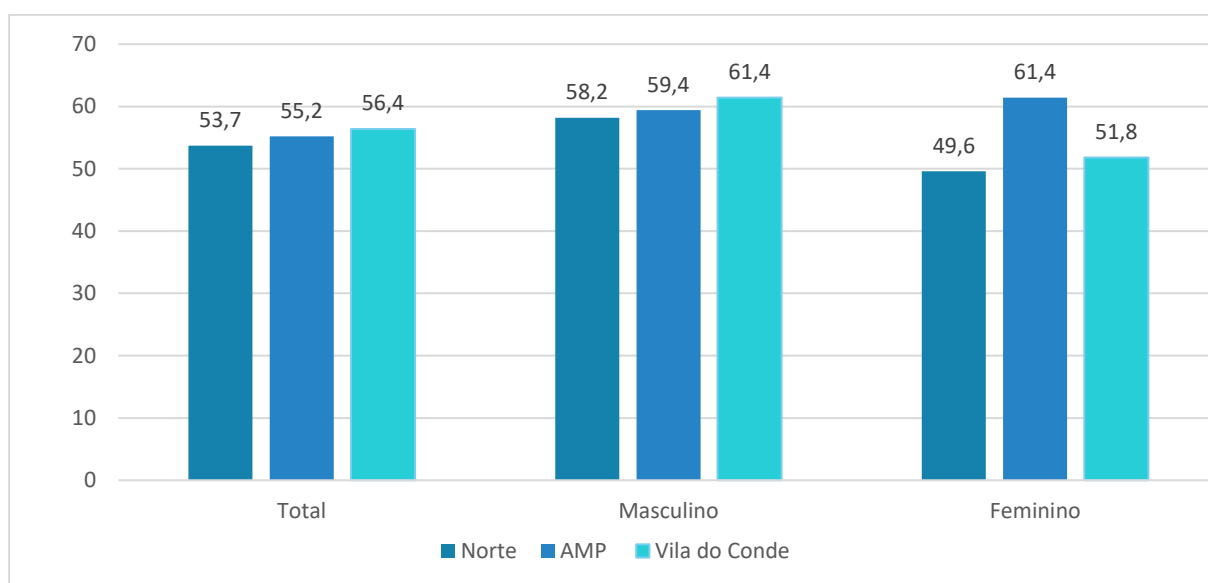
A estrutura familiar do Concelho tem vindo a sofrer alterações, sendo que, atualmente os agregados familiares são mais reduzidos do que no passado, muitos deles constituídos apenas por uma só pessoa e muitas vezes por pessoas com mais de 65 anos.

4.2. Dinâmicas socioeconômicas

Analisando a taxa de atividade¹⁶, por sexo, no Concelho de Vila do Conde, na Região Norte e na AMP (Gráfico 6), constata-se que, em 2021, apresentava valores superiores em Vila do Conde (56,4%), relativamente às outras unidades territoriais analisadas, contudo apresentavam-se inferiores aos verificados em 2011 que, em Vila do Conde eram de 60%.

Gráfico 6. Taxa de Atividade | Por sexo | Norte, AMP, Vila de Conde | 2021

Fonte: PORDATA, 2023

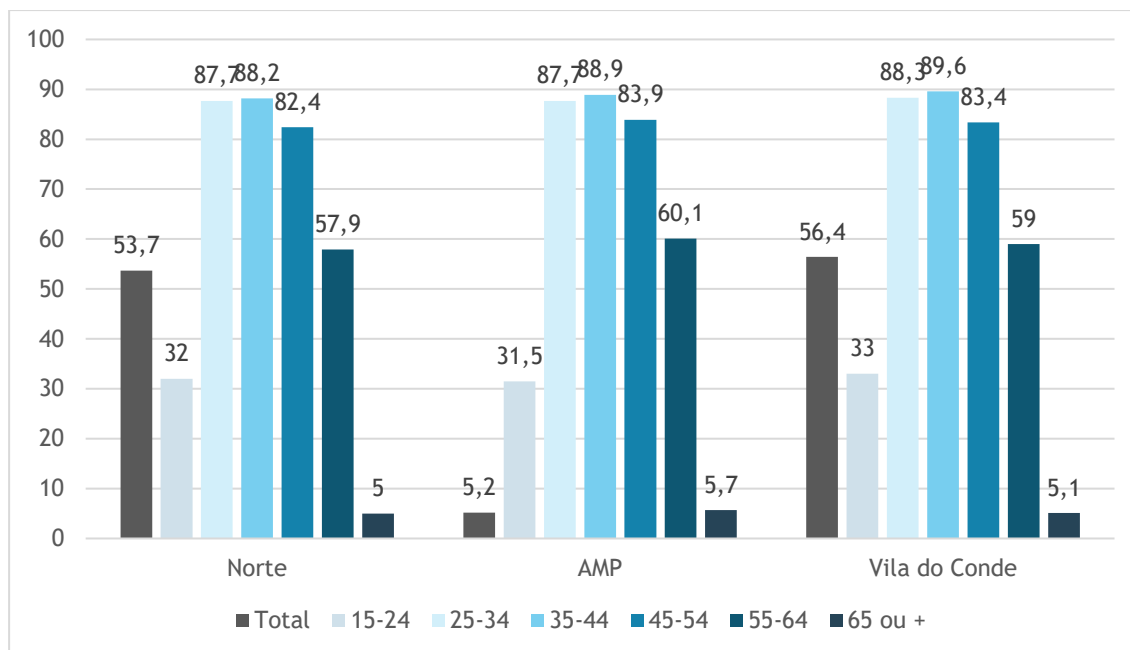


Em relação à taxa de atividade por grupo etário (Gráfico 7), verificou-se que as classes etárias que mais sobressaem no Concelho de Vila do Conde são a dos 25 anos aos 34 anos e a dos 35 anos aos 44 anos, respetivamente.

¹⁶ Taxa de atividade consiste na percentagem da população ativa (população empregada e desempregada com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos) por cada 100 indivíduos da população total.

Gráfico 7. Taxa de Atividade | Por Grupo Etário | Norte, AMP, Vila do Conde

Fonte: PORDATA, 2023



Relativamente ao tecido empresarial, Vila Conde apresentava um número significativo de empresas, contando com um total de 9219 (empresas não financeiras). As empresas que se destacaram por atividade económica são comércio por grosso e retalho, com 2003 empresas, atividades de consultoria, científicas e técnicas, com 855, seguido de atividades administrativas e de serviços de apoio, com 860 empresas.

Dissecando a Tabela 18, verificamos que Vila de Conde e as restantes unidades territoriais em análise aumentaram a densidade das empresas, entre 2011 e 2021.

Tabela 18. Densidade das Empresas Não Financeiras (n.º de empresas por km²) | Norte, AMP, Vila do Conde | 2011,2021

Fonte: PORDATA, 2023

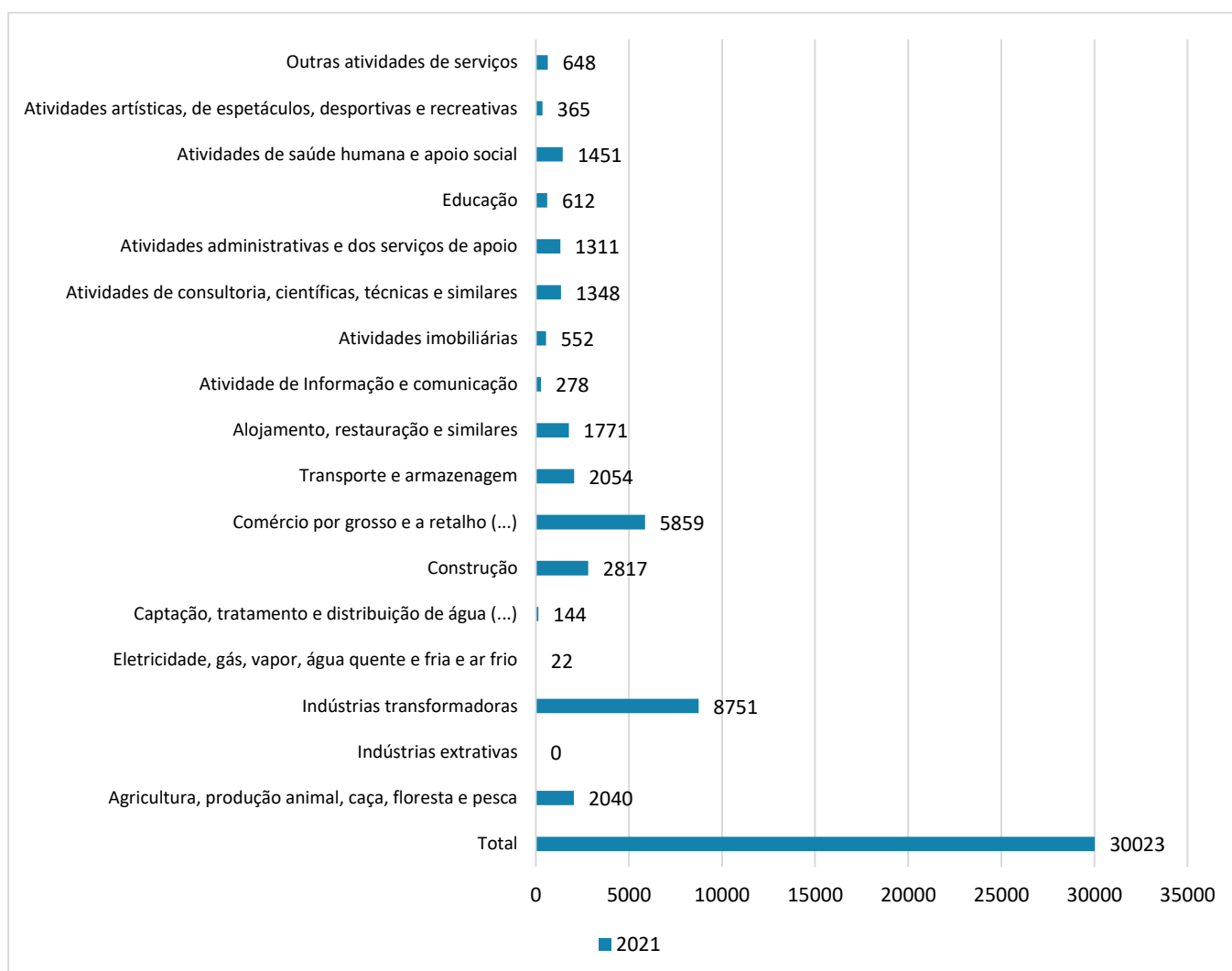
	2011	2021
NORTE	17,0	21,4
AMP	91,4	108,3
VILA DE CONDE	52,4	61,9



Analisando o Gráfico 8, verificamos que ao serviço destas empresas estavam 30.023 pessoas, sendo que o maior número se fixa na área das indústrias transformadoras, seguindo-se o comércio por grosso e a retalho, com 5859 trabalhadores/as.

Gráfico 8. Pessoal ao Serviço nas Empresas não financeiras | Total e Por Setor Económica | Vila do Conde | 2021

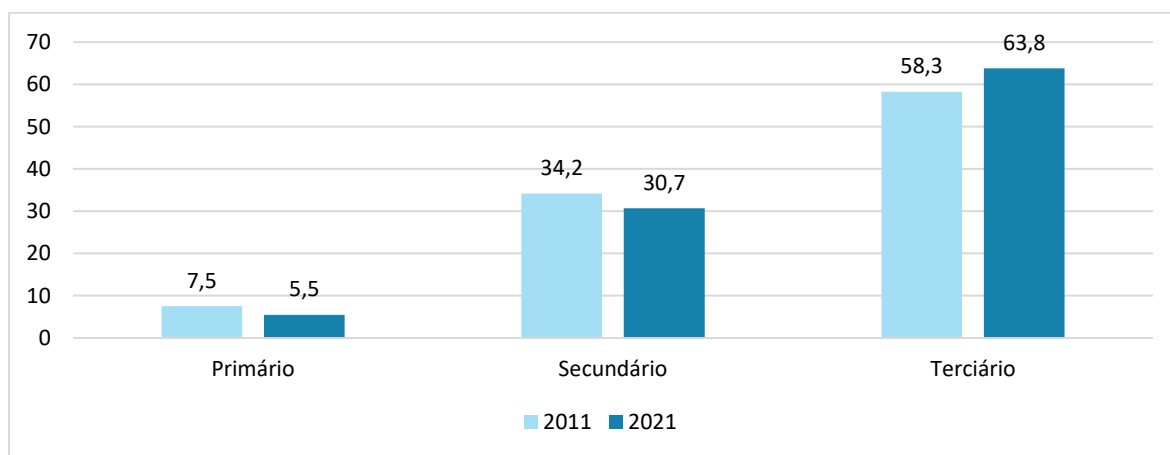
Fonte: PORDATA, 2023



A população empregada, por setor de atividade¹⁷, reflete a dinâmica empresarial do território, no qual o setor terciário apresentava maior percentagem, 58,3% (em 2011) e 63,8% (em 2021), verificando-se que apenas o setor terciário aumentou em relação a 2011, enquanto os restantes setores sofreram um decréscimo em número de população empregada.

Gráfico 9. Evolução da população empregada | Por sector de Atividade | Vila do Conde | 2011 e 2021

Fonte: INE, CENSOS 2021



Analisando os valores relativos à população empregada, por local de residência, sexo e situação na profissão, verificou-se que o sexo masculino na sua totalidade, se encontrava empregado, em maior número em todas as freguesias/UF. Nos trabalhadores/as por conta própria ou isolados/as é a situação profissional onde encontrávamos menor discrepância de dados entre homens e mulheres, no Concelho de Vila do Conde, no entanto, também aqui a mulher se encontra em menor número em todas as freguesias/UF.

¹⁷ Corresponde a uma divisão artificial das atividades económicas de cada país. Setor Primário, corresponde as atividades ligadas à natureza, como a agricultura, as pescas, a pecuária, entre outras; Setor secundário onde são englobadas as atividades industriais transformadoras, a construção e a produção de energia; Setor Terciário ou dos Serviços que engloba o comércio, o turismo, os transportes e as atividades financeiras.



Tabela 19. População Empregada (n.º) | Por Situação na Profissão | Por Freguesia | Vila do Conde | 2021

Fonte: INE, CENSOS 2021

	TOTAL		EMPREGADOR/PATRÃO COM MENOS DE 10 EMPREGADOS		EMPREGADOR/PATRÃO COM 10 OU MAIS EMPREGADOS		TRABALHADOR /RA POR CONTA PRÓPRIA OU ISOLADO		TRABALHADOR/RA POR CONTA DE OUTREM		OUTRA SITUAÇÃO	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
AMP	386558	371458	28266	16034	20499	14611	32962	32736	298527	298857	6304	9220
VILA DO CONDE	18953	17271	1551	881	985	703	1456	1473	14701	13791	260	423
ÁRVORE	1328	1194	132	66	68	37	114	104	986	948	28	39
AVELEDA	289	274	25	16	8	10	24	21	229	223	3	4
AZURARA	560	528	49	21	26	19	35	40	441	434	9	14
FAJOZES	368	296	43	19	17	8	29	27	273	235	6	7
GIÃO	436	357	25	9	20	12	42	34	344	299	5	3
GUILHABREU	525	463	62	24	40	18	28	44	390	370	5	7
JUNQUEIRA	462	421	43	25	23	19	45	37	347	336	4	4
LABRUGE	738	679	60	38	48	33	52	62	568	526	10	20
MACIEIRA DA MAIA	625	549	53	19	32	26	42	36	494	456	4	12
MINDELO	945	910	74	41	61	40	82	75	713	722	15	32
MODIVAS	412	350	28	14	15	10	27	24	335	300	7	2
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	640	552	64	39	25	32	67	40	474	426	10	15
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FORNELO E VAIRÃO	573	507	52	12	22	12	51	42	444	422	4	19
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALTA E CANDELO	589	464	50	28	30	17	45	34	458	371	6	14
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RETORTA E TOUGUES	529	466	40	18	32	18	36	37	420	383	1	10
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO MAU E ARCOS	663	583	67	39	30	22	89	52	466	452	11	18
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	799	778	71	43	31	21	55	74	638	620	4	20
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR E MOSTEIRÓ	541	520	33	25	21	22	36	30	446	431	5	12
VILA CHÃ	774	709	67	29	43	26	58	73	597	560	9	21
VILA DO CONDE	6557	6129	481	333	363	279	446	543	5163	4836	104	138
VILAR DO PINHEIRO	600	542	32	23	30	22	53	44	475	441	10	12

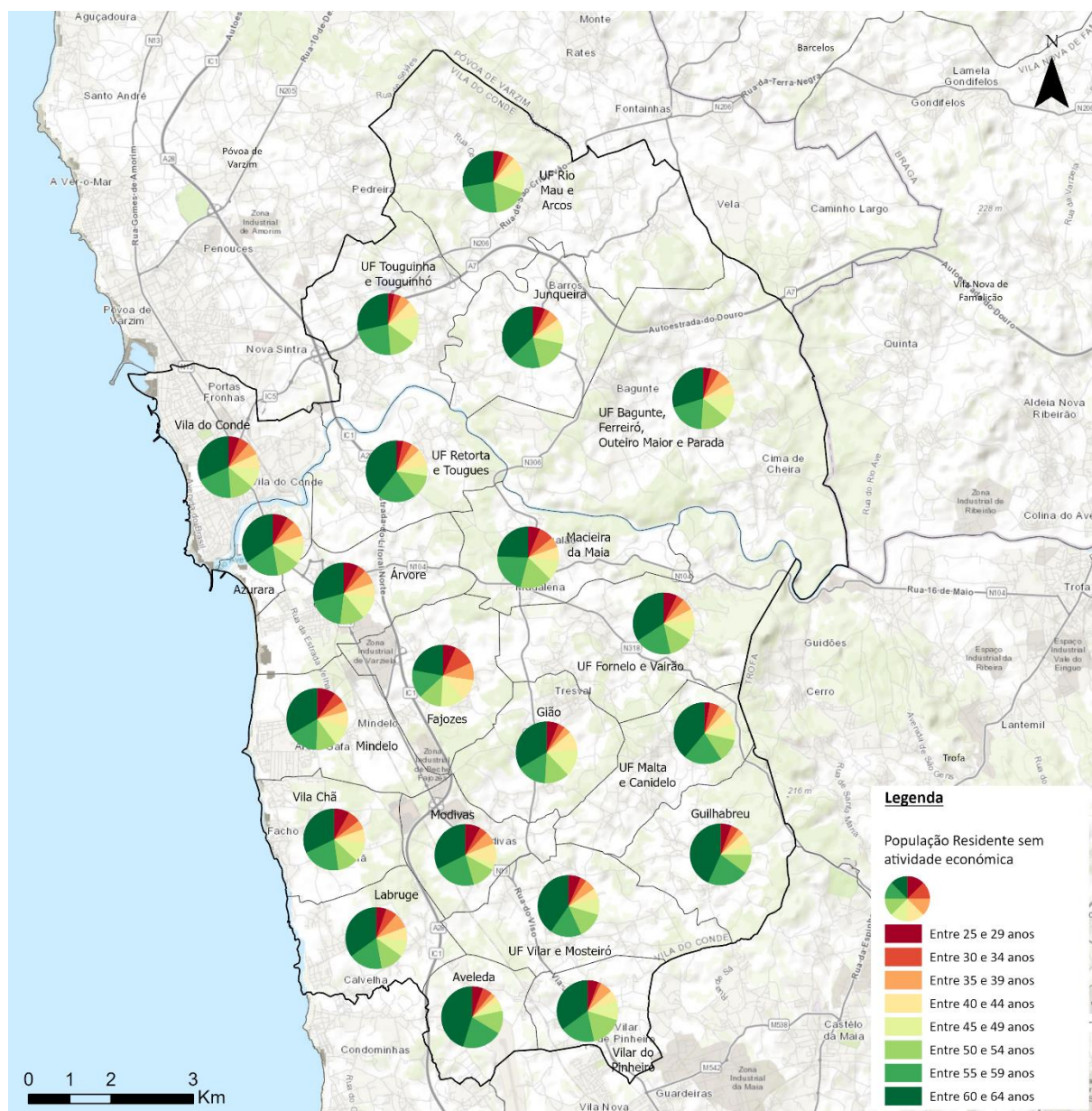


Figura 8. População Residente (n.º) sem atividade económica, entre 25 e 64 anos | Vila do Conde | 2021

Fonte: INE, CENSOS 2021

No que diz respeito aos rendimentos do trabalho e ganho médio mensal ¹⁸ (Tabela 20), é notório uma disparidade entre sexos, sendo o ganho médio mensal dos homens superior ao das mulheres empregadas, em cerca de 200€, em 2021. Analisando os valores totais, nos últimos 10 anos assistimos a um ligeiro aumento do rendimento mensal, sendo que, em 2019, o Concelho de Vila do Conde apresentava um valor médio superior à média na Região Norte, mas inferior à média da AMP.

Tabela 20. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem | Por sexo | Norte, AMP, Vila do Conde | 2019

Fonte: INE, CENSOS 2021

	2011		2019		2021		TOTAL		
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	2011	2019	2021
NORTE	836,5€	1.037,2€	991,7€	1.188,50€	1.075,4€	1.277,5€	949,1€	1.100,4€	1.187,2€
AMP	925,3€	1.153,8€	1.078,5€	1.310,0€	----*	----*	1.056,4€	1.208,1€	---*
VILA DO CONDE	820,4€	1.047,0€	1.019,6€	1.249,6€	----*	----*	960,4€	1.155,0€	---*

*Não existem dados disponíveis

Relativamente à população desempregada (Tabela 21), em 2023, verifica-se que o Concelho de Vila do Conde, no contexto dos concelhos integrantes da AMP, apresentava um valor intermédio (2.149 pessoas desempregadas), em comparação com os restantes concelhos.

Desta informação verifica-se, também, que o número de mulheres desempregadas é superior ao número de homens, sendo que esta realidade é uniforme para todos os concelhos integrantes da AMP, não se desviando do retrato ao nível nacional. De acordo com a análise, a taxa de desemprego entre as mulheres aumentou de 6,5% para 7,0%, entre 2011 e 2021, sendo mais elevada do que a dos homens (6,1%). Já a taxa de desemprego das jovens trabalhadoras (mulheres com menos de 25 anos) atingiu os 20,5%, superior, também, do que a dos jovens trabalhadores (homens com menos de 25 anos) de 19,4%.

¹⁸ Onde é maior e menor o ordenado médio, por mês, com horas extra, subsídios ou prémios, dos homens ou mulheres aprendizes, quadros médios e superiores ou outros empregados?



O Concelho de Vila do Conde, no primeiro semestre de 2023, apresentava 2149 pessoas desempregadas, sendo 933 homens e 1216 mulheres. Destes, 802 pessoas encontram-se em situação de desemprego de longa duração (tabela 24).

Tabela 21. População Desempregada (n.º) | Por tempo de Inscrição | Situação face à Procura | AMP | 2023

Fonte: IEPF, 2023

	GÉNERO		TEMPO DE INSCRIÇÃO		SITUAÇÃO FACE EMPREGO À PROCURA DE		TOTAL
	Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
AROUCA	163	282	228	217	24	421	445
ESPINHO	467	591	559	499	97	961	1 058
GONDOMAR	2 191	2 616	3 017	1 790	340	4 467	4 807
MAIA	1 441	1 888	2 146	1 183	189	3 140	3329
MATOSINHOS	2 506	2 964	2 921	2 549	267	5 203	5 470
OLIVEIRA DE AZEMEIS	593	729	832	490	78	1 244	1322
PAREDES	832	1 436	1 301	967	169	2 099	2 268
PORTO	4 522	4 899	5 340	4 081	801	8 620	9 421
PÓVOA DE VARZIM	821	1 053	1 211	663	148	1 726	1 874
SANTA MARIA DA FEIRA	1 518	1 948	1 973	1 493	243	3 223	3 466
SANTO TIRSO	837	1 275	1 138	974	153	1 959	2 112
SÃO JOÃO DA MADEIRA	356	431	442	345	40	747	787
TROFA	352	558	588	322	35	875	910
VALE DE CAMBRA	142	219	225	136	20	341	361
VALONGO	1 160	1 725	1 706	1 179	224	2 661	2 885
VILA DO CONDE	933	1 216	1 347	802	123	2 026	2 149
VILA NOVA DE GAIA	4 226	5 461	5 289	4 398	748	8 939	9 687

Relativamente à distribuição das pessoas desempregadas pelos grandes grupos etários, no contexto da AMP, verificou-se que no Concelho de Vila do Conde a maioria da população desempregada integrava, o grupo etário dos 35 aos 54, seguindo-se a população com 55 ou mais anos, a população entre os 25 e os 34 anos e, por fim, a população com menos de 25 anos (Tabela 22).

Tabela 22. População Desempregada (n.º) | Por Grupo Etário | AMP | 2023¹⁹

Fonte: IEPF, 2023

	GRUPO ETÁRIO				TOTAL
	< 25 Anos	25 - 34 Anos	35 - 54 Anos	55 Anos e +	
AROUCA	51	60	168	166	445
ESPINHO	95	165	367	431	1 058
GONDOMAR	447	907	1 888	1 565	4 807
MAIA	278	582	1 284	1 185	3 329
MATOSINHOS	388	836	2 035	2 211	5 470
OLIVEIRA DE AZEMEIS	155	247	480	440	1322
PAREDES	239	375	859	795	2 268
PORTO	625	1 830	3 968	2 998	9 421
PÓVOA DE VARZIM	154	299	753	668	1 874
SANTA MARIA DA FEIRA	381	619	1 222	1 244	3 466
SANTO TIRSO	155	242	693	1 022	2 112
SÃO JOÃO DA MADEIRA	79	143	318	247	787
TROFA	63	150	347	350	910
VALE DE CAMBRA	42	47	145	127	361
VALONGO	256	490	1171	968	2885
VILA DO CONDE	166	339	880	764	2 149
VILA NOVA DE GAIA	766	1 626	3 883	3 412	9 687

Relativamente à distribuição das pessoas desempregadas segundo o respetivo nível de escolaridade, no contexto da AMP, verificava-se que o Concelho de Vila do Conde enquadra, mais uma vez, a moda global, sendo que a maioria da população desempregada completou o ensino secundário, seguindo-se a população desempregada que tem, pelo menos, o 3.º ciclo do ensino básico e, por fim, a população desempregada com pelo menos o 2.º ciclo do ensino básico (Tabela 23).

¹⁹ Estes dados reportam-se a junho de 2023.

Tabela 23. População Desempregada (n.º) | Por Nível de Escolaridade | AMP | 2023²⁰

Fonte: IEFP, 2023

	NÍVEL ESCOLAR DE ESCOLARIDADE						TOTAL
	< 1º Ciclo EB	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior	
AROUCA	18	75	80	92	149	31	445
ESPINHO	78	199	157	214	298	112	1 058
GONDOMAR	194	659	809	1 012	1 616	517	4 807
MAIA	102	413	387	617	1 261	549	3 329
MATOSINHOS	266	936	779	1 004	1 717	768	5 470
OLIVEIRA DE AZEMEIS	42	150	265	228	488	149	1 322
PAREDES	139	455	355	459	668	192	2 268
PORTO	594	1 305	1 421	1 685	2 921	1 495	9 421
PÓVOA DE VARZIM	90	302	292	318	630	242	1 874
SANTA MARIA DA FEIRA	158	574	511	730	1 095	398	3 466
SANTO TIRSO	108	562	450	383	451	158	2 112
SÃO JOÃO DA MADEIRA	19	86	149	135	318	80	787
TROFA	29	177	140	190	285	89	910
VALE DE CAMBRA	20	56	54	66	117	48	361
VALONGO	134	410	457	597	966	321	2 885
VILA DO CONDE	92	332	403	467	610	245	2 149
VILA NOVA DE GAIA	608	1 466	1 366	1 872	3 172	1 203	9 687

Sobre a realidade concelhia do número de pessoas em situação de desemprego, sabe-se que as freguesias do Concelho de Vila do Conde com maior proporção de pessoas desempregadas coincidem com as freguesias com maior número de população residente, como é exemplo a freguesia de Vila do Conde, com 4% de pessoas desempregadas, Árvore, Labruge e Guilhabreu com aproximadamente 3%, Gíão, Macieira da Maia e UF de Fornelo e Vairão, com cerca de 2,5%. Por sua vez, as freguesias /UF que apresentavam menor taxa de desemprego são a UF de Rio Mau e Arcos, UF de Vilar e Mosteiró, freguesia de Fajozes e Aveleda com aproximadamente 2% da população residente, ou seja, o desemprego é superior nas freguesias do litoral, em comparação com as freguesias do interior do Concelho (Figura 9). Importa destacar que 1,33% dos desempregados, não se encontram afetos a uma freguesia, daí estar denominado “Vila do Conde Freguesia N/ codificada”.

²⁰ Estes dados reportam-se a junho de 2023.

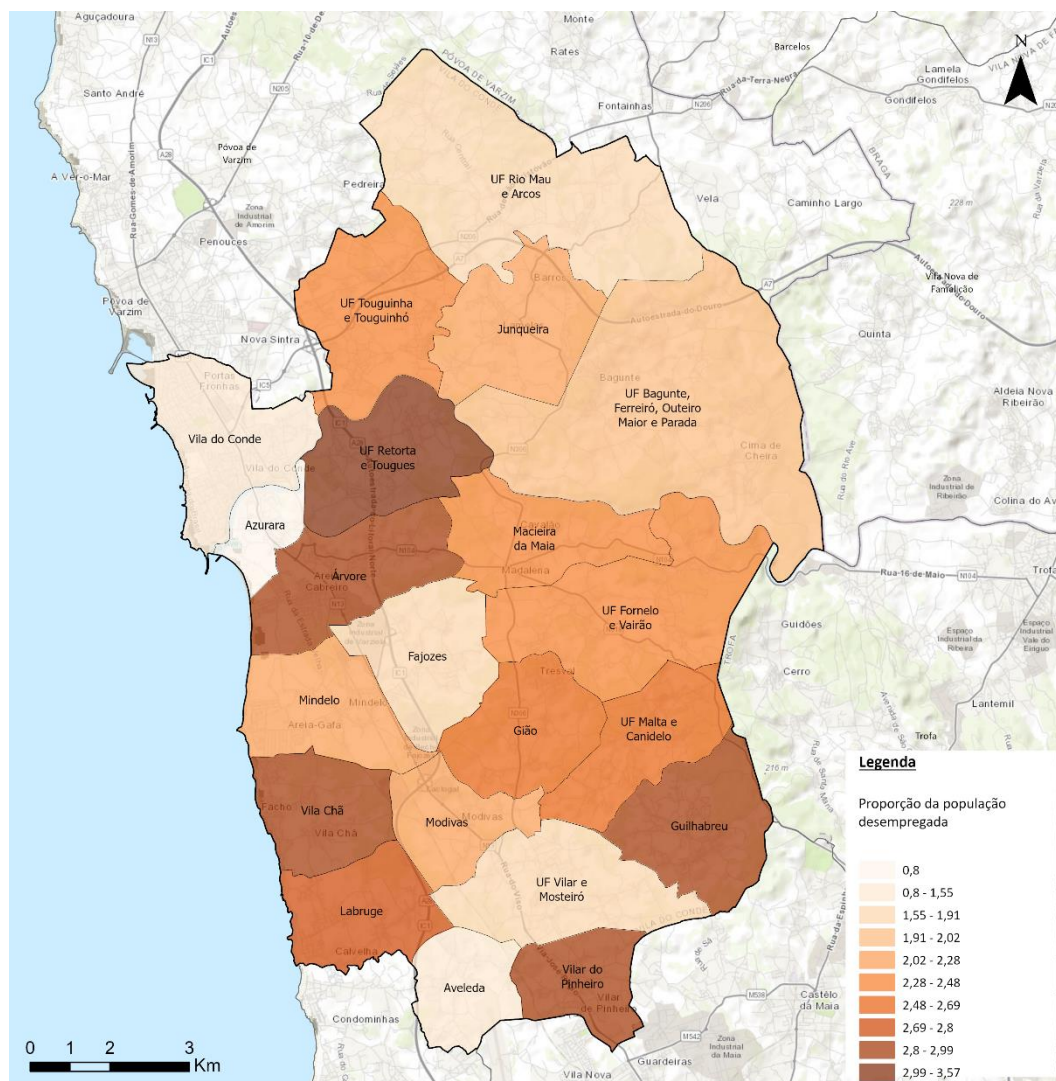


Figura 9. Desemprego Registrado | Vila do Conde | 2021
Fonte: CMVC, 2023

Relativamente à realidade da população desempregada nos agregados familiares, constatou-se que, no Concelho de Vila do Conde, existem 1758 agregados familiares domésticos privados (famílias) com três ou mais pessoas com 15 ou mais anos em situação de desemprego, num total de 3044, dos quais pelo menos duas pessoas se encontram em situação de desemprego. É, ainda, relevante destacar o facto de existirem, no Concelho, 466 agregados familiares domésticos privados (famílias) com duas pessoas, ambas ou pelo menos uma com 65 ou mais anos e 388 agregados familiares domésticos privados (famílias) com duas pessoas, ambas com idade entre 25 e 64 anos.



Importa referir que os dados são apresentados, incluindo os jovens com 15 ou mais anos, o que significa que os mesmos, não estão empregados²¹ (pois ainda não têm idade) mas também não se encontravam em educação ou formação.

²¹ De acordo com a Lei n.º 7/2009, Artigo 68.º do Código do Trabalho, um menor de idade, ou seja, com menos de 18 anos, só pode prestar trabalho caso tenha concluído a escolaridade obrigatória, ou esteja matriculado no ensino secundário, e disponha de capacidades físicas e psíquicas adequadas ao posto de trabalho”. No entanto, a idade mínima para que possa trabalhar é de 16 anos.

**Tabela 24. População Desempregada nos Agregados Domésticos Privados (n.º) | Por Tipo de Agregado Privado | Estrutura Etária | Por Freguesia | UF| Vila do Conde | 2021**

Fonte: INE, 2023

	TOTAL	Duas pessoas, ambas com idade entre 15 e 24 anos	Duas pessoas, ambas com idade entre 25 e 64 anos	Duas pessoas, uma com idade entre 15 e 24 e outra de 25 a 64 anos	Duas pessoas, ambas ou pelo menos uma com 65 ou mais anos	Duas pessoas, ambas ou pelo menos uma com 65 ou mais anos	Três ou mais pessoas com 15 ou mais anos
AMP	79956	195	11450	2902	3149	11142	42905
VILA DO CONDE	3044	7	388	96	82	466	1758
ÁRVORE	233	1	29	5	9	41	133
AVELEDA	48	0	3	2	0	6	36
AZURARA	105	0	14	1	1	14	64
FAJOZES	49	0	7	3	1	9	26
GIÃO	79	0	14	3	0	8	51
GUILHABREU	90	0	18	4	5	6	53
JUNQUEIRA	48	0	2	4	0	5	31
LABRUGE	100	0	15	1	2	22	45
MACIEIRA DA MAIA	104	0	13	3	3	28	54
MINDELO	156	0	29	6	2	20	81
MODIVAS	69	1	7	0	2	14	39
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	65	0	9	0	2	8	43
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FORNELO E VAIRÃO	90	0	14	5	5	13	46
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALTA E CANDELO	94	0	13	2	2	12	62
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RETORTA E TOUGUES	63	1	7	0	1	10	42
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO MAU E ARCOS	66	0	4	1	1	8	49
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	100	1	7	3	0	15	66
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR E MOSTEIRÓ	79	0	7	4	2	10	45
VILA CHÃ	164	1	19	3	4	23	92
VILA DO CONDE	1133	2	144	40	35	178	635
VILAR DO PINHEIRO	109	0	13	6	5	16	65

Se ao nível concelhio compararmos a taxa de população empregada e desempregada, em 2021 (Tabela 25), em proporção com os residentes ativos, apuramos que a taxa de desemprego desceu de 2011 para 2021 e a taxa de emprego subiu, no mesmo período, nas unidades territoriais analisadas, com exceção da Região Norte. Seguindo a tendência global, em Vila do Conde verificou-se tanto a diminuição da população desempregada (que diminuiu cerca de 7 pontos percentuais), como o aumento a percentagem de população empregada (que aumentou quase um ponto percentual).

Tabela 25. Taxa de população residente empregada e desempregada (%) | Norte, AMP e Vila do Conde | 2021

Fonte: PORDATA, 2023

	POPULAÇÃO DESEMPREGADA %		POPULAÇÃO EMPREGADA %	
	2011	2021	2011	2021
NORTE	14,5	8,4	47,9	49,2
AMP	15,7	9,6	49,2	49,9
VILA DO CONDE	14,5	7,8	51,3	52,0

Comparando a taxa de beneficiários/as do subsídio de desemprego, nos anos 2011, 2021 e 2022 verificou-se que esta diminuiu significativamente, no Concelho de Vila do Conde, seguindo a tendência das unidades territoriais em análise (Tabela 26). Constatou-se, também, que os/as beneficiários/as do subsídio de desemprego somam praticamente metade das pessoas desempregadas no, nos anos em análise. Desta forma, infere-se que aproximadamente metade da população desempregada não beneficie deste apoio social. Esta é uma situação que se poderá tornar preocupante, uma vez que metade da população ativa em situação de desemprego estará em situação de desemprego prolongado.

Tabela 26. Beneficiários/as do subsídio de desemprego em % dos beneficiários/as ativos | Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

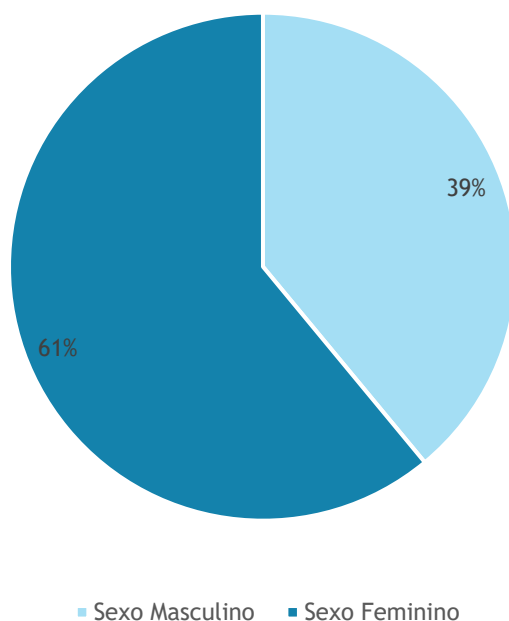
	2011	2021	2022
NORTE	7,4	3,2	2,7
AMP	7,8	3,5	2,9
VILA DO CONDE	8,0	3,7	3,0

Analogamente ao que acontece em situações já descritas, no Concelho de Vila do Conde, as mulheres são a maior parte da população desempregada que recebe o subsídio de desemprego (61%, em 2022),

sendo, de uma forma geral, quem se encontram em maior número, em desemprego de longa duração (uma realidade regional, mas também nacional).

Gráfico 10. Beneficiários/as do subsídio de desemprego da Segurança Social | Por Sexo | Vila do Conde | 2022

Fonte: PORDATA, 2023



Outros dados importantes a analisar nas dinâmicas socioeconómicas do Concelho de Vila do Conde são os referentes às medidas de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade económica extrema.

O Rendimento Social de Inserção²² (RSI) é uma medida de apoio a pessoas e famílias em situação de extrema carência visando, na sua conceção, não apenas garantir um rendimento mínimo, mas também promover processos de inclusão.

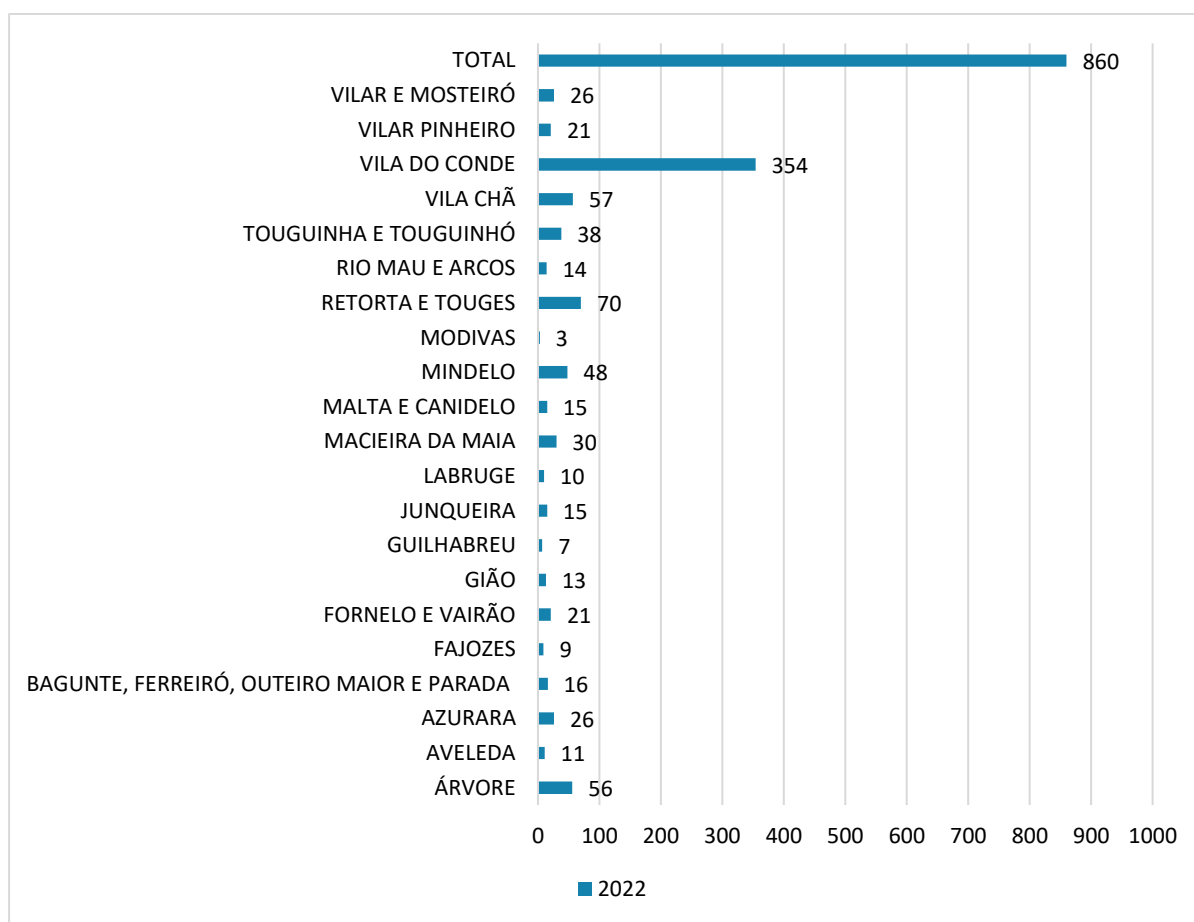
Na análise do gráfico seguinte, verifica-se que, de um total de 860 beneficiários/as com processamento de RSI no Concelho de Vila do Conde, em 2022, se destacava a freguesia de Via do Conde (com 354

²² É um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por: uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e; um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.

beneficiários/as), o que seria de esperar, visto que, também é a mais populosa, seguida da UF de Retorta e Tougues (com 70 beneficiários/as), Vila Chã (com 57 beneficiários/as), Árvore (com 56 beneficiários/as) e Mindelo com (48 beneficiários/as). As restantes freguesias/ UF apresentavam valores inferiores ou iguais a 30 beneficiários/as. A freguesia que apresentava valores mais baixos era a de Modivas, com apenas 3 beneficiários/as.

Gráfico 11. N.º de Beneficiários/as com processamento de RSI | Concelho de Vila do Conde | Por Freguesia | 2022

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS), dezembro de 2022



Relativamente à nacionalidade/proveniência das pessoas beneficiárias do RSI, verificou-se que, dos 860 beneficiários/as do Concelho de Vila do Conde, 798 eram de nacionalidade portuguesa, 46 eram oriundos da Europa do Leste, 4 de África, 4 da Ásia, 4 do Médio Oriente e os restantes 4 de outras proveniências.

Tabela 27. Beneficiários/as com processamento de RSI (n.º) | Por Nacionalidade | de Vila do Conde | 2022

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS), dezembro de 2022

	N.º DE BENEFICIÁRIOS/AS
PORTUGAL	798
EUROPA DO LESTE	46
ÁFRICA	4
ÁSIA	4
MÉDIO ORIENTE	4
OUTRA	4
TOTAL	860

Neste seguimento, contactou-se que a proporção das pensões sofreu um aumento desde 2011, consequente do aumento do envelhecimento e da longevidade da população com 65 ou mais anos (Tabela 27). No Concelho de Vila do Conde, em 2021 e 2022, existiam 35,6 pensionistas por cada 100 residentes.

Tabela 28. Proporção de Pensões da Segurança Social | Caixa Geral de Aposentações | total da população residente com 15 e mais anos | Norte, AMP e Vila do Conde | 2011, 2021 e 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	TOTAL			SEGURANÇA SOCIAL			CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÃO		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
NORTE	34,9	36,6	36,7	30,4	31,7	31,7	4,5	5	5
AMP	34,9	36,9	36,8	30,2	31,8	31,7	4,7	5,1	5,1
VILA DO CONDE	32,3	35,6	35,6	28,5	30,7	30,7	4,3	4,8	4,8



SÍNTESE:

O conjunto de indicadores apresentados traça um panorama que reflete uma dinâmica demográfica e socioeconómicos que colocam desafios sociais acrescidos ao Município de Vila do Conde.

O Concelho de Vila do Conde apresentava uma taxa de atividade superior à verificada no contexto regional e nacional, apresentando um tecido empresarial significativo e dedicado, sobretudo, ao setor terciário (comércio por grosso e retalho, empresas e atividades de consultoria, científicas e técnicas e atividades administrativas e serviços de apoio).

Na análise do desemprego no Concelho, sobressaía o desemprego de longa duração, sendo mais incidente na população entre os 35 e os 54 anos e com 55 ou mais anos. Em termos da realidade familiar, o desemprego afeta todos os tipos de agregados familiares domésticos privados, sobretudo aqueles de maiores dimensões, em que a maioria das pessoas ativas está desempregada.

Mais de metade da população desempregada no Concelho não recebe qualquer prestação de desemprego. Esta é uma situação que se poderá tornar preocupante, uma vez que metade da população ativa em situação de desemprego estará em situação de desemprego prolongado.

O número de beneficiários/as de RSI diminuiu no Concelho de Vila do Conde. Importa, no entanto, esclarecer que esta diminuição se deve ao facto de, na última década, terem surgido novos apoios sociais nos quais estes beneficiários/as puderam ser enquadrados em detrimento do RSI, como é exemplo a prestação social para a inclusão.

O desemprego e os baixos rendimentos mensais (desiguais entre homens e mulheres) constituem fatores que aumentam a vulnerabilidade da população em relação à pobreza e exclusão social.

5. CARATERIZAÇÃO SETORIAL

Neste capítulo, efetua-se uma caraterização setorial do Concelho de Vila do Conde, para o qual foram identificados cinco domínios temáticos que, no contexto social, caraterizam este território, visando a identificação dos problemas mais relevantes e urgentes. A análise destas temáticas, desenvolvida nos subcapítulos seguintes, integra:

- a) Educação e formação;
- b) Saúde;
- c) Habitação;
- d) Segurança;
- e) Igualdade de género.

As temáticas analisadas permitem interpretar a realidade social, a partir da sistematização e tratamento das informações quantitativas e documentais recolhidas, das quais serão elencadas e fundamentadas as prioridades do Concelho de Vila do Conde, garantindo a coesão territorial e como tal permitir que as pessoas disponham dos mecanismos necessários para aproveitar as caraterísticas intrínsecas das áreas onde vivem.

Tal como no capítulo anterior, a análise dos indicadores para os vários setores integrou, não apenas, o estudo da situação no Concelho de Vila do Conde, mas também uma comparação com o contexto regional e nacional, tendo-se, sempre que possível, analisado os dados individualizados para cada freguesia.

5.1. Educação e formação

A educação e formação da população constituem um pilar do desenvolvimento e qualificação da sociedade, pelo que deve assumir um papel preponderante no contexto social e no ordenamento e gestão do território municipal. O atual contexto demográfico e socioeconómico coloca, cada vez mais, ênfase nos processos educativos e formativos como necessários para o desenvolvimento local e sustentável de um território.



No Concelho de Vila do Conde, verificava-se em 2021, que a proporção da população com o ensino secundário ou superior completo, apresentava um peso significativo, seguindo o verificado, também, quer a nível regional, como a nível nacional.

O nível de qualificação da população do Concelho de Vila do Conde apresentava, entre 2011 e 2021, uma variação muito significativa sobretudo no que toca à completude do ensino secundário (Tabela 29). Esta situação dever-se-á sobretudo às alterações impressas pela escolaridade mínima obrigatória²³ que, neste período, passou a ser o nível secundário (12.º ano).

Por este facto, entre 2011 e 2021, assistiu-se a uma diminuição da proporção da população nos restantes graus de ensino, sobretudo na proporção das pessoas sem escolaridade, em 3% nos homens e em 5,9% nas mulheres, embora se considere estes valores, ainda, elevados. Esta tendência evolutiva de decréscimo aconteceu nos restantes graus de ensino.

Relativamente ao ensino superior, verificava-se que a proporção de pessoas com este grau de ensino aumentou substancialmente, entre 2011 e 2021, evidenciando-se a diferença significativa entre homens (14,9% do total de homens residentes no Concelho) e mulheres (20,1% do total de mulheres residentes no Concelho) com o ensino superior concluído, mais uma vez acompanhando o que se verifica a nível regional e nacional.

Em 2022, o Concelho de Vila do Conde registava 12,8% da população residente total, inscrita nos diferentes níveis de educação e ensino (entre os 3 e os 17 anos) (Tabela 30). Analisando a distribuição da população residente em idade escolar, por nível de educação e ensino, apuramos que, entre 2011 e 2022, a proporção de alunos/as matriculados/as diminui no Concelho de Vila do Conde, como também, a nível regional e nacional, globalmente em cerca de 4%. Este facto poderá ser justificado pela quebra demográfica (diminuição da proporção de residentes em idade escolar, em comparação com o total da população residente) que se vem afirmando nas últimas décadas.

²³ A escolaridade mínima obrigatória de uma pessoa é aferida pela data de nascimento ou a data de inscrição/matricula no 1.º ano de escolaridade e poderá ser o 4.º ano, o 6.º ano, o 9.º ano (ensino básico completo) ou o 12.º ano (ensino secundário completo). 4.ª classe ou 4.º ano de escolaridade para os nascidos até 31.12.1966; 6.º ano ou ciclo preparatório para os nascidos a partir de 01.01.1967; 9.º ano de escolaridade para os nascidos entre 01.01.1981 e 31.12.2002 e 12.º ano de escolaridade para os abrangidos pelo âmbito da Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto.



Tabela 29. Proporção da População Residente | Por Nível de Qualificação | Vila do Conde | 2011-2021

Fonte: PORDATA, 2023

	SEM ESCOLARIDADE				1.º CICLO				2.º CICLO				3.º CICLO				SECUNDÁRIO				SUPERIOR			
	H		M		H		M		H		M		H		M		H		M		H		M	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
NORTE	7,3	4,0	12,9	7,1	30,2	24,3	29,2	25,8	17,2	13,1	12,6	9,7	20,3	19,3	16,8	15,3	14,2	23,0	13,8	21,0	9,8	14,9	13,9	20,3
AMP	5,4	3,0	10,0	5,5	27,9	21,3	28,8	24,0	16,5	12,2	12,1	9,1	20,8	19,5	17,1	15,5	15,8	24,3	14,6	21,6	12,5	18,3	16,6	23,4
VILA DO CONDE	6,0	3,4	10,3	5,4	29,6	22,4	30,7	25,6	19,8	14,8	13,8	10,5	20,2	20,2	17,4	16,2	13,8	22,9	13,5	21,4	9,5	14,9	13,5	20,1



Tabela 30. Proporção de alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário (3 a 17 anos) | Norte, AMP, Vila do Conde | 2011- 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	PRÉ-ESCOLAR ²⁴		1.º CICLO ²⁵		2.º CICLO ²⁶		3.º CICLO ²⁷		SECUNDÁRIO ²⁸		TOTAL ²⁹	
	2011	2022	2011	2022	2011	2022	2011	2022	2011	2022	2011	2022
NORTE	2,58	2,36	4,37	3,26	2,72	1,92	4,79	3,14	4,42	3,73	18,89	14,44
AMP	2,55	2,37	4,38	3,35	2,78	1,98	4,61	3,20	4,42	3,77	18,75	14,71
VILA DO CONDE	2,73	2,43	4,40	3,26	2,46	1,85	4,20	2,66	2,91	2,64	16,70	12,84

²⁴ Dos 3 aos 5 anos²⁵ Dos 6 aos 9 anos²⁶ Dos 10 aos 11 anos²⁷ Dos 12 aos 14 anos²⁸ Dos 15 aos 17 anos²⁹ Dos 3 aos 17 anos



No que se prende com o número de alunos/as inscritos/as no Ensino Superior, verificou-se o aumento do número de inscritos/as, tendência já auferida anteriormente, e mais uma vez, com maior representatividade das mulheres (Tabela 31).

Tabela 31. Alunos/as matriculados/as no Ensino Superior (n.º) | Vila do Conde | 2011 a 2023

Fonte: PORDATA, 2023

	2011	2021	2022	2023
Total	1226	1745	1917	1924
MASCULINO	537	766	856	856
FEMININO	689	979	1061	1068

Dissecando as taxas de retenção e desistências³⁰, nos últimos 10 anos letivos (Tabela 32), observou-se que, no Concelho de Vila do Conde, esta tem vindo a diminuir ao longo dos anos, em todos os ciclos de ensino. Verificou-se, ainda, que o ensino secundário é o que nos apresentava valores mais elevados no que se refere às taxas de desistência e retenção, embora estes são valores sejam cada vez mais baixos.

Tabela 32. Taxa de Retenções e Desistências (%) | Por Ciclo de Estudos | Vila do Conde

Fonte: DGEEC, 2023

	ANO LETIVO									
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
ENSINO BÁSICO	10,6	9,7	7,2	6,1	3,5	3,9	2,8	1,2	2,5	1,9
1.º CICLO	5,7	4,6	3,2	3,6	2,6	2,4	1,0	0,7	1,3	1,0
2.º CICLO	11,3	10,1	7,2	5,7	2,4	3,0	1,4	1,1	1,2	1,3
3.º CICLO	16,6	16,4	12,5	9,6	5,4	6,6	5,9	2,0	4,6	3,5
SECUNDÁRIO	16,7	16,9	17,3	18,2	17,0	13,4	14,3	8,9	6,3	5,7

³⁰ Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte, e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo



A taxa Bruta de Escolarização³¹ no Ensino Básico e no Ensino Secundário, registada no Concelho de Vila do Conde era, para o ano de 2021/22, de 91% e 84%, respetivamente, valores inferiores ao registado na AMP (que apresentava valores de 109% e 129%, respetivamente).

Já no que se prende com a taxa Real de Escolarização³² no Ensino Básico e no Ensino Secundário, para o mesmo ano letivo, em Vila do Conde foi de 86% e para a AMP de 93%. No entanto, na análise da taxa bruta de pré-escolarização no mesmo ano letivo (2021/22) verifica-se que se soma em 89% em Vila do Conde e em 97% na AMP.

Tabela 33. Taxa de Escolarização (%) | Por Ano Letivo | Vila do Conde

Fonte: DGEEC, 2023

	ANO LETIVO									
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO	91,5	89,7	88,5	87,8	89,6	89,6	94,2	91,7	90,1	89,3
TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO	101,2	97,5	96,7	94,5	92,6	91,8	90,2	91,1	90,9	91,1
TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO SECUNDÁRIO	74,7	70,6	72,8	75,4	78,6	77,0	80,5	77,2	82,4	83,6
TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO	89,7	88,6	86,7	85,2	86,7	86,3	90,4	88,8	86,3	85,4

Entre 2011 e 2021, verificou-se uma redução generalizada da taxa de analfabetismo, quer ao nível nacional (com uma redução de cerca de 2,1%), como a nível da AMP (com uma redução na ordem dos 1%) e a nível do Concelho de Vila do Conde (com uma diminuição de 1,5%).

³¹ É a relação percentual entre o número total de alunos/as matriculados/as num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

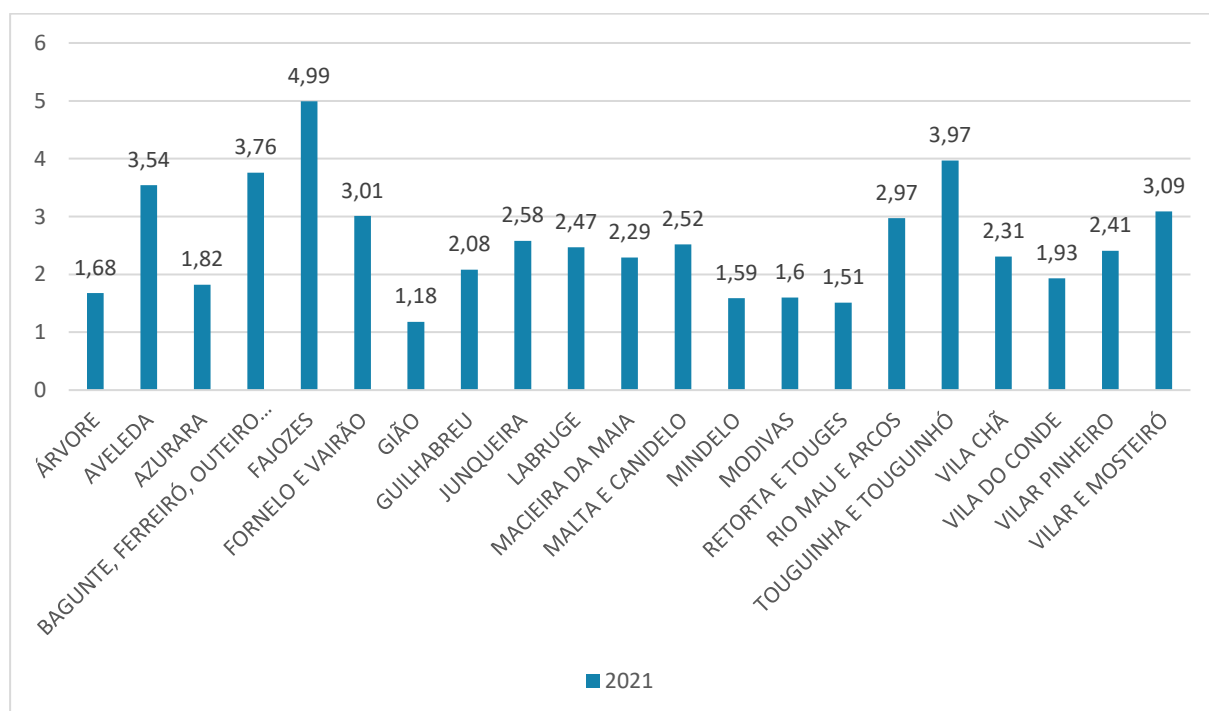
³² É a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Em termos de valores globais, verificou-se que, em 2021, a população do Concelho de Vila do Conde apresentava uma taxa de analfabetismo na ordem dos 2,3%, valor superior ao verificado na AMP (2,14%) e inferior ao verificado na Região Norte (3,0%) e ao nível nacional (3,1%). Esta é uma condição que afeta maioritariamente as mulheres (2,9% do total das mulheres residentes no Concelho de Vila do Conde), mas que afeta também os homens (1,7% do total de homens residentes no Concelho de Vila do Conde).

Analisando a taxa de analfabetismo das freguesias/UF do Concelho de Vila do Conde, em 2021, estas taxas atingiram valores elevados em algumas destas unidades territoriais, como seja Fajozes (4,99%), UF de Touguinha e Touguinhó (3,97%), UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada (3,76%), Aveleda (3,54%), UF de Vilar e Mosteiró (3,09%) UF Fornelo e Vairão (3,01%). As restantes freguesias /UF apresentavam valores de analfabetismo inferiores a 3% da população residente nessas freguesias, sendo a freguesia de Gião a que apresentava menor taxa (1,18%).

Gráfico 12. Taxa de Analfabetismo | Por Freguesia | Vila do Conde | 2021

Fonte: PORDATA, 2023



5.2. Saúde

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde não é só ausência de doenças ou enfermidades, mas também um estado de bem-estar físico, mental e social.

No que se refere à esperança de vida à nascença³³, é sabido que em Portugal tem vindo a aumentar desde 2010, apresentando, em média, valores de 81 anos no triénio 2019/2021 (78 anos para os homens e 84 anos para as mulheres) (Tabela 34).

Tabela 34. Evolução da Esperança de Vida à Nascença (anos) | Portugal | 2010/12 – 2020/22

Fonte: INE, 2021

Triénio	Esperança de vida à nascença (anos)					
	Série revista			Série publicada		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2010 – 2012	79,79	76,67	82,60	79,78	76,67	82,59
2011 – 2013	80,03	76,97	82,80	80,00	76,91	82,79
2012 – 2014	80,32	77,24	83,12	82,24	77,16	80,03
2013 - 2015	80,47	77,43	83,23	80,41	77,36	82,23
2014 – 2016	80,69	77,67	83,38	80,62	77,61	83,33
2015 - 2017	80,85	77,86	83,50	80,78	77,74	83,41
2016 – 2018	80,89	77,92	83,51	80,80	77,78	83,43
2017 – 2019	81,05	78,13	83,61	80,93	77,95	83,51
2018 – 2020	81,22	78,34	83,74	81,06	78,07	83,67
2019 – 2021	80,97	78,04	85,53	80,72	77,67	83,37
2020 - 2022	80,96	78,05	83,52	-	-	-

No que se refere à esperança de vida aos 65 anos³⁴ (Tabela 35), aumentou ligeiramente, no contexto nacional, desde 2010 até 2020, apresentando valores de 19 anos no triénio 2010/2012 e 20 anos no triénio 2018/2020, tendo vindo a regredir no último triénio novamente para os 19 anos (2019/2021).

³³ Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

³⁴ Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exata 65 anos pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

Tabela 35. Evolução da Esperança de Vida aos 65 anos (anos) | 2010/12 – 2020/22

Fonte: INE, 2021

Triénio	Esperança de vida aos 65 anos (anos)					
	Série revista			Série publicada		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2010 – 2012	18,84	16,95	20,27	18,84	16,94	20,27
2011 – 2013	19,00	17,15	20,41	19,97	17,07	20,40
2012 – 2014	19,20	17,34	20,646	17,12	17,23	20,55
2013 - 2015	19,25	17,42	20,67	19,19	17,32	20,67
2014 – 2016	19,37	17,50	20,78	19,31	17,44	20,73
2015 - 2017	19,53	17,67	20,91	19,45	17,55	20,81
2016 – 2018	19,59	17,72	20,96	19,49	17,58	20,88
2017 – 2019	19,73	17,87	21,11	19,61	17,70	21,00
2018 – 2020	19,86	18,04	21,19	19,69	17,76	21,11
2019 – 2021	19,62	17,77	20,98	19,35	17,38	20,80
2020 - 2022	19,61	17,76	20,98	19,30	-	-

Analisando a esperança de vida aos 65 anos (Tabela 36), constata-se que esta tem vindo a aumentar quer a nível nacional, como a nível regional, sendo que a realidade da Região Norte se aproxima muito da realidade nacional.

Tabela 36. Esperança média de vida aos 65 anos (anos) | 2011-2021

Fonte: INE, 2021

	TOTAL		MASCULINO		FEMININO	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal Continental	19,0	19,7	17,0	17,9	20,5	21,2
Região norte	19,0	19,9	17,1	18,2	20,4	21,2

Relativamente à taxa de mortalidade infantil³⁵ (Tabela 37), é também sabido que tem vindo a diminuir a nível nacional, desde 2011. Neste campo, o Concelho de Vila do Conde destaca-se por, em 2021, ter apresentado uma taxa de 0,0%, apesar de apresentar, em 2022, uma taxa de 1,5 mortes em média por cada 1000 crianças, ainda assim, bastante inferior às unidades territoriais superiores, em análise.

Tabela 37. Taxa de mortalidade infantil (%) | 2011-2021

Fonte: INE, 2021

	2011	2021	2022
Portugal continental	3,1	2,4	2,6
Região Norte	3,0	2,0	2,4
Vila do Conde	3,6	0,0	1,5

Ao analisar a taxa quinquenal de mortalidade infantil³⁶ (Tabela 38), verificou-se que, no Concelho de Vila do Conde, esta é superior no último quinquénio do que nos anteriores, tendência inversa à verificada tanto a nível regional como nacional.

Tabela 38. Taxa quinquenal de mortalidade infantil (%) | Por unidade Territorial

Fonte: INE, 2021

	2017/2021	2008/2012	2007/2011
Portugal continental	2,7%	3,1%	3,2%
Região Norte	2,3%	2,8%	2,9%
Vila do Conde	3,0%	2,4%	2,9%

No que respeita à taxa Bruta de Mortalidade³⁷ (Tabela 39), verificou-se que, entre 2011 e 2021, esta aumentou tanto a nível nacional, como regional e sub-regional e, mesmo, no Concelho de Vila do

³⁵ Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 (10³) nados vivos).

³⁶ Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, referido ao número de nados vivos do mesmo período (expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 nados vivos).

³⁷ Número de óbitos observado durante um determinado período, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes).

Conde. No entanto, entre 2021 e 2022, verificou-se o decréscimo da taxa de mortalidade em Vila do Conde e ao nível nacional, tendo esta continuado a aumentar na Região Norte e, até, na AMP.

Tabela 39. Taxa Bruta de Mortalidade (%) | Por Local de Residência | 2011, 2021, 2022

Fonte: INE, 2021

	2011	2021	2022
Portugal continental	9,7%	12,1%	9,7%
Região Norte	8,6%	10,3%	10,7%
AMP	8,1%	9,9%	10,2%
Vila do Conde	8,2%	9,9%	8,8%

No que se prende com os motivos apontados como causas da mortalidade, verificou-se que, em Vila do Conde, a maioria das mortes se associam a doenças oncológicas (tumores malignos), seguindo-se nesta lógica as doenças do aparelho circulatório e as doenças do aparelho respiratório. Em comparação com as unidades territoriais superiores em análise, verifica-se que as causas apontadas para a mortalidade são proporcionalmente as mesmas.

Em termos da evolução deste fator, verificou-se que, entre 2011 e 2021, em Vila do Conde, o número de doenças oncológicas e de doenças do aparelho circulatório como causa da mortalidade da população sofreram um ligeiro aumento, tendo diminuído as causas relacionadas com as doenças do aparelho respiratório, lesões e envenenamentos, diabetes e doenças do aparelho digestivo. Em termos globais, o suicídio manteve o seu impacto na população do Concelho de Vila do Conde, verificando-se uma proporção inferior à verificada nas unidades territoriais em análise (Tabela 41).

Tabela 40. Proporção das causas da Mortalidade | Por Unidades Territoriais | 2011 e 2021

Fonte: INE, 2021

	Doenças Aparelho Circulatório		Tumores Malignos		Lesões e envenenamentos		Diabetes		Doenças Aparelho Respiratório		Doenças do Aparelho Digestivo		Suicídio	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
PORTUGAL	30,7	25,9	24,8	22,1	0,2	0,1	4,4	2,8	11,6	8,2	4,4	4,3	1,0	0,7
NORTE	28,4	25,6	25,3	23,6	0,3	0,1	4,4	2,5	11,9	8,8	4,7	4,6	0,7	0,7
AMP	27,1	24,8	27,2	24,8	0,3	0,2	4,6	2,3	11,5	8,9	4,0	4,4	0,5	0,6
VILA DO CONDE	24,8	25,5	27,1	27,3	1,1	0,6	3,7	3,2	14,0	6,4	3,4	3,6	0,5	0,5



Relativamente ao número de camas disponibilizadas em hospitais (Tabela 41), verificou-se que este tem vindo a aumentar, quer a nível nacional como regional, nomeadamente no Hospital Geral público e no privado. Na AMP, esta evolução positiva cifra-se no aumento das camas disponíveis tanto em hospitais públicos, entre 2013 (4388 camas) e 2021 (5797 camas), como em hospitais privados (3140 em 2013 e 3644 em 2021). Já ao nível dos hospitais especializados, verifica-se a diminuição de camas, tanto no público como no privado.



Tabela 41. Camas nos Hospitais (n.º) | Tipo de Cuidado Hospitalar | 2013-2021

Fonte: INE, 2021

	N.º de camas dos hospitais por localização geográfica				N.º de camas dos hospitais públicos e privados de acesso universal e hospitais em parceria pública- privada									
	Hospital Geral		Hospital Especializado		Hospital Geral		Hospital Especializado		Público		Privado		Parceria Público-Privado	
	2013	2021	2013	2021	2013	2021	2013	2021	2013	2021	2013	2021	2013	2021
Portugal	27050	28179	8428	8070	22162	21991	2382	2053	224,2	229,8	100,2	111,7	14,9	6,8
Região Norte	8530	9877	2365	2296	6507	6967	794	723	185,3	217,1	95,8	120,5	17	0
AMP	4388	5797	1363	1320	3140	3644	794	723	—	—	—	—	—	—
Vila do Conde	49	—	0	—	49	0	0	0	—	—	—	—	—	—



O número de subsídios de doença (prestação atribuída ao beneficiário para compensar a perda de remuneração resultante do impedimento temporário para o trabalho por motivo de doença) atribuídos tem vindo a diminuir desde 2019 até 2021, tanto no que diz respeito aos homens como às mulheres. No entanto, em 2022, assistiu-se a um aumento bastante significativo do número de beneficiários/as deste subsídio.

Tabela 42. Evolução do Subsídio de Doença (€) | Local de Residência | 2019 a 2022

Fonte: INE, 2021

	2022		2021		2020		2019	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Portugal continental	317.286	442.137	266.942	365.456	286.184	400.547	289.684	417.520
Região Norte	138.126	182.649	116.858	152.207	126.850	167.750	124.512	168.776
AMP	70.372	94.645	59.425	78.169	65.811	87.485	64.743	88.237
Vila do Conde	3323	4643	2751	3827	3131	4426	2960	4446

5.3. Habitação

Tendo em conta o perfil sociodemográfico e potenciais necessidades de habitação das famílias do Concelho de Vila do Conde, analisam-se as condições da habitação da população no Concelho. A idade, o estado de conservação, a tipologia e a lotação dos alojamentos, juntamente com a análise da dinâmica construtiva e imobiliária, serão utilizados como descritores de base para identificar e caracterizar a oferta habitacional do Concelho.

Idade e Estado de Conservação

O Concelho de Vila do Conde apresentava, em 2021, um parque habitacional composto por 22.936 edifícios, 46,5% dos quais anteriores a 1981. Ao nível das freguesias, destacam-se a de Fajozes e a UF de Rio Mau e Arcos como as freguesias que apresentavam as proporções mais elevada (64,1%) e mais baixa (33,9%) de edifícios construídos antes de 1981, respetivamente.

Tabela 43. Edifícios por época de construção

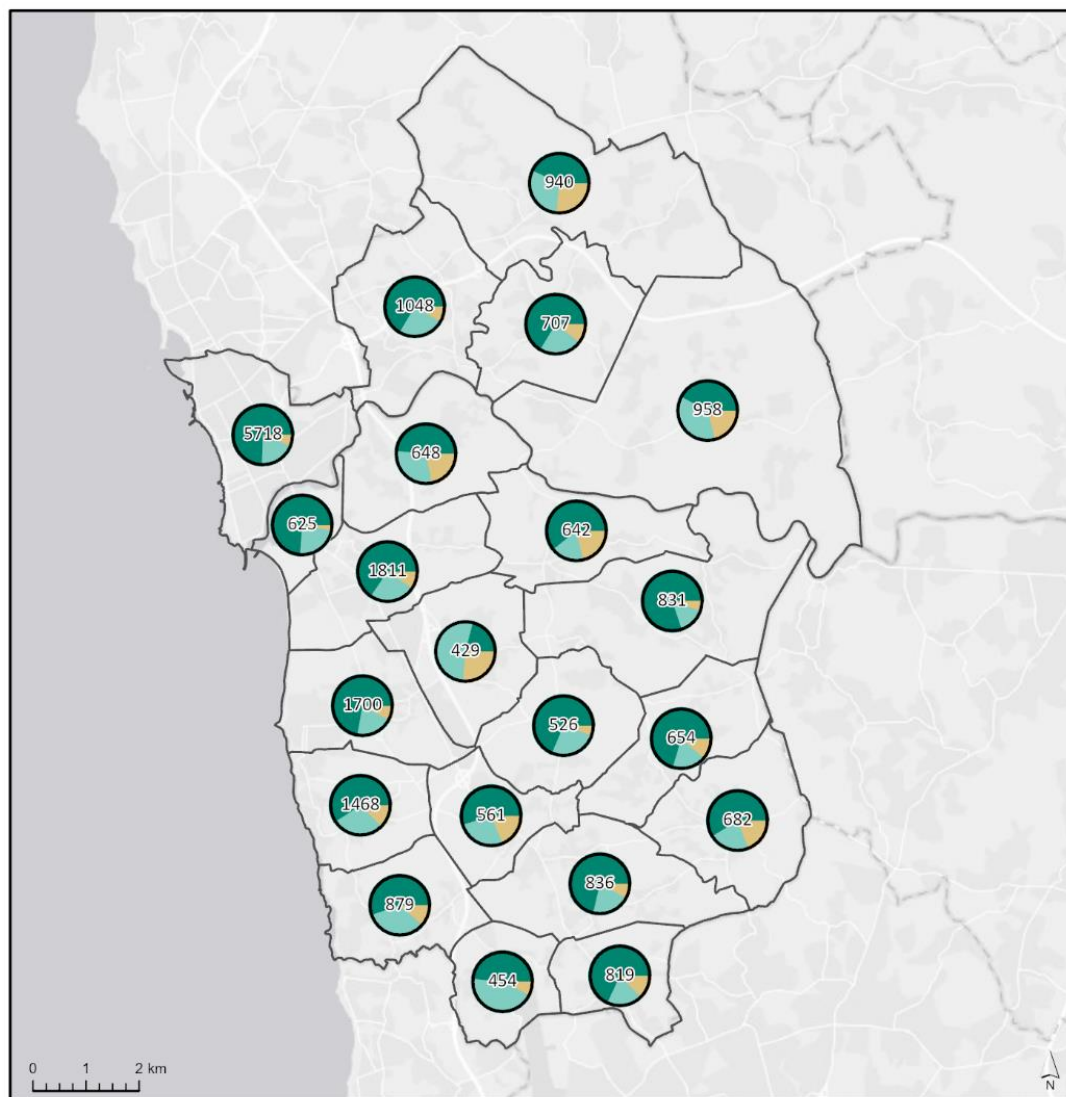
Fonte: INE (Censos 2021)

Unidade territorial	Total (2021)	Idade do edifício					
		Até 1945		1946 a 1980		1981 a 2021	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila do Conde (Concelho)	22 936	2 452	10,7%	8 204	35,8%	12 280	53,5%
Árvore	1 811	86	4,7%	739	40,8%	986	54,4%
Aveleda	454	125	27,5%	111	24,4%	218	48,0%
Azurara	625	10	1,6%	202	32,3%	413	66,1%
Fajozes	429	80	18,6%	195	45,5%	154	35,9%
Gião	526	85	16,2%	140	26,6%	301	57,2%
Guilhabreu	682	74	10,9%	222	32,6%	386	56,6%
Junqueira	707	109	15,4%	260	36,8%	338	47,8%
Labruge	879	154	17,5%	221	25,1%	504	57,3%
Macieira da Maia	642	95	14,8%	166	25,9%	381	59,3%
Mindelo	1 700	92	5,4%	753	44,3%	855	50,3%
Modivas	561	79	14,1%	170	30,3%	312	55,6%
Vila Chã	1 468	117	8,0%	373	25,4%	978	66,6%
Vila do Conde	5 718	226	4,0%	2 445	42,8%	3 047	53,3%
Vilar do Pinheiro	819	119	14,5%	354	43,2%	346	42,2%
UF Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	958	114	11,9%	334	34,9%	510	53,2%
UF Forno e Vairão	831	231	27,8%	301	36,2%	299	36,0%
UF Malta e Canidelo	654	102	15,6%	207	31,7%	345	52,8%
UF Retorta e Tougues	648	168	25,9%	166	25,6%	314	48,5%
UF Rio Mau e Arcos	940	56	6,0%	262	27,9%	622	66,2%
UF Touguinha e Touguinhó	1048	175	16,7%	238	22,7%	635	60,6%
UF Vilar e Mosteiró	836	155	18,5%	345	41,3%	336	40,2%

No que concerne o estado de conservação e necessidade de reparações, verifica-se que, em 2021, cerca de 27% do edificado (6.261 edifícios) necessitava de ligeiras a profundas reparações.

Ao nível das freguesias, a UF de Forno e Vairão apresentava a maior proporção de edifícios com necessidade de reparação, e Fajozes encontrava-se na situação oposta, com a menor proporção de edifícios nessa situação, 60% e 4%, respetivamente. Em 2021, os edifícios construídos antes de 1919 eram os que apresentavam maior proporção de necessidades de reparação (cerca de 50%, isto é, 619

edifícios do parque edificado do Concelho com necessidades de reparação), sendo seguidos pelos edifícios construídos entre 1919 e 1945 (44%, isto é, 540 edifícios do parque edificado do Concelho com necessidades de reparação). Evidenciava-se, neste âmbito, a UF de Fornelo e Vairão como a que apresentava maior proporção de edifícios com necessidade de reparações no período entre 1961 e 1980 (cerca de 73% do parque edificado desta união de freguesias, correspondendo a 156 edifícios).



Edifícios com Necessidade de Reparação

819 Total Com necessidades ligeiras Com necessidades médias Com necessidades profundas

Figura 10. Edifícios com necessidades de reparação por dimensão das mesmas

Fonte: INE, (Censos 2021)

Forma e Regime de Ocupação dos Alojamentos

No Concelho de Vila do Conde, em 2021, 75,3% dos alojamentos familiares clássicos são de residência habitual, destacando-se as freguesias de Aveleda e Mindelo por apresentarem a maior e a menor proporção de alojamentos ocupados desta forma, 88,5% e 60,2%, respetivamente. É nesta última que o uso de alojamentos de forma sazonal ganha maior destaque, com uma proporção de 34,5% dos alojamentos familiares clássicos disponíveis.

Tabela 44. Alojamentos por forma de ocupação

Fonte: INE (Censos 2021)

Unidade territorial	Alojamentos familiares clássicos					
	Residência habitual		Uso sazonal / 2ª habitação		Vagos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila do Conde (Concelho)	29129	75,3%	6813	17,6%	2733	7,1%
Árvore	2037	72,0%	575	20,3%	217	7,7%
Aveleda	431	88,5%	16	3,3%	40	8,2%
Azurara	899	72,4%	268	21,6%	75	6,0%
Fajozes	460	83,3%	33	6,0%	59	10,7%
Gião	584	81,3%	50	7,0%	84	11,7%
Guilhabreu	775	88,4%	33	3,8%	69	7,9%
Junqueira	638	80,6%	98	12,4%	56	7,1%
Labruge	1094	71,6%	337	22,1%	97	6,3%
Macieira da Maia	825	84,7%	65	6,7%	84	8,6%
Mindelo	1547	60,2%	887	34,5%	134	5,2%
Modivas	620	86,8%	29	4,1%	65	9,1%
Vila Chã	1260	69,3%	425	23,4%	134	7,4%
Vila do Conde	11031	72,5%	3203	21,1%	979	6,4%
Vilar do Pinheiro	958	86,6%	58	5,2%	90	8,1%
UF Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	810	80,1%	115	11,4%	86	8,5%
UF Fornelo e Vairão	871	82,5%	91	8,6%	94	8,9%
UF Malta e Canidelo	746	86,5%	60	7,0%	56	6,5%
UF Retorta e Tougues	704	84,0%	67	8,0%	67	8,0%
UF Rio Mau e Arcos	861	79,0%	181	16,6%	48	4,4%
UF Touguinha e Touguinhó	1089	80,6%	175	13,0%	87	6,4%
UF Vilar e Mosteiró	889	84,8%	47	4,5%	112	10,7%

No que diz respeito aos alojamentos familiares vagos, o Concelho de Vila do Conde apresenta 2.733 imóveis, o correspondente a cerca de 7,1% dos alojamentos familiares clássicos disponíveis.

Entre 2011 e 2021, verificou-se um aumento dos alojamentos ocupados como residência habitual na ordem dos 9%, em Vila do Conde. Em contrapartida, a proporção de alojamentos ocupados como residência secundária e os alojamentos vagos diminuíram consideravelmente, atingindo decréscimos de 12% e 13%, respetivamente.

Na sua maioria, a população do Concelho de Vila do Conde residia, em 2021, em alojamentos familiares clássicos (98% de um total de 79.464 pessoas), 460 pessoas (0,6% da população residente no Concelho) residem em edifícios não clássicos³⁸ (tendas, barracas e outros) e 1,2% (951 indivíduos) reside em alojamentos coletivos.

A população residente nos alojamentos coletivos³⁹ (estabelecimentos hoteleiros e alojamentos de convivência⁴⁰) encontra-se distribuída por diversas categorias – Apoio social (684 indivíduos), Saúde (120 indivíduos), alojamentos de convivência religiosa (18 indivíduos), estabelecimentos prisionais (9 indivíduos), Hotéis (6 indivíduos), e outros alojamentos de convivência (114 indivíduos).

Tabela 45. População residente nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual

Fonte: INE (Censos 2021)

Unidade territorial	População residente nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual						
	Total	Arrendados		Propriedade dos ocupantes		Outras situações	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila do Conde (Concelho)	29 129	5897	20,2%	20 914	71,8%	2318	8,0%
Área Metropolitana do Porto (NUTS III)	681 349	186037	27,3%	443 219	65,1%	52 093	7,6%

³⁸ Conforme conceito do INE, entende-se por alojamento não clássico o alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência.

³⁹ Alojamento que se destina a albergar um grupo numeroso de pessoas, mais do que uma família ou agregado doméstico, e que no momento de referência está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes, de acordo com o conceito estipulado pelo INE.

⁴⁰ Alojamento coletivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância e que se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objetivo ou interesses pessoais comuns.

Unidade territorial	População residente nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual						
	Total	Arrendados		Propriedade dos ocupantes		Outras situações	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	4 142 581	922810	22,3%	2 900 093	70,0%	319 678	7,7%

A maioria da população, em 2021, residia em alojamentos dos quais era proprietária (71,8%), distribuindo-se a restante por alojamentos arrendados (20,2%) e por alojamentos noutras situações⁴¹ (8%).

Em 2021, existiam, no Concelho de Vila do Conde, 84 alojamentos não clássicos⁴², correspondentes a “alojamentos improvisados”. Verifica-se, assim, um aumento na ordem dos 163% deste tipo de alojamentos face a 2011.

Tabela 46. Alojamentos familiares não clássicos

Fonte: INE (Censos 2011 e 2021)

Unidade territorial	Alojamentos familiares não clássicos						
	2011			2021			2011-2021
	Total	Não clássicos		Total	Não clássicos		Variação alojamentos não clássicos
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%
Vila do Conde (Concelho)	37770	32	0,08%	38792	84	0,22%	163%
Área Metropolitana do Porto (NUTS III)	827864	660	0,08%	837386	353	0,04%	-47%

Lotação

Verifica-se ainda que, do total de alojamentos ocupados como residência habitual localizados em Vila do Conde, em 2021, cerca de 13% se encontrava sobrelotado (uma ou mais divisões em falta),

⁴¹ De acordo com os conceitos utilizados pelo INE, a condição de ocupação dos alojamentos “outras condições” integra todas as condições de ocupação de alojamentos, na totalidade ou em parte, que não sejam passíveis de incluir as modalidades: proprietário ou coproprietário; proprietário em propriedade coletiva de cooperativa de habitação e arrendatário ou subarrendatário.

⁴² Conforme conceito do INE, entende-se por alojamento não clássico o alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência.

correspondendo a 3776 alojamentos. Este resultado indica um aumento de 15% deste tipo de carência habitacional, face a 2011.

Tabela 47. Alojamentos familiares sobrelotados

Fonte: Censos 2011 e 2021

Unidade territorial	Alojamentos familiares sobrelotados						
	2011			2021			2011-2021
	Total	Sobrelotados		Total	Sobrelotados		Variação alojamentos sobrelotados
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%
Vila do Conde (Concelho)	26783	3275	12,2%	29129	3776	13,0%	15,3%
Área Metropolitana do Porto (NUTS III)	484280	64161	13,2%	681349	95531	14,0%	48,9%

Para além de identificar, a nível concelhio, os alojamentos sobrelotados, importa, também, abordar as outras problemáticas, como sejam, o estado de conservação dos alojamentos/edifícios, para que se possa fazer uma aproximação à real situação da habitação no Concelho.

Relativamente às necessidades de reparação dos edifícios habitacionais, verifica-se que existiam no Concelho, em 2021, 6.261 edifícios a necessitarem de algum tipo de reparação, representando uma diminuição de cerca de 70%, face o registado em 2011, espelhando a tendência seguida pela sub-região, ainda que de forma mais expressiva (entre 2011 e 2021, os edifícios com necessidade de reparação decresceram 46% na sub-região).

Tabela 48. Necessidade de reparação dos edifícios

Fonte: INE (Censos 2011 e 2021)

Unidade territorial	Necessidade de reparação dos edifícios									
	2011					2021				
	Total	Necessidade de reparação		Sem Necessidade de Reparação		Total	Necessidade de reparação		Sem Necessidade de Reparação	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	%
Vila do Conde (Concelho)	68685	21 116	30,7%	47 569	69,3%	22 936	6261	27,3%	16 675	72,7%

Unidade territorial	Necessidade de reparação dos edifícios									
	2011					2021				
	Total	Necessidade de reparação		Sem Necessidade de Reparação		Total	Necessidade de reparação		Sem Necessidade de Reparação	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	%
Área Metropolitana do Porto (NUTS III)	820473	315 147	38,4%	505 326	61,6%	416 190	171 726	41,3%	244 464	58,7%

Foi, também, analisado o nível de acessibilidade aos alojamentos/edifícios por pessoas com dificuldades, uma vez que a adequação das habitações às características das pessoas que neles habitam, principalmente no que diz respeito às pessoas com incapacidade ou deficiência é também uma problemática associada à condição da habitação. Deste modo, equaciona-se a adaptabilidade dos edifícios, em particular aqueles com 3 ou mais alojamentos, aos residentes com mobilidade condicionada ou incapacidade, uma vez que este é um elemento fundamental no acesso de toda a população a uma habitação condigna, que responda às necessidades dos ocupantes.

De acordo com os resultados do Censos 2021, residiam, no Concelho de Vila do Conde, 32.583 indivíduos, com pelo menos uma dificuldade (onde se incluem dificuldades de locomoção), correspondendo a 40,3% da população residente.

No Concelho, contabilizavam-se 11.020 alojamentos de residência habitual com entrada acessível a circulação em cadeira de rodas, representando 37,8% do total dos alojamentos de residência habitual. No que concerne a população residente nos alojamentos, verifica-se que cerca de 61,2% da população habita alojamentos sem acesso a cadeira de rodas.

Tabela 49. Acessibilidade de indivíduos com mobilidade condicionada à entrada nos alojamentos familiares

Fonte: Censos 2021

Unidade territorial	Alojamentos clássicos de residência habitual					População residente com 5 e mais anos com pelo menos uma dificuldade		População residente em alojamentos familiares sem acesso a cadeiras de rodas	
	Total	Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas		Entrada não acessível à circulação em cadeira de rodas					
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila do Conde (Concelho)	29129	11020	37,8%	18109	62,2%	32583	40,3%	48602	61,2%

Unidade territorial	Alojamentos clássicos de residência habitual					População residente com 5 e mais anos com pelo menos uma dificuldade		População residente em alojamentos familiares sem acesso a cadeiras de rodas	
	Total	Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas		Entrada não acessível à circulação em cadeira de rodas					
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Área Metropolitana do Porto (NUTS III)	681349	239187	35,1%	442162	64,9%	726724	41,4%	1096863	63,8%

Apesar de não estarem disponíveis dados mais específicos quanto ao tipo de dificuldades da população residente e os alojamentos que habitam, estes números permitem entrever a existência de um número significativo de alojamentos que não se encontram adequados à população que neles reside. Esta situação poderá, ainda, ter uma maior dimensão, uma vez que os dados do Censos também não permitem aferir outros fatores de inadequação (adequação de vãos, necessidade de adaptação de equipamentos e acessos a compartimentos interiores, etc.), que apenas um levantamento municipal, mais direcionado, conseguirá identificar.

Mercado habitacional e Dinâmica Construtiva e Imobiliária

Em 2021, os alojamentos arrendados de residência habitual no Concelho de Vila do Conde apresentavam rendas que podiam alcançar valores superiores a 650 euros, encontrando-se, na sua maioria, no escalão de renda dos 200€ aos 399,99€ (48,0%), seguindo-se as rendas entre os 400 € e os 649,99 € (24,3%). Os escalões de renda inferiores (menos de 49,99 €, 50 € - 99,99 € e 100 € - 199,99 €) representam, no conjunto, cerca de 22,9% dos alojamentos arrendados de residência habitual, sendo que o escalão superior (650€ ou mais) representa apenas 4,7% destas habitações no Concelho. Como se pode verificar pela consulta da Tabela 50, este é o cenário que, genericamente, se verifica na globalidade da Área Metropolitana do Porto e a nível nacional.

Tabela 50. Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual, por escalão de valor mensal de renda

Fonte: INE (Censos 2021)

Unidade territorial	Total	Escalão do valor mensal da renda											
		Menos de 49,99 euros		50 - 99,99 euros		100 - 199,99 euros		200 - 399,99 euros		400 - 649,99 euros		650 e mais euros	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila do Conde (Concelho)	14 633	959	6,6	803	5,5	1586	10,8	7029	48,0	3561	24,3	695	4,7
Área Metropolitana do Porto (NUTS III)	435 225	48 773	11,2	40 309	9,3	58 627	13,5	164 666	37,8	93 132	21,4	29 718	6,8
Portugal	2 190 629	194 576	8,9	136 263	6,2	272 334	12,4	881 566	40,2	495 338	22,6	210 552	9,6

De acordo com os dados do INE, entre 2002 e 2021, foram licenciados, no Concelho de Vila do Conde, 4.891 edifícios – 3.090 resultantes de construções novas e 1.683 alvo de ampliações, alterações e reconstruções.

Como se pode observar na Figura 11, entre 2002 e 2021, o número de edifícios habitacionais licenciados sofreu um decrescimento acentuado e constante até 2015, sobretudo ao nível das construções novas, sendo que a inversão desta tendência se verifica a partir de 2016, notando-se o aumento sobretudo ao nível das construções novas. Globalmente, o número de licenciamentos para construção nova é quase sempre superior ao dos licenciamentos para ampliações, alterações e reconstruções, com exceção dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2017, indicando uma preferência, muito significativa, pela nova construção, ao invés da opção pela reabilitação do parque edificado pré-existente.

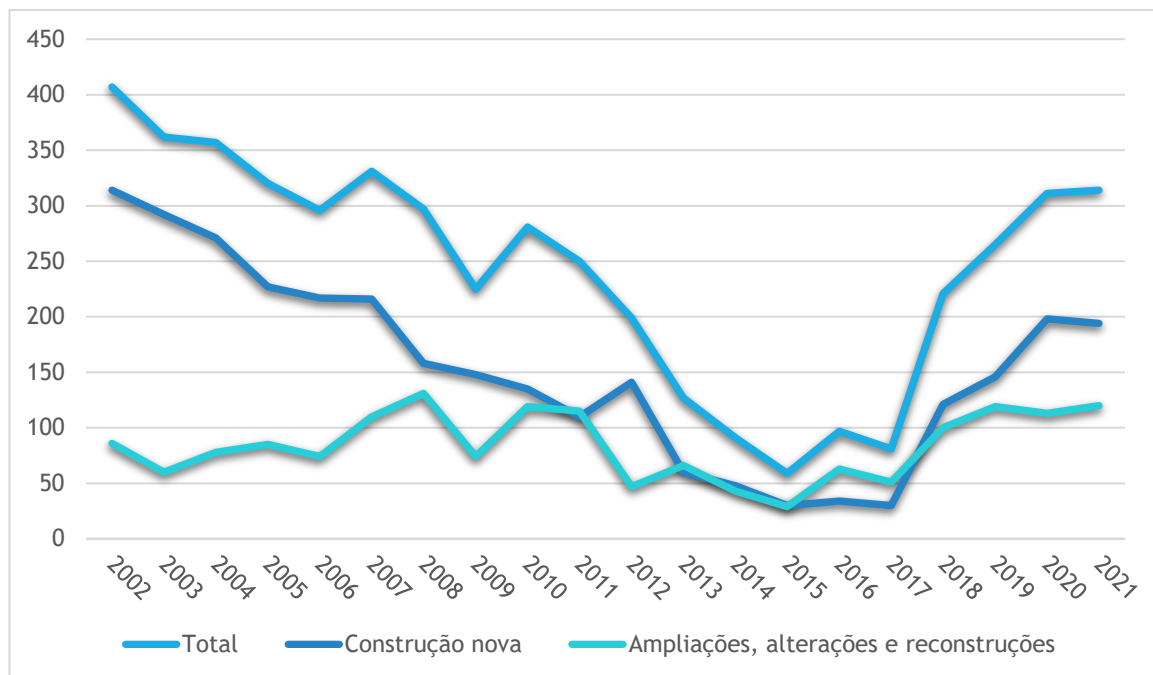


Figura 11. Edifícios habitacionais licenciados entre 2002 e 2021

Fonte: INE (Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios)

No que se refere às tipologias de fogos licenciadas, verifica-se uma maioria de fogos das tipologias T2 e T3, representando cerca de 83,6% (40,8% da tipologia T2 e 42,8% da tipologia T3). Estas tipologias parecem ajustadas à dimensão média das famílias residentes no Concelho, uma vez que, como já referido, as famílias constituídas por uma, duas ou três pessoas representam, em 2021, cerca de 73% das famílias residentes.

Tabela 51. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar (por tipologia) entre 1995 e 2021

Fonte: INE (Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios)

Unidade territorial	Fogos licenciados	Tipologia dos fogos							
		T0 ou T1		T2		T3		T4 ou mais	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Vila do Conde	13 814	924	6,7%	5635	40,8%	5912	42,8%	1343	9,7%
Área Metropolitana do Porto (NUTS III)	203 812	32 196	15,8%	81 317	39,9%	67 637	33,2%	22 662	11,1%

As tipologias habitacionais de menor dimensão (T0 ou T1) correspondem, no Concelho, a cerca de 6,7% do total dos fogos licenciados, valor inferior ao da Área Metropolitana do Porto, onde esse valor ascende a cerca de 15,8% do total. O mesmo acontece com as tipologias habitacionais de maior dimensão (T4 ou superior), as quais representam cerca de 10% do total de fogos licenciados no Concelho, aproximando-se esta proporção da verificada para a Área Metropolitana do Porto (11%).

Fazendo um paralelo entre a dinâmica construtiva e a dinâmica imobiliária⁴³, verifica-se que os contratos de compra e venda efetuados, entre 2004 e 2019, permitiram a transação de 21.251 imóveis, 91% dos quais referentes a prédios urbanos (a mesma proporção que se verifica na Área Metropolitana do Porto).

Tabela 52. Contratos de compra e venda e contratos de mútuo com hipoteca de/sobre prédios urbanos

Fonte: INE, DGPI, Operações sobre imóveis

Contratos efetuados 2004 a 2019				Área Metropolitana do Porto (NUTSIII)	Vila do Conde
Contratos de compra e venda	2004	Total	N.º	36270	1822
		Urbanos	N.º	33457	1711
	2019	Total	N.º	30419	1400
		Urbanos	N.º	27803	1291
	Variação (2004-2019)	Total		-16,1%	-23,2%
		Urbanos		-16,9%	-24,5%
Contratos de mútuo com hipoteca voluntária	2004	Total	N.º	41139	1907
		Urbanos	N.º	40533	1877
	2019	Total	N.º	10098	584
		Urbanos	N.º	9921	545
	Variação (2004-2019)	Total		-75,5%	-69,4%
		Urbanos		-75,5%	-71,0%

Especificamente no que concerne os contratos de mútuo com hipoteca voluntária (crédito à habitação com hipoteca), verifica-se que, no Concelho de Vila do Conde, entre 2004 e 2019, se realizaram 17.830

⁴³ Considerando como dinâmica construtiva a “produção de imóveis” (licenciamento e construção de alojamentos) e como dinâmica imobiliária as transações de imóveis (compra e venda de alojamentos).

contratos, 97% dos quais relativos a prédios urbanos (17.255 contratos), proporção inferior em dois pontos percentuais à verificada na Área Metropolitana do Porto.

Importa, agora, analisar os custos associados à compra e venda de imóveis e ao arrendamento habitacional. O valor médio dos prédios transacionados⁴⁴ e, dentro destes, dos prédios hipotecados, sofreu bastantes oscilações, entre 2004 e 2019, com maior impacto na segunda categoria, o que pode, em parte, ser explicado pelo aumento dos preços dos imóveis. No Concelho, o valor médio dos prédios urbanos transacionados aumentou, entre 2004 e 2019, de 83.155€ para 117.988€, respetivamente, em linha com o verificado no contexto da sub-região, onde se registou um crescimento no período em análise (de um valor de 94.911€, em 2004, para 127.712€, em 2019).

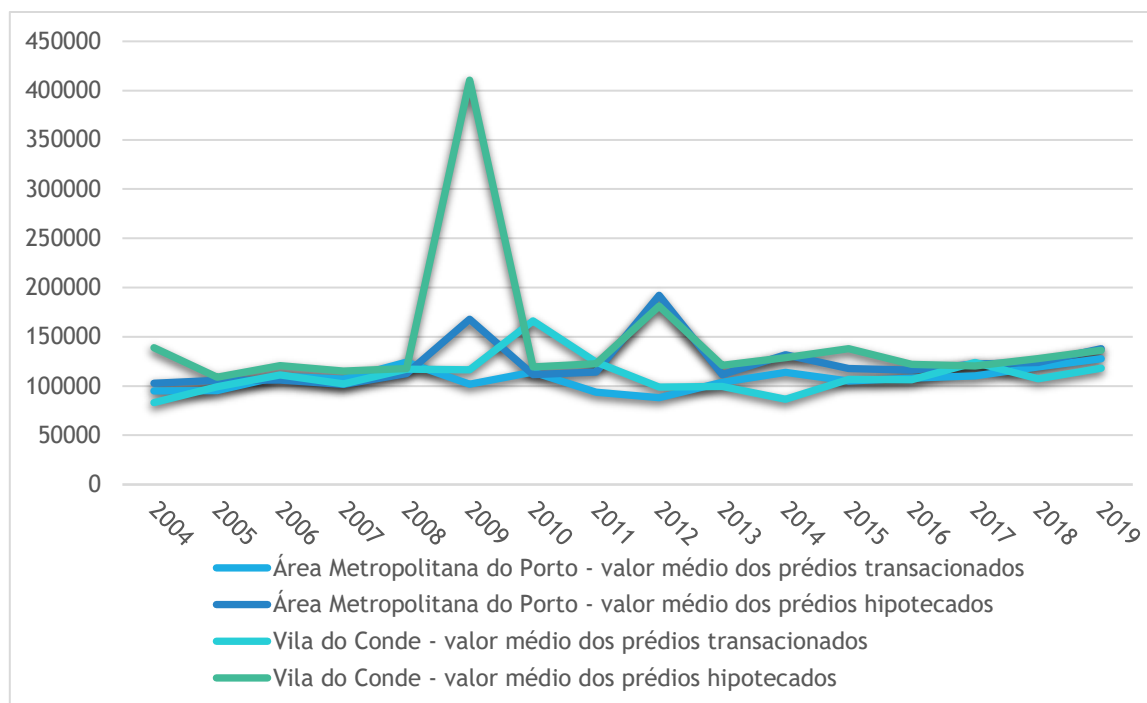


Figura 12. Valor médio dos prédios urbanos transacionados e hipotecados entre 2004 e 2019

Fonte: INE, DGPI, Operações sobre imóveis

⁴⁴ Ressalva-se que nos prédios transacionados encontram-se incluídos todo o tipo de prédios e não só os prédios habitacionais.

No que concerne a compra e venda de habitação, relativamente ao preço por m², os dados do INE relativos ao valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares no Concelho, entre o 3.º trimestre de 2016 e o 3.º trimestre de 2022, indicam um aumento considerável dos valores praticados até esta data. Globalmente, nestes últimos cinco anos, o valor mediano por m², no que diz respeito à aquisição, sofreu uma subida de 875€, em 2016, para os 1512€, em 2022. Ao nível da sub-região, o valor mediano por m² passou dos 807€, em 2016, para os 1557€, em 2022, correspondendo a uma variação homóloga de crescimento superior ao verificado no Concelho de Vila do Conde.

Tabela 53. Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares e variação homóloga

Fonte: INE (Estatísticas de preços da habitação ao nível local)

Unidade territorial	Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares (€)						Variação do valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares (%)					
	3.º Trim. 2017	3.º Trim. 2018	3.º Trim. 2019	3.º Trim. 2020	3.º Trim. 2021	3.º Trim. 2022	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2021-22	2021-2022	2017-2022
Vila do Conde	875	952	1000	1 183	1 382	1 512	8,8%	5,0%	18,3%	16,8%	9,4%	72,8%
Área Metropolitana do Porto (NUTS III)	807	875	952	1 201	1 331	1 557	8,4%	8,8%	26,2%	10,8%	17,0%	92,9%

Na comparação entre 2011 e 2021, verifica-se um aumento dos encargos médios com a aquisição da habitação na ordem dos 7,7%, tal como com os encargos com o arrendamento, que subiram cerca de 36,2%. Estes valores espelham a tendência verificada na Área Metropolitana do Porto. No que se refere à realidade infraconcelhia, verifica-se que, em Aveleda, os encargos médios mensais com habitação aumentaram em cerca de 31% e 51%, para a aquisição e o arrendamento, respetivamente, sendo esta unidade territorial onde se verifica o maior crescimento destes encargos. O contrário verifica-se em Gião, tendo os encargos médios mensais com aquisição diminuído em 12%, e os encargos com arrendamento subido 7,4%.

Tabela 54. Encargos médios mensais com a aquisição ou arrendamento da habitação

Fonte: INE (Censos 2011 e 2021)

Unidade territorial	Encargos médios mensais por aquisição de habitação própria			Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados		
	2011	2021	2011 - 2021	2011	2021	2011 - 2021
	€	€	%	€	€	%
Vila do Conde ()	342,17	368,44	7,7%	230,81	314,46	36,2%
Árvore	390,99	391,38	0,1%	273,11	344,52	26,1%
Aveleda	324,4	426,09	31,3%	187,79	283,38	50,9%
Azurara	355,48	365,73	2,9%	253,54	321,2	26,7%
Fajozes	287,56	367,02	27,6%	210,3	260,46	23,9%
Gião	383,45	339,44	-11,5%	260,29	279,57	7,4%
Guilhabreu	340,77	351,05	3,0%	220,35	264,74	20,1%
Junqueira	328,02	375,7	14,5%	181,86	233,73	28,5%
Labruge	393,98	400,07	1,5%	295,75	385,12	30,2%
Macieira da Maia	335,98	349,35	4,0%	213,77	269,8	26,2%
Mindelo	385,82	414,58	7,5%	296,87	370,48	24,8%
Modivas	326,59	339,05	3,8%	249,84	301,79	20,8%
Vila Chã	376,41	434,57	15,5%	224,28	309,67	38,1%
Vila do Conde	327,46	358,62	9,5%	233,46	333,98	43,1%
Vilar do Pinheiro	301,63	364,77	20,9%	190,81	280,47	47,0%
UF Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	352,56	375,84	6,6%	192,31	205,58	6,9%
UF Fornelo e Vairão	306,19	325,88	6,4%	184,18	241,92	31,3%
UF Malta e Canidelo	322,96	322,62	-0,1%	217,46	258,22	18,7%
UF Retorta e Tougues	321,98	352,44	9,5%	179,85	243,58	35,4%
UF Rio Mau e Arcos	374,11	342,8	-8,4%	230,23	285,45	24,0%
UF Touguinha e Touguinhó	405,03	387,36	-4,4%	248,64	296,53	19,3%
UF Vilar e Mosteiró	307,36	376,28	22,4%	163,12	238,91	46,5%

Parque habitacional público

Para uma melhor compreensão do setor habitacional concelhio, é indispensável abordar o parque habitacional público existente. Pretende-se, portanto, avaliar a situação atual do parque habitacional público do Concelho de Vila do Conde, permitindo-nos aferir as fragilidades e potencialidades do

mesmo, de forma a tentar definir campos de atuação com vista ao aumento da resposta e da qualidade dessa mesma resposta.

Deste modo, procedeu-se à caracterização do parque habitacional público existente nas 21 freguesias do Concelho, determinando as carências qualitativas e quantitativas de cada freguesia.

O parque habitacional público do Concelho de Vila do Conde (Tabela 55) é constituído por 69 edifícios que congregam 844 fogos. Destes edifícios, 59 correspondem a arrendamentos sociais da Câmara Municipal de Vila do Conde (com 832 fogos) e 10 correspondem a arrendamentos sociais do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (com 12 fogos).

Os empreendimentos que constituem o parque habitacional municipal foram construídos entre 1997 e 2007 ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, com exceção do Bairro da Previdência, construído nos anos 50, do século passado, pela Federação das Caixas de Previdência ao abrigo de programas de habitação económica de promoção pública e do Bairro do Farol, construído na década de 80 pelo Fundo de Fomento da Habitação.

Tabela 55. Parque de habitação social do Município de Vila do Conde

Fonte: Município de Vila do Conde

Natureza do alojamento		Número de edifícios	N.º de fogos por tipologia				Total de Fogos
			T1	T2	T3	T4	
Arrendamentos sociais da Câmara Municipal de Vila do Conde (CMVC)	Vila do Conde	59	112	404	284	32	832
Arrendamentos sociais do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)	Vila do Conde	10	0	3	9	0	12
TOTAL		69	112	407	293	32	844

No que se refere às tipologias dos fogos que constituem o parque habitacional público, destacam-se os T2 (407 fogos), seguidos dos T3 (293 fogos) e dos T1 (112 fogos) e, por fim, dos T4 (apenas 32 fogos).

Desagregando esta informação ao nível da freguesia/união de freguesias, evidencia-se a freguesia de Vila do Conde como aquela onde existe maior oferta de edifícios e de fogos do parque habitacional público. Nesta freguesia, existem 32 edifícios, que congregam 492 fogos, maioritariamente da tipologia T2 (237 fogos) ou T3 (169 fogos), seguidos das tipologias T1 (76 fogos) e T4 (10 fogos). É nesta freguesia que se localizam os arrendamentos sociais do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (12



fogos em 10 edifícios, como referido anteriormente), sendo que nas restantes freguesias todos os alojamentos constituem arrendamentos sociais geridos pelo Município de Vila do Conde.

Tabela 56. Parque de habitação social do Município de Vila do Conde, por freguesia

Fonte: Município de Vila do Conde

Natureza do alojamento	Empreendimento	Freguesia	Número de edifícios	N.º de fogos por tipologia				Total de Fogos
				T1	T2	T3	T4	
Arrendamentos sociais da Câmara Municipal de Vila do Conde (CMVC)	Farol	Vila do Conde	8	24	52	38	4	118 ^[1]
	Frei Mauro	Vila do Conde	1	12	36	16	0	64
	Bairro Pescadores	Vila do Conde	5	2	20	3	4	29
	Bairro da Câmara	Vila do Conde	2	0	12	2	0	14
	Bairro Alto/Providência	Vila do Conde	1	0	0	2	0	2
	Dálias	Vila do Conde	1	0	40	24	0	64
	Cidade Nova	Vila do Conde	4	38	74	75	2	189
Arrendamentos sociais do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)	Bairro das Pedreiras	Vila do Conde	5	0	1	6	0	7
	Bairro dos Pescadores	Vila do Conde	5	0	2	3	0	5
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		32	76	237	169	10	492
Arrendamentos sociais da Câmara Municipal de Vila do Conde (CMVC)	Arcos	Rio Mau e Arcos	2	1	3	2	1	7
	Rio Mau		2	0	1	3	0	4
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		4	1	4	5	1	11
	Árvore	Árvore	2	4	19	11	2	36
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		2	4	19	11	2	36
	Bagunte	Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	1	2	1	3	1	7
	Ferreiró		1	0	2	2	1	5
	Parada		1	0	2	3	0	5
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		3	2	5	8	2	17
	Fajozes 1	Fajozes	2	4	10	5	0	19
	Fajozes 2 - Castelões		1	0	2	0	0	2
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		3	4	12	5	0	21
	Guilhabreu	Guilhabreu	1	0	9	8	0	17
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		1	0	9	8	0	17
	Junqueira	Junqueira	2	2	7	9	1	19
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		2	2	7	9	1	19
	Labruge	Labruge	1	2	7	7	1	17
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		1	2	7	7	1	17

^[1] Número total de fogos em 2021

Natureza do alojamento	Empreendimento	Freguesia	Número de edifícios	N.º de fogos por tipologia				Total de Fogos
				T1	T2	T3	T4	
	Macieira	Macieira da Maia	2	4	15	11	1	31
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		2	4	15	11	1	31
Arrendamentos sociais da Câmara Municipal de Vila do Conde (CMVC)	Canidelo	Malta e Canidelo	1	0	2	1	0	3
	Malta		2	2	4	3	0	9
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		3	2	6	4	0	12
	Modivas	Modivas	1	2	8	7	2	19
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		1	2	8	7	2	19
	Tougues	Retorta e Tougues	1	1	5	0	0	6
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		1	1	5	0	0	6
	Touguinhó	Touguinha e Touguinhó	2	1	2	5	3	11
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		2	1	2	5	3	11
	Mosteiró	Vilar e Mosteiró	2	4	9	4	1	18
	Vilar		2	3	4	2	2	11
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		4	7	13	6	3	29
	Vila Chã 1 e 2 – Praia	Vila Chã	2	0	10	10	2	22
	Vila Chã 3 – Igreja		3	0	28	14	2	44
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		5	0	38	24	4	66
	Vilar do Pinheiro	Vilar do Pinheiro	3	4	20	14	2	40
	SUB-TOTAL (FREGUESIA)		3	4	20	14	2	40
TOTAL ()			69	112	407	293	32	844

Nas restantes freguesias, a distribuição dos alojamentos integrantes do parque habitacional público é quase uniforme, variando entre 5 edifícios com 66 fogos em Vila Chã, e os casos com apenas um edifício em Guilhabreu, Labruge, Modivas e UF Retorta e Tougues, com 17 fogos, 17 fogos, 19 fogos e 6 fogos, respetivamente.

Alojamentos urgente e/ou temporário

Importa, também, considerar os casos de necessidade habitacional associados a situações de alojamento urgente e/ou temporário, uma vez que estas são situações que necessitam de intervenção das entidades públicas competentes e de soluções habitacionais específicas (soluções imediatas e de curto prazo) que nem sempre se encontram disponíveis no mercado livre.



De acordo com a informação recolhida pelo Município de Vila do Conde, anualmente, são recebidos pedidos de alojamento associados a situações de precariedade, destacando-se os casos das famílias monoparentais, que constituem a maioria dos pedidos. As famílias monoparentais, mesmo que funcionais e socialmente incluídas, fazem face a um conjunto de constrangimentos profissionais, sociais e parentais que as incluem na categoria e risco máximo de exclusão social. Outro dos fatores de solicitação de habitação em Vila do Conde é a coabitação, o que demonstra a dificuldade em aceder ao mercado formal de arrendamento e a existência de “precariedade socioeconómica” devida a questões de turbulência familiar em processos de recomposição, maternidade precoce, e parentalidade de risco, entre outras situações.

No que concerne as vítimas de violência doméstica, e de acordo com dados do INE, verifica-se a ocorrência no Concelho, entre 2011 e 2021, de uma média anual de 155 crimes registados deste tipo (violência doméstica contra o cônjuge ou análogos) e, ainda que nem todos estes casos possam necessitar de uma solução de alojamento, esta é uma situação que deve ser considerada.

Outras situações a considerar no caso dos alojamentos de emergência ou temporários, são as situações de pessoas/famílias em situação de sem-abrigo que, de acordo com os dados mais recentes recolhidos pelo Município de Vila do Conde, ascendem a 33 situações.

Adicionalmente, o contexto de instabilidade associado ao conflito armado na Ucrânia, em que se tem vivido nos últimos dois anos, fez disparar a procura de alojamento de caráter temporário para os requerentes e beneficiários/as de proteção internacional, criando uma maior necessidade de prever o tipo de soluções habitacionais destinadas a uma primeira resposta. O Concelho de Vila do Conde dispõe de resposta para esta urgência, assegurado por uma bolsa de alojamentos criada no âmbito do Gabinete de Acolhimento e Integração à comunidade ucraniana deslocada, que, no entanto, face às solicitações, deverá ser ampliada.

Em resumo, considera-se que, em Vila do Conde, não existem alojamentos de emergência e/ou temporários eficientes para as situações de precariedade e vulnerabilidade existentes no Concelho.

5.4. Segurança

A Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, define *segurança interna* como uma atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das



instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

Neste âmbito compete ao Sistema de Segurança Interna, a execução das políticas da segurança interna que se desenvolvem nas áreas da informação, prevenção da criminalidade, manutenção ou reposição da ordem e seguranças públicas, investigação criminal e cooperação internacional.

No Concelho de Vila do Conde atuam como autoridade para a segurança a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Municipal.

Neste ponto, pretende-se dar conta, dos crimes registados pelos órgãos de polícia criminal, tal como podem observar na tabela seguinte.

No que concerne à criminalidade geral, o número total de participações criminais, registadas pelos órgãos de Polícia Criminal, em Portugal, aumentou entre 2021 e 2022, para mais 42.451 participações. A mesma tendência seguiu a Região Norte (com mais 7184 crimes registados), a AMP (com mais 4218 crimes registados) e Vila do Conde (com mais 146 crimes registados).

Relativamente à criminalidade observou-se, ainda, que este aumento é disperso entre todos os tipos de crime registado, não se tendo concentrado em nenhuma tipologia em particular.

Em 2022, estes crimes registaram uma subida de 11 participações no Concelho de Vila do Conde, o que representa um aumento de 7,6%, em relação a 2021.

Destacam-se, também, os crimes contra o património, roubo por esticção e condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/L, os quais aumentaram significativamente no Concelho de Vila do Conde, 5,23%, 40,48% e 26,67% respetivamente.

De referir, ainda, a diminuição dos crimes contra animais em 50%, condução sem habilitação legal em 8,8% e outros crimes previstos em legislação avulsa em 6,02%.

Tabela 57. Crimes Registados pelas autoridades (n.º) | Portugal, Norte, AMP, Vila do Conde | 2021. 2022

Fonte: INE, 2021

		Categoria de crime															
		TOTAL	Crimes contra as pessoas	Crimes de homicídio voluntário consumado	Crimes contra a integridade física	Ofensa à integridade física voluntária simples	Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	Crimes contra o património	Roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	Crimes contra a vida em sociedade	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l	Crimes contra o Estado	Crimes contra animais de companhia	Crimes previstos em legislação avulsa	Condução sem habilitação legal
2022	Portugal	343845	85841	97	55367	21667	26073	174268	7074	29755	289	44015	22071	6593	2022	30817	14265
	Norte	93851	25703	17	16858	6814	7819	46171	1635	11690	57	13689	5811	1485	553	6193	3210
	AMP	49954	12531	5	8458	3523	3842	27476	1329	8368	41	5188	2611	810	249	3659	1876
	Vila do Conde	2140	519	x	337	159	144	1014	42	346	x	307	225	47	3	249	171
2021	Portugal	301394	77904	85	48572	18948	22524	151288	6053	29735	171	34410	15390	6744	1919	28958	14511
	Norte	86667	24160	15	15342	6162	7057	42969	1484	11237	33	10958	4517	1660	509	6378	3685
	AMP	45736	11913	7	7810	3177	3499	24923	1145	7976	22	4019	1848	890	214	3755	2244
	Vila do Conde	1994	477	x	294	131	133	961	25	309	x	245	165		6	264	186

5.5. Igualdade de género

A igualdade de género, entre homens e mulheres, é um princípio fundamental de cidadania, consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Enquadrado na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com o disposto no Artigo 33º, nº 1, alínea q), que refere que compete à Câmara Municipal “assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente, através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade”, o Município de Vila do Conde promoveu a elaboração do Diagnóstico, que envolveu entidades públicas e privadas, e que pretende ser a base de um Plano Municipal (Plano Municipal para a Igualdade e a não discriminação de Vila do Conde, 2022 – 2025) estruturado e coerente, capaz de sensibilizar e mobilizar os agentes do para as questões da igualdade e não discriminação, eliminando estereótipos no desenvolvimento local e proporcionando a igualdade de acesso em todas as dimensões/áreas, nomeadamente: educação, saúde, desporto, cultura e empresas, entre outras áreas da vida social, tendo em vista facilitar a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional e contribuir para uma comunidade mais igualitária e equilibrada (Diagnóstico do Plano Municipal para a Igualdade e a não discriminação de Vila do Conde, 2022 – 2025).

Da elaboração deste diagnóstico municipal é importante salientar alguns dos dados recolhidos.

Relembrando a estrutura da demografia do Concelho de Vila do Conde com enfoque no género da população residente, verifica-se que, da população ativa, 51,6% são homens e 48,5% são mulheres. Destes, cerca de 92% encontra-se empregada (48% homens e 44% mulheres). A taxa de desemprego no Concelho de Vila do Conde é de 3,84%, representando 3058 desempregados, sendo que destes, 42% homens e 58% são mulheres.

Em suma, em termos do tecido produtivo, no Concelho de Vila do Conde a maioria da população ativa e empregada são homens, sendo que a população desempregada são maioritariamente mulheres.

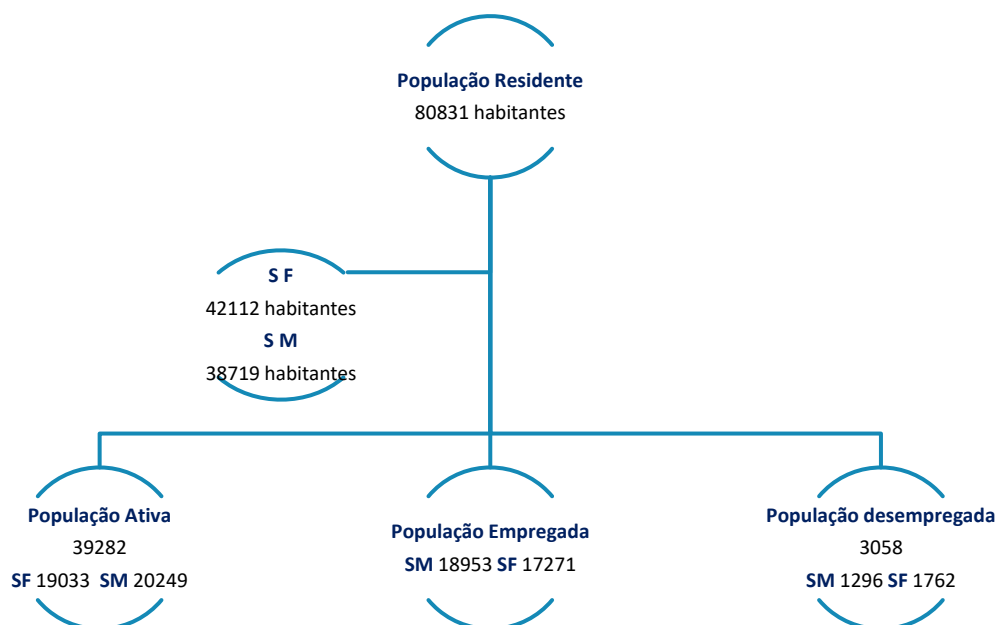


Figura 13. Caraterização da população | Face ao emprego | Por Sexo | Vila do Conde

Fonte: Pordata – Censos 2021, 2023

Em termos de formação, constatava-se que, no Concelho de Vila do Conde, as mulheres têm globalmente maior escolaridade que os homens, e com nível de formação superior.

No que se refere à atribuição do subsídio de doença, e como já mencionado anteriormente, verifica-se que a maioria dos beneficiários são mulheres, numa proporção de 54% de mulheres, para 46% de homens.

Em termos do ganho médio mensal total, o Concelho de Vila do Conde apresentava, entre 2016 e 2019, uma evolução positiva, tendo os valores vindo a aumentar gradualmente. Comparando o ganho médio mensal por sexo, verificamos que em ambos os sexos tem havido um aumento significativo desde



2016. No entanto, comparativamente, as mulheres continuam a receber menos que os homens. No caso concreto do ano de 2019 existe uma disparidade bastante significativa entre os dois sexos, sendo que os homens ganham, em média, mais 232,82 euros do que as mulheres.

Analisando os dados referentes ao pessoal ao serviço das empresas, por situação na profissão, em 2019⁴⁵, verificou-se que no total da população empregada no município de Vila do Conde (27302 pessoas), 1683 pessoas são empregadores/as, destes 512 eram mulheres e 1171 eram homens.

Atendendo às características concelhias a nível da Igualdade de Género e considerando a análise dos documentos produzidos pelo Município nesta área, é perceptível a concretização de passos importantes na equidade de tratamento, na valorização das diferenças e no respeito por todos/as enquanto pessoas e profissionais que vivem e/ou trabalham no território, focados em diferentes domínios de intervenção.

⁴⁵ Últimos dados disponíveis



Figura 14. Domínios de Intervenção | Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação | Vila de Conde | 2022-2025

Fonte: Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Vila do Conde, 2022-2025

6. GRUPOS HUMANOS ESPECIALMENTE VULNERÁVEIS

Vulnerabilidade social refere-se a grupos sociais marginalizados de uma dada sociedade, ou seja, aqueles que estão excluídos dos direitos e benefícios, a que todos deveriam ter acesso. Neste sentido, no domínio das ciências sociais a vulnerabilidade social é entendida como “processos de exclusão social, pobreza, discriminação e violação de direitos fundamentais, em consequência do seu nível de rendimento, educação, saúde, localização geográfica, entre outros” (Marques & Matos, 2016, p. 163). Por conseguinte, esta vulnerabilidade insere-se em contextos estruturais e temporais, onde existem diversos fatores de risco tais como o género, a etnia, os padrões culturais, a estratificação social e os sistemas políticos e de segurança social (Hilhorst & Bankoff, 2004).

Este ponto dedica-se, em particular, aos grupos humanos especialmente vulneráveis que, face às suas características psicossociais, se encontram mais vulneráveis aos riscos de pobreza e exclusão social, devendo, por essa razão, beneficiar de uma intervenção específica que permita eliminar ou mitigar esses mesmos riscos. Entre as várias características inerentes a estes grupos, sobressaem a falta de autonomia, dificuldades no acesso a recursos e à participação social, baixos recursos económicos e condições de saúde.

No contexto do Concelho de Vila do Conde, foram identificados sete segmentos populacionais que se encontram mais vulneráveis ao risco de pobreza e exclusão social, sendo efetuada uma descrição mais detalhada e atualizada da sua situação, de forma a poder identificar os principais fatores de riscos que lhes se encontram associados.

Os grupos humanos especialmente vulneráveis com relevância no Concelho, e que serão analisados nos subcapítulos seguintes, são:

- a) Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade
- b) População sénior
- c) Pessoas com deficiência ou incapacidade
- d) Pessoas com comportamentos aditivos e dependências
- e) Imigrantes e minorias étnicas
- f) Vítimas de violência doméstica e de género

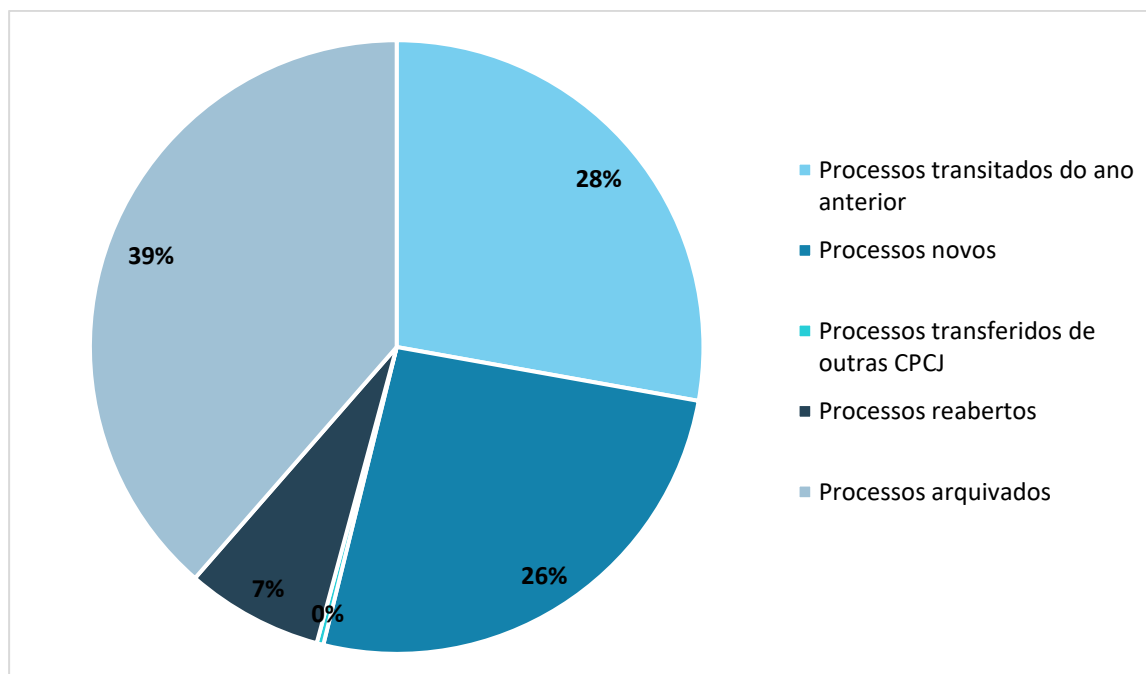
g) Pessoas em situação de sem-abrigo

6.1. Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade

Em 2022, foram registadas, no Concelho de Vila do Conde, 578 comunicações na aplicação informática da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Destas, 519 comunicações deram azo à instauração de processos de promoção e proteção. Das comunicações feitas a nível nacional, sabe-se que 326 processos foram arquivados, 61 reabertos e 235 transitaram do ano de 2021.

Gráfico 13. Caracterização Processual da CPCJ Vila do Conde (N.º), em 2022

Fonte: CPCJ 2022



Em termos de sinalizações feitas à CPCJ de Vila do Conde, a problemática social mais relevante é a negligência (92), seguida do absentismo/abandono/insucesso escolar (87), a violência doméstica (67), criança ou jovem assumem comportamentos (44), exposição a comportamentos que podem comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento (alcoolismo, toxicodependência, saúde mental, etc. (31) e maus-tratos (25).



No que respeita à faixa etária mais representativa, esta corresponde ao segmento dos 15-17 anos de idade.

Tabela 58. N.º de Processos com Instrução | Por escalão etário | Por Problemática | Vila do Conde | 2022

Fonte: CPCJ Vila do Conde, 2022

Escalão etário	Problemáticas de sinalizações à CPCJ	(n.º)
0-2 anos	Ausência Temporária de Suporte	1
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	11
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança – Violência Doméstica	25
	Negligência	4
	Maus-Tratos	3
TOTAL 0-2 ANOS		44
3-5 anos	Negligência	7
	Está aos cuidados de terceiros	1
	(Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança – Violência Doméstica	33
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	8
	Mau-trato Físico e Psicológico	12
	Abuso Sexual	1
TOTAL 3-5 ANOS		62
6-8 anos	Comportamentos graves antissociais	4
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança - Consumo de álcool	11
	Violência Doméstica	20
	Maus-Tratos	1
	Mau-trato Psicológico	8
	Negligência	8
	Absentismo /Abandono Escolar	8
TOTAL 6-8 ANOS		60
9-10 anos	Comportamentos graves antissociais	3



Escalão etário	Problemáticas de sinalizações à CPCJ	(n.º)
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	9
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança – Violência Doméstica	16
	Mau-trato Físico	3
	Mau-trato psicológico ou indiferença afetiva	4
	Negligência	6
	Absentismo	5
TOTAL 9-10 ANOS		46
11-14 anos	Está aos cuidados de terceiros em simultâneo	1
	Comportamentos graves antissociais	39
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	11
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança – Violência Doméstica	30
	Mau-trato - Ofensa Física por castigo corporal	8
	Mau-trato - Psicológico	7
	Negligência	11
	Absentismo	19
	Abandono Escolar	4
TOTAL 11-14 ANOS		130
15 – 17 anos	Está aos cuidados de terceiros em simultâneo	1
	Violação ou outro ato sexual	1
	Consumo de álcool	6
	Comportamentos graves antissociais	46
	Criança Proveniente de Conflito Armado	1
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	9
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança – Violência Doméstica	16
	Mau-trato - Ofensa Física /Psicológica	5
	Negligencia	16
	Absentismo	37
	Abandono Escolar	5



Escalão etário	Problemáticas de sinalizações à CPCJ	(n.º)
TOTAL 15-17 ANOS		149
18-21 anos	Comportamentos graves anti sociais	16
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança – Violência Doméstica	7
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	2
	Mau-trato Físico /Psicológico	5
	Negligência	4
	Abandono Escolar	3
	Absentismo escolar	16
TOTAL 18-21 ANOS		53

No que se reporta às entidades sinalizadoras (Tabela 59) as autoridades policiais, como seria de esperar, são aquelas que mais apresentaram comunicações à CPCJ (150 situações), seguindo-se os estabelecimentos de ensino (83 situações) e os anónimos (31 situações). Destacam-se, ainda, 23 sinalizações realizadas por mães e 13 sinalizações por pais.

Tabela 59. Entidades Sinalizadoras CPCJ Vila do Conde (N.º), em 2022

Fonte: CPCJ Vila do Conde, 2022

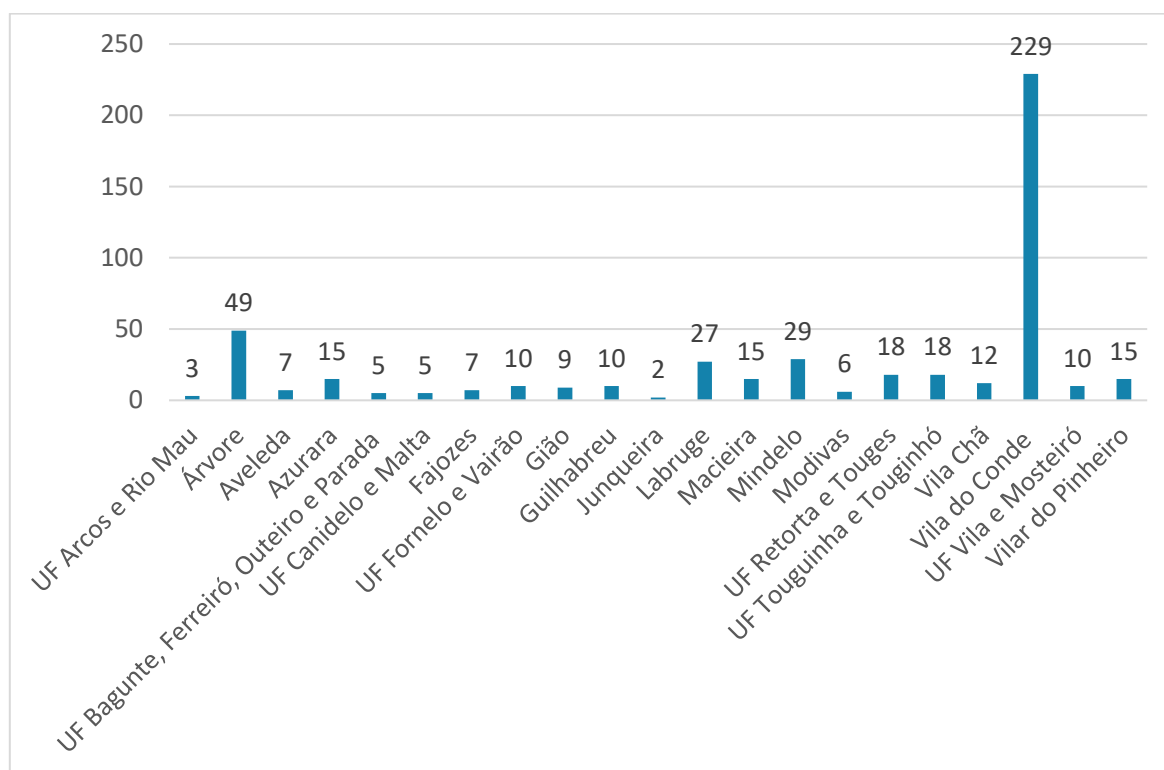
Entidades Sinalizadoras	Processos instaurados	Processos reabertos	Global
Autarquia	4	0	4
Autoridade Policial	129	21	150
Estabelecimentos de Ensino	60	23	83
Estabelecimentos de Saúde	7	1	8
Familiares	4	0	4
IPSS	4	1	5
Mãe	18	5	23
Ministério Público	18	6	24
NACJR	10	2	12
Pai	7	6	13

Entidades Sinalizadoras	Processos instaurados	Processos reabertos	Global
Tribunal	3	0	3
Anónimos	25	6	31
Vizinhos e Particulares	5	1	6
Projetos	6	2	8
RSI	1	0	1
DGRS	0	1	1

Relativamente à distribuição territorial destas situações, existe uma similitude de processos por freguesia, com exceção da freguesia de Vila do Conde, que assume valores muito elevados comparativamente com as restantes. Pela análise do gráfico seguinte destacam-se quatro freguesias, Vila do Conde (com 229 sinalizações), seguida de Árvore (com 49 sinalizações), Mindelo (com 29 sinalizações) e Labruge (com 27 sinalizações).

Gráfico 14. Distribuição de Sinalizações (n.º) CPCJ | Por Freguesia | Vila do Conde | 2022

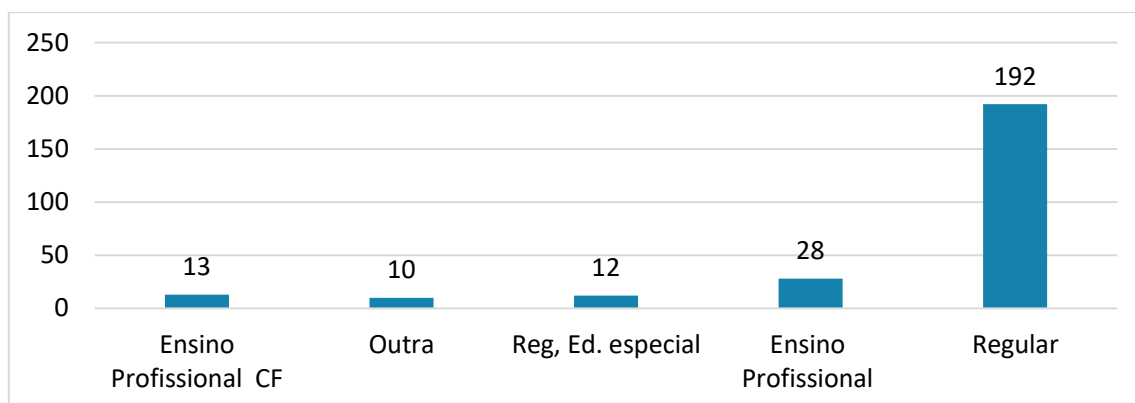
Fonte: CPCJ Vila do Conde, 2022



Relativamente à modalidade de ensino, 75,2% (192) das crianças/jovens frequentam o ensino regular.

Gráfico 15. Crianças acompanhadas por modalidade de ensino CPCJ Vila do Conde (N.º), em 2022

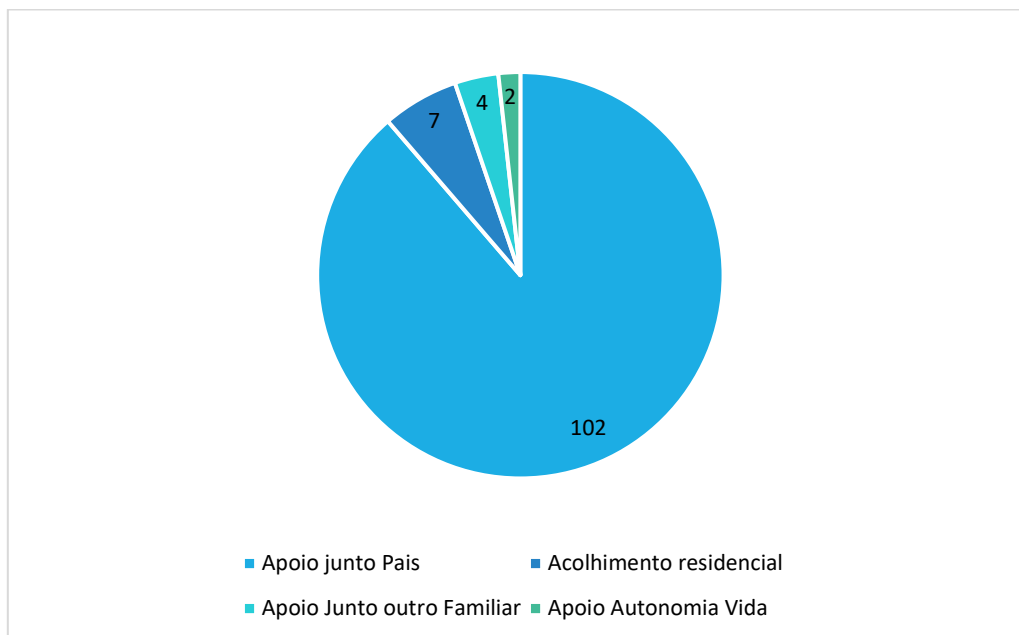
Fonte: CPCJ Vila do Conde, 2022



Entenda-se por medidas de promoção e proteção, segundo artigo 5.º, alínea e) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, como “medida de promoção dos direitos e de proteção - a providência adotada pelas CPCJ ou pelos tribunais, nos termos do presente diploma, para proteger a criança e o jovem em perigo”. Analisando as medidas de promoção e proteção aplicadas, existe uma predominância da medida “apoio junto dos pais”, 102 crianças ou jovens (86%).

Gráfico 16. Medidas de Promoção e Proteção Aplicadas | CPCJ Vila do Conde (N.º) | 2022

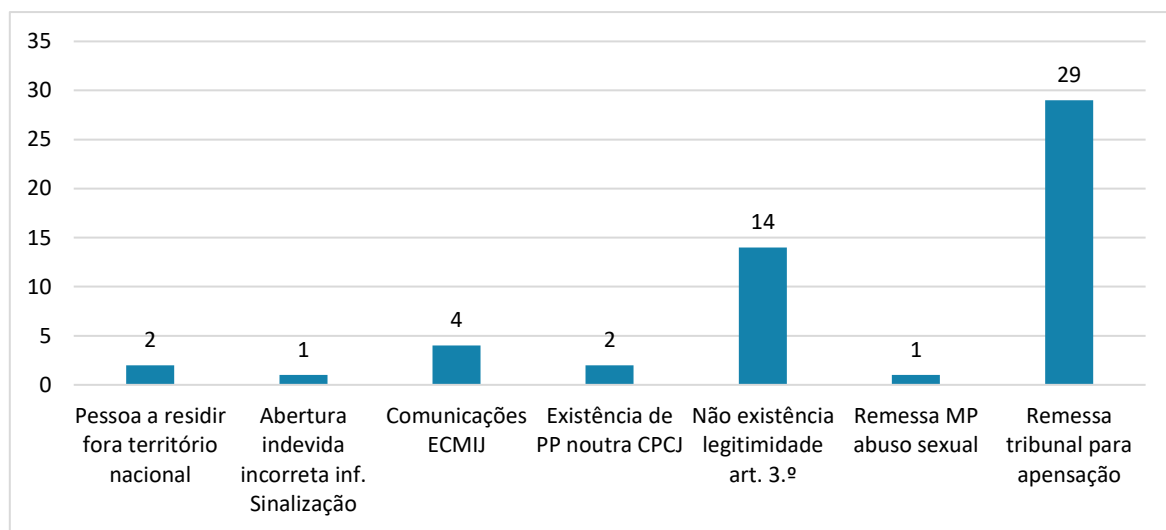
Fonte: CPCJ Vila do Conde, 2022



Falar em arquivamento de processos leva-nos para a análise de dois tipos de arquivamento possíveis, a saber arquivamento liminar e arquivamento por cessação de medida. São distintos os dados e apresentados nos gráficos seguintes.

Gráfico 17. Processos arquivados/cessados liminarmente por motivo (N.º) | CPCJ Vila do Conde| 2022

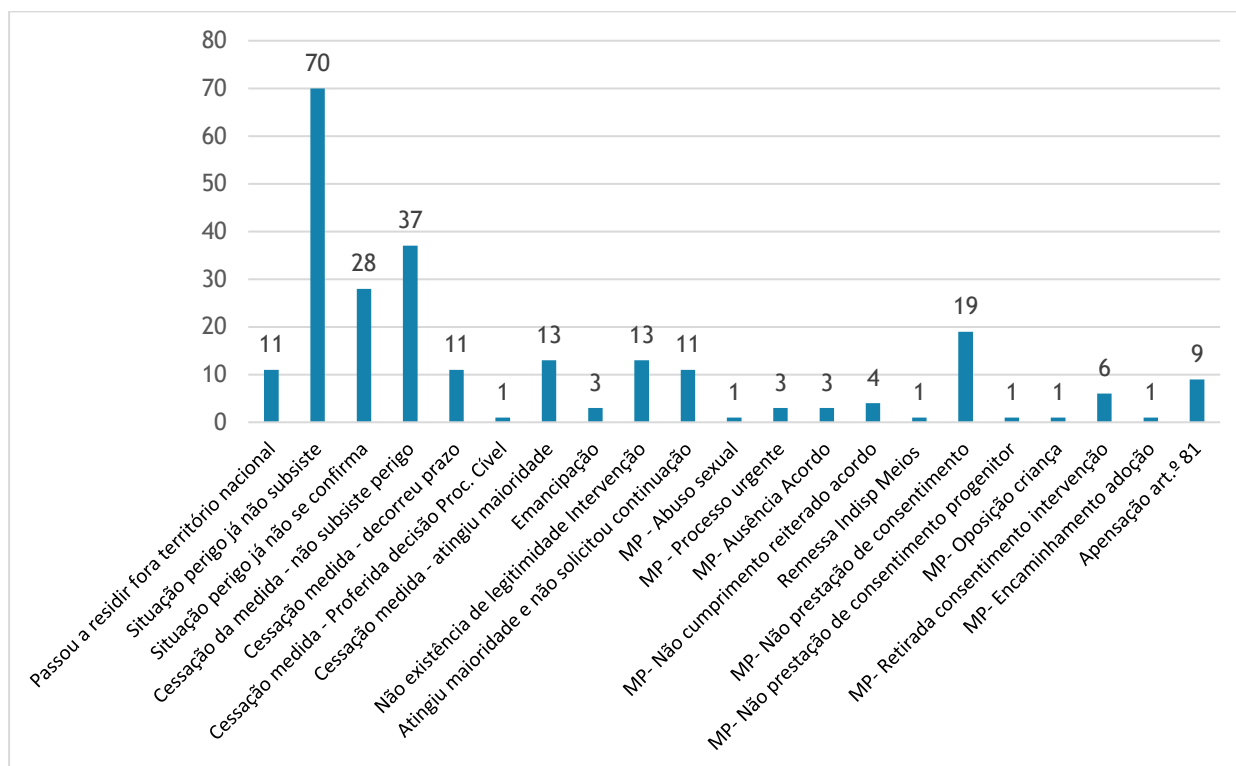
Fonte: CPCJ Vila do Conde, 2022



Analisando o gráfico anterior, a “remessa ao Tribunal para apensação” (29) é o que mais se destaca seguindo-se a “não existência legitimidade” (14).

Gráfico 18. Processos arquivados/cessados por motivo (N.º) | CPCJ Vila do Conde | 2022

Fonte: CPCJ Vila do Conde, 2022



Relativamente à cessa o por motivos a que mais se destaca é a “situação de perigo não subsiste” (70). Este motivo é facilmente perceptível se tivermos em consideração o objeto de intervenção das CPCJ e as suas finalidades máximas de garantir o superior interesse da criança e promover os seus direitos.

No âmbito da Ação Social Escolar, os apoios concedidos pela Ação Social Escolar abrangem tr s áreas específicas, sendo estas a **alimentação**, o **material escolar** e as **visitas de estudo**.

Os três tipos de apoio têm os seguintes valores, segundo os escalões do ASE:

- **Alimentação - Refeitório:** Escalão A - o apoio   concedido a 100%. Já o Escalão B o apoio   concedido a 50%, sendo o valor a cargo dos responsáveis do aluno de 0,73 . No escalão C o valor a suportar é de 1,46 .



- **Material escolar:** A ASE comparticipa o valor anual de 16€ aos alunos que se enquadrem no Escalão A e 8€ aos alunos do Escalão B. Para o Escalão C não está prevista qualquer comparticipação.
- **Visitas de estudo:** Estão previstas as comparticipações anuais pela ASE de 20€ para os alunos que pertençam ao Escalão A e 10€ para os alunos do Escalão B.

No que diz respeito à alimentação, o Despacho 7255/2018 de 31 de julho, veio **alargar os serviços de refeições escolares às interrupções escolares do Natal e da Páscoa**. Atualmente os alunos do escalão A podem continuar a aceder às suas refeições gratuitas nos refeitórios e os alunos do escalão B têm direito a adquirir as mesmas com 50% de comparticipação nos períodos de férias.

Por fim, os alunos do ensino secundário que se encontrem enquadrados nos escalões A e B podem vir a ter direito, caso se justifique, a uma comparticipação para alojamento numa residência familiar. Esta comparticipação é calculada através da seguinte fórmula:

- No Escalão A a comparticipação é de **15% do IAS/mês (x10)**
- Já no Escalão B a comparticipação é de **8% do IAS/mês (x10)**

Aos alunos com **Necessidades Educativas Especiais** é aplicado o escalão mais favorável, tendo estes, ainda, direito complementar na aquisição de ajudas técnicas e material tecnológico específico e indispensável para a sua aprendizagem.

No que respeita à ação social escolar, em Vila do Conde, podemos verificar, para o ano letivo de 2022/2023, um elevado número de alunos/as a serem apoiados pelo escalão A e B, por agrupamento escolar.



Tabela 60. Alunos/as beneficiários/as de subsídio de Ação Social Escolar, 2022/2023

Fonte: Município de Vila do Conde, 2023

Alunos beneficiários de escalão A e B			
Agrupamento	Escola	Escalão	Alunos por escalão
Agrupamento de Escolas D. Pedro IV	Escola Básica D. Pedro IV	A-NEE	23 (3.87%)
		B-NEE	9 (1.52%)
		escalão A	75 (12.63%)
		escalão B	91 (15.32%)
	Escola Básica de Aveleda	A-NEE	1 (1.72%)
		escalão A	5 (8.62%)
		escalão B	4 (6.90%)
	Escola Básica de Carrapata	A-NEE	1 (2.22%)
		escalão A	8 (17.78%)
		escalão B	7 (15.56%)
	Escola Básica de Facho	A-NEE	1 (1.72%)
		escalão A	10 (17.24%)
		escalão B	9 (15.52%)
	Escola Básica de Gião de Cima	escalão A	5 (11.11%)
		escalão B	10 (22.22%)
	Escola Básica de Igreja, Malta	A-NEE	1 (0.89%)
		B-NEE	1 (0.89%)
		escalão A	16 (14.29%)
		escalão B	18 (16.07%)
	Escola Básica de Igreja, Modivas	escalão A	1 (1.75%)
		escalão B	12 (21.05%)
	Escola Básica de Igreja, Vila Chã	escalão A	8 (16.67%)
		escalão B	7 (14.58%)
	Escola Básica de Labruge	escalão A	25 (13.97%)
		escalão B	16 (8.94%)
	Escola Básica de Macieira, Macieira da Mata	A-NEE	1 (1.32%)
		escalão A	8 (10.53%)
		escalão B	6 (7.89%)
	Escola Básica de Mindelo	A-NEE	3 (1.27%)
		B-NEE	1 (0.42%)
		escalão A	24 (10.13%)
		escalão B	34 (14.35%)
	Escola Básica de Mosteiró	B-NEE	3 (6.12%)
		escalão A	6 (12.24%)
		escalão B	7 (14.29%)
	Escola Básica de Padrão	A-NEE	2 (3.92%)
		B-NEE	1 (1.96%)
		escalão A	5 (9.80%)



Alunos beneficiários de escalão A e B			
Agrupamento	Escola	Escalão	Alunos por escalão
	Escola Básica de Parada, Guilhabreu	escalão B	7 (13.73%)
		B-NEE	2 (5.56%)
		escalão A	6 (16.67%)
	Escola Básica de Quinta, Fajozes	escalão B	6 (16.67%)
		A-NEE	1 (1.18%)
		B-NEE	3 (3.53%)
	Escola Básica de Real, Vilar do Pinheiro	escalão A	9 (10.59%)
		escalão B	10 (11.76%)
		escalão A	10 (21.74%)
	Escola Básica de Vairão	escalão B	7 (15.22%)
		B-NEE	2 (3.92%)
		escalão A	4 (7.84%)
	Escola Básica Gonçalo Mendes da Maia, Guilhabreu	escalão B	9 (17.65%)
		A-NEE	1 (2.94%)
		escalão A	4 (11.76%)
	Escola Básica Maria Pais Ribeiro - A Ribeirinha, Macieira	escalão B	6 (17.65%)
		A-NEE	15 (3.29%)
		B-NEE	9 (1.97%)
	Escola Básica Santos Azevedo, Árvore	escalão A	56 (12.28%)
		escalão B	71 (15.57%)
	Jardim de Infância de São Lázaro	escalão A	1 (3.03%)
		escalão B	2 (6.06%)
		escalão A	3 (6.67%)
		escalão B	8 (17.78%)
Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches	Escola Básica de Areia	A-NEE	1 (0.50%)
		escalão A	31 (15.50%)
		escalão B	32 (16.00%)
	Escola Básica de Azurara	A-NEE	2 (1.69%)
		B-NEE	3 (2.54%)
		escalão A	11 (9.32%)
		escalão B	14 (11.86%)
	Escola Básica de Casal do Monte	A-NEE	2 (2.67%)
		B-NEE	1 (1.33%)
		escalão A	11 (14.67%)
		escalão B	12 (16.00%)
	Escola Básica Júlio Saúl Dias	A-NEE	28 (3.36%)
		B-NEE	6 (0.72%)
		escalão A	85 (10.20%)
		escalão B	87 (10.44%)
	Escola Básica n.º 1 de Vila do Conde	A-NEE	5 (1.61%)
		B-NEE	1 (0.32%)



Alunos beneficiários de escalão A e B			
Agrupamento	Escola	Escalão	Alunos por escalão
		escalão A	36 (11.58%)
		escalão B	25 (8.04%)
	Escola Secundária D. Afonso Sanches	A-NEE	2 (0.29%)
		B-NEE	2 (0.29%)
		escalão A	40 (5.77%)
		escalão A - POCH	46 (6.64%)
		escalão B	36 (5.19%)
		escalão B - POCH	51 (7.36%)
		sem escalão	294 (42.42%)
	Jardim de Infância de Real	escalão A	6 (24.00%)
		escalão B	2 (8.00%)
Agrupamento de Escolas Dr. Carlos Pinto Ferreira	Escola Básica Agustina Bessa Luís, Bagunte	A-NEE	3 (2.59%)
		B-NEE	2 (1.72%)
		escalão A	12 (10.34%)
		escalão B	13 (11.21%)
	Escola Básica de Bouçó, Rio Mau	escalão A	6 (10.34%)
		escalão B	18 (31.03%)
	Escola Básica de Casais, Arcos	escalão A	2 (5.88%)
		escalão B	7 (20.59%)
	Escola Básica de Medados, Touguinha	escalão A	6 (5.41%)
		escalão B	18 (16.22%)
	Escola Básica de Monte, Touguinhó	A-NEE	3 (5.17%)
		escalão A	12 (20.69%)
		escalão B	9 (15.52%)
	Escola Básica Dr. Carlos Pinto Ferreira	A-NEE	17 (3.48%)
		B-NEE	13 (2.66%)
		escalão A	55 (11.25%)
		escalão B	89 (18.20%)
	Escola Básica n.º 1 de Junqueira	A-NEE	2 (1.82%)
		B-NEE	2 (1.82%)
		escalão A	16 (14.55%)
		escalão B	17 (15.45%)
Agrupamento de Escolas Frei João de Vila do Conde	Escola Básica Bento de Freitas	A-NEE	2 (0.57%)
		B-NEE	2 (0.57%)
		escalão A	18 (5.14%)
		escalão B	40 (11.43%)
	Escola Básica das Violetas	A-NEE	3 (1.26%)
		B-NEE	1 (0.42%)



Alunos beneficiários de escalão A e B			
Agrupamento	Escola	Escalão	Alunos por escalão
		escalão A	43 (18.07%)
		escalão B	40 (16.81%)
	Escola Básica de Benguiados	A-NEE	4 (2.68%)
		B-NEE	5 (3.36%)
		escalão A	34 (22.82%)
		escalão B	33 (22.15%)
	Escola Básica de Caxinas	A-NEE	5 (1.46%)
		B-NEE	2 (0.58%)
		escalão A	40 (11.70%)
		escalão B	62 (18.13%)
	Escola Básica Frei João de Vila do Conde	A-NEE	24 (2.21%)
		B-NEE	8 (0.74%)
		escalão A	140 (12.90%)
		escalão B	188 (17.33%)
	Jardim de Infância da Rua dos Girassóis	A-NEE	1 (0.95%)
		B-NEE	1 (0.95%)
		escalão A	24 (22.86%)
		escalão B	15 (14.29%)
Escola Secundária José Régio	Escola Secundária José Régio	A-NEE	12 (0.91%)
		escalão A	86 (6.55%)
		escalão A - POCH	27 (2.06%)
		escalão B	137 (10.43%)
		escalão B - POCH	30 (2.28%)

No que diz respeito às refeições, foram atribuídos subsídios a 1694 alunos/as, no total dos ciclos de estudo.

Relativamente às refeições escolares (tabela em baixo) foram servidas 785.532 refeições, no ano letivo de 2022/2023, destas 498.369 a alunos/as que não beneficiavam de apoio da Ação Social Escolar, 160641 mil beneficiavam do escalão A e 121521 mil do escalão B.

**Tabela 61. Alunos/as beneficiários/as de Refeição Escolar, por ciclo de estudos, 2022/2023**

Fonte: Município de Vila do Conde, 2023

REFEIÇÕES ESCOLARES						
Escalaço ASE	Nº de refeições servidas					
	Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	Total
Não beneficiam de ASE	126 460	213 058	52 426	67 803	38 622	498 369
Beneficiários/as de escalaço A	30 573	67 871	21 253	32 514	8 431	160 642
Beneficiários/as de escalaço B	29 434	54 885	14 843	19 165	8 194	126 521
Total	186 467	335 814	88 522	119 482	55 247	785 532

Relativamente ao material escolar (Escalaço A e Escalaço B), foram apoiadas 218 crianças e jovens, no total dos agrupamentos de escolas.

Tabela 62. Alunos/as beneficiários/as de material escolar e cadernos de atividades, por agrupamento de escolas, 2022/2023

Fonte: Município de Vila do Conde, 2023

Beneficiários de subsídio para aquisição de material escolar e cadernos de atividades por AE	
Agrupamento de Escolas	Nº de alunos
Dr. Carlos Pinto Ferreira	21
D. Afonso Sanches	57
Frei João	78
D. Pedro IV	62
Total	218

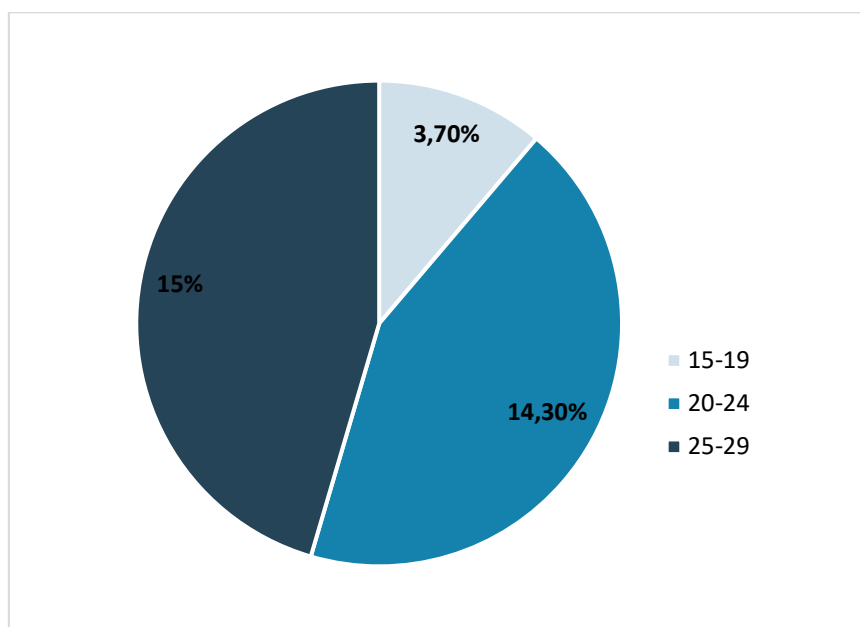
JOVENS NEET

Os/as jovens NEET são jovens que não trabalham nem estão em educação ou formação (young people neither in employment nor education or training). Este indicador inclui jovens em situação de desemprego com procura ativa de emprego e em situação de inatividade com ausência de procura de emprego.

Apesar de geralmente se considerar o grupo alargado dos 15 aos 29 anos para analisar a taxa de jovens NEET, este indicador varia de forma muito significativa por faixa etária: nos jovens dos 15 aos 19 anos, a taxa de jovens NEET é muito reduzida, aumentando nas faixas etárias dos 20 aos 24 e dos 25 aos 29 anos. Estes dados acompanham o padrão de participação em educação e formação dos/as jovens, refletindo, desde logo, as normas vigentes em matéria de escolaridade obrigatória. A condição dos jovens NEET perante o emprego varia amplamente por grupo etário: mais de dois terços dos/as jovens NEET dos 15 aos 19 anos são inativos e mais de metade dos/as jovens NEET dos 20 aos 24 anos são desempregados/as (os que procuram ativamente emprego). No grupo dos 25 aos 29 anos, a distribuição é mais equilibrada, mas mais de metade são inativos (os que não, não procuram emprego).

Gráfico 19. N.º de Casos | Portugal | 2020

Fonte: Gabinete de estratégia e planeamento, 2023



Analisando o gráfico anterior, verifica-se que a maior percentagem de jovens NEET em Portugal se encontra no grupo etário dos 25-29 anos, com 15% e ainda bastante significativo dos 20 aos 24 anos, com 14,3%.

No que respeita à situação face ao emprego, constatava-se que existe uma grande percentagem de jovens inativos, 67,2%, 46% e 52,9% nos escalões etários 15-19 anos, 20- 24 anos e 25-29 anos,

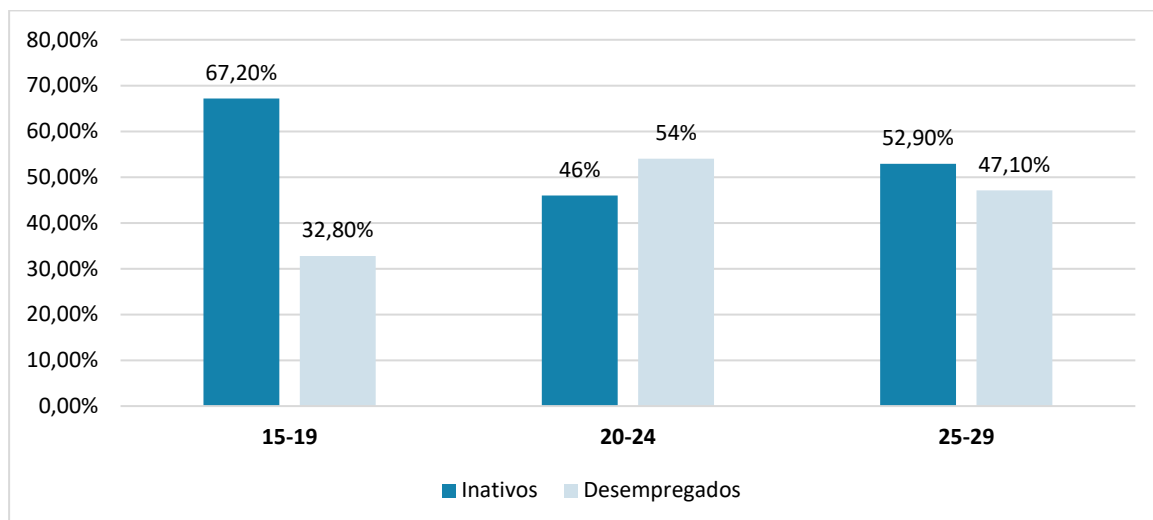


respetivamente. Em situação de desemprego, é importante destacar dos 20-24 anos (54%) e dos 25-29 anos (47,01%). Esta deve ser uma preocupação de cada território. Em primeiro lugar para o jovem, porque quanto mais tempo passar nesta situação, mais complicado será regressar a uma vida ativa. Porque no mercado de trabalho – e mesmo no ensino – são muitos os competidores diretos, com contextos mais favoráveis e currículos mais aliciantes, o que vai tornando cada vez mais complicado conseguir uma boa oportunidade de emprego e um bom salário.

Para permitir que estes jovens voltem a ser ativos, em 2013, o Conselho Europeu adotou uma Recomendação relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude. Em 2020, este Conselho adotou uma nova Recomendação no sentido de Reforçar a Garantia para a Juventude. A Garantia para a Juventude reforçada pretende assegurar que todos/as os/as jovens com menos de 30 anos beneficiam de uma boa oferta de emprego, formação contínua, aprendizagem ou estágio no prazo de quatro meses após terem ficado desempregados/as ou terminado o seu percurso educativo. O Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem (PNI-GJ), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013, de 31 de dezembro, foi recentemente alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2021, de 30 de dezembro. No ano de 2020, registaram-se 197 mil entradas e 173 mil saídas de jovens dos 15 aos 29 anos na Garantia Jovem em Portugal. 71,8% das saídas foram positivas, tendo na sua maioria sido para emprego (74,0%). 13,1% das saídas foram para ofertas de educação ou formação e 12,9% foram para programas de estágio.

Gráfico 20. Jovens NEET | Situação face ao Emprego | Portugal | 2020

Fonte: Gabinete de estratégia e planeamento, 2023



Na relação com o sexo, verificamos que a mesma é insignificante – 11% são do sexo masculino e 11,1% do sexo feminino (gráfico seguinte).

Gráfico 21. Jovens NEET | Por Sexo | Portugal | 2020

Fonte: Gabinete de estratégia e planeamento, 2023

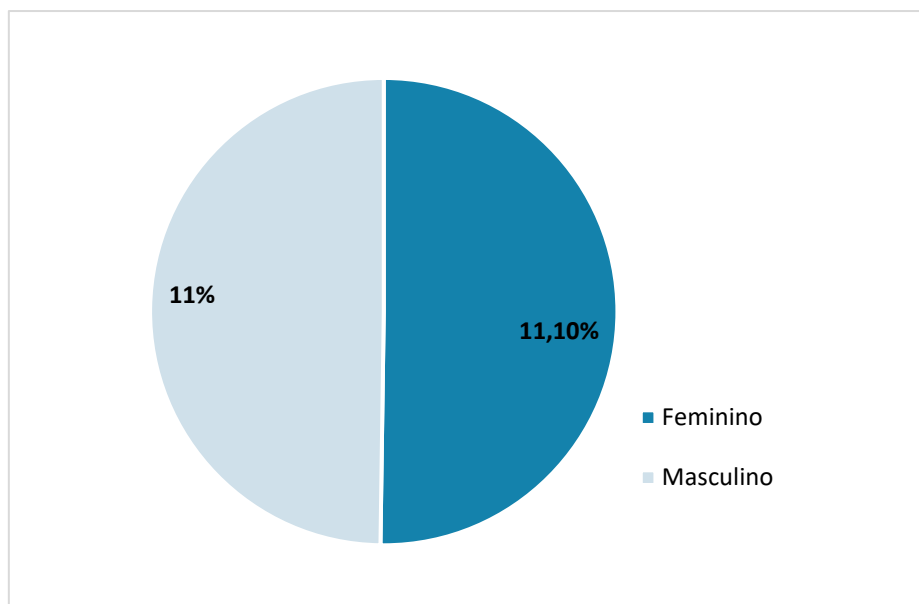
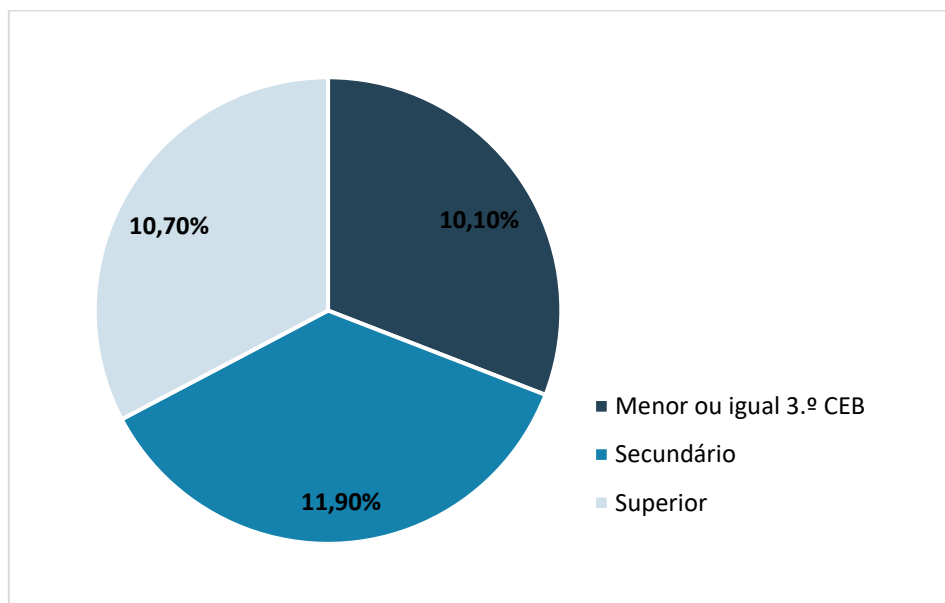


Gráfico 22. Jovens NEET | Por Habilitações Literárias | Portugal | 2020

Fonte: Gabinete de estratégia e planeamento, 2023



De referir que 11,9% têm o ensino secundário, 10,70% têm o ensino superior e 10,1% menos ou igual ao 3.º CEB. As estatísticas demonstram que nos jovens NEET o problema também cresceu nos últimos anos entre os que têm formação superior, o que revela um problema estrutural que dificulta a transição da educação para o mercado de trabalho, mesmo entre os mais qualificados.

TRABALHO INFANTIL

Nem todo o trabalho exercido por crianças deve ser classificado como trabalho infantil. O termo "trabalho infantil" é definido como o trabalho que priva as crianças da sua infância, do seu potencial e da sua dignidade, e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental. O termo refere-se ao trabalho que:

- É mental, física, social ou moralmente perigoso e prejudicial para as crianças;
- Interfere na sua escolarização;
- Priva as crianças da oportunidade de frequentarem a escola;
- Obriga as crianças a abandonar a escola prematuramente;
- Exige que se combine frequência escolar com trabalho excessivamente longo e pesado.

De acordo com as Convenções da OIT nº 138 e nº 182 :

- É considerado trabalho infantil o trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima de admissão ao emprego/trabalho estabelecida no país;
- Os trabalhos perigosos são considerados como Piores Forma de Trabalho infantil e não devem ser realizados por crianças e adolescentes abaixo de 18 anos. Caracteriza-se como trabalho perigoso as atividades que por sua natureza, ou pelas condições em que se realizam, colocam em perigo o bem-estar físico, mental ou moral da criança. Essas atividades devem ser estabelecidas por cada país;
- Também são consideradas como Piores Formas de Trabalho Infantil a escravidão, o tráfico de pessoas, o trabalho forçado e a utilização de crianças e adolescentes em conflitos armados, exploração sexual e tráfico de drogas.

Tabela 63. Abono de Família (€) | Por Requerente | Por Titular | 2011, 2021 e 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	REQUERENTE – BENEFICIÁRIOS/AS			TITULAR - DESCENDENTES OU EQUIPARADOS		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022
Portugal	916.570	792.048	820.985	1.391.937	1.177.200	1.221.794
Região norte	369.425	280.231	288.821	541.207	405.847	418.262
AMP	166.511	132.568	136.318	238.202	189.293	194.901
Vila do Conde	7.998	6.476	6.656	11.618	9.387	9.665

Os dados referentes ao abono de família⁴⁶ são apresentados de duas formas: a primeira, tendo em conta os/as requerentes (é a parte que faz um requerimento, aquele que solicita algo a alguém) e os/as titulares (pessoa que detém o direito) que podem ser descendentes ou equiparados. A este nível,

⁴⁶ Abono de família é uma prestação em dinheiro, paga mensalmente, para compensar os encargos familiares relativos ao sustento e educação das crianças e jovens. Têm direito ao abono de família as crianças e jovens que reúnam todas estas condições: residam em Portugal (ou sejam equiparados a residentes).

verificamos que entre 2011 e 2021 nas unidades territoriais em análise, assistimos a uma diminuição significativa no número de requerentes e no número de titulares. De 2021 para 2022, constatamos um aumento das duas situações. No caso concreto de Vila do Conde passamos de 6476 requerentes, em 2021 para 6656, em 2022 e de 9387 titulares, em 2021 para 9665, em 2022.

6.2. População sénior

O envelhecimento da população, para além de ser a tendência a nível nacional, era já uma realidade constatada nos períodos intercensitários anteriores, tendo, todavia, vindo a agravar-se nas últimas duas décadas. É evidente a quebra do número da população jovem de ambos os sexos, acompanhada por um crescimento igualmente expressivo da população em idades mais avançadas.

Numa perspetiva futura, as estimativas realizadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam para um maior envelhecimento da população. Por exemplo, para 2050, prevê-se que um em cada três residentes será uma pessoa idosa e, assim, Portugal ocupará o terceiro lugar como o país com população mais envelhecida do mundo, a seguir ao Japão e Espanha. Contudo, para 2080, as previsões apontam que o número de pessoas idosas irá cair e ficar-se-á em 37% da população, mas com um peso mais expressivo na sociedade, não porque tenham piorado as condições de vida, mas pelo simples facto de décadas antes se ter assistido a uma redução da população jovem e, por consequência, a uma fraca natalidade.

Tal como a nível nacional, Vila do Conde apresentava uma pirâmide etária (Figura 10) com uma estrutura etária caracterizada por um fenómeno demográfico de “duplo envelhecimento”, onde se verifica a redução do número de jovens e um aumento do número das pessoas idosas. O fenómeno do envelhecimento é mais acentuado nas mulheres, refletindo a sua maior longevidade. É clara a inversão da pirâmide demográfica, ou seja, por um alargamento do topo da pirâmide e pelo estreitamento da base.

Figura 15. Pirâmide Etária | Vila do Conde | 2011-2021

Fonte: INE (censos de 2011 e 2021) CMVC, 2023

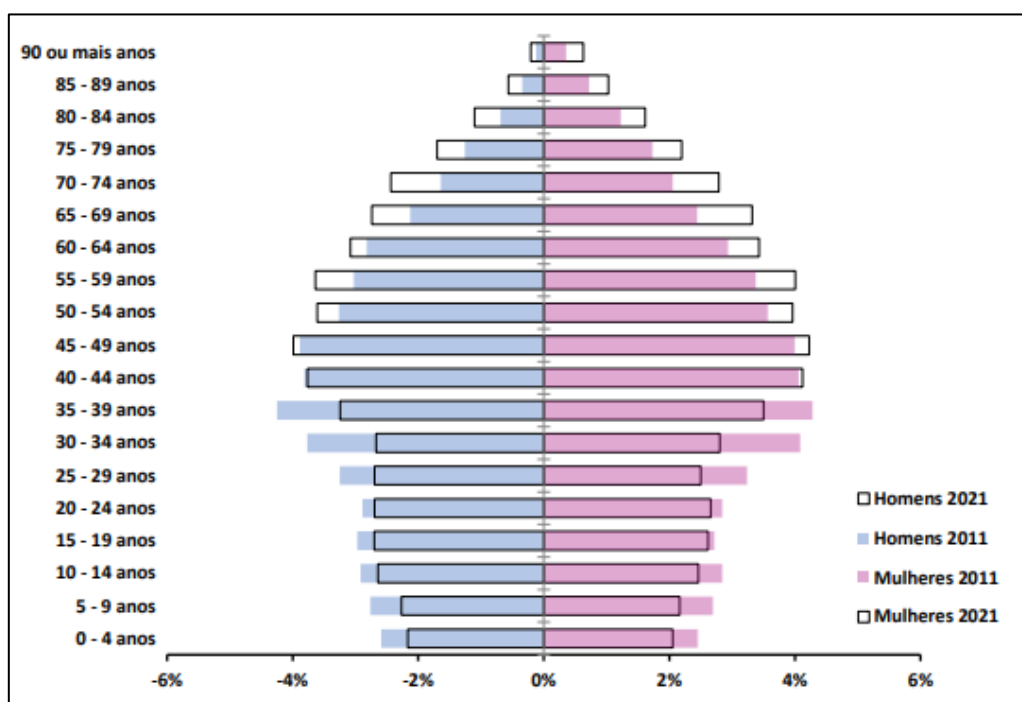


Tabela 64. N.º de indivíduos em idade ativa por pessoa idosa | Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	2011	2021	2022
NORTE	4,0	2,9	2,8
AMP	4,2	3,0	2,9
VILA DO CONDE	4,7	3,2	3,2

Analisando o número de indivíduos em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos) por pessoa idosa, verificamos que na última década diminuiu. Em 2021, tal como em 2022, tínhamos, em média, 3,2 indivíduos em idade ativa, por pessoa idosa.

Outro dos indicadores que importa ter em conta neste contexto de análise refere-se aos índices de dependência da população de Vila do Conde.

Tabela 65. Índice de Dependência de pessoas idosas | Norte, AMP, Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	2011	2021	2022
NORTE	25,2	34,7	35,9
AMP	23,7	33,5	34,5
VILA DO CONDE	22,3	32,5	31,7

Na análise da tabela anterior, o Índice de Dependência de Idosos⁴⁷, em 2021 e em 2022, é menor no Concelho de Vila do Conde do que nas outras unidades territoriais analisadas. Contudo, não deixa de ser um valor elevado e preocupante, visto que representa, em média, 32,5 (em 2021) e 31,7 (em 2022) pessoas idosas por cada 100 ativos.

Tabela 66. Índice de Envelhecimento e Longevidade | Norte, AMP, Vila do Conde | 2011, 2021, 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO ⁴⁸		ÍNDICE DE LONGEVIDADE ⁴⁹		
	2011	2021	2011	2021	2022
NORTE	113,3	184,6	46,7	46,5	46,5
AMP	107,9	174,7	45,1	45,3	45,6
VILA DO CONDE	90,5	147,8	44,4	44,0	45,1

⁴⁷ É a relação entre a população idosa e a população em idade ativa. Habitualmente definido como o quociente entre o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com 15-64 anos). Fórmula de cálculo: $IDI = (P1 \div P2) \times 100$; em que P1: população com idade igual ou superior a 65 anos; e P2: população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.



Relativamente ao Índice de Envelhecimento⁵⁰ verificamos que em 2021 atingiu 147,8. Estamos, portanto, perante um fenómeno que, assumiu proporções que justificam uma atenção especial no quadro das respostas sociais de âmbito concelhio.

É importante refletir que o envelhecimento da população tem consequências diretas na esfera social e económica, uma vez que os níveis correspondentes às pessoas em idade ativa começam a ser insuficientes para manter as populações dependentes.

O caso português e nomeadamente o do Concelho em análise, não é um caso isolado, outros países europeus e outros municípios portugueses, vivem um dos fenómenos mais marcantes das sociedades contemporâneas: a revolução demográfica com menos nascimentos e aumento da longevidade.

Analisando o Índice de Longevidade⁵¹, verificamos que o mesmo tem se mantido constante nos períodos censitários anteriores, sendo em 2011 de 44,4 e em 2021 de 44, menor do que nas outras unidades territoriais analisadas.

A maior longevidade está associada a um conjunto de fatores, entre os quais, além da melhor acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde, também destacam a melhor educação, o melhor acesso a emprego, rendimentos, e proteção social

O crescente envelhecimento populacional poderá ser um pouco atenuado com o efeito da corrente imigratória que se tem verificado em Portugal e nomeadamente no Concelho de Vila do Conde.

⁵⁰ Relação entre população idosa e a população jovem. Habitualmente definido como o quociente entre o número de pessoas com idade 65 e + anos e o número de pessoas entre 0 e 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).

⁵¹ Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos).

Tabela 67. Famílias Clássicas Unipessoais (n.º) | Com + 65 anos | Norte, AMP, Vila do Conde | 2001,2011,2021

Fonte: PORDATA, 2023

	COM + 65 ANOS			TOTAL			% PESSOAS IDOSAS		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
NORTE	84.003	109.884	148.006	59.894	228.923	290.181	36,69	48,00	51,00
AMP	36.250	50.667	71.702	79.733	119.820	150.207	45,46	42,28	47,73
VILA DO CONDE	1.204	1.640	2.483	2.610	3.803	5.223	46,13	43,12	47,53

É importante refletir sobre os dados apresentados na 67, visto que apresentam um aumento bastante significativo de famílias clássicas com + de 65 anos, sendo em 2021 47,53% deste tipo de famílias.

Dissecando os dados sobre as pensões pagas pela Segurança Social⁵² e pela Caixa Geral de Aposentações⁵³, verificamos que têm vindo a aumentar ao longo dos últimos anos censitários, em ambos os sistemas de previdência, o que seria de esperar tendo em conta o aumento das pessoas mais idosas.

Tabela 68. Valor das Pensões (€): total | Segurança Social | Caixa Geral de Aposentações | Norte, AMP, Vila do Conde

Fonte: PORDATA, 2023

	TOTAL			SEGURANÇA SOCIAL			CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
NORTE	1.091.584	1.158.760	1.168.650	951.831	1.002.002	1.010.691	139.753	156.758	157.959
AMP	522.731	565.710	570.158	451.775	487.375	491.294	70.956	78.335	78.864
VILA DO CONDE	21.622	24.621	24.908	19.470	22.070	22.337	2.152	2.551	2.571

⁵² Regime geral de segurança social, aplicável à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem, o regime dos trabalhadores independentes, outros regimes especiais de carácter obrigatório e um regime de inscrição facultativa.

⁵³ É uma instituição de previdência que tem a seu cargo a gestão do regime de segurança social dos funcionários públicos e trabalhadores equiparados admitidos até 2005-12-31 em matéria de pensões de aposentação, de reforma, de sobrevivência e de outras de natureza especial, designadamente pensões de preço de sangue e pensões por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País.

Tabela 69. Valor das Pensões (€) da Segurança Social: total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice | Vila do Conde | 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	TOTAL	VELHICE	%	INVALIDEZ	%	SOBREVIVÊNCIA	%
VILA DO CONDE	22.337	15.517	69,46	1.245	5,57	5.575	24,9

Observando os dados da tabela 69, constatamos que as pensões de velhice⁵⁴ existem em maior número (15.517), seguidas das pensões de sobrevivência,⁵⁵ (5575) e por último a de invalidez⁵⁶ (1245).

Tabela 70. N.º de beneficiários/as com processamento de Complemento Solidário para Idosos | Por Freguesia | Vila do Conde | 2022

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS), dezembro de 2022

FREGUESIAS DO CONCELHO DE VILA DO CONDE	N.º BENEFICIÁRIOS/AS COM PROCESSAMENTO
ÁRVORE	56
AVELEDA	14
AZURARA	29
FAJOZES	21
GIÃO	12
GUILHABREU	34
JUNQUEIRA	26
LABRUGE	33
MACIEIRA DA MAIA	21
MINDELO	41
MODIVAS	21
U.F. BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	39
U.F. DE FORNELO E VAIRÃO	36

⁵⁴ Valor pago mensalmente (no início de cada mês), destinado às pessoas com idade igual ou superior a 66 anos e 4 meses (2023) que tenham descontado durante pelo menos 15 anos para a Segurança Social.

⁵⁵ A pensão de sobrevivência consiste numa prestação pecuniária mensal, cujo montante é determinado em função da pensão de aposentação. Destina-se aos familiares do beneficiário falecido do regime geral da Segurança Social e do regime de Seguro Social Voluntário.

⁵⁶ É um valor pago mensalmente (no início de cada mês), destinado a proteger os/as beneficiários/as em situações de incapacidade permanente para o trabalho. O estado geral, a idade, as aptidões profissionais, a capacidade de trabalho que ainda possui.



U.F. DE MALTA E CANIDÉLO	18
U.F. DE RETORTA E TOUGUES	16
U.F. DE RIO MAU E ARCOS	43
U.F. DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	34
U.F. DE VILAR E MOSTEIRÓ	38
VILA CHÃ	50
VILA DO CONDE	416
VILAR DO PINHEIRO	39
	1037

O Concelho de Vila do Conde, em 2022 tinha 1037 pessoas idosas a receber complemento solidário para idosos⁵⁷, como podemos observar na tabela em cima, ou seja, 4,9% dos/as beneficiários/as de pensão de velhice e de sobrevivência, no Concelho. Admitimos que este é um valor muito inferior, pois deverão existir muito mais pessoas idosas com baixos recursos, isto é, casais com recursos inferiores ou iguais a 10252,60 € por ano e se for só um elemento inferiores ou iguais a 5858,63€. Seria interessante que houvesse campanhas pontuais de divulgação do CSI para que a população idosa estivesse permanentemente informada sobre os seus direitos.

6.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade

Em 2009, Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo opcional, complementando e reforçando a Constituição da República Portuguesa com um instrumento de desenvolvimento de direitos humanos, transversal à deficiência e aos diferentes setores da sociedade. A Convenção é um instrumento vinculativo e tem como objetivo promover, proteger e garantir os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência,

⁵⁷ O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 4 meses e residentes em Portugal.



promovendo o respeito pela sua dignidade inerente e reconhecendo a sua autodeterminação. Ao ratificar a Convenção, Portugal ficou obrigado a rever a legislação e as práticas nacionais à luz do texto da mesma e a monitorizar o seu cumprimento, reportando e aceitando o controlo internacional da sua implementação.

De acordo com os censos de 2021, cerca de 11% de pessoas residentes manifestavam algum tipo de limitação física, intelectual ou sensorial que as inibiam de ter uma participação ativa em diversas situações de vida e de cidadania.

Observando a Figura 16, em Portugal, 1% da população não consegue andar ou subir escadas; 0,6% não consegue compreender os outros ou fazer-se compreender; 2,7 pessoas não conseguem ver; 5,5% tem muita dificuldade de concentração ou de memória; 3% não consegue tomar banho ou vestir-se sozinha; 0,3% não consegue ouvir. A considerar ainda que 65% das pessoas com mais de 65 anos e com pelo menos uma dificuldade são mulheres; pessoas com 65 anos ou mais representam 56% da população com pelo menos uma dificuldade.

Podemos ainda verificar, pela leitura do Gráfico 23, que a limitação que afeta em maior número a população portuguesa é física, 980.000 têm dificuldades de locomoção, seguida de limitação visual, com 920519 e de memória com 655377 pessoas.

Figura 16. Incapacidades e Deficiências | Portugal | 2021

Fonte: INE, 2021



Gráfico 23. População Residente | com dificuldades e por tipo de dificuldade | Portugal | 2021

Fonte: INE, 2021

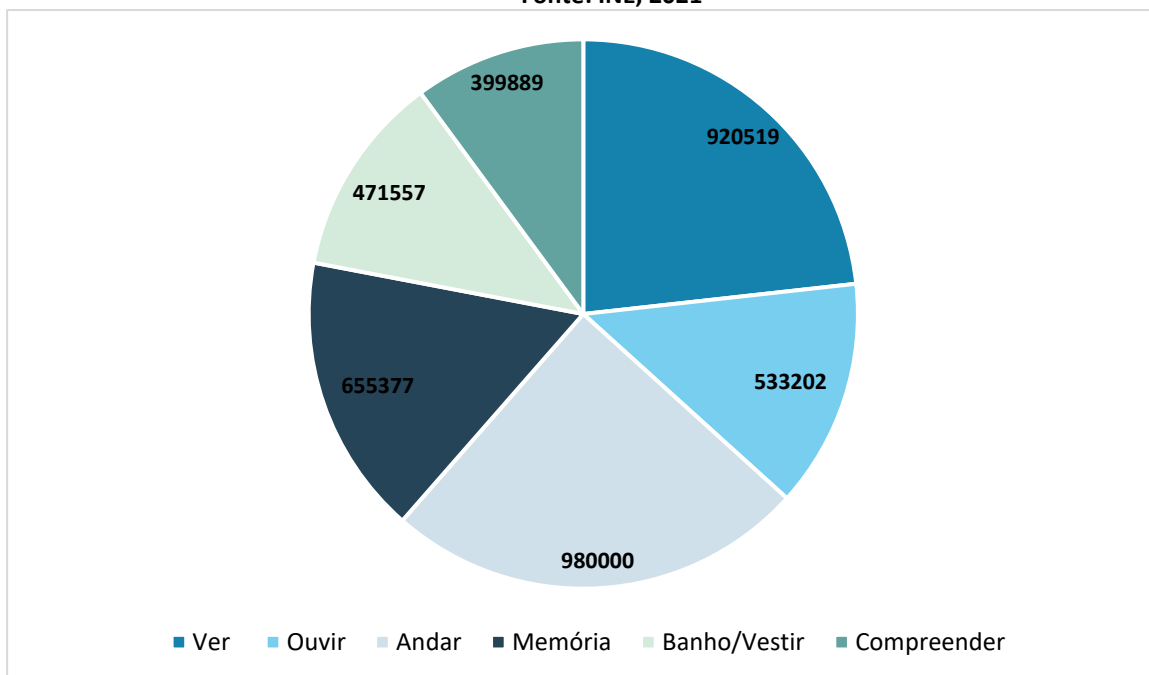
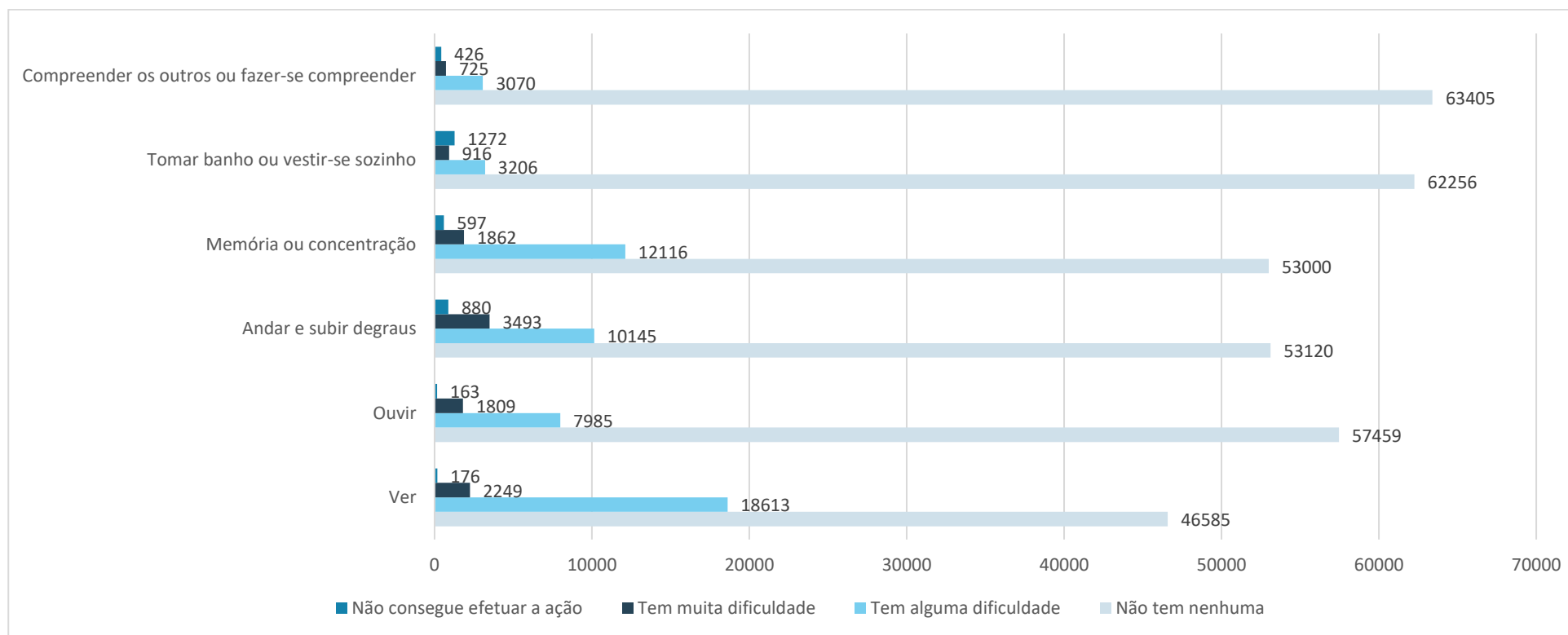




Gráfico 24. População Residente | com dificuldades e por tipo de dificuldade | Vila do Conde | 2021

Fonte: INE, 2021





Em relação ao Concelho de Vila do Conde, podemos verificar que a limitação que apresentava um maior número de residentes que não conseguem efetuar a ação ou têm muita dificuldade é o andar e subir degraus, com 880 e 3493 respetivamente, num total de 4373 pessoas, seguido das limitações da memória e concentração, com 2459 pessoas no total, sendo que 597 não conseguem efetuar a ação e 1862 têm muita dificuldade. Em terceiro lugar encontramos a limitação da visão, com 2425 pessoas, nas quais 176 não conseguem ver e 2249 têm bastante dificuldade. Tomar banho e vestir-se sozinha /o temos um total de 2188 pessoas, sendo que 1272 não conseguem efetuar a ação e 916 têm muita dificuldade. A limitação relativa à audição surge em 5.º lugar, com 1972 pessoas, nas quais 163 não conseguem ouvir e 1809 têm muita dificuldade. Em último lugar, surge a limitação de "compreender os outros e fazer-se compreender" com total de 1151 pessoas, dos quais 426 não conseguem efetuar a ação e 725 têm muita dificuldade.

Analisando estas limitações/dificuldades e tendo em conta o sexo das pessoas (Gráficos 25 e 26), observamos que em todas as dificuldades e limitações, o sexo feminino apresenta números mais elevados, no total, considerando as variáveis “não consegue realizar a ação” e “tem muita dificuldade” em relação ao sexo masculino. Na maioria das situações aparecem-nos valores bastante elevados, quase o dobro dos verificados no sexo feminino, como é o caso de andar e subir escadas, onde o sexo feminino apresentava valores de 2999 pessoas e o sexo masculino 1374 pessoas; tomar banho e vestir-se sozinha, no qual o sexo feminino nos apresentava 1408 pessoas e o masculino 690 pessoas. Compreender os outros e fazer-se compreender o número de pessoas de cada sexo são quase equivalentes, no entanto continuamos a ter mais mulheres com essa limitação, 652 homens e 675 mulheres.

Gráfico 25. População Residente | com dificuldades e por tipo de dificuldade | Sexo Masculino | Vila do Conde | 2021

Fonte: INE, 2021

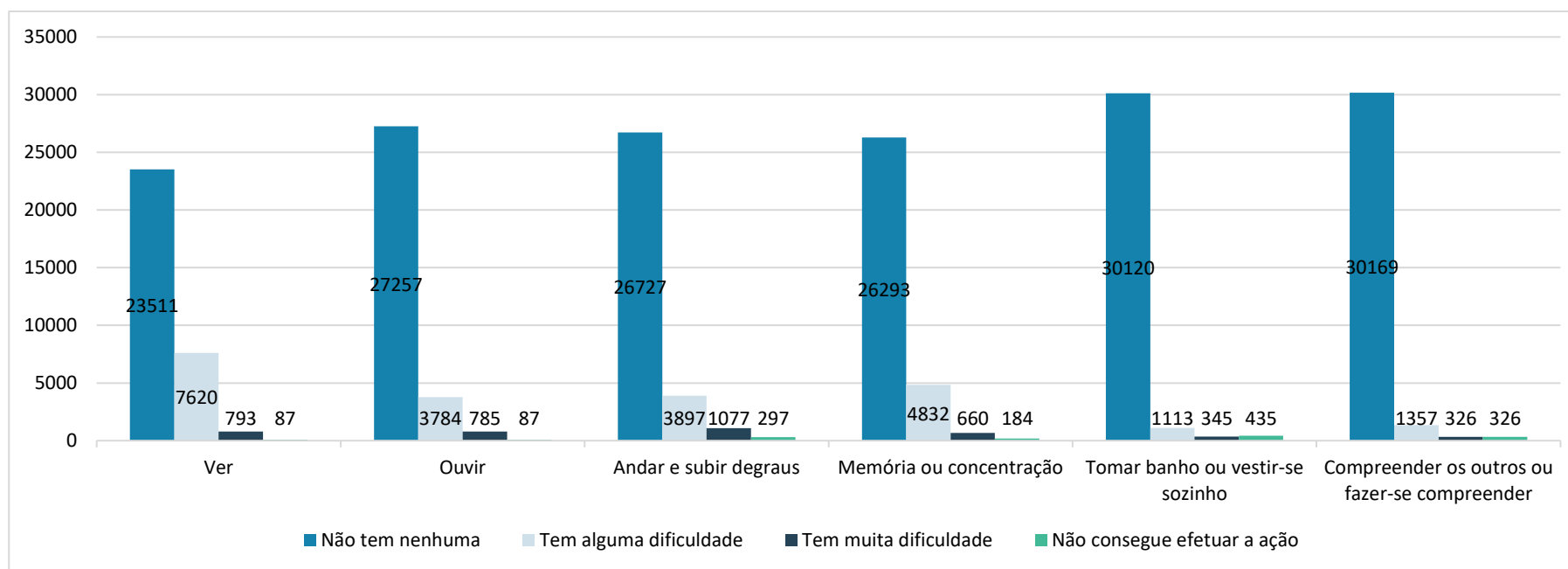


Gráfico 26. População Residente | com dificuldades e por tipo de dificuldade | Sexo Feminino | Vila do Conde | 2021

Fonte: INE, 2021

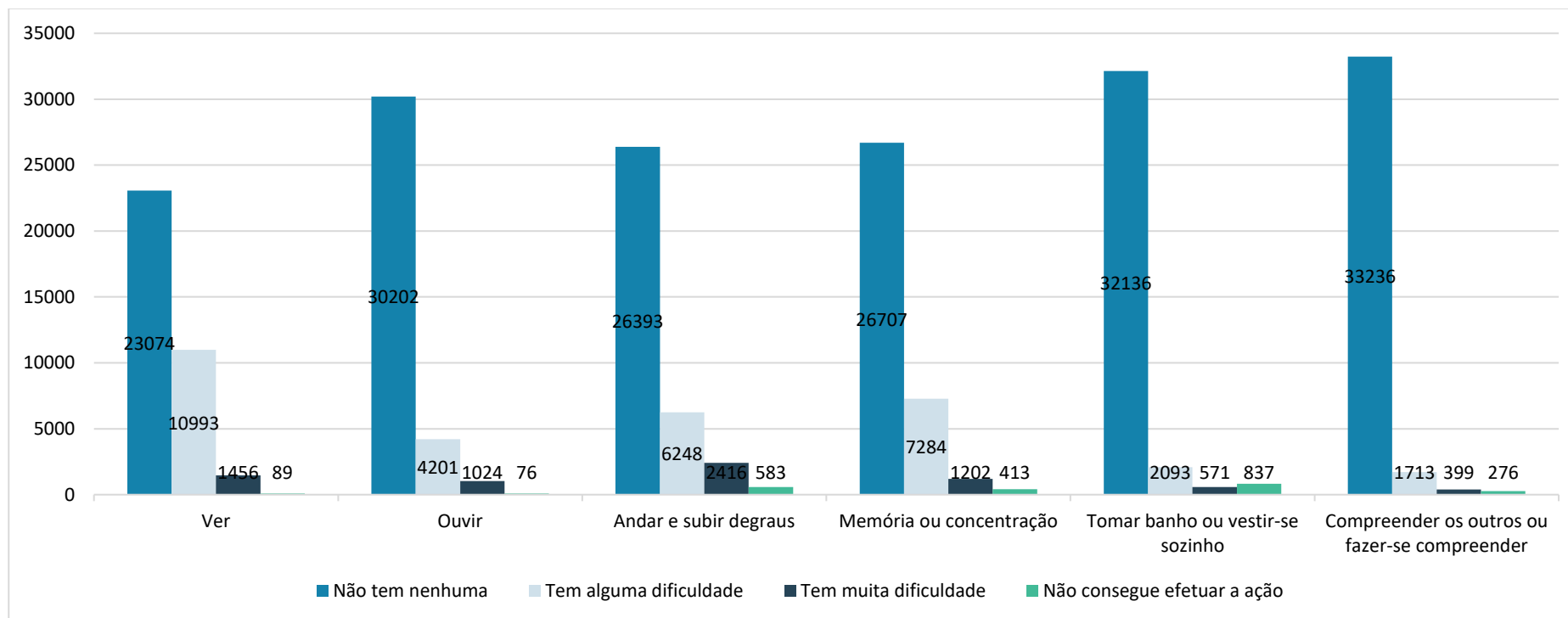




Tabela 71. População Residente com 15 anos ou mais (n.º) | Com pelo menos uma dificuldade | Por Local de Residência | Vila do Conde | 2021

Fonte: INE, 2023

	TOTAL	POPULAÇÃO ATIVA	EMPREGADOS	DESEMPREGADOS	POPULAÇÃO INATIVA	ESTUDANTES	DOMÉSTICOS	REFORMADOS/APOSENTADOS	INCAPACITADOS PERMANENTES PARA O TRABALHO	OUTROS CASOS
AMP	696573	289208	258656	30552	407365	22050	27517	281687	22902	53209
VILA DO CONDE	31075	13072	11961	1111	18003	951	1215	12657	1007	2173
ÁRVORE	2033	922	825	97	1111	70	73	764	52	152
AVELEDA	517	206	184	22	311	8	21	235	12	35
AZURARA	885	383	346	37	502	41	25	354	36	46
FAJOZES	619	211	186	25	408	12	18	292	42	44
GIÃO	682	312	281	31	370	18	19	267	18	48
GUILHABREU	931	405	366	39	526	13	48	383	25	57
JUNQUEIRA	804	317	302	15	487	23	20	357	24	63
LABRUGE	1199	553	509	44	646	29	41	484	22	70
MACIEIRA DA MAIA	966	452	410	42	514	32	42	337	28	75
MINDELO	1493	684	629	55	809	52	51	573	30	103
MODIVAS	743	286	262	24	457	19	37	337	19	45
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	1121	438	409	29	683	28	58	496	31	70
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FORNELO E VAIRÃO	1001	409	367	42	592	30	46	420	29	67
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALTA E CANIDelo	888	404	365	39	484	17	39	350	30	48
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RETORTA E TOUGUES	801	375	351	24	426	20	31	300	17	58
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO MAU E ARCOS	982	392	377	15	590	28	56	410	29	67



DIAGNÓSTICO SOCIAL, PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CARTA SOCIAL DE VILA DO CONDE

FASE I – DIAGNÓSTICO SOCIAL DE VILA DO CONDE

	TOTAL	POPULAÇÃO ATIVA	EMPREGADOS	DESEMPREGADOS	POPULAÇÃO INATIVA	ESTUDANTES	DOMÉSTICOS	REFORMADOS/APOSENTADOS	INCAPACITADOS PERMANENTES PARA O TRABALHO	OUTROS CASOS
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	1228	530	495	35	698	43	44	426	127	58
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR E MOSTEIRÓ	1022	395	362	33	627	30	23	467	34	73
VILA CHÃ	1417	586	528	58	831	41	54	605	41	90
VILA DO CONDE	10809	4409	4037	372	6400	376	428	4418	334	844
VILAR DO PINHEIRO	934	403	370	33	531	21	41	382	27	60



No que respeita às dificuldades da população residente, por condição perante o trabalho, constatamos pela análise da tabela em cima que existe um grande número de pessoas com pelo menos uma dificuldade (mais de um terço da população total).

Tabela 72. Bonificação por Deficiência | Subsídio por Frequência de Estabelecimento de Educação Especial | Por Freguesia | Vila do Conde | 2022

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS), dezembro de 2022

FREGUESIAS DE RESIDÊNCIA DO CONCELHO DE VILA DO CONDE	TITULARES	
	BONIFICAÇÃO POR DEFICIÊNCIA	SUBSÍDIO POR FREQUÊNCIA DO ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
ÁRVORE	56	-
AVELEDA	10	-
AZURARA	19	-
FAJOZES	3	-
GIÃO	6	-
GUILHABREU	18	-
JUNQUEIRA	20	-
LABRUGE	14	-
MACIEIRA DA MAIA	29	-
MINDELO	32	*
MODIVAS	18	-
U.F. BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	32	-
U.F. DE FORNELO E VAIRÃO	17	-
U.F. DE MALTA E CANIDELLO	20	-
U.F. DE RETORTA E TOUGUES	18	-
U.F. DE RIO MAU E ARCOS	21	-
U.F. DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	36	-
U.F. DE VILAR E MOSTEIRÓ	17	-
VILA CHÃ	23	-
VILA DO CONDE	321	*
VILAR DO PINHEIRO	20	-
	750	4

* Os dados violam o segredo estatístico, pelo que não podem ser divulgados



O Concelho de Vila do Conde, no que respeita à bonificação por deficiência⁵⁸, tem a usufruir em todo o Concelho um total de 750 beneficiários/as, até aos 10 anos⁵⁹ ou até aos 24 anos⁶⁰. Estes encontram-se distribuídos pelas várias freguesias do Concelho, com maior incidência nas freguesias mais populosas: Vila do Conde com 321 beneficiários/as, Árvore com 56 beneficiários/as, UF de Touguinha e Touguinhó com 36 beneficiários/as, Mindelo e U.F. Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada com 32 beneficiários/as.

No que respeita ao subsídio por estabelecimento de educação especial⁶¹, verificamos que no Concelho de Vila de Conde existem 4 beneficiários/as.

Podemos ainda considerar o subsídio por assistência a 3.ª pessoa⁶², que, observando o quadro seguinte, podemos constatar ter vindo a aumentar nos últimos anos. Vila do conde encontra-se, em 2022, com 159 beneficiários/as, um número bastante inferior aos beneficiários/as do abono de família para crianças e jovens com bonificação por deficiência.

Tabela 73. Subsídio Por Assistência a 3.ª Pessoa (€)| Norte, AMP, Vila do Conde| 2011, 2021 2 2022

Fonte: PORDATA, 2023

	2011	2021	2022
Região norte	5217	5253	5224
AMP	2555	2812	2827
Vila do Conde	143	159	159

⁵⁸ Trata-se de um acréscimo ao abono de família para crianças e jovens que, é atribuída quando por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica, a criança e jovem que necessite de apoio pedagógico ou terapêutico

⁵⁹ A partir do dia 1 de outubro de 2019.

⁶⁰ As crianças e jovens cujo requerimento de Bonificação por Deficiência, tenha sido entregue até 30 de setembro de 2019 (antigo regime), ou que se encontrem a receber a prestação, mantêm o direito à mesma até aos 24 anos, desde que observadas as demais condições de atribuição/manutenção.

⁶¹ É uma prestação pecuniária paga mensalmente que se destina a assegurar a compensação de encargos resultantes da aplicação de formas específicas de apoio a crianças e jovens com deficiência, designadamente a frequência de estabelecimentos adequados (Manual de Processos-chave Acolhimento Familiar, pág.4)

⁶² É uma prestação mensal em dinheiro que se destina a compensar as famílias com descendentes, a receber abono de família com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitem do acompanhamento permanente de terceira pessoa.

**Tabela 74. N.º de beneficiários/as com processamento da prestação social para a inclusão | Por Freguesia | Vila do Conde | 2022**

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social (SESS), dezembro de 2022

FREGUESIAS DE RESIDÊNCIA DO CONCELHO DE VILA DO CONDE	N.º de Beneficiários/as
ÁRVORE	83
AVELEDA	20
AZURARA	42
FAJOZES	47
GIÃO	22
GUILHABREU	32
JUNQUEIRA	33
LABRUGE	33
MACIEIRA DA MAIA	49
MINDELO	49
MODIVAS	24
U.F. BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	50
U.F. DE FORNELO E VAIRÃO	39
U.F. DE MALTA E CANIDELLO	32
U.F. DE RETORTA E TOUGUES	32
U.F. DE RIO MAU E ARCOS	37
U.F. DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	112
U.F. DE VILAR E MOSTEIRÓ	45
VILA CHÃ	45
VILA DO CONDE	501
VILAR DO PINHEIRO	45
	1372

Analisando a tabela em cima, verificamos que 1.372 beneficiários/as recebem, no Concelho de Vila do Conde, a prestação social para a inclusão que se destina a pessoas que se encontrem em situação de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente certificada ou superior a 80% no caso de ser titular da pensão de invalidez e ter 55 ou mais anos.

À semelhança do subsídio de bonificação por deficiências, as freguesias que têm mais beneficiários/as são: Vila do Conde com 501 beneficiários/as, UF de Touguinha e Touguinhó com 112 beneficiários/as, Árvore com 83 beneficiários/as, U.F. Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada com 50 beneficiários/as, Mindelo e Macieira da Maia com 49 beneficiários/as respetivamente, UF de Vilar e Mosteiró e a freguesia de Vila Chã e Vilar do Pinheiro com 45 beneficiários/as cada.

6.4. Pessoas com comportamentos aditivos e dependências

O consumo de substâncias psicoativas, sejam elas lícitas ou ilícitas, tem um efeito devastador na vida de milhões de pessoas em todo o mundo. Portugal, no que respeita em matéria de drogas e álcool, foi sempre apontado como um exemplo a seguir pela sua abordagem. No entanto, vão surgindo novos desafios, seja pelo desinvestimento que se faz sentir nesta área, seja pela alteração do perfil dos utilizadores de substâncias que recorrem aos serviços especializados de tratamento.

Tabela 75. Utentes ativos em tratamento (n.º) | Por Grupo Etário e Sexo | Vila do Conde

Fonte: CRI – Porto Ocidental, 2022

Escalões Etários	Sexo		
	F	M	Total Geral
Dos 0 aos 14 anos		1	1
Dos 15 aos 19 anos	4	10	14
Dos 20 aos 24 anos	3	10	13
Dos 25 aos 29 anos	5	9	14
Dos 30 aos 34 anos	5	16	21
Dos 35 aos 39 anos	6	26	32
Dos 40 aos 44 anos	5	34	39
Dos 45 aos 49 anos	12	53	65
Dos 50 aos 54 anos	11	63	74
Dos 55 aos 59 anos	6	44	50
Dos 60 aos 64 anos	11	21	32
Dos 65 aos 69 anos	7	9	16
Dos 70 aos 74 anos		3	3
>= 75 anos	2	1	3
TOTAL	77	300	377

Dos 377 utentes ativos acompanhados pelo CRI (Centro de Respostas Integradas) Porto Ocidental, constatamos que a maioria, 300 utentes, são do sexo masculino e 77 utentes são do sexo feminino. Destes, encontramos a maioria nos grupos etários de 35 anos aos 59 anos. É ainda importante referir que dos 65 anos aos 75 anos encontramos 22 utentes em tratamento. Abaixo dos 34 anos, temos 73 utentes com especial relevância e 15 utentes que se encontram em idades inferiores a 19 anos.



Tabela 76. Perfil sociodemográfico dos/as utentes ativos em tratamento (n.º) | Por Grupo Etário | Vila do Conde | 2022

Fonte: CRI – Porto Ocidental, 2022

	Problemas ligados ao álcool	Consumo de outras substâncias psicoativas	Consulta de cessação tabágica	Outra patologia aditiva	Jogo	Criança/Jovem em risco	Outra situação	Parente	Família	Total
Dos 0 aos 14 anos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Dos 15 aos 19 anos	-	-	-	-	-	14	-	-	-	14
Dos 20 aos 24 anos	-	6	-	-	-	7	-	-	-	13
Dos 25 aos 29 anos	1	9	-	-	-	-	-	-	2	14
Dos 30 aos 34 anos	1	17	-	-	-	-	-	-	2	21
Dos 35 aos 39 anos	6	22	-	-	2	-	-	-	1	32
Dos 40 aos 44 anos	13	23	1	1	-	-	-	1	-	39
Dos 45 aos 49 anos	25	35	-	-	-	-	-	2	3	65
Dos 50 aos 54 anos	29	41	-	-	-	-	2	1	1	74
Dos 55 aos 59 anos	26	23	-	-	-	-	-	1	-	50
Dos 60 aos 64 anos	25	7	-	-	-	-	-	-	-	32
Dos 65 aos 69 anos	11	1	1	-	-	-	-	1	2	16
Dos 70 aos 74 anos	2	1	-	-	-	-	-	-	-	3
>= 75 anos	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	142	185	2	1	2	26	2	6	11	377



Analisando os dados anteriores, o perfil sociodemográfico dos/as utentes, podemos observar que os dados mais significativos dizem respeito, ao consumo de outras substâncias psicoativas (185 utentes), seguido dos/as utentes com problemas ligados ao álcool (142 pessoas acompanhadas) e das crianças e jovens em risco (22 utentes). Cruzando estes dados com o escalão etário onde pertencem, verificamos que os problemas ligados ao álcool se encontram, na sua maioria, em utentes com mais de 45 anos e os ligados ao consumo de outras substâncias psicoativas, em maior número a partir dos 30 anos até aos 59 anos.



Tabela 77. Tipos de consumo e substâncias consumidas pelos/as utentes ativos em tratamento (n.º) | Vila do Conde | 2022

Fonte: CRI – Porto Ocidental, 2022

	ÁLCOOL	ALUCIN. - OUTROS	BENZODI AZEPINAS	CANNABIS	COCAÍNA	CRACK/BASE DE COCA	HEROÍNA	HEROÍNA+COC AÍNA (SPEEDBALL, REBOLAU)	JOGO	METADONA	SEM DROGA PRINCIPAL	SEM INFORMAÇÃO	TABACO	TOTAL
CONSULTA DE CESSAÇÃO TABÁGICA	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
CONSUMO DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS PSICOACTIVAS	0	1	1	16	25	6	120	4	-	3	-	7	2	185
CRIANÇA/JOVEM EM RISCO	0	-	-	4	-	-	-	-	-	-	1	21	-	26
FAMÍLIA	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	11
JOGO	0	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
OUTRA PATOLOGIA ADITIVA	0	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
OUTRA SITUAÇÃO	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
PARENTE	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5	-	6
PROBLEMAS LIGADOS AO ÁLCOOL	133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	142
TOTAL	133	1	1	20	25	6	121	4	2	3	2	56	3	377



Dos/as 377 utentes em acompanhamento e tendo em conta a substância que estes consideram a sua droga principal (aquela que mais dificuldades lhes traz) e o tipo de consumos, verificamos que 133 dos/as utentes indicam as bebidas alcoólicas, 121 heroína, 25 cocaína e 20 cannabis. Dos/as utentes que consomem cannabis, 4 são crianças e jovens em risco. Por seu lado, 56 utentes não deram informação sobre o tipo de substância consumida.

Tabela 78. Habilitações Literárias (nº) | Por tipo de Consumos | Vila do Conde | 2022

Fonte: CRI – Porto Ocidental, 2022

	Problemas ligados ao álcool	Consumo de outras substâncias psicoativas	Criança/Jovem em risco	Consulta de cessação tabágica	Jogo	Outra patologia aditiva	Outra situação	Parente	Família	Total
1º Ciclo do Ensino Básico	54	33	1	-	-	-	-	1	1	90
2º Ciclo do Ensino Básico	44	81	3	-	-	-	-	-	5	133
3º Ciclo do Ensino Básico	21	32	11	2	1	-	-	-	-	67
Desconhecido	2	15	2	-	-	-	1	-	-	20
Ensino Secundário	14	17	7	-	-	1	-	4	5	48
Frequência Universitária	2	2	2	-	-	-	-	1	-	7
Grau Universitário	2	2	-	-	1	-	1	-	-	6
Sem escolaridade	2	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Sem escolaridade, mas sabe ler e escrever	1	2	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	142	185	26	2	2	1	2	6	11	377

Dos/as utentes acompanhados/as a maioria não foi além do ensino básico, 1.º ciclo (90 utentes), 2.º ciclo (133 utentes), 3.º ciclo (67 utentes). De referir que, 6 não sabem ler nem escrever ou não têm qualquer grau de escolaridade. Com o ensino secundário temos 48 utentes, e com frequência universitária 7 e com grau universitário 6 utentes.

Tabela 79. Situação Profissional (n.º) | Por tipo de substância | Vila do Conde | 2022

Fonte: CRI – Porto Ocidental, 2022

	PROBLEMAS LIGADOS AO ÁLCOOL	CONSUMO DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	CRIANÇA/JOVEM EM RISCO	CONSULTA DE CESSAÇÃO TABÁGICA	JOGO	OUTRA PATOLOGIA ADITIVA	OUTRA SITUAÇÃO	PARENTE	FAMÍLIA	TOTAL
Desconhecido	4	10	1	-	-	-	-	-	-	15
Desocupado há menos de um ano	12	21	-	-	-	-	-	1	1	35
Desocupado há um ano ou mais	36	38	-	1	-	-	1	-	-	76
Doméstica	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Estudante/ Formação Profissional	-	6	22	-	-	-	-	-	-	28
Outra situação	3	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Reformado/Pensão Social por idade	11	2	-	-	-	-	-	-	2	15
Reformado/Pensão Social por invalidez	9	4	-	-	-	-	-	-	-	13
Trabalho estável/regular	57	99	3	-	2	1	1	4	7	174
Trabalho ocasional	9	4	-	1	-	-	-	-	1	15
TOTAL	142	185	26	2	2	1	2	6	11	377

Dos/as 377 utentes acompanhados/as, no CRI – Porto Ocidental, constatamos que a sua maioria tem trabalho estável /regular (174 utentes), 76 utentes estão desocupados/as há um ano ou mais e 35 utentes há menos de 1 ano. Dos/as 174 utentes com trabalho estável 57 têm problemas ligados ao consumo de álcool e 99 utentes ao consumo de outras substâncias psicoativas.

Tabela 80. Fonte de referência (nº) | Vila do Conde | 2022

Fonte: CRI – Porto Ocidental, 2022

	PROBLEMAS LIGADOS AO ÁLCOOL	CONSUMO DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	CRIANÇA/JOVEM EM RISCO	CONSULTA DE CESSAÇÃO TABÁGICA	JOGO	OUTRA PATOLOGIA ADITIVA	OUTRA SITUAÇÃO	PARENTE	FAMÍLIA	TOTAL
AUTO-REFERENCIADO/ INICIATIVA PRÓPRIA	18	44	5	2	1	1	1	3	2	77
COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS	1	-	4	-	-	-	-	2	6	13
COMISSÃO DISSUAÇÃO DA TOXICODEPENDÊNCIA	-	9	3	-	-	-	-	-	1	13
DESCONHECIDO	6	20	1	-	-	-	1	-	-	28
FAMÍLIA/AMIGOS	5	27	2	-	-	-	-	-	-	34
INSTITUIÇÃO DE SAÚDE/OUTRO PROFISSIONAL	17	8	-	-	1	-	-	-	-	26
INSTITUIÇÃO ESCOLAR	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2
INSTITUIÇÃO JUDICIAL / INST. REINserção SOCIAL	24	13	4	-	-	-	-	1	-	42
INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL (ISS)	7	2	1	-	-	-	-	-	1	11
MÉDICO DE FAMÍLIA/CUIDADOS SAÚDE PRIMÁRIOS	52	16	-	-	-	-	-	-	-	68
OUTROS	9	2	1	-	-	-	-	-	-	12
PROGRAMA STOP	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
REDUÇÃO DANOS COM METADONA BAIXO LIMIAR	-	25	-	-	-	-	-	-	-	25
REDUÇÃO DANOS SEM METADONA BAIXO LIMIAR	-	6	-	-	-	-	-	-	-	6
UNIDADE ESPECIALIZADA (IDT)	3	13	2	-	-	-	-	-	1	19
TOTAL	142	185	26	2	2	1	2	6	11	377



Constatamos pela análise da tabela anterior, que a maioria das pessoas em acompanhamento procurou os serviços por iniciativa própria (77 utentes), através do médico de família e dos cuidados primários foram sinalizados/as 68 utentes e por instituições judiciais, 42 utentes, por familiares e amigos foram referenciados/as 34 utentes.

Se analisarmos as unidades de tratamento verificamos que os/as 377 utentes em acompanhamento do Concelho de Vila do Conde, encontravam-se na sua maioria a ser acompanhados/as pelo CRI Porto Ocidental (173) e pela Unidade de Alcoologia do Porto (131). Os restantes encontram-se a ser acompanhados/as pelo CRI Porto central (36), CRI Porto oriental (7), CRI Braga (1), Programa integrado de apoio à comunidade (28) e outros projetos (1).

Tabela 81. Por unidade de Acompanhamento (n.º) | Vila do Conde | 2022

Fonte: CRI – Porto Ocidental, 2022

	Problemas ligados ao álcool	Consumo de outras substâncias psicoativas	Criança/Jovem em risco	Consulta de cessação tabágica	Jogo	Outra patologia aditiva	Outra situação	Parente	Família	TOTAL
CRI Braga		1								1
CRI Porto Central		34	1				1			36
CRI Porto Ocidental	13	142	8	2	2	1			5	173
CRI Porto Oriental		5	2							7
Programa Integrado de Apoio à Comunidade			15				1	6	6	28
Projetos		1								1
UA Norte	129	2								131
TOTAL	142	185	26	2	2	1	2	6	11	377

Tabela 82. Substância consumida pelas/os utentes ativas/os em tratamento (n.º) | Por freguesia/união de freguesias | Vila do Conde | 2022

Fonte: CRI – Porto Ocidental, 2022

	PROBLEMAS LIGADOS AO ÁLCOOL	CONSUMO DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	CRIANÇA/ JOVEM EM RISCO	CONSULTA DE CESSAÇÃO TABÁGICA	JOGO	OUTRA PATOLOGIA ADITIVA	OUTRA SITUAÇÃO	PARENTE	FAMÍLIA	TOTAL
SEM INFORMAÇÃO	3	3	1	-	-	-	-	-	-	7
ÁRVORE	11	9	4	-	-	-	-	2	1	27
AVELEDA	2		-	-	-	-	-	-	-	2
AZURARA	5	6	1	-	-	-	-	-	-	12
FAJOZES	1	2	1	-	-	-	-	-	-	4
GIÃO	4	6	-	-	1	-	-	-	2	13
GUILHABREU	4	4	1	1	-	-	-	-	-	10
JUNQUEIRA	4	3	1	-	-	-	-	-	-	8
LABRUGE	3	1	2	-	-	-	1	1	1	9
MACIEIRA DA MAIA	5	5	-	-	-	-	-	-	-	10
MINDELO	6	9	-	-	-	-	-	-	2	17
MODIVAS	5	10	3	-	1	-	-	-	-	19
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	6	3	-	-	-	-	-	-	-	9
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FORNELO E VAIRÃO	4	1	-	-	-	-	-	-	-	5
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MALTA E CANIDELÓ	2	4	-	-	-	-	-	-	-	6
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RETORTA E TOUGUES	6	1	-	-	-	-	-	-	-	7
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO MAU E ARCOS	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	3	4	1	-	-	-	-	1	-	9
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR E MOSTEIRÓ	8	2	1	-	-	-	-	-	-	11
VILA CHÃ	11	3	1	1	-	-	-	-	-	16
VILA DO CONDE	44	103	8	-	-	1	1	2	4	163
VILAR DO PINHEIRO	4	5	1	-	-	-	-	-	1	11
TOTAL GERAL	142	185	26	2	2	1	2	6	11	377



No contexto concelhio, constata-se ser Vila do Conde a freguesia que tinha mais utentes em acompanhamento (163) sendo que, 44 utentes têm problemas ligados às bebidas alcoólicas, 103 utentes a consumos de outras substâncias psicoativas e 8 são crianças e jovens em risco. A segunda freguesia que apresentava valores mais significativos é a freguesia de Árvore, com 27 utentes em acompanhamento, sendo que, 11 têm problemas relacionadas com as bebidas alcoólicas, 9 com problemas ligados a outras substâncias psicoativas e 4 são crianças e jovens em risco. Seguem-se as freguesias de Modivas (19), Mindelo (17) e Vila Chã (16). AS restantes freguesias/ UF apresentavam números abaixo de 15 utentes (Tabela anterior).

6.5. Imigrantes e minorias étnicas

Em Portugal, segundo o INE, em 2022 existiam 117.843 imigrantes permanentes, sendo que 73.315 são do sexo masculino e 44.528 do sexo feminino. Como podemos constatar, o número de pessoas do sexo masculino é bastante superior às do sexo feminino.

Ao analisarmos demograficamente o Concelho de Vila do Conde é igualmente importante abordarmos o fenómeno das migrações, na medida em que este, como já mencionado anteriormente, provoca também oscilações na população residente.

A população com estatuto legal residente tem acompanhado uma tendência crescente no Concelho, tal como podemos observar na Tabela 83.

Tabela 83. População estrangeira com estatuto legal de residente em proporção da população residente
|total e por sexo | Norte, AMP, Vila do Conde

	TOTAL			MASCULINO			FEMININO		
	2011	2021	2022	2011	2021	2022	2011	2021	2022
NORTE	1,3	2,8	3,3	1,3	2,9	3,5	1,2	2,7	3,1
AMP	1,5	3,3	3,9	1,6	3,4	4,1	1,5	3,2	3,7
VILA DO CONDE	1,5	3,5	3,9	1,7	3,9	4,5	1,4	3,1	3,4



A população estrangeira com estatuto legal de residência⁶³, nas várias unidades territoriais analisadas, teve um aumento bastante significativo de 2011 para 2021, a destacar o Concelho de Vila do Conde, que cresceu mais do dobro, de 1,5% para 3,5% da população residente.

Ao analisar os dados da população estrangeira⁶⁴ por freguesia, no Concelho de Vila do Conde, referente a 2021, observamos que as Freguesias e UF que se destacam com maior percentagem são a freguesia de Fajozes (18,08%), de Árvore (6,43%) e de Vila do Conde (3,50%). A UF de Rio Mau e Arcos é a que apresentava menor percentagem, 0,45% (Figura 17).

É importante destacar que este aumento demográfico contribuiu da população estrangeira foi determinante para o crescimento demográfico do Concelho no geral e particularmente em algumas freguesias/UF.

⁶³ Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor.

⁶⁴ Proporção da população residente da nacionalidade estrangeira, expressa em %.

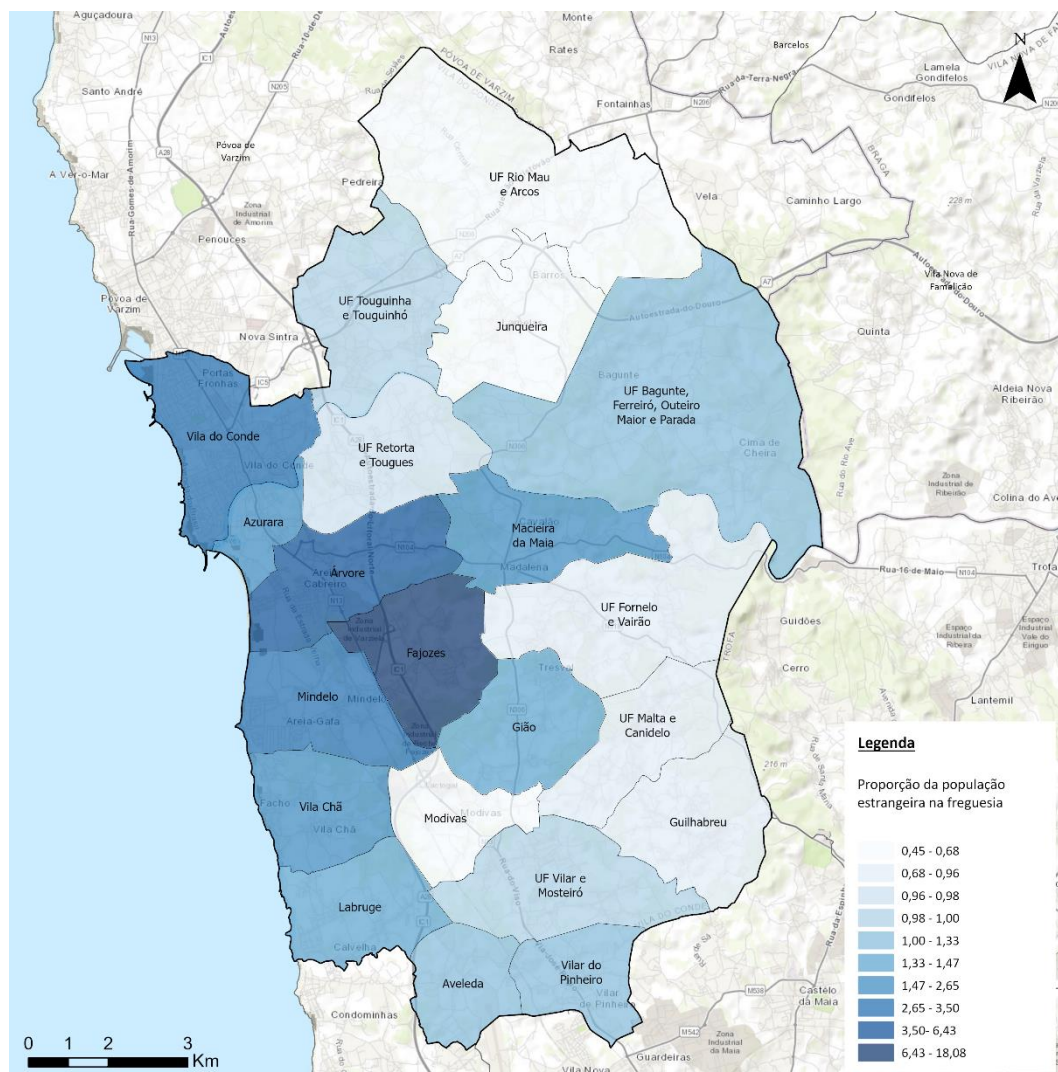


Figura 17. Proporção da População Estrangeira | Por Freguesia | Vila do Conde | 2021

Fonte: INE, 2023

Analisando o número de população residente que entrou em Portugal, após 2019 e mais concretamente em Vila do Conde, percebemos que o motivo da entrada (residentes no estrangeiro ou noutra unidade territorial), prende-se com o retorno ao Concelho, questões de trabalho e reunificação familiar. Esta última é hoje um dos principais motivos de entrada das pessoas a residir no estrangeiro, que deve ter particular atenção, pois assumem dificuldades que poderão ser comuns a diversas outras categorias (reunificação familiar, diferenciação entre imigrantes, estrangeiros ou famílias), pois envolve custos para o território de acolhimento para responder a necessidades, em matéria de habitação, educação, saúde e segurança social (no caso de se encontrarem desempregados).



Tabela 84. N.º de População Residente que entrou em Portugal após 2019 | Motivo de entrada em Portugal | Vila do Conde | 2022

Fonte: INE, 2023

FREGUESIAS	RETORNO	TRABALHO	EDUCAÇÃO	REUNIFICAÇÃO	SAÚDE	RESIDÊNCIA	VIOLÊNCIA OU DIREITOS HUMANOS	OUTROS	PROPORÇÃO
ÁRVORE	102	52	25	66	3	53	1	136	15,51
AVELEDA	23	9	2	5	0	0	0	3	10,29
AZURARA	48	14	9	17	1	29	0	28	12,63
BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	43	11	8	16	0	11	0	18	8,38
FAJOZES	29	47	5	38	1	2	0	108	11,55
FORNELO E VAIRÃO	34	7	7	12	1	11	0	25	10,16
GIÃO	13	2	0	7	2	7	0	7	8,62
GUILHABREU	34	7	2	16	0	7	0	5	9,27
JUNQUEIRA	53	10	1	2	3	3	0	14	7,72
LABRUGE	68	15	2	23	2	8	1	21	10,43
MACIEIRA DA MAIA	56	26	6	18	8	15	0	41	11,08
MALTA E CANDELO	37	11	1	6	2	8	0	17	7,11
MINDELO	69	34	12	35	4	30	2	61	17,83
MODIVAS	27	6	2	8	1	2	0	14	10,54
RETORTA E TOUGUES	54	4	4	12	1	17	0	12	10,67
RIO MAU E ARCOS	81	7	4	24	1	6	4	17	8,66
TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	89	12	9	17	4	16	4	24	9,68
VILA CHÃ	90	23	14	14	8	25	5	50	16,25
VILA DO CONDE	593	193	86	227	20	284	20	411	9,02
VILAR PINHEIRO	18	6	5	8	1	12	0	15	11,01
VILAR E MOSTEIRÓ	49	3	2	8	2	9	0	17	8,05



A população estrangeira residente em Vila do Conde é na sua maioria oriunda do continente americano (988 residentes) e do continente asiático (814 residentes). A comunidade brasileira foi a comunidade que mais cresceu (300%) entre 2011 e 2021. Com 890 indivíduos constituía, em 2021, a comunidade de maior dimensão no Concelho. A comunidade chinesa passou de 391 pessoas, em 2011, para 704 pessoas em 2021, um crescimento de 80,1%, mas perdeu a posição de comunidade estrangeira com maior dimensão, para a comunidade brasileira (CMVC, 2023).

Tabela 85. População residente de nacionalidade estrangeira (nº) | Por Local de residência (à data dos Censos 2021) | Sexo | Por Freguesia | Vila do Conde

Fonte: INE, 2023

	AMÉRICA		UE		ÁFRICA		OUTROS		ÁSIA	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
ÁRVORE	43	49	14	17	5	5	12	9	108	96
AVELEDA	7	5	1	0	1	1	0	0	0	0
AZURARA	11	26	3	4	1	0	0	3	4	6
BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	8	15	2	3	1	0	0	1	0	1
FAJOZES	1	6	2	6	0	1	0	0	157	123
FORNELO E VAIRÃO	2	9	5	6	0	0	1	0	0	0
GIÃO	2	3	5	1	4	4	0	0	3	2
GUILHABREU	7	7	1	2	0	0	3	0	0	0
JUNQUEIRA	0	2	3	1	2	1	0	0	0	2
LABRUGE	10	14	11	6	0	3	0	0	0	0
MACIEIRA DA MAIA	8	13	2	5	1	3	2	3	24	3
MALTA E CANIDELÓ	6	3	2	1	1	3	3	2	0	0
MINDELO	24	37	14	18	2	6	8	6	10	11
MODIVAS	1	3	3	1	0	1	0	1	0	1
RETORTA E TOUGUES	9	7	0	1	2	0	0	0	0	1
RIO MAU E ARCOS	3	3	3	2	1	0	0	0	0	0
TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	8	10	3	3	0	2	0	2	5	0
VILA CHÃ	17	23	8	11	3	2	0	4	3	3
VILA DO CONDE	240	309	56	66	29	31	22	23	135	115
VILAR PINHEIRO	10	16	2	5	0	0	1	0	0	0
VILAR E MOSTEIRÓ	5	6	0	0	3	7	0	1	0	1



Durante o ano de 2023, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrados (SAASI), acompanhou vários agregados familiares, constituídos por pessoas com especificidades culturais e sociais, denominadas de minorias étnicas⁶⁵ e os Migrantes⁶⁶ que se apresentam na tabela seguinte, tendo em atenção a sua distribuição por freguesia e UF:

Tabela 86– N.º de Pessoas | Migrantes e minorias étnicas | Freguesias e UF | Vila do Conde | 2023

Fonte: SAAS, 2023

	TOTAL	MIGRANTES	MINORIAS ÉTNICAS
ÁRVORE	18	5	13
AVELEDA	0	--	--
AZURARA	8	--	8
BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	7	--	7
FAJOZES	4	4	--
FORNELO E VAIRÃO	21	5	16
GIÃO	4	--	4
GUILHABREU	0	--	--
JUNQUEIRA	6	--	6
LABRUGE	5	--	5
MACIEIRA DA MAIA	14	8	6
MALTA E CANIDELLO	3	3	--
MINDELO	21	9	12
MODIVAS	--	--	--
RETORTA E TOUGUES	60	--	60
RIO MAU E ARCOS	--	--	--
TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	24	2	22

⁶⁵ Este conceito tem um significado puramente social, está mais ligado a cultura do que conceito de raça. São pessoas com hábitos culturais diferentes consideram-se culturalmente distintos de outro grupo cultural da sociedade e são vistos como diferentes por estes outros grupos, diferentes características podem distinguir um grupo étnico de outro, mas a principal é a língua, estilos de roupas, religiões ou adornos, tais características étnicas são totalmente aprendidas, mas como é comum certo grupo pode ser tachado de preguiçoso ou até mesmo ignorantes, não há nada de nato na etnicidade é um fenómeno puramente social, produzido e reproduzido ao longo do tempo.

⁶⁶ Toda a pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum, ou de seu local de nascimento, para outro lugar, região ou país.



	TOTAL	MIGRANTES	MINORIAS ÉTNICAS
VILA CHÃ	29	19	10
VILA DO CONDE	187	110	77
VILAR DO PINHEIRO	9	2	7
VILAR E MOSTEIRÓ	21	--	21
TOTAL	441	167	274

A destacar, o acompanhamento total de 441 pessoas, sendo que 167 são migrantes e 274 são minorias étnicas. Importa salientar que a freguesia de Vila do Conde apresentava, em acompanhamento 77 elementos pertencentes a Minorias étnica, seguido da UF de Retorta e Tougues, com 60 elementos. No que respeita aos migrantes, o número mais elevado encontrava-se na freguesia de Vila do Conde (110 elementos), seguido de Vila Chã com 19 pessoas (tabela em cima).

Relativamente aos agregados domésticos privados⁶⁷ no Concelho de Vila do Conde, entre 2011 e 2021, o número aumentou de 27.231 para 29.281, correspondendo a um crescimento de 7,4%, bastante superior ao verificado na AMP (4,4%) e no Norte (3,8%).

As freguesias que mais se destacaram por registarem os maiores aumentos percentuais no número de famílias foram Mindelo, Vila Chã, Labruge, Macieira da Maia e Árvore, respetivamente.

A freguesia de Vila do Conde registou um aumento de 844 agregados domésticos, correspondendo a um crescimento de 8,3%. Em 2021, esta freguesia representa 37,8% dos agregados domésticos do município, mais 0,3%, relativamente a 2011. Após reflexão sobre a realidade populacional do Concelho de Vila do Conde, surge a necessidade de conhecer a estrutura organizacional desta, nomeadamente no que se prende com a respetiva organização familiar, incluindo a sua composição.

⁶⁷ Os agregados domésticos privados referem-se ao conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco.



Em 2021, existiam, no Concelho de Vila do Conde, um total de 29.223 agregados domésticos privados (famílias), um valor superior ao verificado em 2011 (27.210) e que se traduz num aumento de cerca de 7%.

6.6. Vítimas de violência doméstica e de género

As vítimas de violência doméstica são um grupo em situação de risco que se encontra em situação de vulnerabilidade social grave. Para além das sequelas pessoais a nível da saúde, integridade física, emocional e afetiva de que as vítimas são alvo, muitas destas vítimas vêm as suas vidas familiares em grave perigo de desestruturação. Este quadro é gerador de exclusão social grave e persistente. O fenómeno da violência doméstica é um problema que tem grande expressividade no Concelho. Múltiplos são os constrangimentos que limitam as vítimas de denúncia destas situações associadas ao medo de represálias físicas ou sociais, ao receio da perda da habitação, guarda de filhos e ocupação profissional, enquanto o agressor não tem qualquer perda efetiva de direitos sobre os filhos ou bens familiares. A teia de dependência psicológica e afetiva gera a indecisão, bloqueio ou resignação por parte das vítimas, traduzindo-se num constrangimento ao ato de denúncia, a que o próprio sentimento de culpabilidade cultivado pelo agressor não é alheio.

No Concelho de Vila do Conde atuam duas forças policiais com intervenção deste carácter, a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP). Como tal, apresentamos abaixo os dados relativos às sinalizações junto destas duas autoridades, sendo que poderão existir outros que não tenham sido sinalizados e/ou encaminhados para as entidades competentes, isto é, casos que não se encontram registados.

Segundo os dados da GNR, reportados ao ano de 2022, conclui-se que existe uma similitude estatística em vários intervalos de idades, pelo que não podemos assumir que o fenómeno da violência doméstica se concentre em determinada classe etária. O mesmo não se verifica quando são expostos os dados sobre o sexo da vítima, nestes casos 94% das vítimas são mulheres.

Relativamente à relação entre a vítima e o agressor, em 54% dos casos a vítima e o agressor têm uma relação em união de facto, 34% são casados e 12% são namorados ou divorciados.

Tabela 87. Caraterização das Vítimas Violência Doméstica | Idade, Género, Tipo de relação, situação profissional | Vila do Conde | 2022

Fonte: GNR de Vila do Conde, 2023

IDADE		GÉNERO		TIPO DE RELAÇÃO	
20-30	20%	FEMININO	94%	CASADO/A	34%
31-40	20%	MASCULINO	6%	UNIÃO DE FACTO	54%
41-50	20%	SITUAÇÃO POROFISSIONAL		NAMORADO/A	6%
51-60	20%	DESEMPREGADO/A	33%	DIVORCIADA/O	6%
61-70	13%	EMPREGADA/O	53%		
71-80	7%				

Relativamente às habilitações literárias, existe um défice de informação em 60% das situações, sendo que 20% das vítimas concluíram o 9.º ano do ensino básico, 13% das vítimas concluíram o ensino superior e 7% das vítimas concluíram o ensino secundário.

Em termos da nacionalidade das vítimas reportadas em 2022 no Concelho de Vila do Conde, 87% são de nacionalidade portuguesa e 13% de nacionalidade brasileira.

Outro indicador considerado é a existência de filhos dependentes, sendo que segundo os dados fornecidos pela GNR e reportados a 2022, 53% das vítimas não possuem filhos dependentes.

Tabela 88. Caraterização das Vítimas de Violência Doméstica | Habilitações, Nacionalidade, Filhos dependentes | Vila Conde | 2022

Fonte: GNR de Vila do Conde, 2023

HABILITAÇÕES		NACIONALIDADE		FILHOS DEPENDENTES	
ENSINO SUPERIOR	13%	PORTUGUESA	87%	SIM	47%
12.ºANO	7%	BRASILEIRA	13%	NÃO	53%
9.º ANO	20%				
S/ INFO	60%				

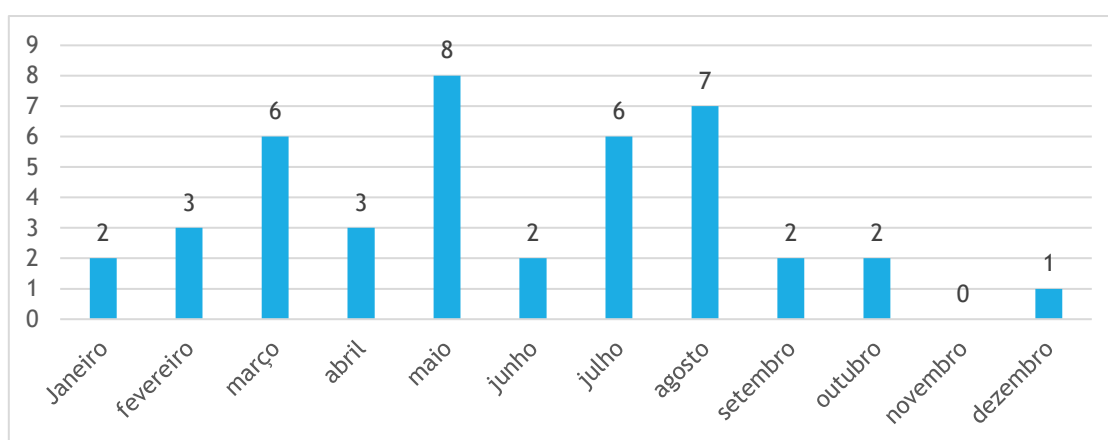


No que se refere ao tipo de violência exercida, sobressai a violência psicológica, com incidência em 80% das situações sinalizadas e a violência física nas restantes situações.

Os dados disponibilizados pela PSP reportam 42 situações de violência doméstica, em 2022, em Vila do Conde. Destes, verifica-se que 76% das situações ocorreram na residência da vítima, 19% na via pública, 2% na escola e 2 % em estabelecimento comercial.

Gráfico 27. Situações reportadas | Por mês | Vila do Conde | 2022

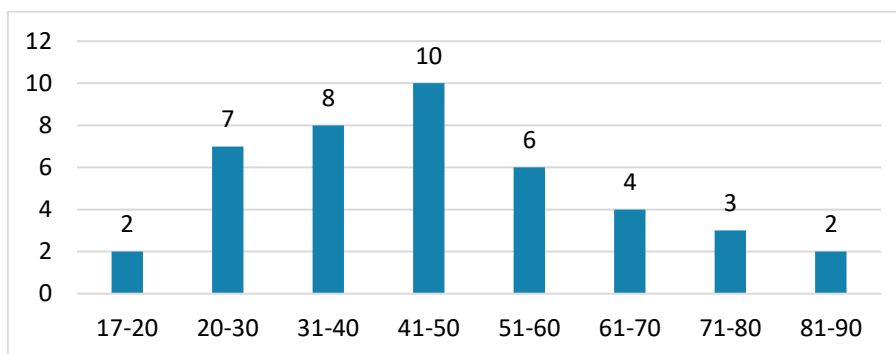
Fonte: PSP de Vila do Conde, 2023



Relativamente às idades das vítimas, constata-se que 24% das vítimas têm idades entre os 41 e os 50 anos, 19% entre os 31 e os 40 anos, 17% entre os 20 e os 30 anos, 14% entre os 51 e os 60 anos, 7% entre os 71 – 80 anos, 5% entre os 81 e 90 anos e 2% entre os 17 e os 20 anos. Conclui-se, portanto, que o fenómeno é transversal a todas as faixas etárias.

Gráfico 28. Classes Etárias Vítimas de VD | Vila do Conde | 2022

Fonte: PSP de Vila do Conde, 2023

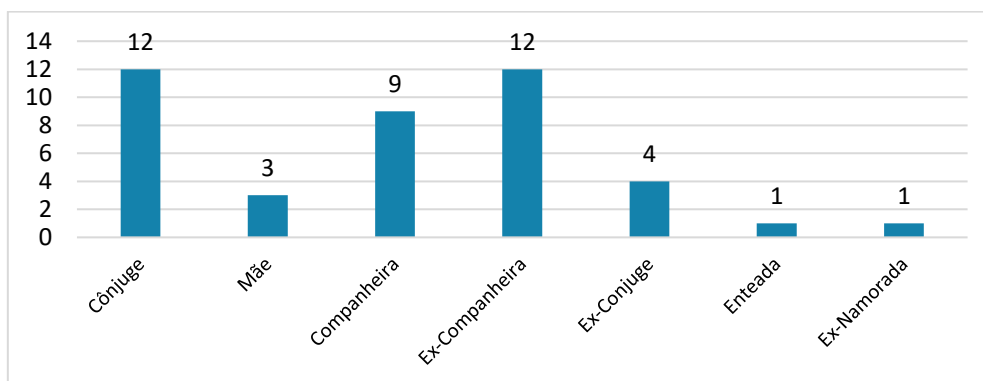


Relativamente ao género, constata-se que todas as vítimas sinalizadas pela PSP são mulheres.

Sobre o parentesco entre a vítima e o agressor, assinala-se o facto de em 24 dos casos reportados a vítima ser de cônjuge ou ex-companheira do agressor, em 9 dos casos a vítima é companheira do agressor, em 4 casos a vítima é ex-cônjuge do agressor e em 3 casos a vítima é mãe do agressor.

Gráfico 29. Relação de Parentesco da Vítima com agressor | Vila do Conde | 2022

Fonte: PSP de Vila do Conde, 2023

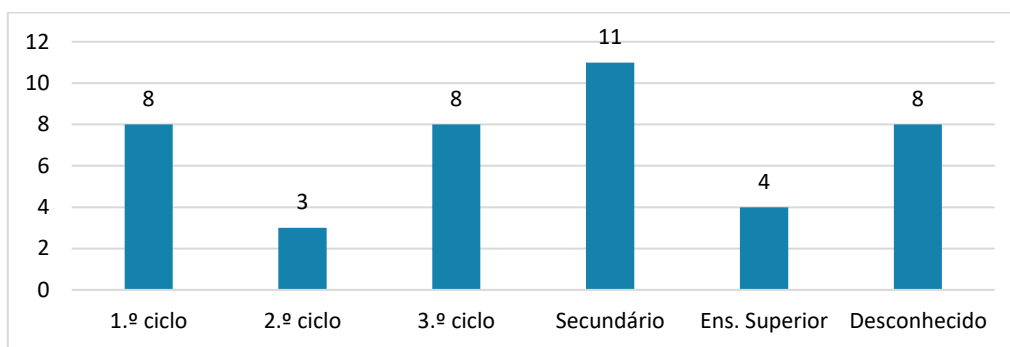


Relativamente à situação perante o trabalho, verifica-se que 57% das vítimas estão empregadas e as restantes 43% estão em condição diferente (16,6% aposentadas, 16,6% desempregadas, 4,7% desconhece-se, 2,3% doméstica, e 2,3% estudante).

Sobre as habilitações literárias das vítimas, existe uma predominância do ensino secundário seguida do 1.º ciclo; no entanto, não devemos descurar a referência ao número de situações desconhecidas.

Gráfico 30. Habilitações Literárias da Vítima | Vila do Conde | 2022

Fonte: PSP de Vila do Conde, 2023

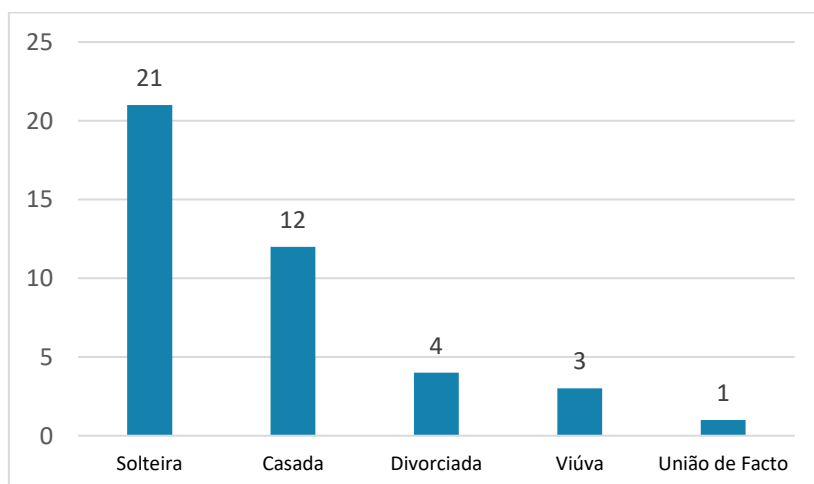


Relativamente à nacionalidade das vítimas, verifica-se que 76% são de nacionalidade portuguesa, 14% de nacionalidade brasileira e as restantes são provenientes da Índia, Colômbia, Cabo Verde ou França (com uma situação cada).

No que se reporta ao estado civil das vítimas, constata-se que são na sua maioria mulheres solteiras ou casadas.

Gráfico 31. Estado Civil da Vítima | Vila do Conde | 2022

Fonte: PSP de Vila do Conde, 2023

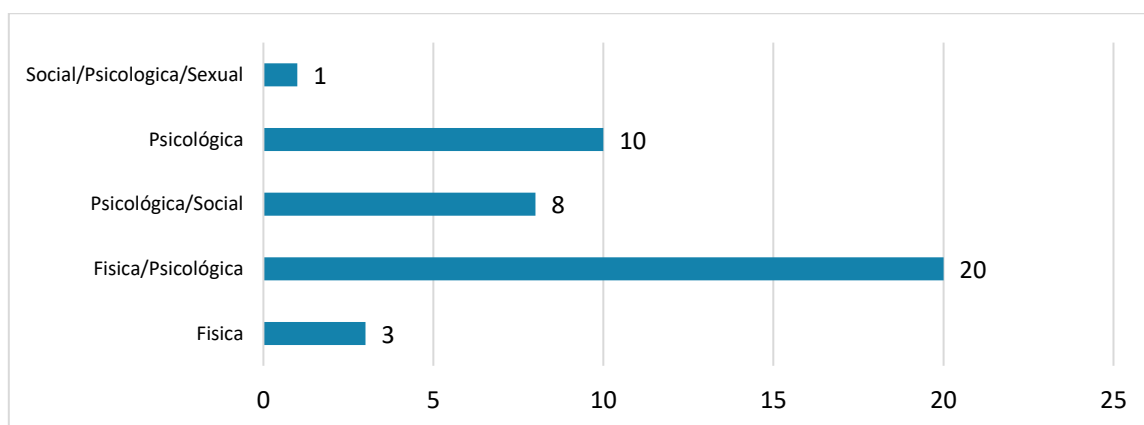


Em termos de lesões identificadas nas vítimas nos processos em análise, 57% registaram lesões ligeiras e nas restantes não se identificaram lesões físicas.

Relativamente ao tipo de violência, destaca-se a conjugação da violência física e psicológica (em 20 casos), seguida da violência psicológica (10 casos) e da psicológica/social (8 casos).

Gráfico 32. Tipo de Violência | Vila do Conde | 2022

Fonte: PSP de Vila do Conde, 2023



No que se refere aos agressores, e segundo os dados disponibilizados pela GNR, estes são maioritariamente homens e com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos (32%), seguindo-se em igual proporção a faixa etária dos 41 aos 50 anos e dos 61 aos 70 anos (com 27% de incidência, respetivamente).

Um dos dados coligidos pela GNR permite afirmar que 80% dos agressores não têm dependência de álcool. Esta dependência de substância manifesta-se em 20% das situações referenciadas.

No que se reporta às habilitações literárias dos agressores não é possível retirar uma informação estatisticamente válida, dado que em 79% das situações não se encontram identificadas as habilitações literárias do agressor.

Tabela 89. Caracterização do Agressor | Idade, Género, Habilitações Literárias | 2022

Fonte: GNR de Vila do Conde, 2023

IDADE		GÉNERO		HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	
30-40	20%	FEMININO	6%	ENSINO SUPERIOR	7%
41-50	20%	MASCULINO	94%	12.º ANO	7%
51-60	20%	DEPEDÊNCIA DE ALCOOL		5.º ANO	7%
61-70	13%	SIM	20%	SEM INFORMAÇÃO	79%
71-89	7%	NÃO	80%		

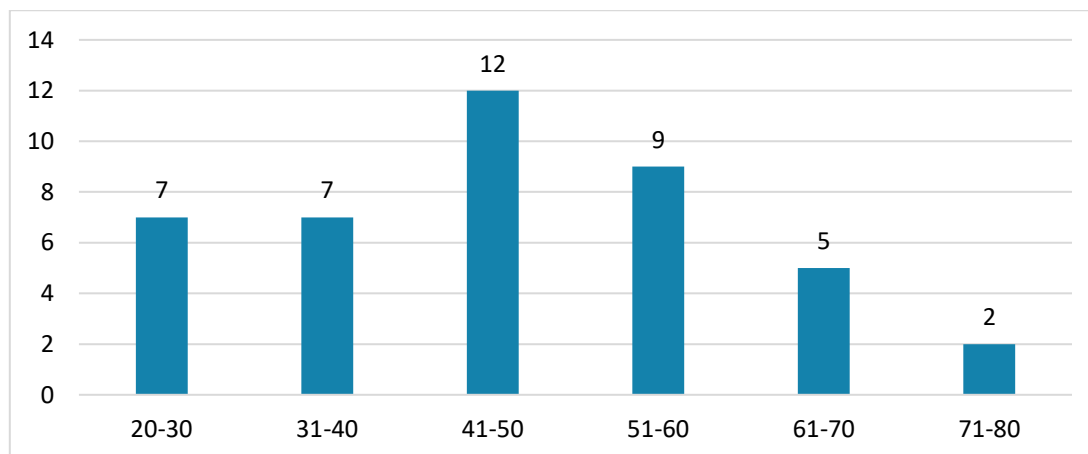
Destaca-se, porém, a informação em relação à condição perante o trabalho, que afirma que 67% dos agressores trabalham, 20% não trabalham e em 13% dos casos é desconhecida a sua situação perante o trabalho.

Em termos da nacionalidade dos agressores, verifica-se que 93% são de nacionalidade portuguesa e 7% de nacionalidade brasileira.

Segundo os dados fornecidos pela PSP, constata-se que a maioria dos agressores tem entre 41 e 50 anos (28,5%), contudo verifica-se que os restantes agressores sinalizados apresentavam idades distribuídas por todas as faixas etárias identificadas.

Gráfico 33. Classes etárias | Agressores | Vila do Conde | 2022

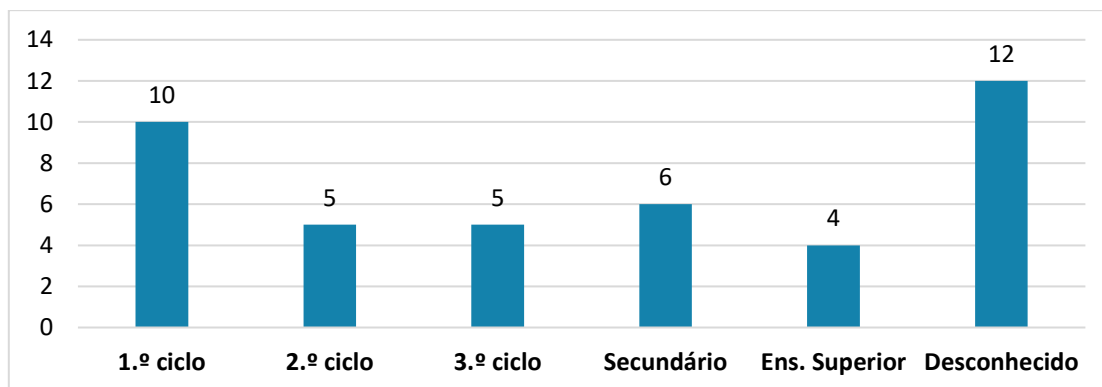
Fonte: PSP de Vila do Conde, 2023



No que se reporta à escolaridade, do total dos agressores identificados, 12 não identificaram a sua escolaridade, 10 concluíram o 1.º ciclo do ensino básico, 5 concluíram o 2.º ciclo do ensino básico, 5 concluíram o 3.º ciclo do ensino básico, 6 concluíram o ensino secundário e 4 concluíram o ensino superior.

Gráfico 34. Escolaridade Agressor | Vila do Conde | 2022

Fonte: PSP de Vila do Conde, 2023



Relativamente à condição perante o trabalho, 66,6% dos agressores sinalizados pela PSP encontram-se empregados, 16,6% desempregados, 9,5% aposentados e sobre 7,1% desconhece-se a condição perante o mercado laboral.

No que se reporta à nacionalidade dos agressores, 81% são de nacionalidade portuguesa, 16% de nacionalidade brasileira e 2% de nacionalidade indiana.

De ressaltar que, na grande maioria das vezes, existe uma conjugação de diferentes tipos de crime em apenas um processo, o que origina uma panóplia de questões, que exigem respostas multidisciplinares e intersectoriais. A violência doméstica é uma problemática muito presente no Concelho de Vila do Conde. Existe a certeza de que não é conhecida toda a realidade deste fenómeno em termos estatísticos.

6.7. Pessoas em situação de sem-abrigo

De acordo com a Estratégia Nacional de Intervenção de Pessoas em Situação de Sem Abrigo (PSSA), “considera-se Pessoa em Situação de Sem-Abrigo aquela que, independentemente da sua



nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: Sem teto, vivendo no espaço público⁶⁸, alojada em abrigo de emergência⁶⁹ ou com paradeiro em local precário⁷⁰; ou Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário⁷¹ destinado para o efeito”.

Em Vila do Conde, no final de 2022, existiam 58 pessoas em situação de sem abrigo, das quais 33 na condição de sem teto e 25 na condição de sem casa. Destas 33 pessoas em situação de sem teto, 29 eram homens e as restantes 4 mulheres. Constata-se a prevalência da situação de isolado, com apenas 3 que viviam com o/a companheiro/a.

Constata-se que as pessoas em situação de sem teto, em Vila do Conde, têm idades maioritariamente entre os 45-64 anos (25 pessoas), entre os 31-44 anos (6 pessoas), entre os 18-30 anos (1 pessoa) e com idade igual ou superior a 65 anos (1 pessoa).

⁶⁸ espaços de utilização pública como jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes ou outros.

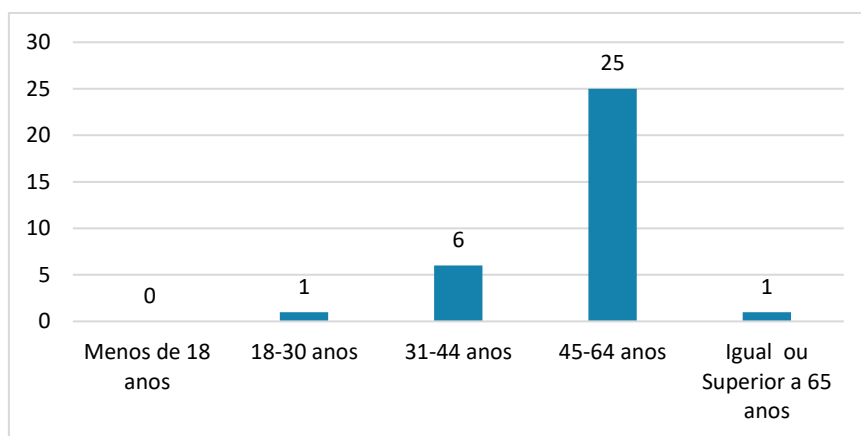
⁶⁹ qualquer equipamento que acolha, de imediato, gratuitamente e por períodos de curta duração, pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita.

⁷⁰ local que, devido às condições em que se encontra permita uma utilização pública, tais como: carros abandonados, vãos de escada, entradas de prédios, fábricas e prédios abandonados, casas abandonadas ou outros.

⁷¹ equipamento que acolha pessoas que não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção. Corresponde, por exemplo, à resposta social da nomenclatura da Segurança Social ou outras de natureza similar, designada por Centro de Alojamento Temporário: “resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada”.

Gráfico 35. Caracterização Etária | Pessoas em Situação de Sem Teto | Vila do Conde | 2022

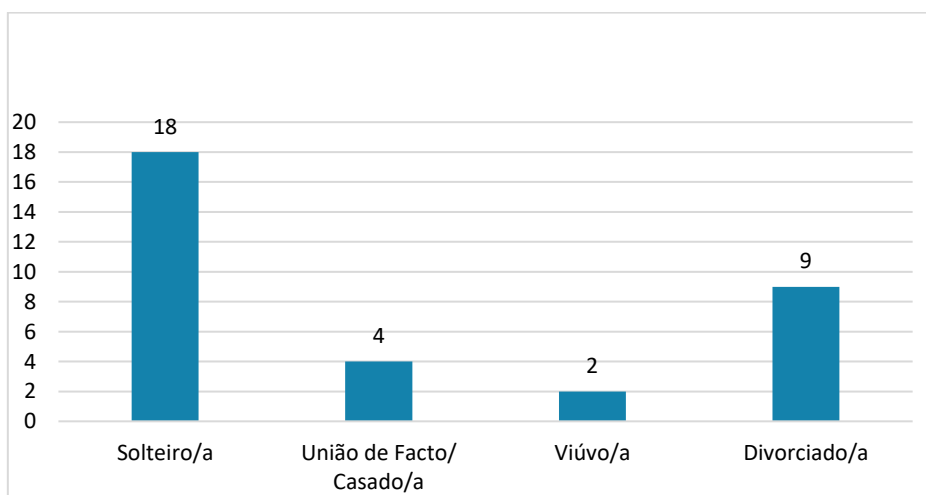
Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022



Relativamente ao estado civil, verifica-se que, na sua maioria, as pessoas em situação de sem teto no Concelho de Vila do Conde, são solteiras (18 pessoas), divorciadas (9 pessoas), em união de fato ou casadas (4 pessoas) ou são viúvas (2 pessoas).

Gráfico 36. Estado Civil | Pessoas em Situação de Sem Teto | Vila do Conde | 2022

Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022



Em relação à sua nacionalidade e naturalidade, verifica-se que 27 pessoas em situação de sem teto são portuguesas, 22 das quais naturais do Concelho de Vila do Conde e 5 pessoas naturais de outros municípios, 1 pessoa é natural de outro país da União Europeia, 2 pessoas naturais de outros países que não da União Europeia e 3 têm naturalidade desconhecida.

Relativamente à escolaridade, verifica-se que das 33 pessoas em situação de sem teto, no Concelho de Vila do Conde, 15 concluíram o 1.º ciclo de ensino, 8 pessoas concluíram o 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico, 3 pessoas não tinham qualquer grau de escolaridade e 2 pessoas concluíram o ensino superior (Tabela 90).

Tabela 90. Nível de Escolaridade | Pessoas em Situação de Sem Teto (n.º) | Vila do Conde | 2022

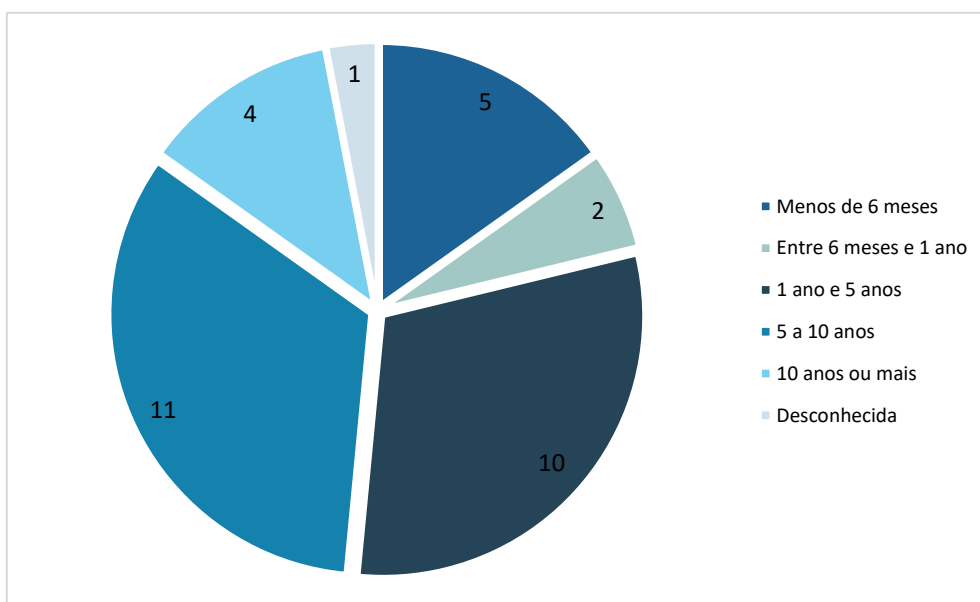
Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022

	Sem qualquer nível completo de escolaridade	1.º Ciclo	2.º Ciclo ou 3.º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	Sem informação
Vila do Conde	3	15	8	0	2	5

Sobre a duração da situação, conclui-se que a maioria das pessoas em análise (25 pessoas) se encontram em situação de sem teto há mais de 1 ano. Destas, 10 pessoas encontram-se nesta situação entre 1 ano e 5 anos, 11 pessoas entre 5 e 10 anos e 4 pessoas há 10 anos ou mais.

Gráfico 37. Duração da Situação | Pessoas em Situação de Sem Teto | Vila do Conde | 2022

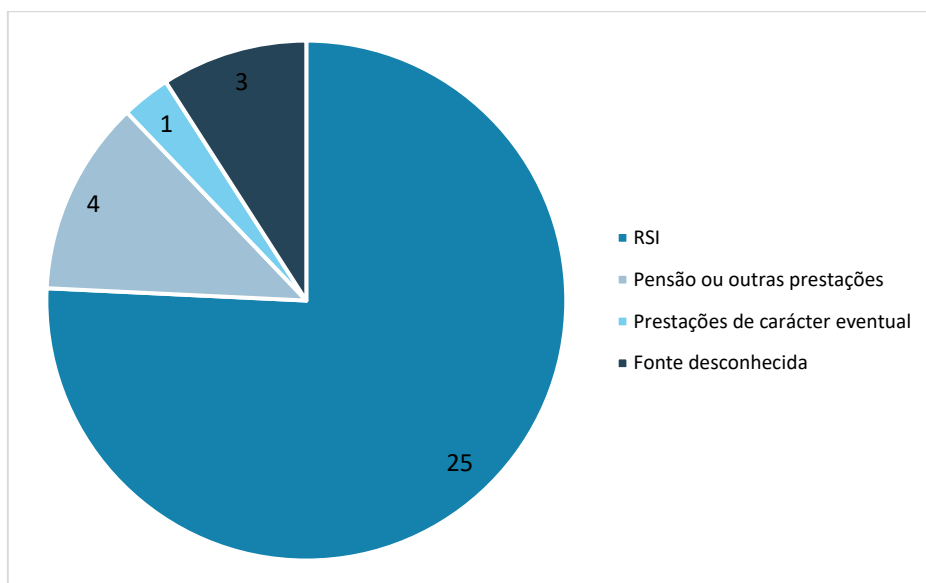
Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022



No que diz respeito às fontes de rendimentos das pessoas em análise, constata-se que, na sua maioria 25 pessoas, estão integrados na medida de política social ativa do Rendimento Social de Inserção (RSI). Dos restantes, 4 pessoas recebem prestações ou pensões de carácter regular, 1 pessoa recebe prestações de carácter eventual e 3 pessoas eram desconhecidas as suas fontes de rendimento.

Gráfico 38. Fonte de Rendimento | Pessoas em Situação de Sem Teto | Vila do Conde | 2022

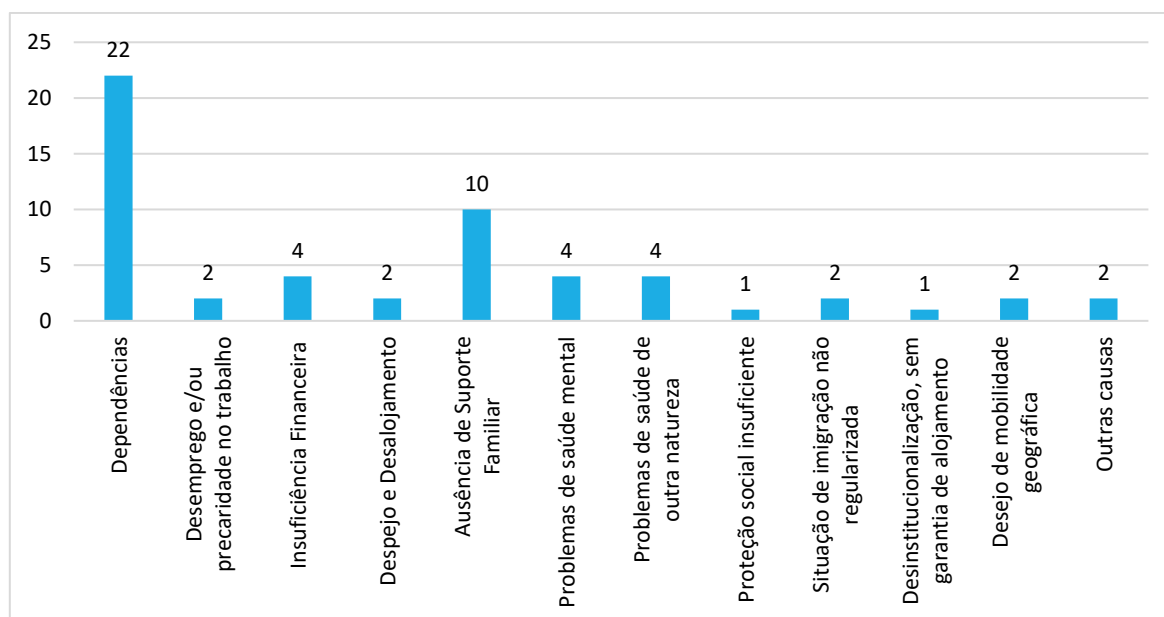
Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022



As causas identificadas para a situação de sem teto, são em grande parte a dependência de álcool ou de substâncias psicoativas (22 pessoas), seguida da ausência de suporte familiar (10 pessoas), insuficiência financeira (4 pessoas), doença mental (4 pessoas) ou problemas de saúde de outro tipo (4 pessoas) e outras causas identificadas como seja o desemprego e/ou trabalho precário (2 pessoas), despejo e desalojamento (2 pessoas) e desejo de mobilidade geográfica (2 pessoas).

Gráfico 39. Causas identificadas | Situação de Sem Teto | Vila do Conde | 2022

Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022

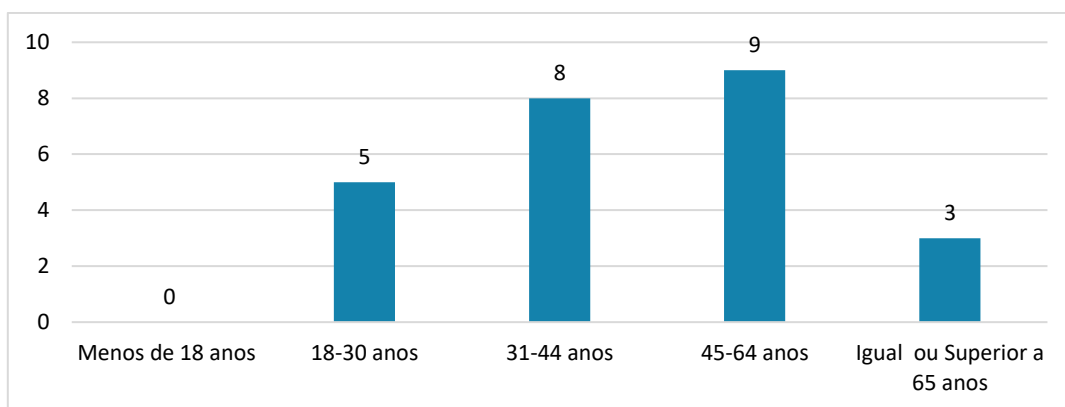


Além das pessoas em situação de sem teto, importa abordar a situação das pessoas sem casa, a viver em centros de alojamento temporário, em alojamentos específicos para pessoas sem casa ou em quartos pagos (total ou parcialmente) pelos serviços sociais da autarquia ou por outras entidades. Nesta situação, o Concelho de Vila do Conde conta com 25 pessoas, sendo que 3 destas se encontram a viver em centros de alojamento temporário fora do município, 1 encontra-se a viver em alojamentos específicos para pessoas sem casa e as restantes 21 pessoas estão a viver em quartos pagos pelos serviços sociais ou por outras entidades.

Das pessoas em situação de sem casa no Concelho de Vila do Conde, 17 são homens e 8 são mulheres. Destas pessoas, nove têm entre 45 e os 64 anos, oito têm entre os 31 e 44 anos, cinco têm entre os 18 e os 30 anos e 3 pessoas têm idade igual ou superior a 65 anos.

Gráfico 40. Caraterização Etária | Pessoas em Situação de Sem Casa | Vila do Conde | 2022

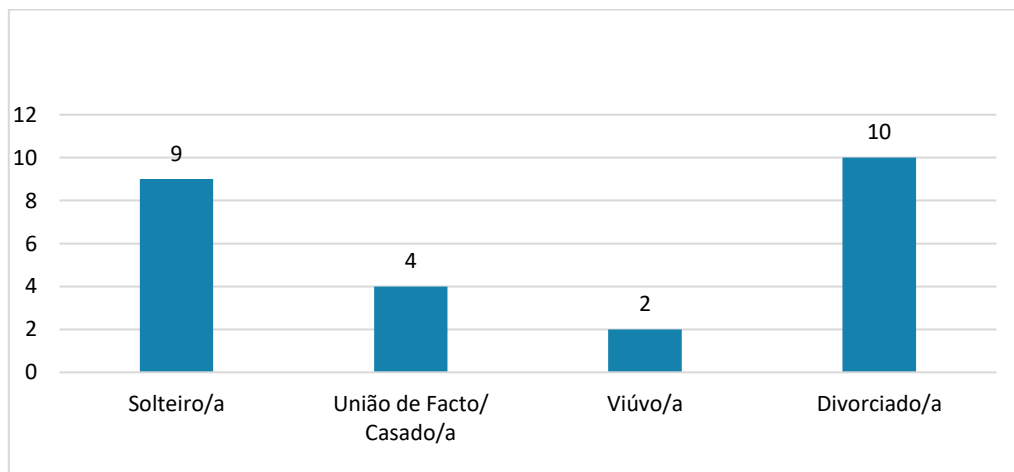
Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022



Relativamente ao estado civil das pessoas em situação de sem casa, verifica-se que 10 se encontram divorciadas, 4 são solteiras, 4 estão em união de facto ou casadas e 2 em situação de viuvez.

Gráfico 41. Estado Civil | Pessoas em Situação de Sem Casa | Vila do Conde | 2022

Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022

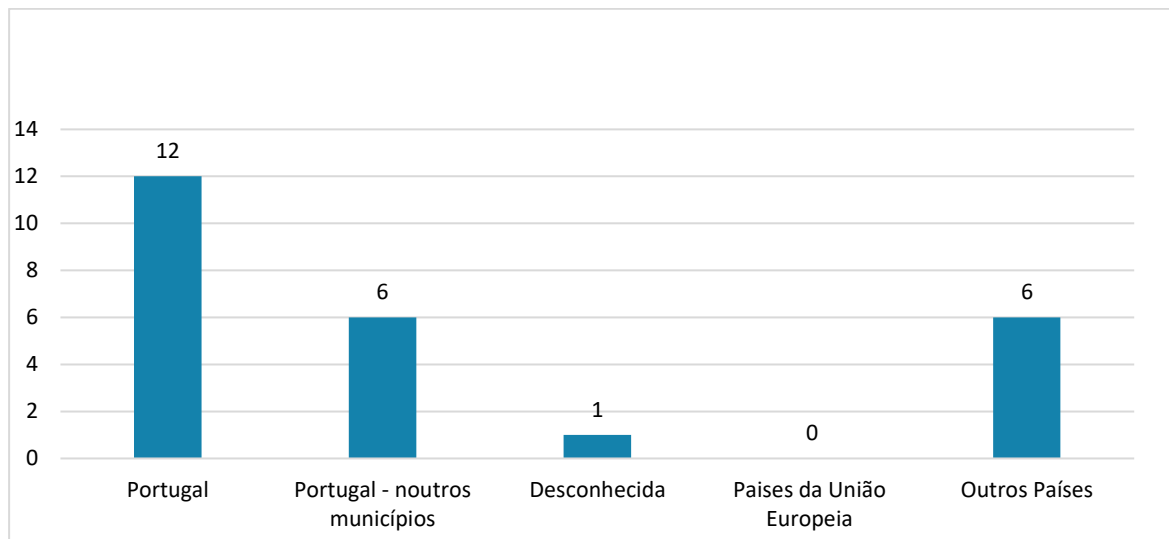


Relativamente à naturalidade das pessoas em situação de sem casa no Concelho de Vila do Conde, verifica-se que a maioria são portuguesas, naturais de Vila do Conde (12 pessoas) ou naturais de outros

municípios (6 pessoas), 1 pessoa é portuguesa, mas de naturalidade desconhecida e 6 pessoas são de outros países fora da união europeia.

Gráfico 42. Naturalidade | Pessoas em Situação de Sem Casa | Vila do Conde | 2022

Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022



Da análise dos dados referentes à escolaridade das pessoas em situação de sem casa no Concelho de Vila do Conde, constata-se que a maioria completou pelo menos o 1.º ciclo do ensino básico, o 2.º e o 3.º ciclo do ensino básico, ou, até, o ensino secundário, sendo que este último é aquele com maior expressão.

Tabela 91. Escolaridade | Pessoas em situação de sem casa (n.º) | Vila do Conde | 2022

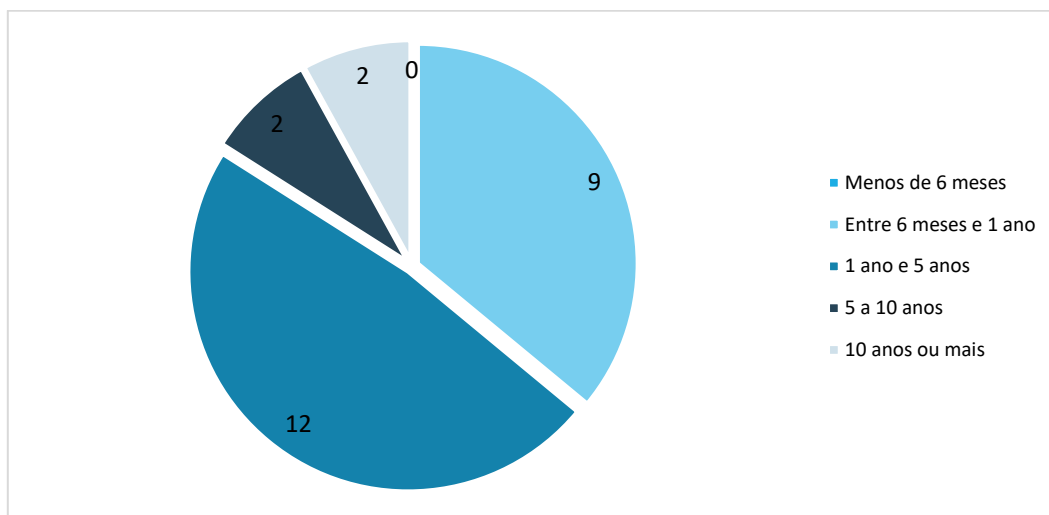
Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022

	Sem qualquer nível completo de escolaridade	1.º Ciclo	2.º Ciclo ou 3.º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior	Desconhecido
Vila do Conde	1	7	6	8	0	3

Relativamente à duração da situação, verifica-se que a maioria das pessoas em situação de sem casa está nesta situação entre 5 e 10 anos (12 pessoas) e entre 6 meses e menos de 1 ano (9 pessoas).

Gráfico 43. Duração da Situação | Pessoas em Situação de Sem Casa | Vila do Conde | 2022

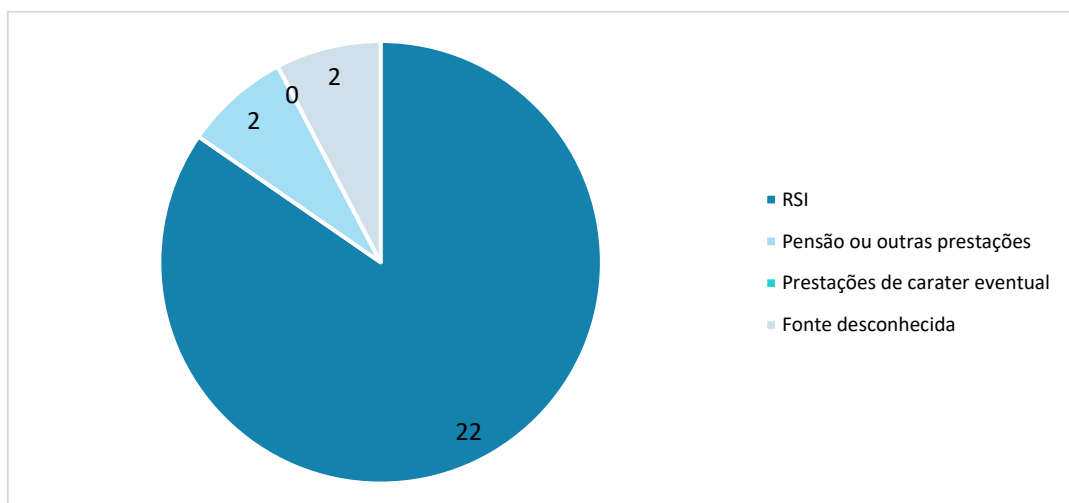
Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022



Relativamente às fontes de rendimento das pessoas em situação de sem casa no Concelho de Vila do Conde, verifica-se que 22 pessoas são beneficiárias de prestações sociais como o RSI, 2 pessoas são beneficiárias de pensões ou outras prestações de carácter regular e as restantes (2 pessoas) são desconhecidas as suas fontes de rendimento.

Gráfico 44. Fonte de Rendimento | Pessoas em Situação de Sem Casa | Vila do Conde | 2022

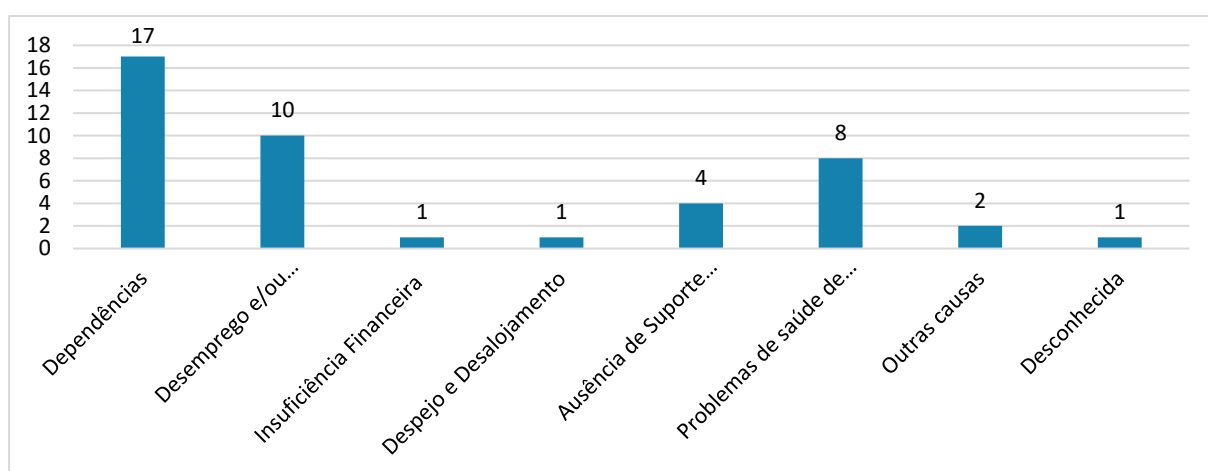
Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022



No que se refere às causas identificadas para a situação de sem casa, identifica-se como causa mais frequente os problemas de adição ligados ao álcool ou outras substâncias (17 pessoas), o desemprego (10 pessoas), problemas de saúde diversos (8 pessoas), ausência de suporte familiar (4 pessoas) ou causas étnicas (2 pessoas). É de realçar que cada uma das causas não se encontra isolada, ou seja, a situação de sem casa pode ser causada por mais do que um motivo dos identificados.

Gráfico 45. Causas identificadas | Situação de Sem Casa | Vila do Conde | 2022

Fonte: Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, CMVC, 2022



No final de 2023, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI) acompanhou, nas diferentes freguesias e UF, 96 pessoas em situação de sem abrigo (Tabela 92). Este número aumentou em cerca de 66% relativamente ao ano anterior (2022), no qual se registou o acompanhamento de 58 pessoas em situação de sem abrigo por este serviço.

Tabela 92 – N.º de Pessoas em Situação de Sem Abrigo | Sem teto e Sem Casa | Freguesias e UF | Vila do Conde | 2023

Fonte: SAAS, 2023

	TOTAL	SEM TETO	SEM CASA
ÁRVORE	4	--	4
AVELEDA	0	--	--
AZURARA	11	3	8



	TOTAL	SEM TETO	SEM CASA
BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	0	--	--
FAJOZES	0	--	--
FORNELO E VAIRÃO	0	--	--
GIÃO	0	--	--
GUILHABREU	0	--	--
JUNQUEIRA	0	--	--
LABRUGE	0	--	--
MACIEIRA DA MAIA	4	--	4
MALTA E CANIDELO	0	--	--
MINDELO	0	--	--
MODIVAS	0	--	--
RETORTA E TOUGUES	0	--	--
RIO MAU E ARCOS	0	--	--
TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	0	--	--
VILA CHÃ	0	--	--
VILA DO CONDE	76	28	48
VILAR DO PINHEIRO	1	--	1
VILAR E MOSTEIRÓ	0	--	--
TOTAL	96	31	65

6.8. Outras Informações

Além dos dados explanados para os 7 grupos humanos especialmente vulneráveis, é importante referir que através dos acompanhamentos realizados pelo SAASI, tanto ao nível da ação social como ao nível do RSI, foram acompanhadas 1761 pessoas, sendo que destas, 812 são beneficiários/as do POAPMC, 72 do PEA e 97 do projeto PARTILHAR.

Tabela 93 – N.º de acompanhamentos SAAS | Por Freguesia | Vila do Conde | 2023

	N.º ELEMENTOS ACOMPANHADOS	POAPMC ⁷²	PEA ⁷³	PROJETO PARTILHAR
ÁRVORE	113	22	3	14
AVELEDA	24	9		5
AZURARA	58	25	12	--
BAGUNTE, FERREIRÓ, OUTEIRO MAIOR E PARADA	40	2	--	5
FAJOZES	29	6	--	9
FORNELO E VAIRÃO	56	22	--	10
GIÃO	25	8	--	2
GUILHABREU	22	4	--	2
JUNQUEIRA	23	15	--	4
LABRUGE	29	21	--	
MACIEIRA DA MAIA	72	40	1	4
MALTA E CANDELO	34	20	--	1
MINDELO	78	32	--	6
MODIVAS	30	7	--	4
RETORTA E TOUGUES	100	75	--	--
RIO MAU E ARCOS	37	20	--	--
TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	34	28	--	--
VILA CHÃ	87	40	--	9
VILA DO CONDE	768	367	54	10
VILAR DO PINHEIRO	67	23	--	9
VILAR E MOSTEIRÓ	32	26	--	3
FORA DO CONCELHO	3	--	2	--
TOTAL	1761	812	72	97

⁷² Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - A Medida 1 do PO APMC visa apoiar a aquisição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade por entidades públicas, com vista à sua distribuição às pessoas mais carenciadas, diretamente ou recorrendo a organizações parceiras.

⁷³ Programa de Emergência Alimentar - Iniciativa enquadrada no Programa de Emergência Alimentar e promovida pelo Instituto da Segurança Social. É normalmente denominado de Cantinas Sociais.



7. REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) congrega a informação mais atualizada sobre as respostas sociais disponibilizadas à população, no âmbito da ação social. A informação compilada neste domínio do Diagnóstico Social inclui a respetiva caracterização (localização territorial, capacidade instalada, ocupação, entre outros), o que permite a análise quantitativa e qualitativa destes equipamentos ou serviços direcionados aos diferentes públicos-alvo, bem como da facilidade ou dificuldade de acesso aos vários serviços e equipamentos, entre outras questões.

A análise da RSES teve como ponto de partida a consulta da Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos 2021, desenvolvida pela Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), que integra, como já mencionado, o repositório que as entidades estão obrigadas a manter atualizado, constituindo uma ferramenta de análise das respostas sociais existentes, examinando a dinâmica da evolução da Rede em Portugal continental, nomeadamente com a caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, bem como o esforço público realizado ao nível do seu funcionamento. A informação disponibilizada nesta plataforma integra serviços e equipamentos com respostas sociais das redes pública, solidária e privada-lucrativa, englobando, ainda, algumas tipologias de serviços e equipamentos de tutela multiministerial (educação e saúde, como por exemplo as unidades de cuidados continuados).

Para além da informação consultada na Carta Social (GEP) online, e já que alguma da informação disponível se encontra desatualizada, concluiu-se a necessidade de solicitar a informação mais atual às entidades proprietárias de respostas sociais no Concelho. Pedido que foi francamente acolhido e que resultou na atualização dos dados referentes às diferentes respostas sociais à data de 31/12/2023. Para além desta informação, foi também disponibilizada a informação referente a outros recursos e práticas sociais da Rede Social do Concelho, informação essa que se junta no Anexo II.

A coleção da informação referente às respostas sociais do Concelho de Vila do Conde descritas resultou no retrato da RSES que se apresenta no presente capítulo.

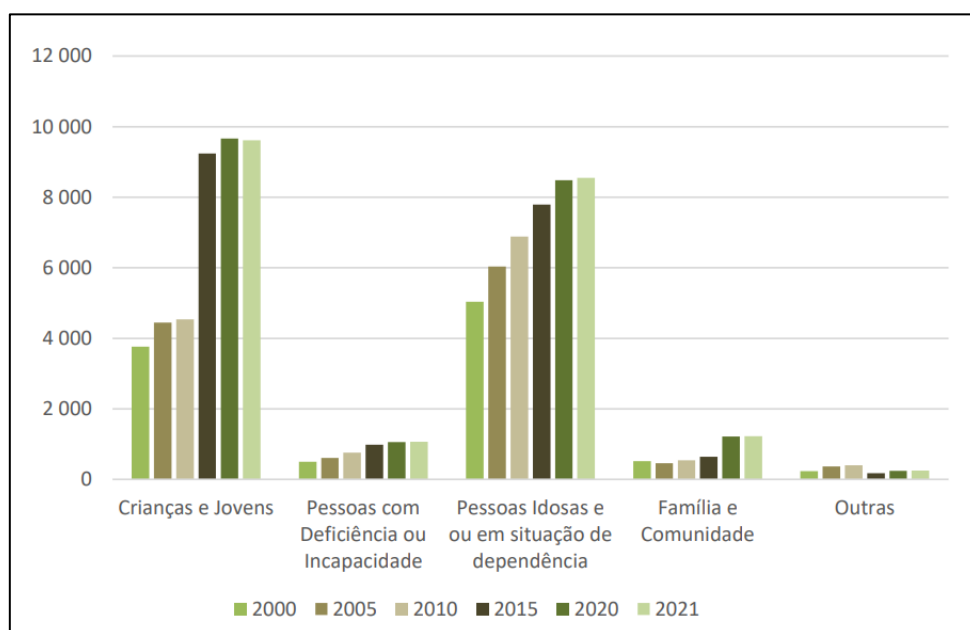


Gráfico 46. Evolução do número de respostas sociais por população-alvo, em Portugal continental, no período 2000-2021

Fonte: (extrato) GEP-MTSSS – Carta Social 2021

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais analisada no âmbito do PDS de Vila do Conde teve como base a informação disponibilizada na Carta Social (cuja atualização está a cargo das instituições e deve ser feita com periodicidade mensal), resultando na inventariação de um total de 125 serviços e equipamentos sociais.

A distribuição da RSES pelo Concelho de Vila do Conde encontra-se representada na Figura 18 e Tabela 94, sendo evidente uma maior concentração geral dos serviços e equipamentos na freguesia de Vila do Conde, onde se situa mais de um terço do total da rede, ficando evidente a preponderância da oferta de serviços sociais na sede de Concelho.

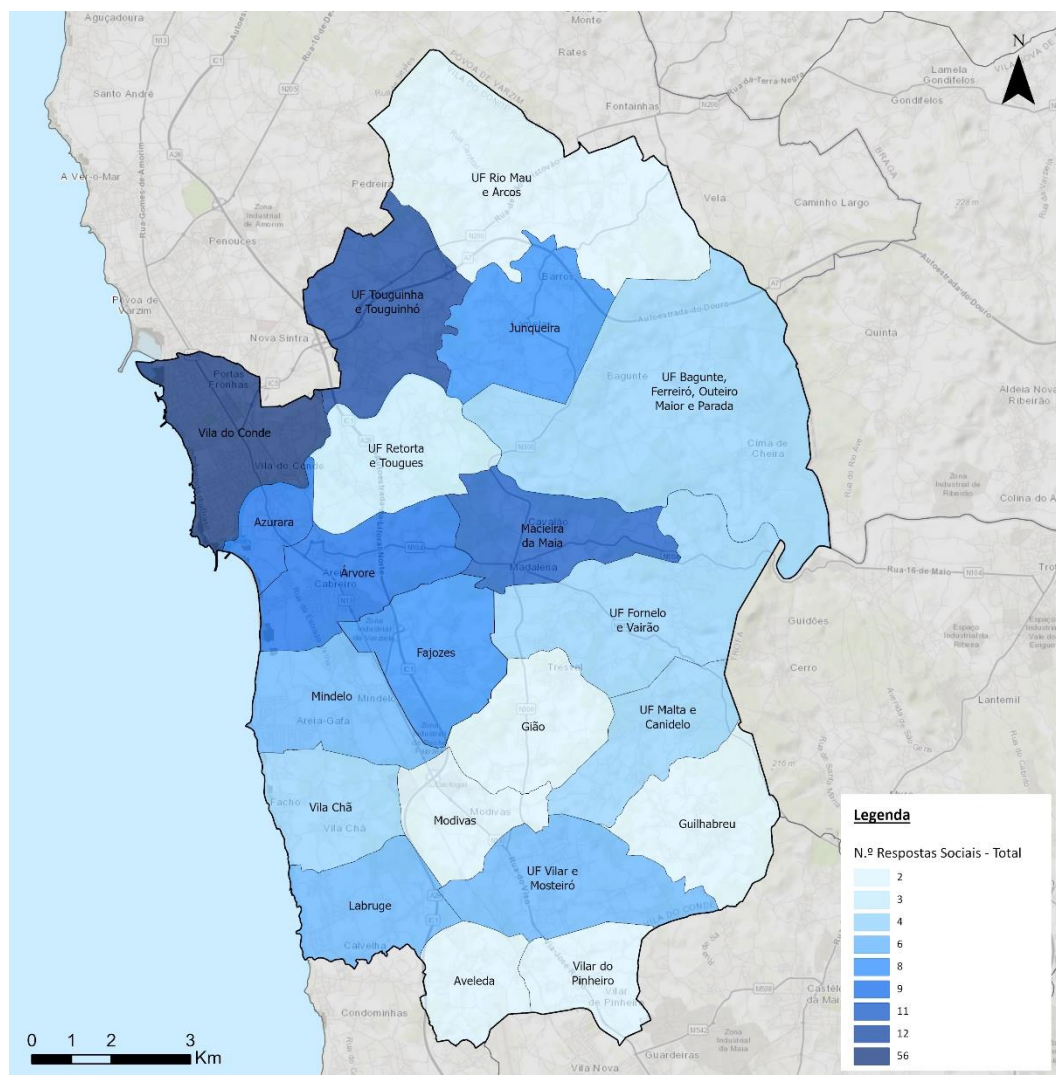


Figura 18. Distribuição dos serviços e equipamentos sociais no Concelho de Vila do Conde
(Fonte: Carta Social)

Tabela 94. Equipamentos da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais do Concelho de Vila do Conde

(Fonte: Carta Social)

Freguesias	Equipamentos	
	N.º	Proporção
Vila do Conde (Concelho)	127	100%
Árvore	6	4,7%
Aveleda	1	0,8%
Azurara	7	5,5%
Fajozes	8	6,3%
Gião	2	1,6%
Guilhabreu	2	1,6%
Junqueira	8	6,3%
Labruge	5	3,9%
Macieira da Maia	5	3,9%
Mindelo	5	3,9%
Modivas	1	0,8%
Vila Chã	3	2,4%
Vila do Conde	44	34,6%
Vilar do Pinheiro	1	0,8%
UF Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	3	2,4%
UF de Vilar e Mosteiró	4	3,1%
UF Fornelo e Vairão	2	1,6%
UF Malta e Canidelo	3	2,4%
UF Retorta e Tougues	3	2,4%
UF Rio Mau e Arcos	2	1,6%
UF Touguinha e Touguinhó	12	9,4%

No que às tipologias de serviços sociais diz respeito, a rede de serviços e equipamentos sociais organiza-se mediante três grandes grupos de público-alvo, subdivididos num conjunto de subgrupos, cada qual com as respostas sociais que lhes são dedicadas⁷⁴ (Quadro 1). Atente-se que para cada um dos públicos-alvo (Infância e Juventude, População Adulta e Família e Comunidade) há, no Concelho

⁷⁴ Segundo a Nomenclatura das Respostas Sociais descrita pela Direção-Geral da Segurança Social (novembro, 2022).



de Vila do Conde, subgrupos para os quais não existe resposta social específica, o que poderá levar, em última instância, ao agravamento da exclusão social destas pessoas.

Grupo-Alvo	Subgrupo	Resposta Social
Infância e Juventude	Crianças e Jovens	- Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) - Creche - Estabelecimento de Educação Pré-escolar
	Crianças e Jovens com Dependência	- Consulta de Jovens
	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	- Casa de Acolhimento - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)
População Adulta	Pessoas Idosas	- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) - Centro de Dia (CD) - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) - Centro de Convívio
	Pessoas Adultas com Deficiência	- Lar Residencial - Centro de Alojamento Temporário (CAT) - Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)
	Pessoas em Situação de Dependência	- Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) - Unidade Convalescença (UC) - Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) - Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)
	Pessoas com Doença do Foro Mental/ Psiquiátrico	- Fórum sócio ocupacional
	Pessoas Sem-Abrigo	- Equipa de Rua
Família e Comunidade	Família e Comunidade em Geral	- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAASI) - Ajuda Alimentar a Carenciados - Centro de Alojamento Temporário
	Pessoas com VIH/ SIDA e suas Famílias	(<i>não existe no Concelho</i>)
	Pessoas Toxicodependentes	- Comunidade Terapêutica
	Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	- Gabinete de Apoio à Vítima

Quadro 1. Respostas sociais presentes na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais do Concelho

A análise da RSES do Concelho de Vila do Conde integra diversos serviços e equipamentos, dirigidos a vários públicos-alvo e que providenciam diferentes serviços, sendo estes geridos por várias entidades.

Segundo os dados apresentados na Carta Social (GEP), verifica-se que as instituições que gerem os serviços e equipamentos de resposta social existentes no Concelho de Vila do Conde, se organizam em nove tipologias, destacando-se, em número de equipamentos sociais, as Instituições Dependentes de Outro Ministério (com 32 equipamentos sociais), imediatamente seguidas da Santa Casa da Misericórdia (que dispõe de 30 equipamentos sociais) e das Associações de Solidariedade Social (com 26 equipamentos).

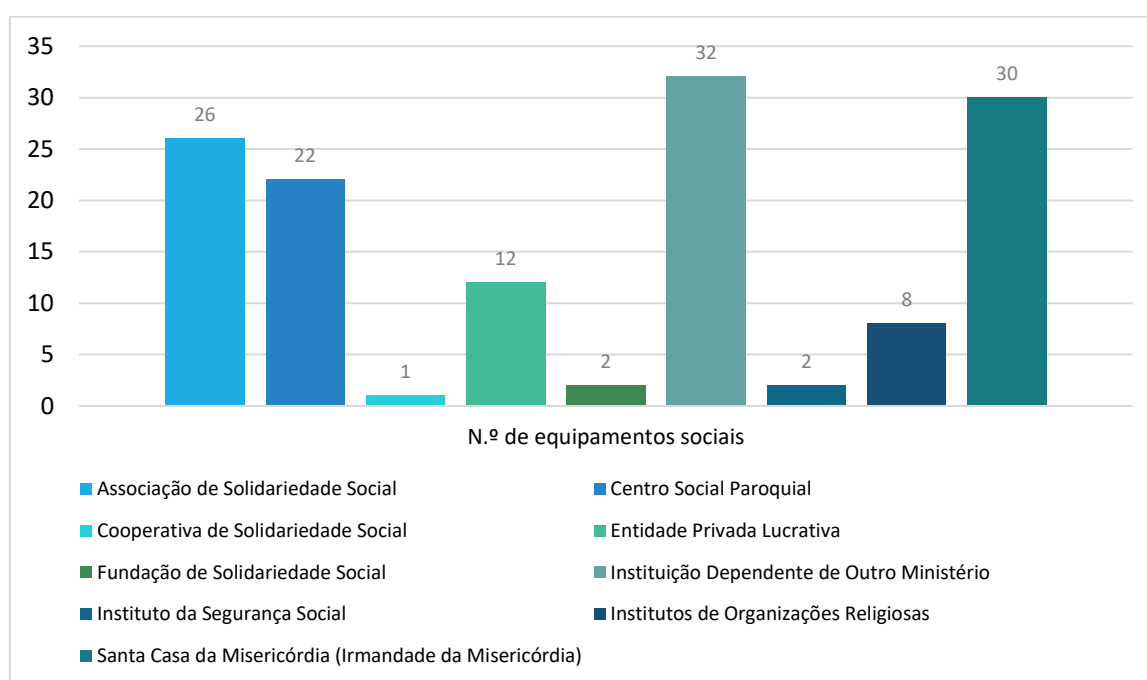


Gráfico 47. Número de equipamentos sociais por tipologia de instituição gestora, no Concelho de Vila do Conde

No tocante ao público-alvo a que os serviços providenciados por estas entidades se dirigem, denota-se a relevância dos serviços destinados à População Idosa, seguido das Crianças. Verifica-se, ainda, que a Santa Casa da Misericórdia (Irmandade da Misericórdia) é a instituição mais abrangente, já que providencia respostas sociais a todos os públicos-alvo elencados para o Concelho de Vila do Conde.

Tipologia de instituição	Público-alvo					
	Crianças e jovens	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Pessoas Idosas	Pessoas Adultas com Deficiência	Pessoas em Situação de Dependência	Família e Comunidade em Geral
Associação de Solidariedade Social	x		x	x		
Centro Social Paroquial	x		x			
Cooperativa de Solidariedade Social			x			
Entidade Privada Lucrativa	x		x		x	
Fundação de Solidariedade Social	x					
Instituição Dependente de Outro Ministério	x				x	
Instituto da Segurança Social				x		x
Institutos de Organizações Religiosas	x		x			
Santa Casa da Misericórdia (Irmandade da Misericórdia)	x	x	x	x	x	x

Quadro 2. Públicos-alvo a que os serviços providenciados pelas tipologias de entidades se dirigem

As respostas sociais com maior oferta e relevo no Concelho são analisadas nos próximos subcapítulos. Esta análise pretende enquadrar cada resposta social do ponto de vista da oferta de equipamentos (podendo estes englobar vários serviços), oferta operativa (capacidade) e procura (número de utentes e ocupação média). No Anexo I, apresenta-se a base de dados total dos equipamentos disponíveis no Concelho de Vila do Conde, sendo para cada apresentada a seguinte informação: o nome do equipamento; a entidade proprietária; a natureza jurídica; o público-alvo; a localização (e freguesia); a capacidade instalada; e o número de utentes (capacidade ocupada).

7.1. Infância e Juventude

Neste subcapítulo, apresentam-se as respostas sociais no Concelho de Vila do Conde, destinadas às crianças e jovens, encontrando-se, como mencionado, a listagem completa de serviços e equipamentos apresentada no Anexo I.

A distribuição territorial dos serviços e equipamentos destinados às crianças e jovens em Vila do Conde apresenta-se na Figura 19.

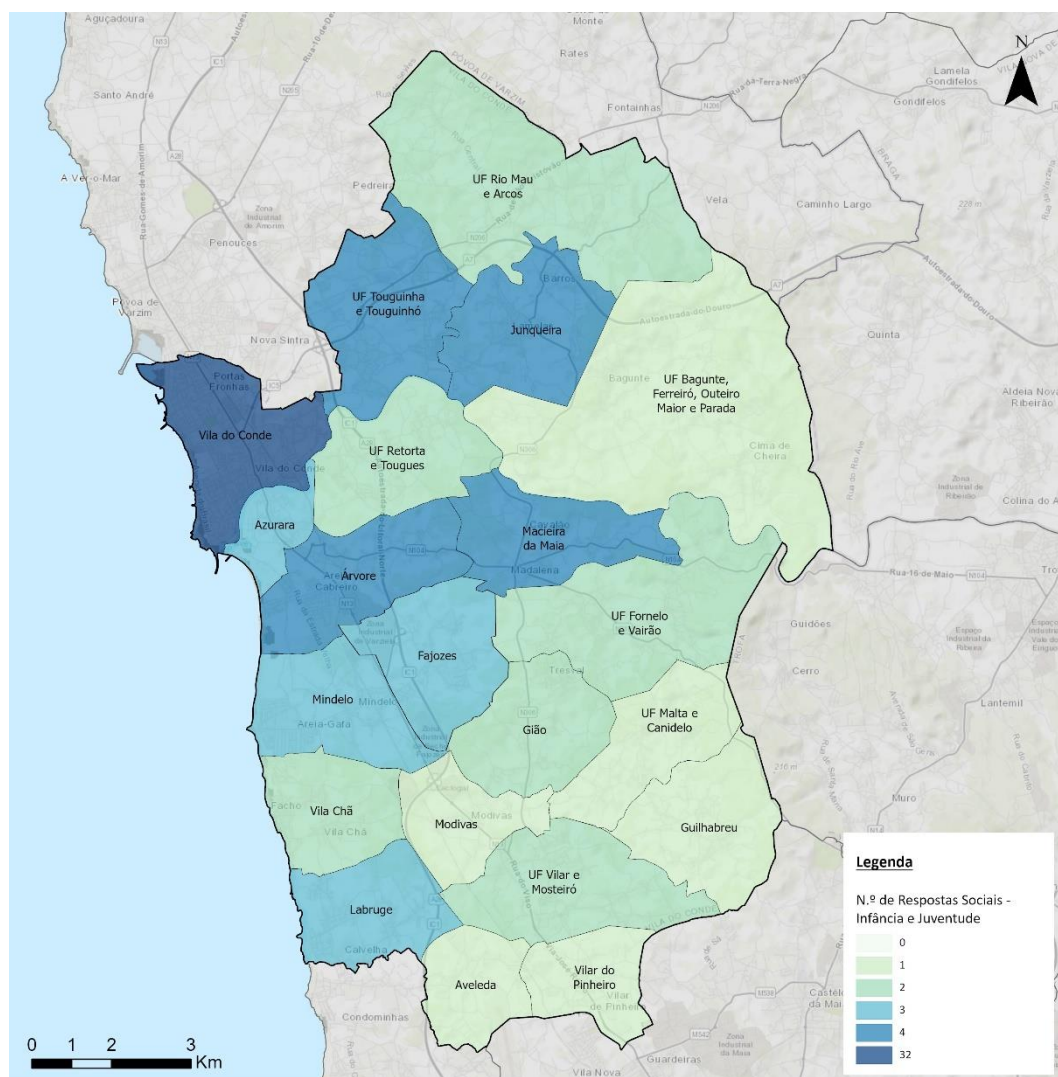


Figura 19. Respostas sociais destinados a crianças e jovens, em Vila do Conde

Verifica-se uma maior incidência de equipamentos que prestam serviços relacionados com as crianças e jovens na freguesia de Vila do Conde, em oposição às freguesias mais interiores, situação que se encontra relacionada, em parte, com a maior concentração populacional no litoral, bem como a maior proporção da população nestas faixas etárias, em especial na cidade de Vila do Conde.

Creche

A resposta social creche visa a promoção do bem-estar e desenvolvimento do processo evolutivo de crianças com idades compreendidas entre os quatro meses e os três anos. A rede de creches do Concelho de Vila do Conde contempla um total de 17 equipamentos, com uma capacidade instalada de 989 crianças. Face à procura total de 942 utentes, a ocupação média cifra-se em cerca de 96,6% (Tabela 95). Há que referir que das 17 creches existentes no Concelho, apenas duas pertencem a entidades privadas lucrativas, sendo que as restantes se distribuem entre Centro Social e Paroquial (6), Irmandade da Misericórdia (4), Associação de Solidariedade Social (3), Instituto de Organizações religiosas (1) e Fundação (1).

Tabela 95. Resposta social Creche

Creche				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	17	989	942	96,6
Árvore	1	79	77	97,5
Azurara	1	42	42	100
Fajozes	1	102	102	100
Junqueira	1	27	27	100
Labruge	1	66	61	92,4
Macieira da Maia	1	92	70	76,1
Mindelo	1	87	87	100
UF Touguinha e Touguinhó	1	41	41	100
Vila do Conde	9	453	435	95,8

A distribuição das creches por freguesia encontra-se ilustrada na Figura 20, onde se pode verificar que apenas a Freguesia de Vila do Conde possui mais que um destes equipamentos e que muitas das freguesias do Concelho, sobretudo no interior, não possuem qualquer equipamento desta tipologia.

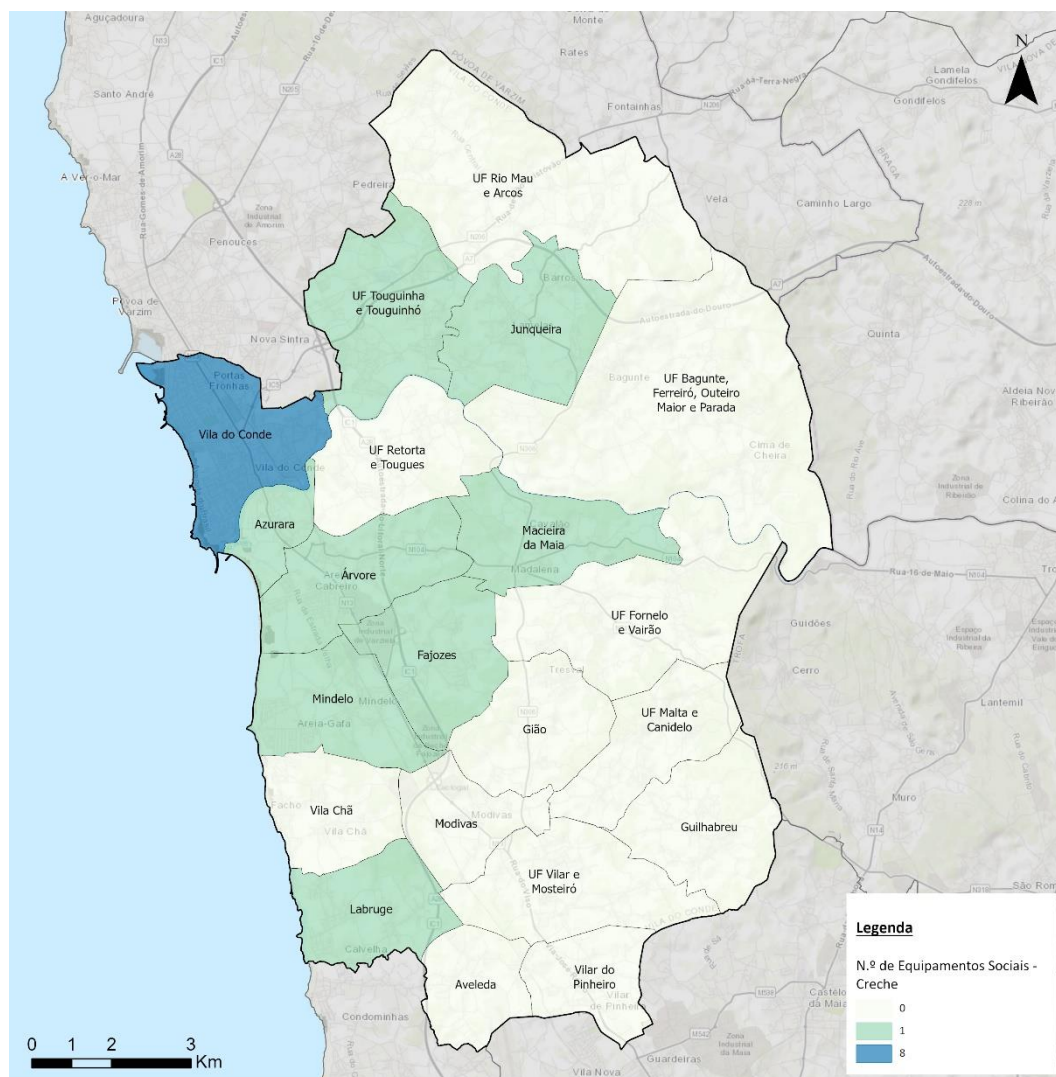


Figura 20. Creches, por freguesia

A análise da capacidade instalada das creches, por freguesia (Figura 21) permite aferir uma maior oferta nas freguesias do litoral do Concelho, com destaque para as freguesias com maiores aglomerados urbanos a assegurarem uma oferta relativamente maior.

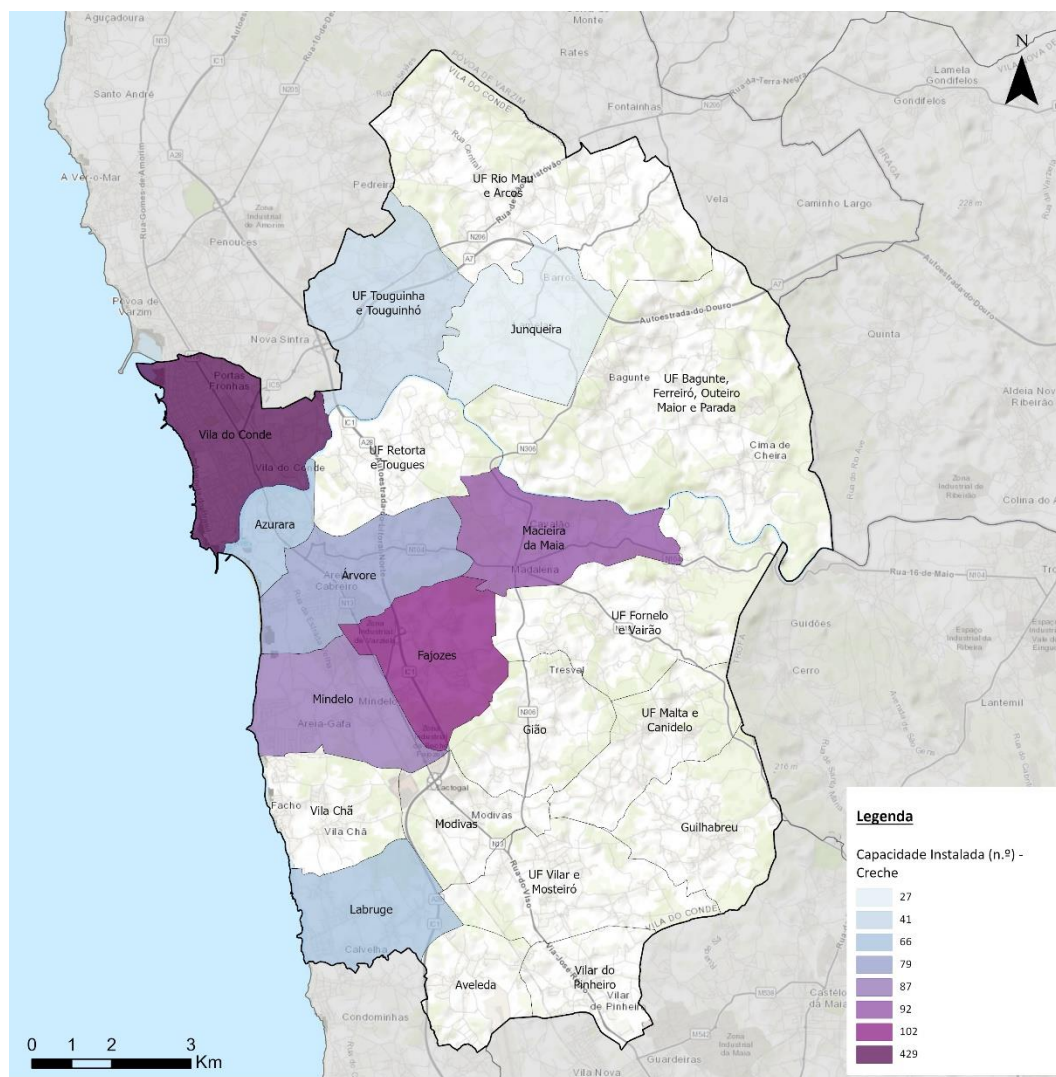


Figura 21. Capacidade das creches, por freguesia

Por sua vez, a ocupação média das creches por freguesia, demonstra que apesar de ser em Vila do Conde onde se verifica a maior oferta, não é das freguesias do Concelho onde se registam as maiores taxas de ocupação. As freguesias onde estes equipamentos rondam uma ocupação média de mais de 90% correspondem às freguesias de Árvore, Azurara, Fajozes, Junqueira, Mindelo, UF de Touguinha e Touguinhó e Vila do Conde. Há, ainda, que salientar o facto de a ocupação média destes equipamentos ser sempre igual ou superior a 76% da sua capacidade.

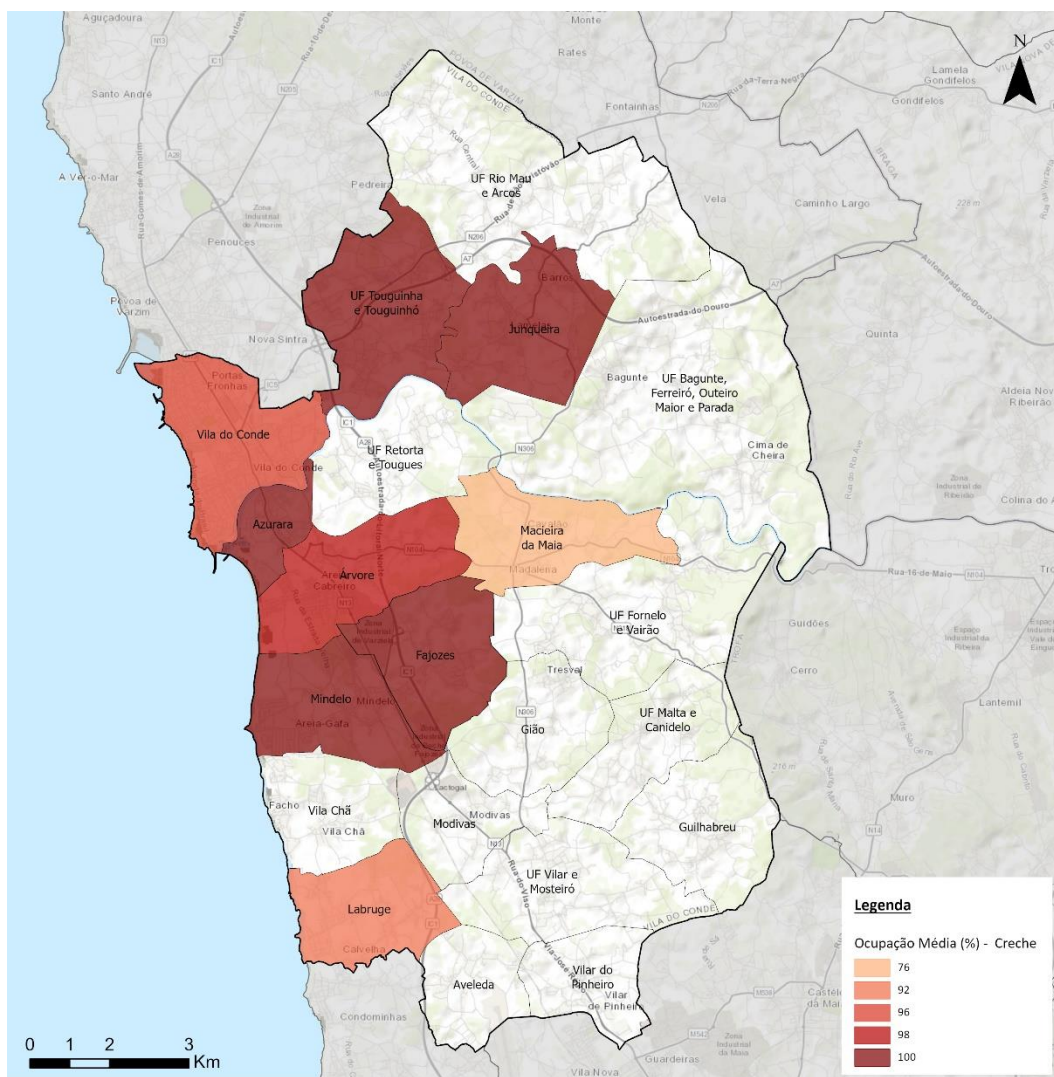


Figura 22. Ocupação média das creches, por freguesia

Estabelecimentos de Educação pré-escolar

A Educação Pré-escolar é uma resposta social destinada a todas as crianças com idades compreendidas entre os três e os seis anos, consistindo, nomeadamente, no nível de ensino anterior à frequência no 1º ciclo do Ensino Básico.

A rede de estabelecimentos do Ensino Pré-escolar do Concelho de Vila do Conde contempla um total de 46 equipamentos, com uma oferta total destinada a 2748 crianças. A ocupação média destes estabelecimentos cifra-se em cerca de 81,59%, resultado de uma procura de 2242 utentes (Tabela 96).

Há que referir que dos 46 estabelecimentos do Ensino Pré-escolar existentes no Concelho, apenas 3 pertencem a entidades privadas lucrativas, sendo que as restantes se distribuem entre Instituição dependente de outro ministério (32), Associação de Solidariedade Social (3), Centro Social e Paroquial (3), Irmandade da Misericórdia (4) e Fundação (1).

Tabela 96. Resposta social Equipamentos de Educação Pré-escolar público e privado (com e sem fins lucrativos)

Educação Pré-escolar público e privado (com e sem fins lucrativos)				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	46	2748	2242	81,59
Árvore	2	141	120	85,1
Aveleda	1	50	42	84,0
Azurara	2	125	115	90,0
Fajozes	2	113	103	91,5
Gião	1	25	25	100,0
Guilhabreu	1	50	25	50,0
Junqueira	2	100	72	81,3
Labruge	1	75	84	112,0
Macieira da Maia	2	100	73	60,7
Mindelo	2	146	136	93,3
Modivas	1	50	20	40,0
UF Retorta e Tougues	1	100	34	34,0
UF Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	1	75	53	70,7
UF Vilar e Mosteiró	2	50	43	86,0
UF Fornelo e Vairão	2	75	30	47,0
UF Rio Mau e Arcos	2	75	44	63,0
UF Malta e Canidelo	1	50	50	100,00
UF Touguinha e Touguinhó	3	125	117	93,60
Vila Chã	2	50	33	66,0
Vila do Conde	14	1148	1003	86,5
Vilar do Pinheiro	1	25	20	80,0

A distribuição destes equipamentos por freguesia (Figura 23) permite aferir a sua menor densidade em freguesias como a UF Retorta e Tougues, UF Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior, UF Malta e Canidelo e Parada, Gião, Modivas, Labruge, Guilhabreu, Aveleda e Vilar do Pinheiro (cada uma destas com apenas um equipamento de Educação Pré-escolar). Destaca-se em número, novamente, a freguesia de Vila do Conde com 14 equipamentos de Educação Pré-escolar.

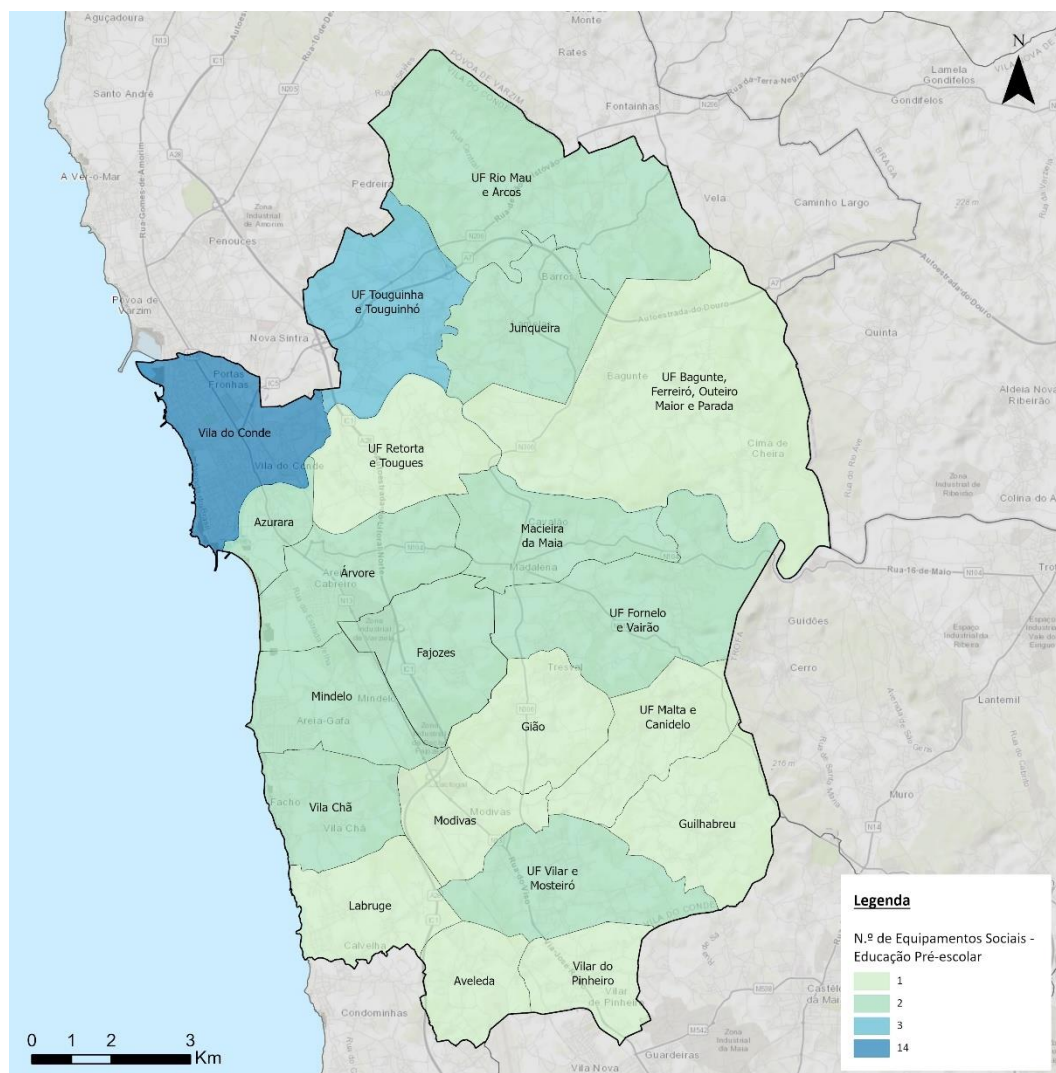


Figura 23. Equipamentos de Educação Pré-escolar por freguesia

Caracterizando esta tipologia de equipamento, quanto à respetiva capacidade instalada, verifica-se, mais uma vez, uma maior capacidade instalada nas freguesias do litoral do Concelho, com especial destaque para Vila do Conde e Mindelo.

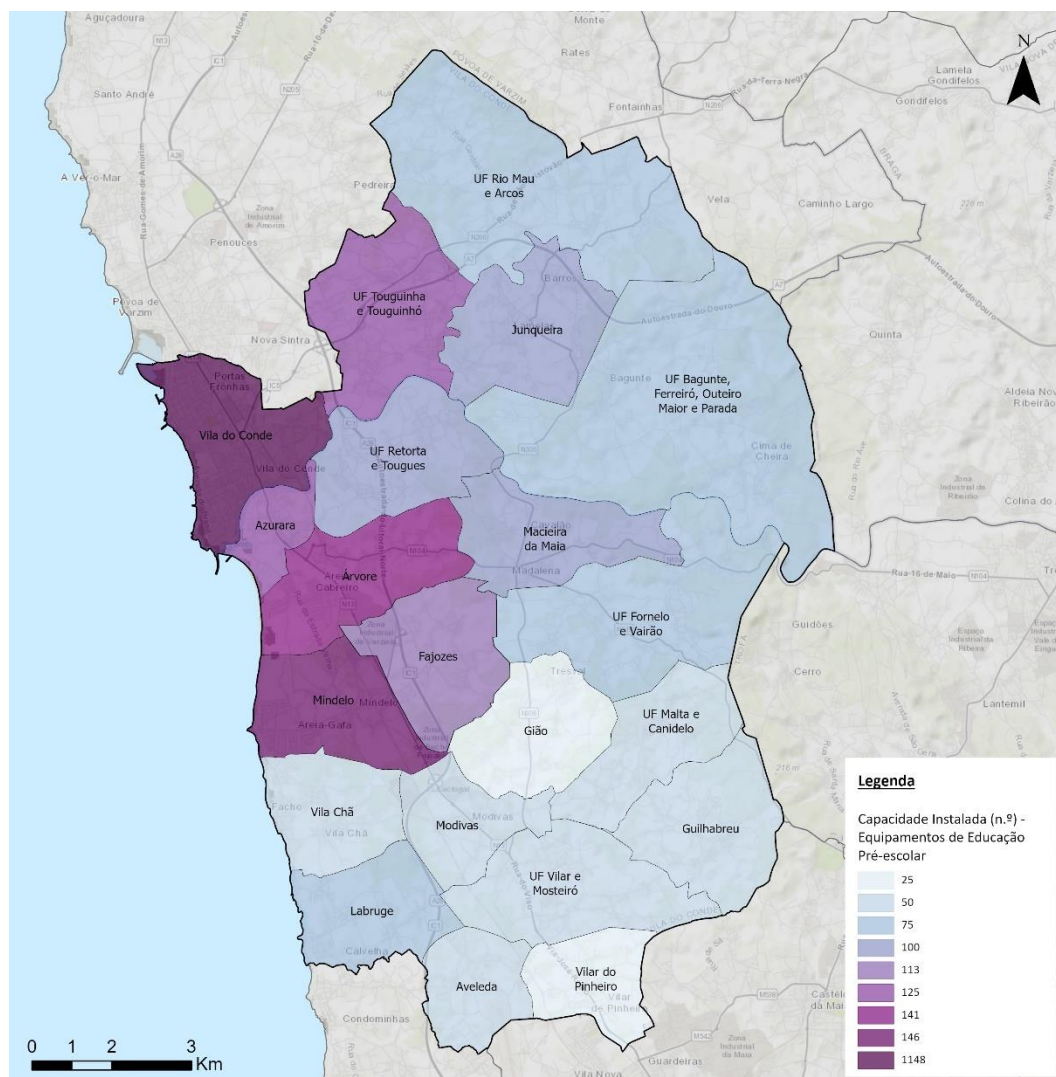


Figura 24. Capacidade dos equipamentos de Educação Pré-escolar, por freguesia

No que se refere à ocupação média dos estabelecimentos de educação Pré-escolar (Figura 25), permite aferir uma procura significativa nas freguesias do litoral, onde a ocupação média é sempre superior a 86%. Nas restantes freguesias as taxas de ocupação variam entre os 40% e os 80%, nunca sendo inferiores aos 40%.

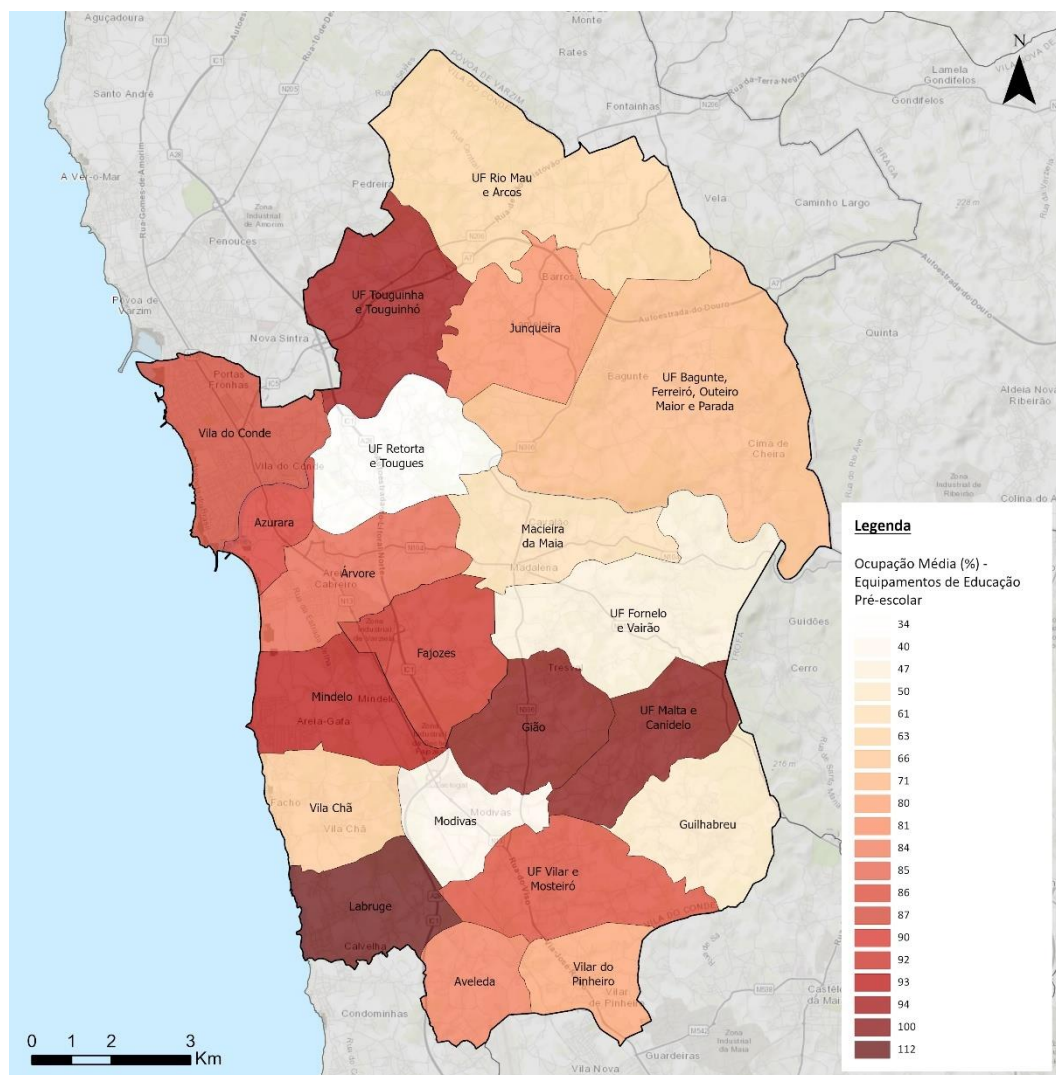


Figura 25. Ocupação média dos equipamentos de Educação Pré-escolar, por freguesia

Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)

Os Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL), proporcionam atividades de acompanhamento, lazer e atividades específicas, destinadas a crianças a partir dos 6 anos de idade. O conjunto de CATL do Concelho de Vila do Conde contempla um total de 6 equipamentos, com uma capacidade instalada para 470 crianças. Face à procura total de 401 utentes, a ocupação média cifra-se em cerca de 85,3% (Tabela 97).

Tabela 97. Resposta social Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)

Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	6	470	401	85,3
Junqueira	1	40	26	65,0
Labruge	1	30	30	100
Macieira da Maia	1	60	55	91,7
Vila do Conde	3	340	290	85,3

Os CATL do Concelho concentram-se sobretudo na freguesia de Vila do Conde, que congrega 3 dos 6 CATL existentes, distribuindo-se os restantes pelas freguesias de Junqueira, Labruge e Macieira da Maia.

A análise da capacidade instalada desta tipologia, por freguesia denota a oferta nas freguesias do centro do Concelho (Macieira da Maia), para além do destaque esperado da cidade de Vila do Conde.

Por sua vez, a ocupação média dos CATL por freguesia, demonstra que apesar de ser na freguesia de Vila do Conde onde se verifica a maior oferta, registam-se taxas de ocupação da mesma proporção nas restantes freguesias, e até superiores (como é o caso de Labruge), taxas que circundam os 80%. Há, ainda, que salientar o facto de a ocupação média destes equipamentos ser sempre superior a 65% da sua capacidade.

Casa de Acolhimento

A resposta social referente a Casa de Acolhimento visa o afastamento ou retirada da criança ou jovem da situação de perigo, tendo em conta as situações, problemáticas e características específicas das crianças e dos jovens a acolher. No mesmo sentido, a resposta social referente a Casa de Acolhimento para Resposta a Situações de Emergência destina-se ao acolhimento urgente determinado pela necessidade de proteção imediata da criança ou jovem.

No Concelho de Vila do Conde existe uma Casa de Acolhimento, a “Casa da Criança” destinada ao acolhimento de crianças das faixas etárias dos 0-6 anos, dos 7-12 anos e dos 13-18 anos, dispondo, esta, de 9 vagas para situações de emergência social.



Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)

Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) correspondem a uma resposta social destinada às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias. No Concelho de Vila do Conde, existe um CAFAP, localizado na freguesia de Vila do Conde, nas instalações da Santa Casa da Misericórdia, com capacidade para apoiar 34 pessoas, servindo 34 utentes (ocupação lotada).

Ama

As amas constituem uma resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa que, mediante pagamento pela atividade exercida, cuida na sua residência, de crianças até aos três anos de idade ou até atingirem a idade de ingresso nos estabelecimentos de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento da família.

O Concelho de Vila do Conde dispõe de 5 amas, localizadas nas freguesias de Vila do Conde (2), Árvore (1), Gião (1) e na UF Retorta e Tougues (1), com capacidade para acolher 20 crianças. Atualmente, estas amas abrangem 17 crianças, sendo a taxa de ocupação total média de cerca de 85%.

Equipa de Intervenção Precoce na Infância

A equipa de Intervenção Precoce na Infância que apoia o Concelho de Vila do Conde atua conjuntamente com o Concelho da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, não fazendo contagem do número de crianças por Concelho. Neste sentido, atualmente a equipa local de intervenção acompanha 265 crianças (entre os 0 e os 6 anos) de acordo com os critérios de elegibilidade, contudo o acordo de cooperação entre os ministérios que constituem a equipa está acordado para um total de 80 crianças.

7.2. Pessoas Idosas

Neste subcapítulo apresentam-se as respostas sociais do Concelho de Vila do Conde destinadas às pessoas idosas, encontrando-se a listagem completa de serviços e equipamentos apresentada no Anexo I.

A distribuição territorial dos equipamentos que prestam serviços destinados às Pessoas Idosas em Vila do Conde, apresenta-se na Figura 26.

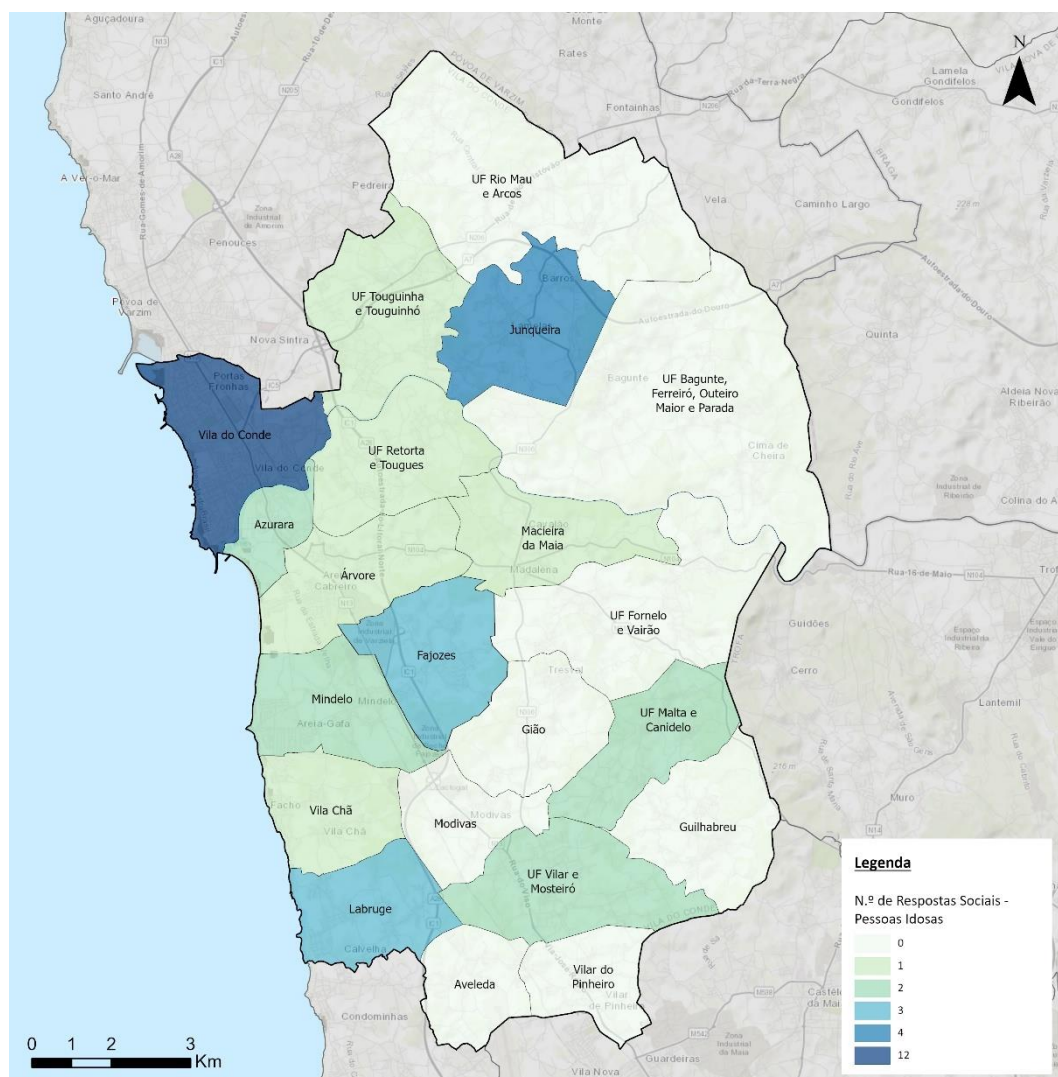


Figura 26. Respostas sociais destinados a Pessoas Idosas, no Concelho de Vila do Conde

Tal como observado no caso das respostas sociais associadas à Infância e Juventude, verifica-se uma maior incidência de equipamentos que prestam serviços relacionados com as pessoas idosas na freguesia de Vila do Conde, situação que se encontra relacionada, em parte, com a maior concentração

populacional no litoral, mas que não reflete a maior proporção de população idosa nas freguesias interiores.

É, também, de assinalar o facto de não existirem quaisquer equipamentos de respostas sociais direcionadas a pessoas idosas em 8 das 21 freguesias e uniões de freguesias do Concelho, particularmente concentradas no interior deste.

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

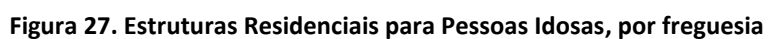
A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) é um equipamento coletivo de alojamento permanente ou temporário, destinado a fornecer respostas a pessoas idosas em situação de risco com perda de independência e autonomia, bem como, a fornecer apoio institucional aos que dele necessitem.

A rede de ERPI do Concelho de Vila do Conde agrega um total de 11 equipamentos, com uma oferta destinada a 477 utentes, e com uma procura de 461 utentes, representando uma ocupação média de cerca de 98% (Tabela 98). Das 11 ERPI existentes no Concelho, há que referir que apenas 3 pertencem a entidades privadas lucrativas, sendo que as restantes se distribuem entre Institutos de Organizações Religiosas (3), Irmandade da Misericórdia (3) e Centro Social e Paroquial (2).

Tabela 98. Resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	11	477	461	98
Fajozes	1	43	43	100
Junqueira	2	27	27	100
Labruge	1	54	54	100
UF Retorta e Tougues	1	16	16	100
UF Touguinha e Touguinhó	1	45	45	100
Vila do Conde	5	292	276	95,6

As ERPI concentram-se, sobretudo na zona norte do Concelho, entre as freguesias de Vila do Conde e Junqueira, passando pela UF de Touguinha e Touguinhó e a UF de Retorta e Tougues e freguesia de Fajozes. E a sul, na freguesia de Labruge.



Caracterizando esta tipologia de equipamento, quanto à respetiva capacidade instalada, verifica-se, mais uma vez, uma maior capacidade instalada nas freguesias do litoral do Concelho, com especial destaque para Vila do Conde e Labruge.

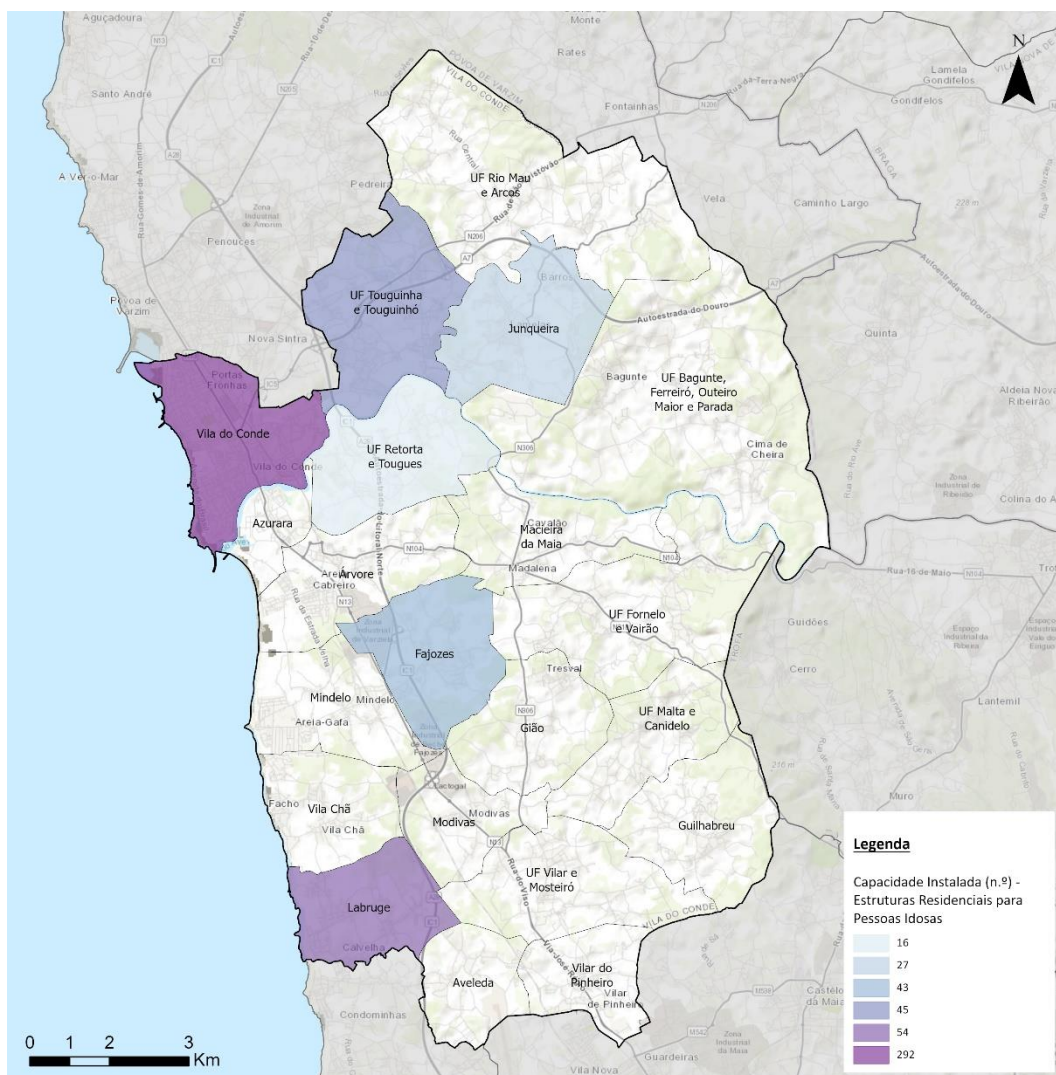


Figura 28. Capacidade dos equipamentos de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, por freguesia

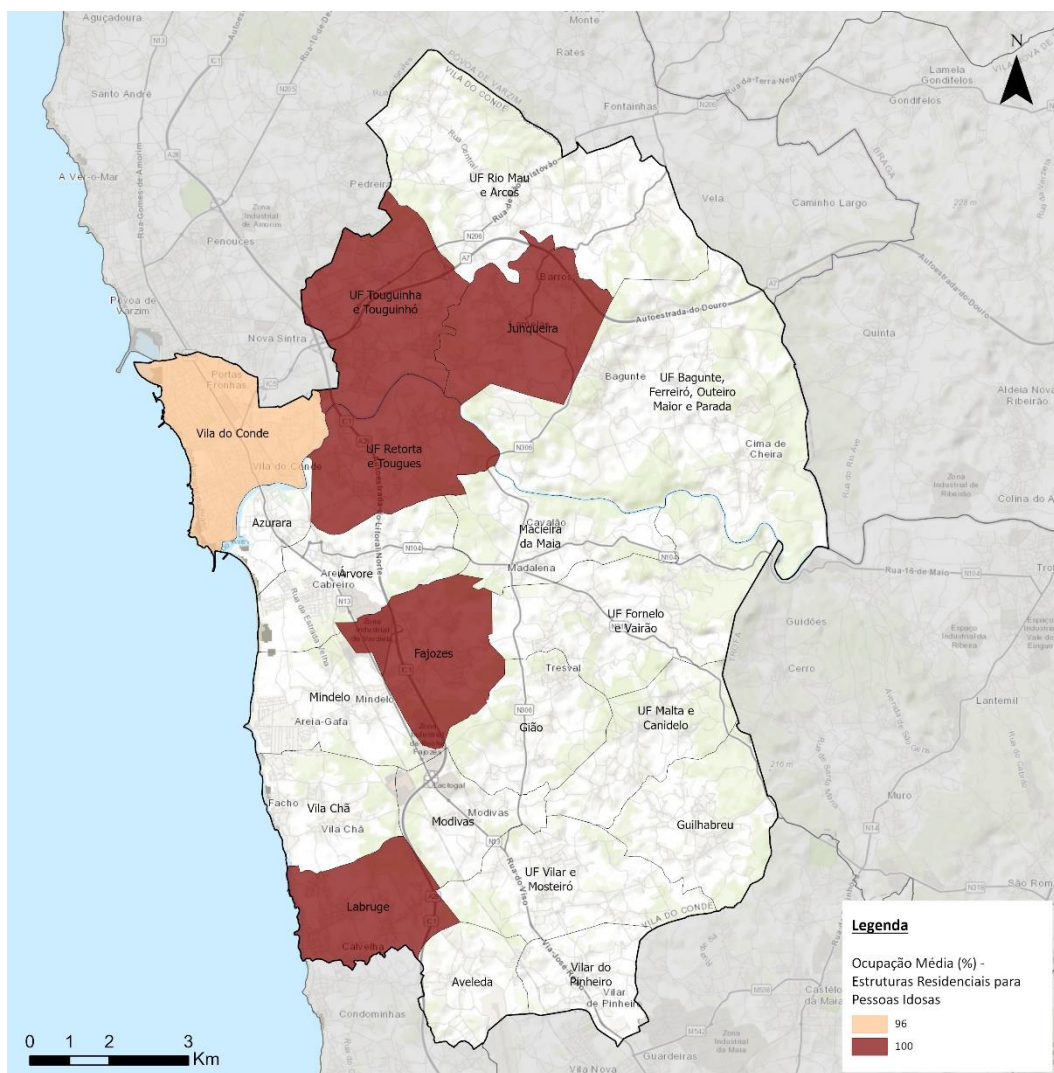


Figura 29. Ocupação média das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, por freguesia

Contata-se que a ocupação média dos equipamentos ERPI, no Concelho de Vila do Conde, é muito elevada, sendo de 100% em todas as freguesias com equipamentos desta tipologia, com a exceção da freguesia de Vila do Conde, em que a taxa de ocupação ronda os 96% (Figura 29).

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados a pessoas idosas, que por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, as suas necessidades básicas diárias.

No Concelho de Vila do Conde, a rede de Serviços de Apoio Domiciliário é composta por 13 equipamentos, com uma capacidade operativa até 479 utentes. A procura efetiva existente por esta tipologia de equipamento é de 391 pessoas, representando uma ocupação média de 79,1% (Tabela 99). Com exceção de um SAD que é pertencente a uma entidade privada lucrativa, todos os restantes estão distribuídos entre Associação de Solidariedade Social (3), Centro Social e Paroquial (3), Irmandade da Misericórdia (3), Institutos de Organizações Religiosas (1) Cooperativa de Solidariedade Social (1) e Instituto da Segurança Social- ISS, IP (1).

Tabela 99. Resposta social Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	13	479	391	79,1
Azurara	1	40	14	35,0
Árvore	1	25	13	52,0
Fajozes	1	50	35	70
Junqueira	1	30	28	93,3
Labruge	1	30	29	96,7
Macieira da Maia	1	20	17	85
Mindelo	1	40	30	75
UF Malta e Canidelo	1	30	30	100
UF Vilar e Mosteiró	1	30	28	93,3
Vila do Conde	4	184	167	90,8

Os equipamentos SAD encontram-se distribuídos pelas freguesias do Concelho de Vila do Conde, com um considerável número de freguesias nas quais se localiza apenas um destes equipamentos. Com efeito, 9 freguesias do Concelho possuem um equipamento SAD, sendo que a freguesia de Vila do Conde congrega 4 destes equipamentos (Figura 30).


territórioxxi

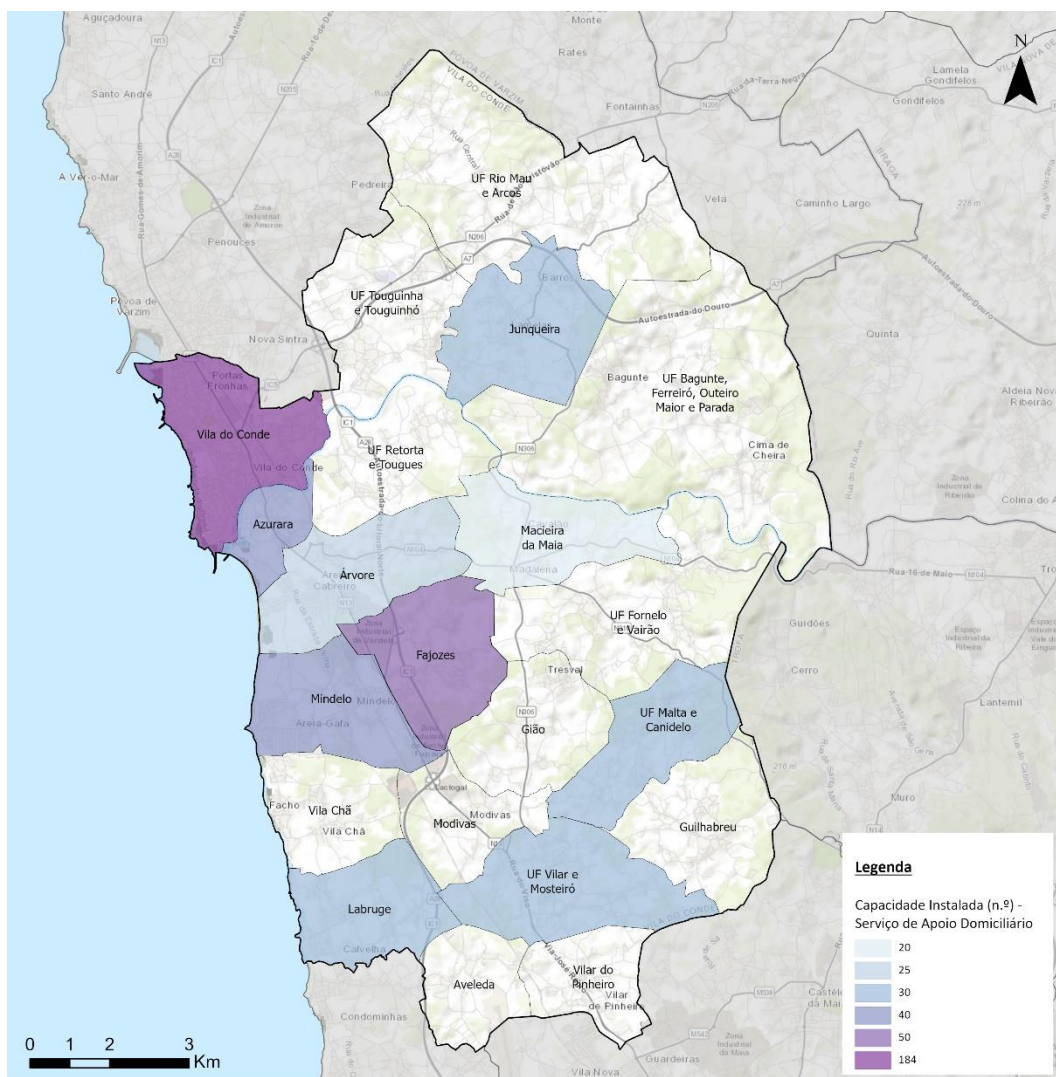


Figura 31. Capacidade dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia

A ocupação média dos equipamentos de apoio domiciliário segue o padrão verificado na oferta, sendo, porém, o nível de ocupação médio, relativamente elevado.

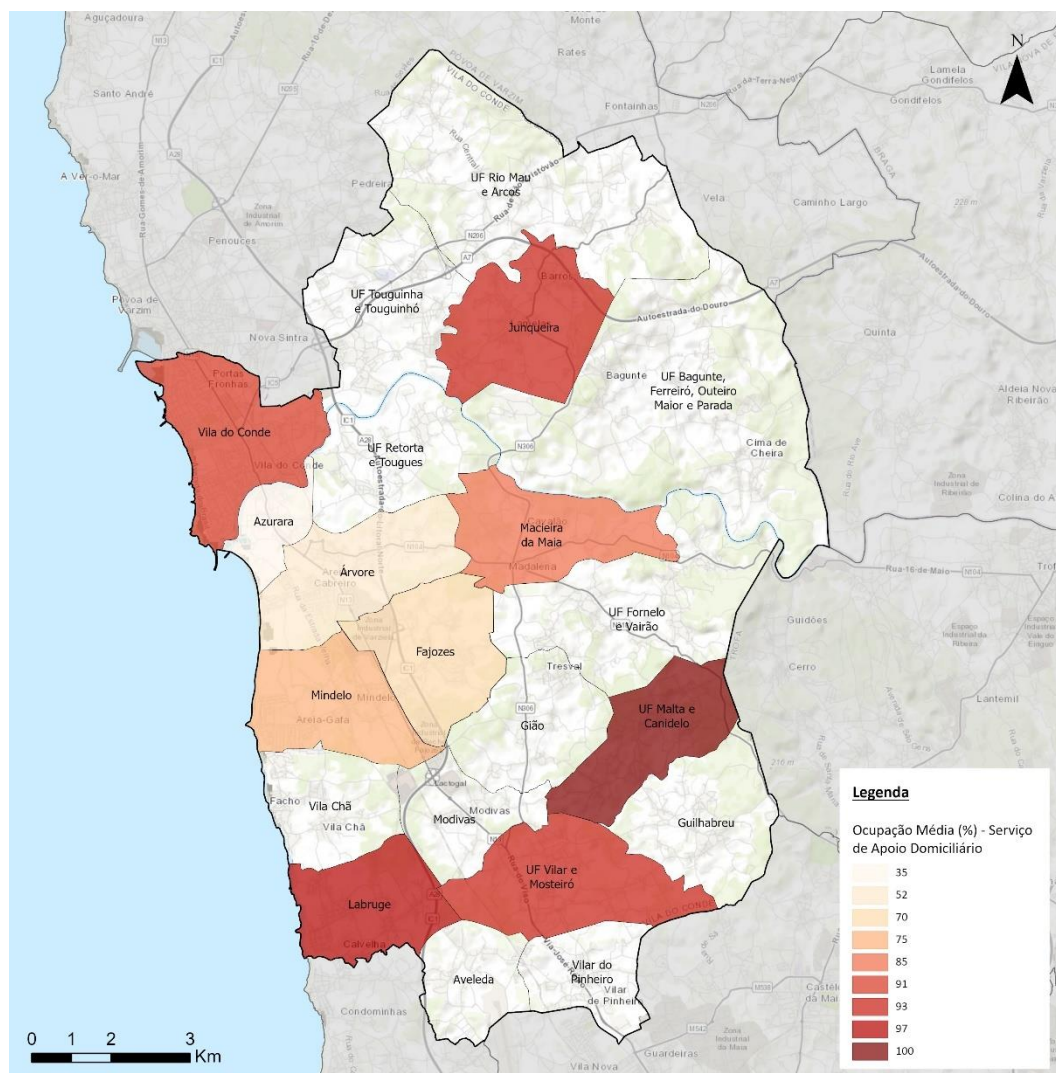


Figura 32. Ocupação média dos equipamentos de Serviço de Apoio Domiciliário, por freguesia

Centro de Dia

Um Centro de Dia é uma resposta social desenvolvida em equipamento com o objetivo de prestar um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio familiar e social.

O Concelho de Vila do Conde encontra-se equipado com um total de 9 Centros de Dia, com uma oferta destinada a 298 idosos. A ocupação média destes estabelecimentos, é de cerca de 91,3%, considerando o número total de 272 utentes. Os 9 Centros de Dia existentes no Concelho distribuem-



se entre Associação de Solidariedade Social (3), Centro Social e Paroquial (3), Institutos de Organizações Religiosas (1) e Irmandade da Misericórdia (2).

Tabela 100. Resposta social Centro de Dia

Centro de Dia				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	9	298	272	91,3
Azurara	1	24	24	100
Fajozes	1	40	35	87,5
Junqueira	1	30	30	100
Labruge	1	40	38	95
Mindelo	1	40	32	80
UF Malta e Canidelo	1	30	30	100
Vila Chã	1	14	12	85,7
Vila do Conde	2	80	71	88,9

A representação espacial destes equipamentos por freguesia demonstra uma concentração territorial na franja litoral do Concelho, com um reduzido número de freguesias interiores servidas por Centros de Dia. Apenas a freguesia de Vila do Conde possui mais que um destes equipamentos.

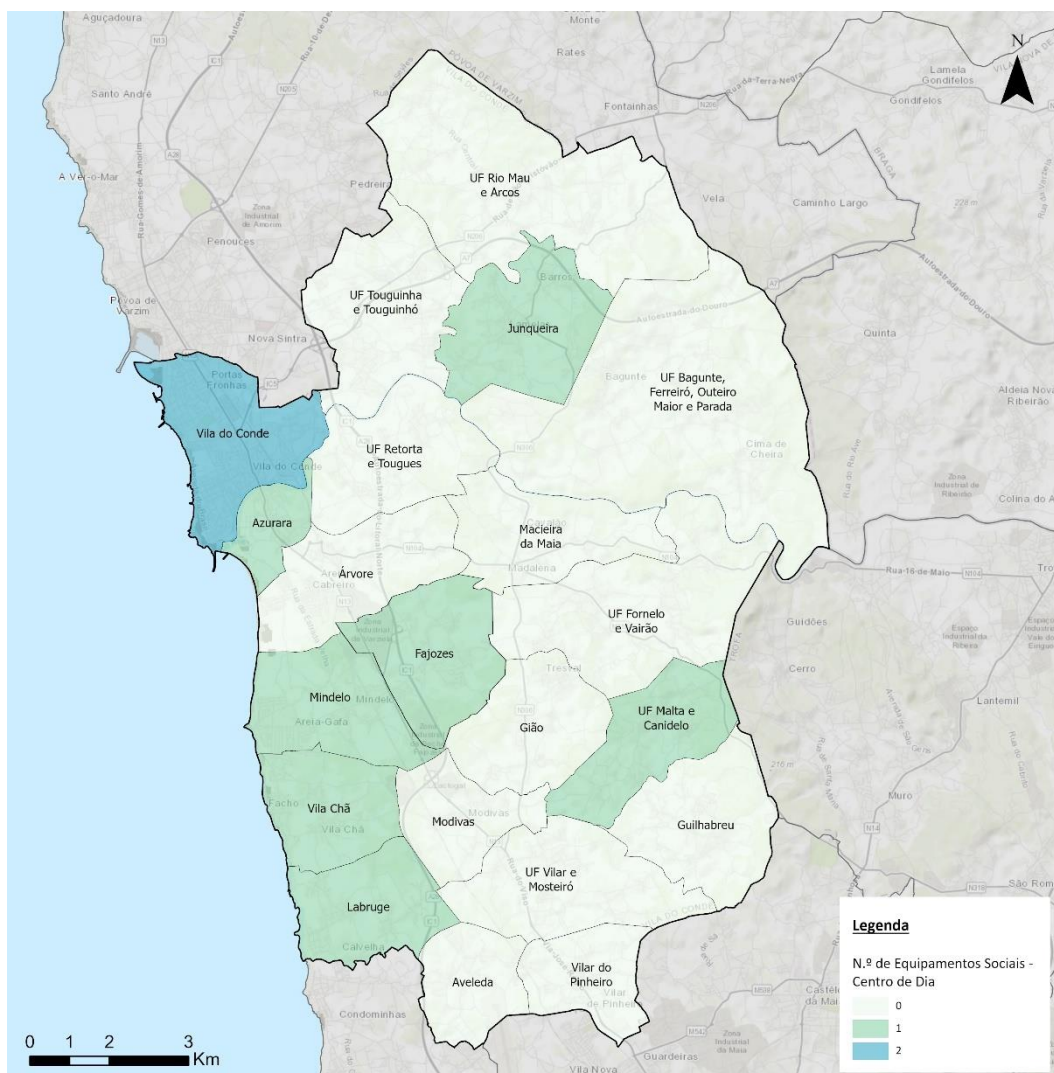


Figura 33. Centros de Dia, por freguesia

A capacidade instalada dos Centros de Dia existentes no Concelho é globalmente uniforme, sendo que cada Centro de Dia do Concelho apresenta capacidade para 30/40 utentes, distinguindo-se na freguesia de Vila do Conde, a capacidade instalada total de 80 utentes. Em oposição, na freguesia de Vila Chã, o Centro de Dia tem apenas capacidade para 14 utentes.

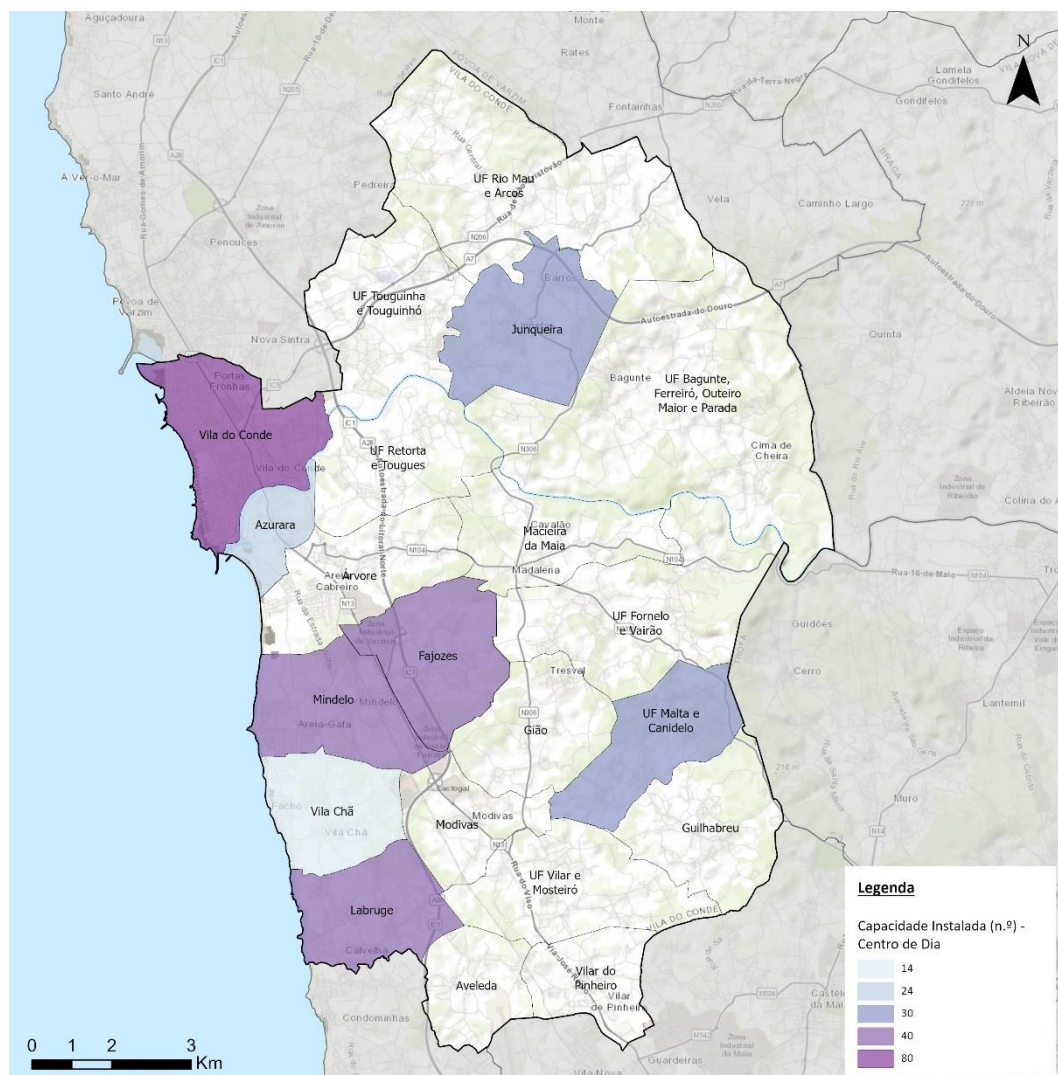


Figura 34. Capacidade dos Centros de Dia, por freguesia

Em termos da ocupação média dos Centros de Dia, verifica-se que os Centros de Dia da Junqueira, Azurara e da UF de Malta e Canidelo apresentam uma ocupação de 100%, sendo que os restantes apresentam taxas de ocupação inferiores, entre os 80% e os 95%.

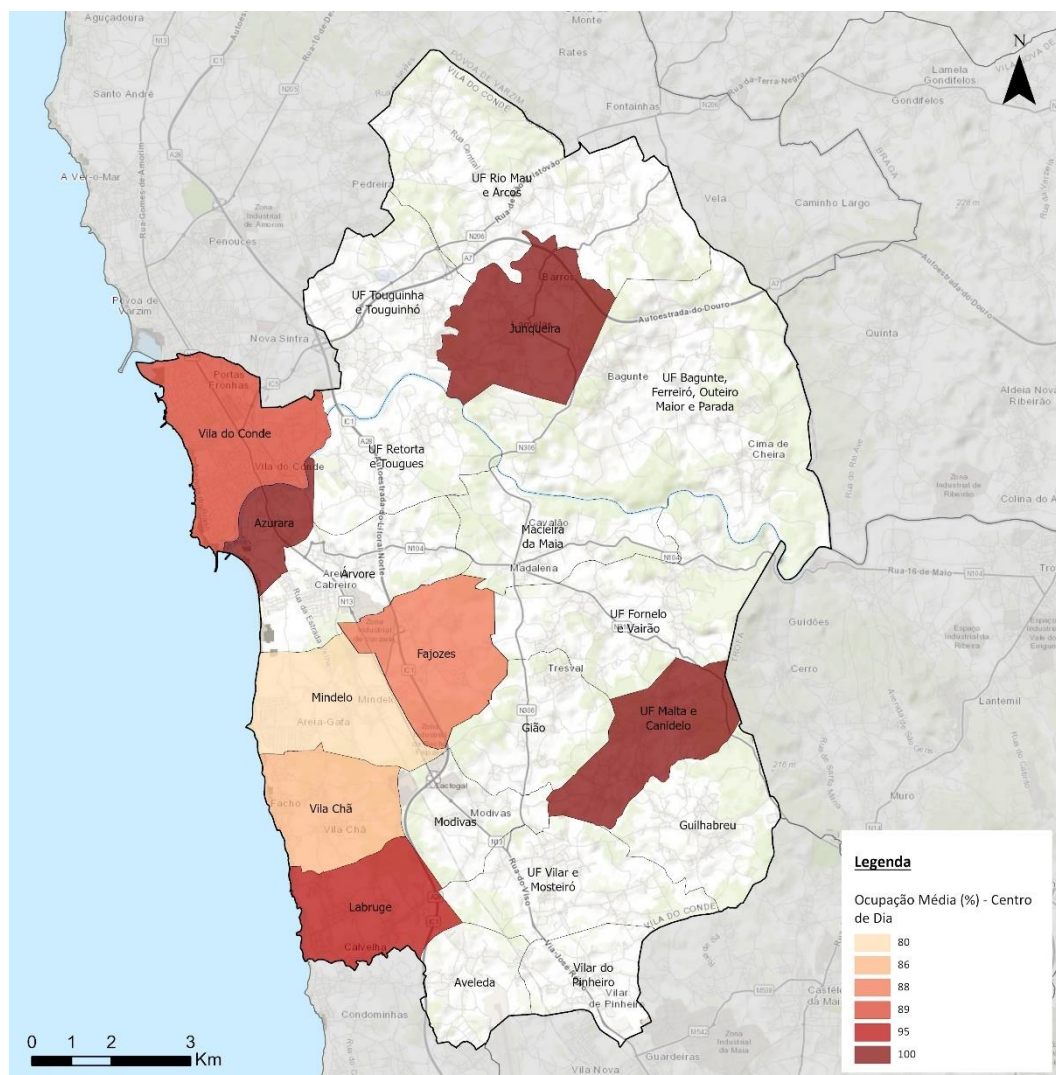


Figura 35. Ocupação média dos Centros de Dia, por freguesia

Centro de Convívio

Um Centro de Convívio consiste numa resposta social de apoio a atividades sociais, recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação de pessoas idosas.

O Concelho de Vila do Conde encontra-se equipado com apenas dois destes equipamentos. Um localizado na união de freguesias de Vilar e Mosteiró, e outro localizado na freguesia de Guilhabreu, que congregam uma oferta total destinada a 45 adultos mais velhos cuja ocupação média resulta em cerca de 83%, resultado de uma procura de 35 utentes (Tabela 101).

Tabela 101. Resposta social Centro de Convívio

Centro de Convívio				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	2	45	35	83,4
UF Vilar e Mosteirão	1	15	15	100
Guilhabreu	1	30	20	66,7

Em complemento a esta resposta, existem ainda outros espaços dedicados ao desenvolvimento de atividades direcionadas para a população sénior, promovidos pelas Juntas de Freguesia de Vila do Conde, Gião, Modivas, e pela União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada e ainda um outro promovido uma entidade privada na freguesia de Vila do Conde.

7.3. Pessoas Adultas com Deficiência

Neste subcapítulo apresentam-se as respostas sociais do Concelho de Vila do Conde, no que se refere às Pessoas Adultas com Deficiência, encontrando-se a listagem completa de serviços e equipamentos apresentada no Anexo I.

A distribuição territorial dos equipamentos que prestam serviços destinados às Pessoas Adultas com Deficiência em Vila do Conde, apresenta-se na Figura 36.



territórioxxi

Lar Residencial

O Lar Residencial é um equipamento destinado a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar.

Os seis equipamentos existentes no Concelho fornecem uma capacidade instalada para 183 pessoas. A elevada ocupação média (94%) deve-se aos 175 utentes servidos (Tabela 102).

Tabela 102. Resposta social Lar Residencial

Lar Residencial				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	6	183	175	94,4
Árvore	1	24	19	79,2
Azurara	1	14	14	100
UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	1	24	22	91,7
UF Touguinha e Touguinhó	2	97	97	100
Fajozes	1	24	23	95,8

Como se verifica na Figura 37, grande parte das freguesias não possuem qualquer equipamento desta tipologia, sendo que a UF Touguinha e Touguinhó dispõe de dois Lares Residenciais, lotados, tal como acontece com o Lar Residencial da UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada e na freguesia da Azurara. Na freguesia de Fajozes localiza-se um Lar Residencial, com capacidade para 24 pessoas e ocupado por 23 pessoas e em Árvore encontra-se um Lar Residencial com capacidade para 24 utentes, estando atualmente a servir 19 (Figura 39).

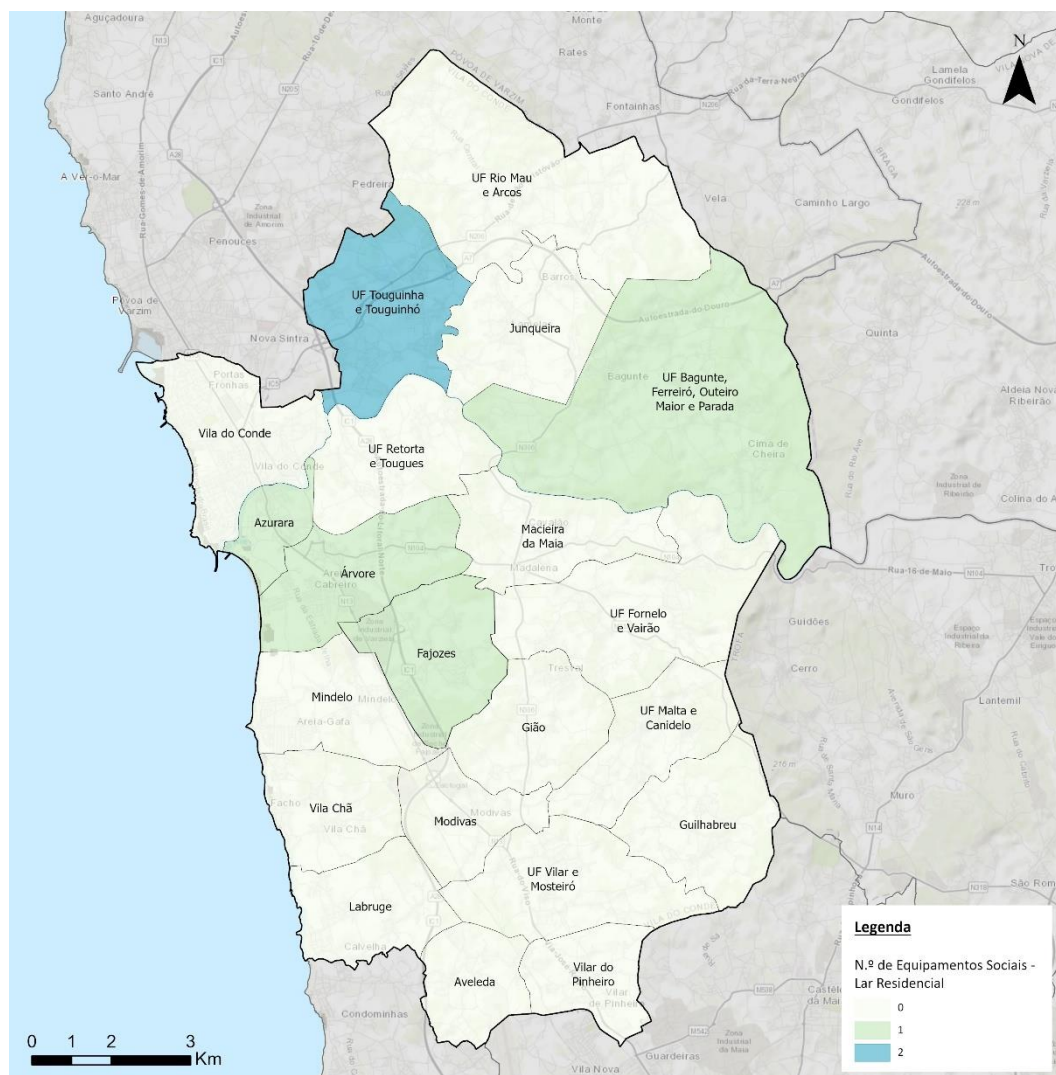


Figura 37. Lares Residenciais, por freguesia

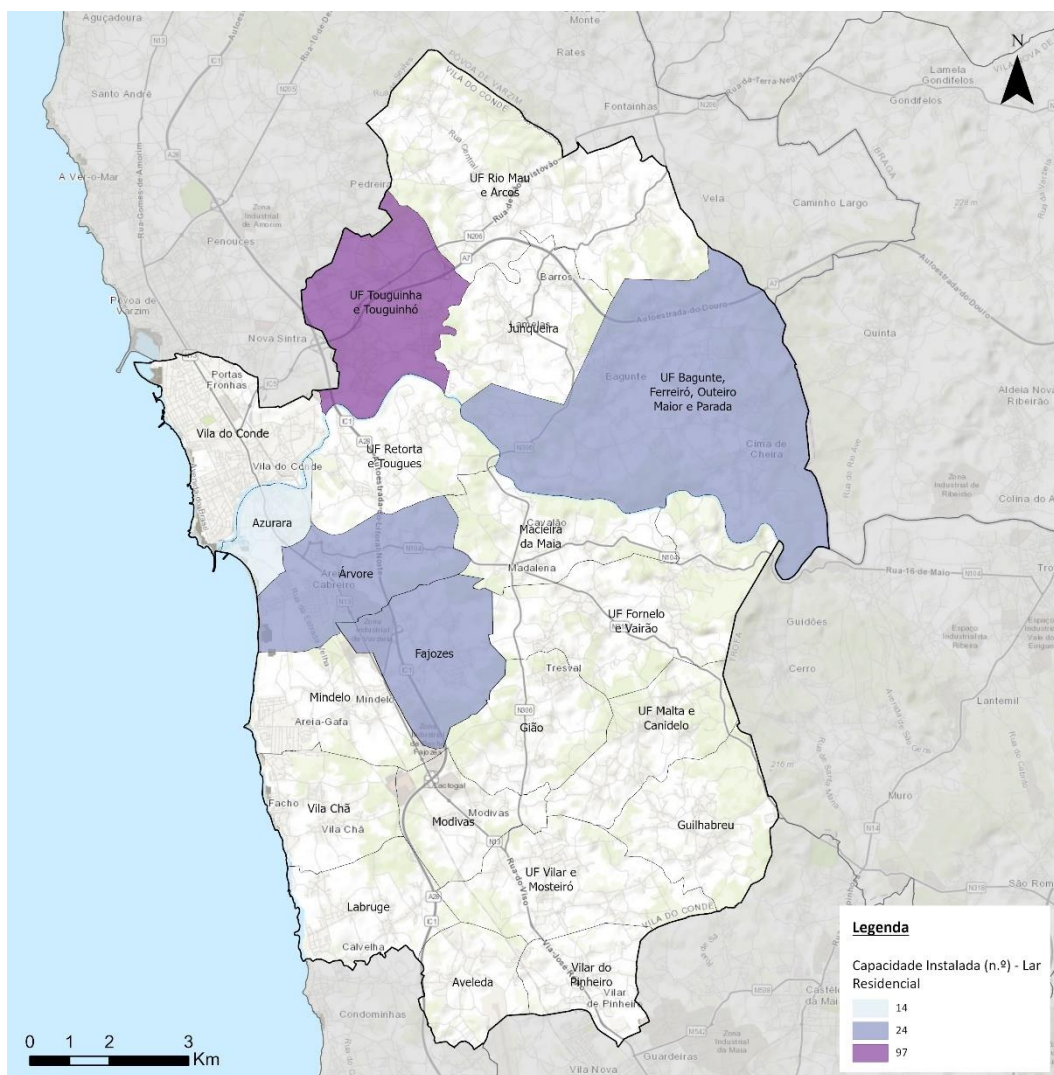


Figura 38. Capacidade dos Lares Residenciais, por freguesia



Os Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) constituem equipamentos destinados a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respectivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.



Os 4 CACI do Concelho de Vila do Conde somam uma capacidade instalada para 235 utentes. Face à frequência total de 227 utentes, a ocupação média cifra-se em cerca de 96,5% (Tabela 103).

Tabela 103. Resposta social Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	4	235	227	96,5
Azurara	1	55	55	100
UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	1	30	28	93,3
UF Touguinha e Touguinhó	1	120	115	95,8
Fajozes	1	30	29	96,7

Os CACI do Concelho localizam-se um na freguesia de Azurara (com capacidade para 55 utentes e totalmente lotado), na UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada (com capacidade para 30 utentes e com uma ocupação de 28), na freguesia de Fajozes (com capacidade instalada para 30 utentes e com ocupação de 29) e outro, de maior dimensão, na UF de Touguinha e Touguinhó (com capacidade instalada para 120 utentes e servindo 115 – taxa de ocupação média de 95,8%).

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) constitui uma resposta social, desenvolvida a partir de equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária.

No Concelho de Vila do Conde, existe apenas um SAD, localizado na UF de Touguinha e Touguinhó, com capacidade instalada de 30 pessoas, servindo 20 utentes (ocupação média de 66,7%).

7.4. Pessoas em Situação de Dependência

Neste subcapítulo apresentam-se as respostas sociais do Concelho de Vila do Conde, no que se refere às pessoas em situação de dependência, encontrando-se a listagem completa de serviços e equipamentos apresentada no Anexo I. A distribuição territorial dos equipamentos que prestam serviços destinados às pessoas em situação de dependência em Vila do Conde, apresenta-se na Figura 40.

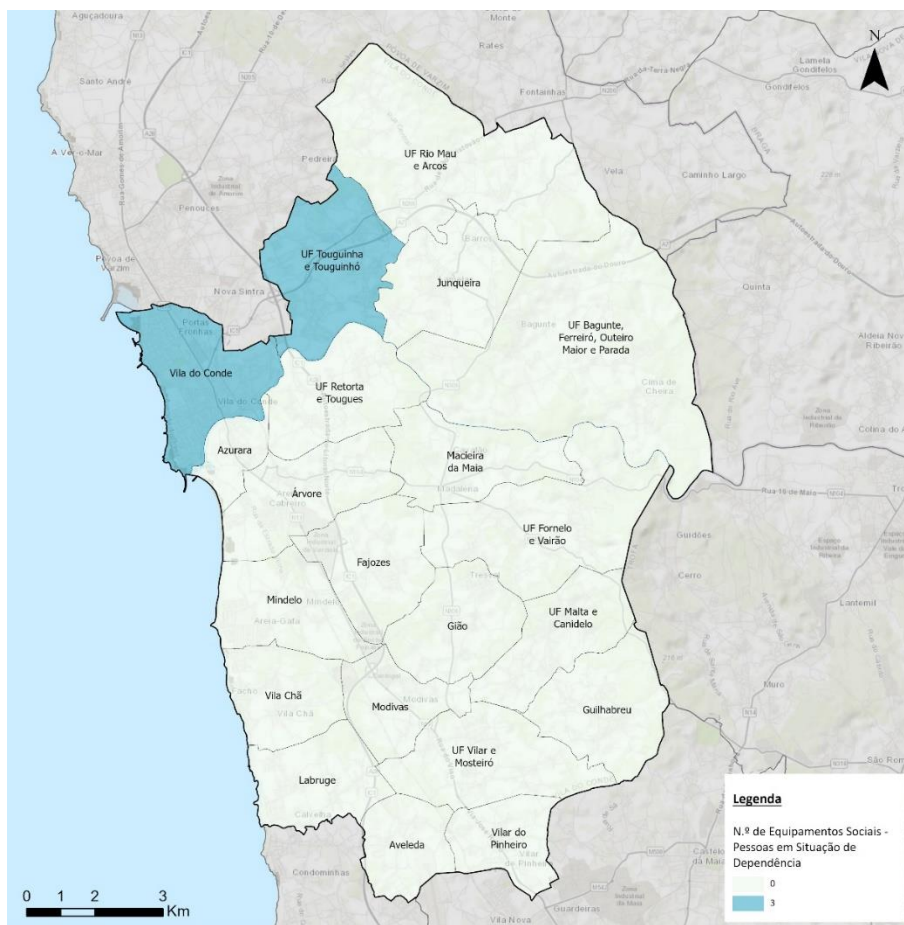


Figura 40. Respostas sociais destinados a Pessoas em Situação de Dependência, no Concelho

Para este grupo-alvo, verificam-se 6 respostas na globalidade do Concelho, três localizados na freguesia de Vila do Conde e outros três na UF de Touguinha e Touguinhó.

Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)

Estes equipamentos integram as Unidades de Apoio Integrado, que constituem uma resposta de intervenção integrada de cuidados de saúde e apoio social, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Tabela 104. Resposta social Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)

Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	2	62	25	50
UF Touguinha e Touguinhó	1	37	0	0
Vila do Conde	1	25	25	100
Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)				
Unidade Territorial	Equipamentos (N.º)	Capacidade (N.º)	Utentes (N.º)	Ocupação Média (%)
Vila do Conde (Concelho)	2	75	35	50
UF Touguinha e Touguinhó	1	40	0	0
Vila do Conde	1	35	35	100

Segundo a informação da Carta Social (GEP) (Tabela 104) as duas UMDR do Concelho, uma localizada na Freguesia de Vila do Conde e outra localizada na UF de Touguinha e Touguinhó, têm capacidade instalada para servir 62 pessoas (37 e 25 pessoas, respetivamente), no entanto, atualmente apenas a UMDR de Vila do Conde se encontra a servir a população (encontrando-se até lotada), enquanto que a unidade da UF de Touguinha e Touguinhó não tem ocupação identificada.

Sobre as ULDM, a Carta Social (GEP) indica que os dois equipamentos do Concelho, uma localizada na Freguesia de Vila do Conde e outra localizada na UF de Touguinha e Touguinhó, têm capacidade instalada para servir 75 pessoas (35 e 40 pessoas, respetivamente), mas acontece o mesmo que no caso das UMDR, em Vila do Conde o equipamento está lotado e na UF de Touguinha e Touguinhó não tem ocupação identificada.



Unidade de Convalescença (UC)

As Unidades de Convalescença são, também, uma Unidade de Apoio Integrado, uma resposta de intervenção integrada de cuidados de saúde e apoio social, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

No Concelho de Vila do Conde, existe uma só Unidade de Convalescença, localizada na UF Touguinha e Touguinhó, com capacidade instalada para 23 utentes e, atualmente, lotada.

Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)

A Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) integra o Apoio Domiciliário Integrado, uma resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio.

Existe, no Concelho de Vila do Conde, uma equipa desta tipologia, na freguesia de Vila do Conde, com capacidade instalada para servir 20 utentes e, em 2023, apresentou uma taxa de ocupação de 88%.

7.5. Pessoas com Comportamentos Aditivos e Pessoas em Situação de Sem Abrigo

Neste subcapítulo apresentam-se as respostas sociais do Concelho de Vila do Conde, no que se refere às pessoas com comportamentos aditivos e às pessoas em situação de sem abrigo, encontrando-se a listagem completa de serviços e equipamentos apresentada no Anexo I.

O Concelho de Vila do Conde dispõe de uma Equipa de Rua – o projeto Âncora XXI - que atua de forma partilhada entre Vila do Conde e Póvoa de Varzim, desde 2010. Esta é uma resposta no âmbito do



Plano Operacional de Respostas Integradas, garantida pela ARRIMO e com uma intervenção dedicada à redução de riscos e minimização de danos no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências.

Este projeto tem capacidade anual para servir 150 pessoas, no entanto, em 2023 serviu 163 pessoas, sendo que dessas, 66 eram residentes em Vila do Conde, o que demonstra a necessidade de continuidade e de alargamento desta resposta social.

7.6. Família e Comunidade

Neste subcapítulo apresentam-se as respostas sociais de Vila do Conde que se destinam à Família e Comunidade, encontrando-se a listagem completa de serviços e equipamentos apresentada no Anexo II.

A distribuição territorial dos serviços e equipamentos destinados à Família e Comunidade, em Vila do Conde, apresenta-se na Figura 41.

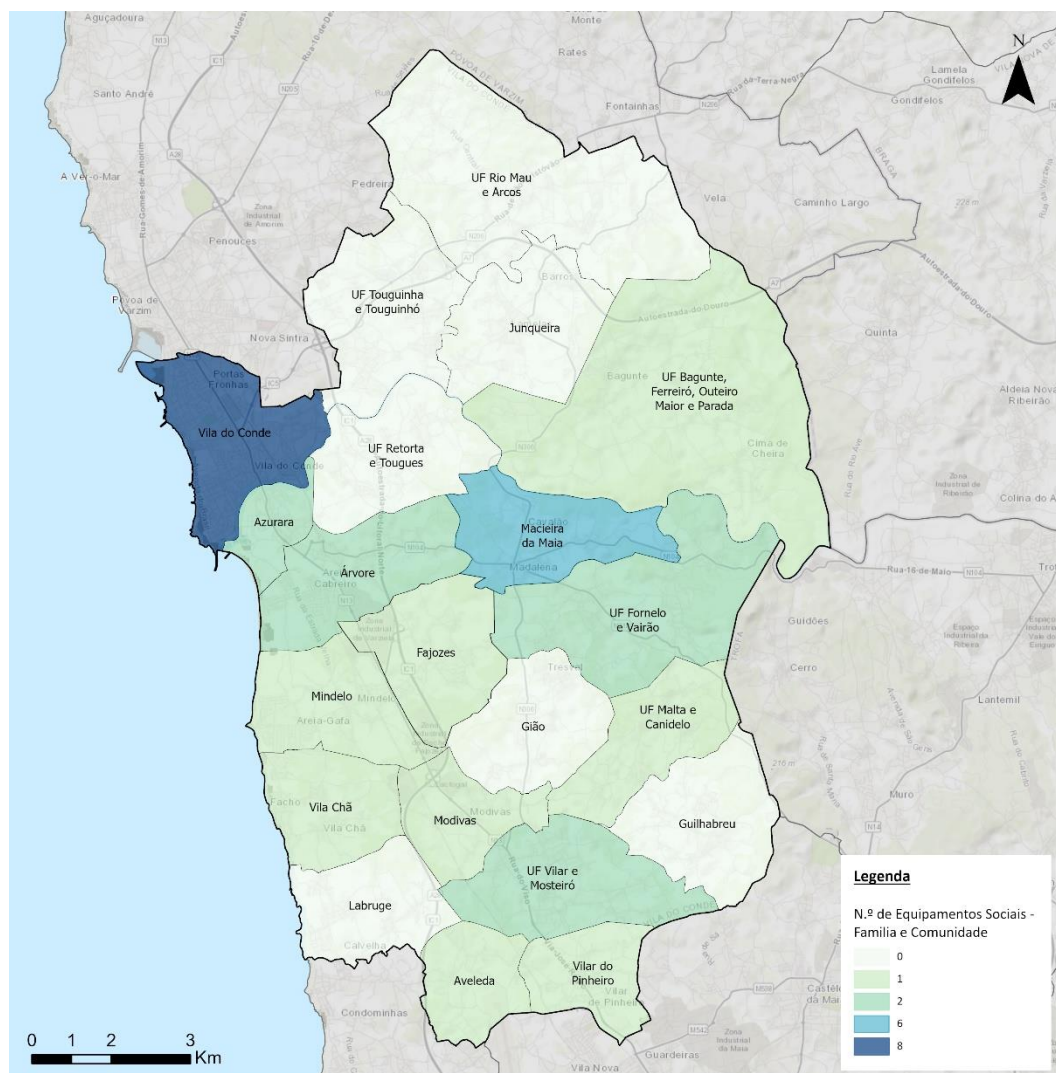


Figura 41. Respostas sociais destinados à Família e Comunidade, no Concelho

(Fonte: Carta Social, GEP)

Para este grupo-alvo evidencia-se, uma vez mais, a freguesia de Vila do Conde com maior número de repostas/serviços para esta população sendo também esta a freguesia com maior número de habitantes. Contudo, a distribuição dos serviços não se encontra diretamente relacionada com o número de habitantes nem com as famílias presentes no território, sendo necessária uma análise mais detalhada relativamente aos serviços providenciados para aferir a sua suficiência.



Ajuda alimentar a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica

O apoio alimentar às famílias carenciadas pretende ser um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social.

Existem, no Concelho de Vila do Conde, 18 serviços prestadores de Ajuda Alimentar a Carenciados, que se distribuem por todas as freguesias do Concelho. Estes serviços são garantidos maioritariamente pelas Conferências Vicentinas, a par da Cantina Social Municipal, e o seu alcance não é totalmente possível de mensurar, no entanto é sabido que se aproxima de 1250 pessoas.

Estes valores podem denotar-se pouco representativos da situação atual, já que este tipo de serviço de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade económica muitas vezes se consubstancia em atuações pontuais e de fornecimento de cabazes alimentares, dificilmente enumeráveis.

Para além da ajuda alimentar, não raras vezes, estes serviços de apoio a pessoas e famílias vulneráveis incluem o apoio material (medicamentos, materiais médicos, roupa, etc.) e domiciliário (com visitas às pessoas assistidas, e acompanhamento e sinalização de situações de risco e mobilização de recursos existentes).

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI)

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI) é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social, incluindo beneficiários/as de RSI, residentes em Vila do Conde.

O SAASI do município de Vila do Conde é constituído por uma equipa multidisciplinar e uma estrutura organizacional que garante o atendimento/acompanhamento social descentralizado nas juntas de freguesia e uniões de freguesia, proporcionando uma resposta eficaz e integrada às necessidades sociais da população. Este Serviço atua em diversas áreas tendo como principais objetivos:

- Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação, em articulação com os competentes serviços e organismos da administração pública;



- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- Prevenir situações de pobreza e de exclusão social;
- Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e potenciando as redes de suporte familiar e social;
- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Na última atualização de dados, o SAASI apresentava 1155 famílias em atendimento/acompanhamento social.

8. CONTRIBUTOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO

No processo de planeamento estratégico, torna-se essencial a integração dos contributos das várias instituições intervenientes no território em questão, através de um processo participativo, sendo ainda mais relevante no contexto da intervenção social. Os vários agentes devem ser integrados nas diferentes fases do processo de planeamento, de forma a acolher a sua opinião e sugestões, recolher informação mais pormenorizada, bem como proporcionar a definição de propostas mais ajustadas às suas necessidades e anseios. O Processo Participativo proporciona, ainda, uma maior articulação entre os vários intervenientes na procura de propostas coletivas, num ambiente de partilha e colaboração, onde a perspetiva e intervenção de todos conta.

Segundo o Guia para a elaboração de PDS (IDS, 2002), o PDS *“é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social”*, sendo, por isso desejável e, sobretudo, necessário o envolvimento mediado dos atores e agentes locais dos quais depende a sua implementação e sucesso, quer no diagnóstico da situação social existente, quer na definição da situação social desejável, quer ainda na *“programação das etapas e estratégias a desenvolver para alcançar essa situação”*.

A metodologia participativa, a sua operacionalização e a definição dos canais e instrumentos para a sua concretização foram concertadas no âmbito de um grupo mais restrito de parceiros, grupo que, tendo em conta a natureza das opções metodológicas em causa no PDS, é composto por representantes políticos e quadros técnicos do município de Vila do Conde e entidades do Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS).

Além deste grupo, foi também definido um grupo de trabalho mais alargado, constituído globalmente pelas entidades que integram o CLAS de Vila do Conde, cuja participação na elaboração deste instrumento é fundamental.

A componente participativa ocorre ao longo de todo o processo de elaboração do PDS de Vila do Conde, nomeadamente com a realização de sessões participativas, inquéritos, sessões de trabalho coletivo e workshops temáticos.



Na primeira fase, Diagnóstico Social, decorreram dois momentos de participação dos atores chave, cuja descrição e resultados são apresentados nos subcapítulos seguintes, nomeadamente: inquérito de diagnóstico ao GTA e sessão participativa com o GTA.

8.1. Inquérito de diagnóstico do Grupo de Trabalho Alargado (GTA)

Entre a 1ª Sessão Participativa (apresentação do Processo Participado e Recolha de Expectativas), a 27 de setembro de 2023, e a 2ª Sessão Participativa (Diagnóstico Social do de Vila do Conde), a 8 de novembro de 2023, foi efetuado um inquérito às várias entidades com intervenção social no (entidades que integram o CLAS e outras com respostas sociais no) (num total de 119 inquiridos), para o qual se obteve um total de 59 respostas, sendo que estas representam uma área de atuação diversificada.

Apresenta-se, adiante, a sumarização dos resultados obtidos, ressaltando que, no Anexo III, se encontram a sintetização dos dados globais das respostas recebidas.

No que se refere aos problemas e necessidades de intervenção no Concelho, de entre as questões colocadas às entidades, foram descritas como principais problemáticas/domínios de intervenção mais relevantes no Concelho a temática da “Habitação Social e apoio ao rendimento”, das “Pessoas Idosas em situação de isolamento” e do “Envelhecimento da população”. Outros dos temas elencados como relevantes na situação social do Concelho foram os “Imigrantes e minorias étnicas”, o “Apoio alimentar para indivíduos / famílias em situação de carência” e a “População em risco de exclusão / pobreza”. Foram, ainda, indicadas como outras problemáticas de relevo no Concelho, como são exemplo as questões relacionadas com o acesso a cuidados de saúde, com os cuidados na infância (creche) ou com o apoio à integração de jovens com deficiência no mercado de trabalho protegido.

No âmbito específico de intervenção das entidades respondentes, demonstrou-se que os domínios de intervenção “Saúde mental”, “Desemprego/Desemprego jovem” e “Habitação social e apoio ao arrendamento” são, também, das problemáticas considerada mais relevantes no Concelho de Vila do Conde.

Relativamente às respostas sociais disponíveis atualmente no Concelho de Vila do Conde, transmitiram as entidades respondentes que as respostas sociais consideradas mais insuficientes no Concelho de



Vila do Conde referem-se às “Pessoas Idosas” (estruturas residenciais, centro de noite, cuidados continuados, acolhimento familiar, entre outros), às “Pessoas com Deficiência” (Lar de Apoio) e às “Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico” (Lar residencial), assim como, às “Crianças e Jovens” (Creche). Foram, ainda, consideradas como insuficientes as respostas para “Vítimas de violência doméstica” e “Pessoas em situação de sem-abrigo”.

Destacam-se, claramente, como principais limitações/dificuldades enfrentadas pelas entidades respondentes na respetiva intervenção social no Concelho as preocupações relacionadas com a falta de respostas sociais para as crianças (Creche) e para a população idosa (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e Centros de Noite). Também com relevo, foi mencionada a necessidade de Estruturas de Atendimento para Vítimas de Violência Doméstica e as questões da Saúde Mental, ainda por explorar no Concelho.

Quando questionadas acerca dos recursos e boas práticas para a intervenção social no Concelho de Vila do Conde, foram diversas as iniciativas e projetos mencionados. Destacando algumas dessas respostas, enumera-se a existência de Equipa Multidisciplinar capacitada para as várias áreas de intervenção e que detete diretamente no terreno quais as necessidades reais da população, o GAPSI - Gabinete de Apoio Psicológico, e diversos projetos com diferentes âmbitos de intervenção social (como seja o Projeto “Ensino para Todos”, o Projeto “SHAMIR”, o Projeto “PARTILHAR”, o projeto “ABEM”, iniciativa “Porta 55”, projeto “Incorpora”, projeto “Cuidar de quem Cuida”, projeto “AVC”, Estatuto de Cuidador Informal e o Projeto “TER + Vida”).

Como recursos existentes no Concelho com potencial para serem mobilizados no âmbito da intervenção social, muitas foram as entidades que disponibilizaram equipamentos, infraestruturas e restantes recursos das próprias para intervenção social organizada e direcionada a diferentes públicos-alvo, o que reflete a vontade de cooperação das várias entidades no esforço conjunto de resolução dos problemas sociais.

Relativamente aos recursos humanos, verifica-se a necessidade de aumento da capacitação dos técnicos, tanto através da formação específica, como na promoção de parcerias e equipas multissetoriais, que se possam apoiar mutuamente. A nível de recursos materiais e financeiros, a escassez de respostas prende-se com a reduzida capacidade económica das instituições.



Finalmente, no que se refere a parcerias, verifica-se a necessidade e ensejo de trabalhar em rede, com a conjugação de esforços e capacidade técnica, material e financeira dos vários intervenientes (incluindo a sociedade geral).

8.2. Sessão participativa com o Grupo de Trabalho Alargado (GTA)

No âmbito do processo participativo, foi realizada, no dia 8 de novembro de 2023, a 2ª Sessão do Processo Participativo do PDS de Vila do Conde, que teve como principal objetivo aprofundar o Diagnóstico Social do Concelho, nomeadamente identificar as causas dos problemas sociais e as limitações das respostas existentes.

A sessão, que contou com 33 participantes, em representação de diversas entidades do CLAS, teve como objetivo a recolha de contributos de todos os participantes para a elaboração do Diagnóstico Social de Vila do Conde.

Apresenta-se, de seguida, a sistematização em tópicos-chave dos contributos recolhidos durante a 2ª Sessão do Processo Participativo, organizados grupos-alvo. No anexo IV, apresentam-se, de forma extensiva, os resultados obtidos nesta sessão, organizados, tanto por grupos humanos especialmente vulneráveis, como por grandes temas.

População sénior

- Risco de isolamento social e solidão
- Fragilidade da construção comunitária, redes de vizinhança e retaguarda familiar
- Desestruturação familiar e ausência de atividades sociais nos fins de semana, com impactos negativos na saúde mental
- Manifestações de demência assim como depressão e outros problemas de saúde mental agravados pelo isolamento
- Falta de acessibilidade e qualificação dos espaços públicos, contribuindo para o isolamento pela insegurança e riscos de quedas gerados
- Incremento do isolamento social nas áreas urbanas e na sede do Concelho



- Existência de respostas genéricas e não adaptadas ao novo paradigma do envelhecimento, que não atendem à singularidade de cada caso
- Falta de respostas não institucionalizantes - predominância ERPIs sem alternativas para as necessidades fora de ambiente institucional
- Ausência de Centros de Dia, falta de vagas adequadas para as necessidades específicas
- Ausência de instituições especializadas para condições específicas tais como demência
- Falta de apoio a questões sociais e de saúde mental, ainda que o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) cubra as necessidades básicas
- Falta de iniciativas e programas para o envelhecimento ativo

Pessoas com deficiência ou incapacidade

- Falta de apoio a pessoas com Alzheimer e outras doenças
- Ausência de serviços e médicos/as especializados/as em centros e lares
- Elevado grau de dependência das pessoas com deficiência
- Falta de apoio às famílias, escassez de respostas residenciais e falta de suporte nas escolas e nos tempos não letivos para crianças e jovens com necessidades especiais
- Ausência de soluções após os 18 anos
- Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho devido a limitações legais para contratação por entidades públicas e tecido empresarial pouco sensibilizado para o tema
- Inexistência de Centros de Atividades de Capacitação para a Inclusão (CACI) eficientes e falta de lares residenciais após os 18 anos
- Insuficiência das respostas de acolhimento residencial e a sua inadequação para jovens com deficiência intelectual ligeira (perda de autonomia)

Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade

- Insuficiência do número de profissionais de psicologia nas escolas
- Ausência de famílias de acolhimento
- Falta de cuidados a nível de saúde mental para este grupo
- Insuficiência de ações de capacitação parental



- Insuficiência de número de comunidades de inserção para situações de gravidez na adolescência
- Insucesso das respostas tradicionais na prevenção da reincidência na institucionalização de jovens
- Pouca personalização das respostas institucionais e falta de investimento na intervenção diferenciada

Pessoas em situação de sem-abrigo

- Incremento do número de pessoas em situação de sem-abrigo
- Falta de alojamento para minorias
- Existência de problemas de saúde mental, fragilidade emocional e financeira associados a problemas de dependências, desemprego, abandono, etc.
- Exclusão social e falta de estratégias para reintegração social
- Falta de reconhecimento da individualidade de cada pessoa em situação de sem-abrigo
- Insuficiência na garantia da dignidade na alimentação e no alojamento
- Inexistência de trabalho técnico de apoio
- Insuficiência de respostas habitacionais
- Falta de rede social de apoio e carência de oportunidades dadas pela sociedade

Família e comunidade em geral

- Falta de oferta de creches nas freguesias
- Número elevado de famílias em situação económica, financeira e social débil
- Desemprego, salários baixos e dependência das famílias de vários apoios sociais em simultâneo
- Dificuldades financeiras e na conciliação entre apoio familiar e exigências de horários de trabalho
- Falta de respostas sociais para os filhos
- Limitações de mobilidade e transporte
- Inexistência de trabalho em rede e de mapeamento social



Pessoas com comportamentos aditivos e dependências

- Falta de intervenção pública local para a prevenção, tratamento, reinserção e dissuasão de pessoas em situação de toxicodependência
- Limitações no acompanhamento psicológico (adições são temas tabu)
- Falta de clínicas e técnicos/as de proximidade para o diálogo com este grupo

Imigrantes e minorias étnicas

- Condições de vulnerabilidade da população imigrante aquando da chegada ao país
- Falta de integração do número crescente de imigrantes
- Limitações no apoio à integração (barreira linguística, processos de legalização complexos, dificuldades no acesso a habitação e ao mercado local de trabalho, e falta de apoio económico)

Violência doméstica e de género - vítimas e agressores/as

- Proliferação de casos de *bullying* e *cyberbullying* associados a problemas de saúde mental e emocional bem como à exposição às redes sociais e jogos
- Ausência de profissionais na área da psicologia



9. CONCLUSÕES E POTENCIAIS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A síntese integrativa que aqui se apresenta tem em conta os dados estatísticos recolhidos e analisados nos capítulos anteriores e os contributos recolhidos durante os momentos do processo participativo descritos anteriormente.

O Concelho de Vila do Conde, apesar de em 2021 ter apresentado um crescimento e uma densidade populacional com ganhos positivos, relativamente a 2011 continua-se a assistir a uma diminuição da população jovem (-11,71%), da população ativa (-2,59%), e a um aumento das pessoas idosas (+41,33%), nomeadamente da população com mais de 85 anos (77,8%), tendências acompanhadas de um progressivo decréscimo da taxa de natalidade e da taxa de fecundidade.

Com esta evolução demográfica, assistimos a um envelhecimento da população residente, que juntamente com o aumento da longevidade, faz com que se venha a assistir ao aumento do índice de dependência total das pessoas idosas e em consequência a um aumento da utilização de serviços e equipamentos existentes, que perante esta realidade se têm demonstrado cada vez mais, insuficientes e inadaptados às necessidades desta população, tanto no que respeita ao número de vagas ou à sua proximidade, como no que respeita ao aumento de problemas relacionados com a saúde mental. É essencial que, além da criação de mais serviços e/ou equipamentos para as pessoas mais velhas tais como Centros de Dia e Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), se concebam serviços inovadores que visem minimizar o risco acrescido de pobreza, exclusão social e isolamento das pessoas mais velhas.

Os aspetos demográficos relacionam-se com múltiplos domínios, como é o caso da saúde, da habitação, do trabalho e do apoio social, sendo ainda perceptível uma exposição superior à pobreza pelas mulheres, tal como pelas crianças com menos de 18 anos e a população com 65 ou mais anos. Assim, é cada vez mais importante implementar estratégias integradas ao nível municipal, que possam minorar as dificuldades sentidas, nos vários domínios referidos.

No entanto, temos vindo a verificar uma tendência demográfica compensatória, como é o caso da subida do saldo migratório, que tem contribuído para uma ligeira desaceleração do decréscimo demográfico verificado nos últimos anos, contribuindo, assim, para um crescimento efetivo.



No domínio das estruturas familiares, tem-se assistido a um conjunto de alterações que decorrem de mudanças sociais estruturais e que acarretam, por vezes, emergência de fragilidades, para as quais é necessário encontrar soluções. Exemplos das alterações referidas decorrem da diminuição das famílias, com aumento do número de famílias constituídas por apenas dois elementos ou das famílias unipessoais. Nestas últimas tem aumentado o número de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade. Além do mais, têm aumentado as famílias monoparentais, essencialmente famílias de mães com filhas/os e tem-se assistido ao nascimento de filhas/os em mulheres com idades cada vez mais tardias.

O acesso à habitação condigna é essencial para o bem-estar dos/as cidadãos/ãs, sendo, igualmente, um direito fundamental. Dos alojamentos clássicos ocupados como residência individual em Vila do Conde, 13% encontravam-se sobrelotados (uma ou mais divisões em falta), correspondendo a um aumento de 15% deste tipo de carência habitacional, em relação ao período censitário anterior. As carências habitacionais dos residentes, particularmente em torno das questões da habitação acessível e das acessibilidades, vêm agravar as necessidades de grupos especialmente vulneráveis como a população idosa, pessoas em situação de sem abrigo e migrantes.

Apesar do aumento da construção habitacional verificado nas últimas décadas, percebemos que persistem carências significativas nesta matéria, que as políticas seguidas até aqui não têm conseguido resolver, pelo que é necessário repensar, as políticas públicas e locais.

Os desafios que se colocam atualmente à habitação questionam a ação pública enquanto instrumento-chave para a melhoria da qualidade de vida das populações, qualificação, atratividade e promoção da sustentabilidade dos territórios. É necessário procurar soluções e respostas suscetíveis de configurarem uma política de habitação integrada, que responda eficazmente às pessoas e ao ordenamento do território.

Apesar do modelo de política de habitação, ao nível nacional, se ter orientado para a necessidade de disponibilizar uma oferta pública de habitação para os grupos mais vulneráveis e carenciados, esta não responde à restante população, que, apesar de terem rendimentos mais elevados, não conseguem aceder a uma habitação adequada a um custo acessível e que não implique uma sobrecarga excessiva no orçamento familiar. É essencial apostar na reabilitação urbana e na melhoria das condições de acessibilidade, na mobilidade de grupos mais fragilizados, na reconfiguração da política habitacional, promovendo o acesso a habitação mais acessível.



Como resultado da sessão participada do grupo alargado emergiu a preocupação das entidades da rede social, com o isolamento das pessoas idosas, a desestruturação familiar, a desertificação em algumas freguesias/UF de Vila do Conde, nomeadamente nas mais rurais, a falta de respostas inovadoras e de proximidade para a população envelhecida e adaptados às novas necessidades, os problemas de saúde mental, de demência e ainda a falta de iniciativas promotoras de um envelhecimento ativo. A destacar, ainda, a precaridade económica / pobreza e exclusão social a que estão sujeitos os tipos de famílias aqui descritos.

No que concerne à área de emprego/desemprego, as questões associadas assumem um lugar nuclear na definição de estratégias de inserção e coesão social, pois, nas sociedades contemporâneas, o exercício de uma atividade profissional é um dos fatores de integração social. Sendo, pois, o emprego indissociável do rendimento que, por sua vez, está associado ao acesso a recursos de vida, independência e qualidade de vida, ou, na sua ausência, a incremento do risco de pobreza e exclusão social. É importante referir que, em Vila do Conde, à semelhança do que acontece no país os ganhos salariais das famílias não têm acompanhado o custo de vida, tornando-as cada vez mais privadas, a nível material e social.

Refletindo sobre os rendimentos da população empregada, verificava-se (dados de 2019) que no ganho médio mensal, era notório uma disparidade entre sexos, sendo que o masculino apresentava o ganho médio mensal mais elevado. No entanto, esta é uma realidade que tem vindo a ser trabalhada, apresentando melhorias, ao longo dos anos, nomeadamente no crescimento observado, entre 2013 e 2019, no ganho médio das mulheres (22,43%). Contudo, muito ainda há para fazer, visto que, o valor é inferior ao dos homens em média, em mais de 230 euros.

Dissecando sobre a população desempregada, verificou-se uma quebra acentuada, com a subida da taxa de emprego de 2011 para 2021. Importa, também, referir que Vila do Conde tinha uma população inativa de maior entre as mulheres, destacando-se em maior percentagem, a população entre os 45 anos e os 64 anos, em situação de desemprego de longa duração. Esta situação é preocupante, pois metade da população em idade ativa estava e poder-se-á manter em situação de desemprego prolongado, acarretando um maior risco de pobreza, exclusão social e até problemas de saúde.

De todo o quadro socioeconómico exposto, verificamos que no final do ano de 2023, 2,2% (em acompanhamento pelo SAASI) da população residente encontrava-se a ser apoiada por políticas sociais, tais como RSI, POAPMC, PEA, Projeto PARTILHAR e outras, por se encontrarem abaixo do limiar



da pobreza ou em risco de pobreza. Ressalta a necessidade de se implementar estratégias que consigam atenuar as consequências associadas ao desemprego, aos baixos rendimentos ou ausência deles e aos empregos precários. É essencial acautelar que, dentro desta percentagem, não se encontram os pensionistas por invalidez e velhice.

Esta realidade deve ser analisada no sentido de se encontrarem respostas nas políticas de emprego e formação profissional. Deverá, contudo, existir um reforço na escolarização da população e na capacitação e promoção de competências pessoais das pessoas em situação de vulnerabilidade social. É ainda importante o reforço das medidas ativas de emprego já integrantes da estratégia nacional, tanto para a população mais vulnerável como para a população ativa.

Vila do Conde apresenta um forte dinamismo económico com o incremento da atividade empresarial. A análise por sexo demonstra a quase paridade no crescimento do emprego, confirmando a importância da força de trabalho feminina e o necessário reflexo desta situação na necessidade de alargamento dos equipamentos e serviços para a infância e juventude.

No entanto, podemos concluir que, embora a força de trabalho da população ativa tenha crescido significativamente, o seu crescimento é inferior em termos relativos ao crescimento da população mais velha.

No que se refere aos dados na área da educação e formação, as taxas de retenção e desistência, apesar de terem diminuído ao longo dos últimos anos em todos os ciclos de estudo, ainda se verificavam números muito significativos no ensino secundário, relativamente aos outros ciclos de estudos. No entanto, estes são valores cada vez mais baixos, o que reflete o esforço das escolas na promoção do sucesso escolar.

Ao analisarmos os indicadores disponíveis na área da saúde, verificamos uma situação globalmente positiva, com exceção dos resultados quinquenais da taxa de mortalidade infantil no período de 2017/2021, a par do aumento da taxa bruta de mortalidade, que, em 2021, subiu 1,7%, em relação a 2011.

Dentro das questões relacionadas com a saúde, importa dar relevância às pessoas com deficiência e incapacidade, e às pessoas idosas, que se encontram com diversos problemas (problemas de saúde crónicos, saúde mental, falta de respostas domiciliárias adaptadas às necessidades) e com dificuldade para os colmatar. No que se refere às pessoas com dependência, constatamos, pelos dados



apresentados neste diagnóstico, que existe um elevado número de pessoas com pelo menos uma incapacidade (ver, ouvir, andar e subir escadas, memória e concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, compreender os outros ou fazer-se compreender). A incapacidade mais relevante é a dificuldade em andar e subir escadas, seguido de problemas relativos à memória e concentração.

Ainda neste domínio, como resultado do processo participativo, visto não existirem dados estatísticos para um melhor conhecimento, foram salientados problemas como a falta de apoio a pessoas com demência e outras doenças; a ausência de serviços e médicos especializados em Centros de Dia e ERPI; respostas adaptadas a pessoas com deficiência com elevado grau de dependência; a falta de apoio às famílias e a escassez de respostas residenciais para apoio aos cuidadores; a falta de suporte nas escolas e nos tempos não letivos para crianças e jovens com necessidades especiais; a ausência de soluções para as pessoas com deficiência e incapacidade, após os 18 anos; a inexistência de Centros de Atividades de Capacitação para a Inclusão (CACI) e a falta de Lares Residenciais após os 18 anos e de respostas de Acolhimento Residencial inadequadas para jovens com deficiência mental ligeira (perda de autonomia).

Neste contexto, é importante lembrar a forma como estas situações se refletem na realidade específica dos grupos mais vulneráveis e que, por razões diversas, tendem a sofrer dificuldades múltiplas. Torna-se pertinente a aposta em serviços de saúde continuados e de proximidade, principalmente para a população mais vulnerável.

Em relação ao crime de Violência Doméstica, entre 2011 e 2021 diminuiu ligeiramente, aumentando em 2022. Face aos dados apresentados, a aposta na capacitação, formação e sensibilização da população é essencial para a tomada de consciência do problema. É necessário que a prevenção inicie ainda em idades precoces, promovendo a igualdade de género, cidadania e não discriminação. Outro grande pilar preconizado nesta área deverá incidir no reforço dos serviços de apoio às vítimas, visto que em Vila do Conde as respostas são deficitárias (existe atendimento especializado uma manhã por semana e não existem respostas de emergência). A este nível é importante considerar, de acordo com os problemas elencados na sessão participativa, a necessidade de uma maior aposta na prevenção do *bullying* e *cyberbullying* e na contratação de técnicos na área da psicologia, nomeadamente para as escolas. Foi ainda mencionada a aposta em ações de capacitação parental, intervenções diferenciadas e mais adaptadas às novas realidades, nomeadamente na prevenção e apoio da gravidez na adolescência.



As Pessoas em Situação de Sem Abrigo são uma realidade com alguma expressão no Concelho de Vila do Conde e em crescimento. Este é um problema multidimensional, como verificamos na caracterização apresentada, com origem em problemas económicos, em conflitos familiares, no abuso de substâncias, em problemas de saúde mental, entre outros. Tendo em conta a sessão participativa com o grupo de trabalho alargado, é importante trabalhar em medidas integradas e integradoras e não de carácter paliativo, pois só assim será possível minimizar as questões relacionadas com a pobreza e exclusão social. É importante, segundo os dados recolhidos, apostar em respostas sociais que lhes preste serviços com dignidade (como é o caso da alimentação e alojamento) e numa equipa técnica especializada que promova respostas às necessidades sentidas por esta população.

O território municipal é atravessado pelos ritmos e pelas transformações globais, de âmbito económico, mas também político, social e cultural. Este processo traduz-se num agravamento das desigualdades sociais, perante o qual se questiona o lugar do Estado e das instituições sociais no combate à pobreza e exclusão social.

Numa lógica de reforço estratégico das áreas lacunares identificadas ao longo deste documento, consideramos pertinente avançar com um enquadramento por eixos estratégicos de intervenção, enquanto base de sustentação do Plano de Desenvolvimento Social.



ANEXOS



Anexo I. Base de dados de equipamentos de resposta social no Concelho de Vila do Conde

Creche						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
JARDIM DE INFÂNCIA INSTITUTO DE SÃO JOSÉ	INSTITUTO DE SÃO JOSÉ	Fundação	Crianças e Jovens	Vila do Conde	44	44
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA " O SONHO"	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA	Centro Social e Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Junqueira	27	27
JARDIM DE INFÂNCIA CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO ARVORENSE	CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO ARVORENSE	Associação de Solidariedade Social - IPSS	Crianças e Jovens	Árvore	79	77
ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO À TERCEIRA IDADE - AF VILA COVA	ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO À TERCEIRA IDADE - AF VILA COVA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens	Vila do Conde	58	56
CASA DA CRIANÇA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens	Vila do Conde	98	82
CENTRO SOCIAL EM MACIEIRA DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens	Macieira da Maia	92	70
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LABRUGE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LABRUGE	Centro Social e Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Labruge	66	61
INFANTÁRIO D. VICTÓRIA GRAÇA ANDRADE FERREIRA	INFANTÁRIO D. VICTÓRIA GRAÇA ANDRADE FERREIRA - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens	Vila do Conde	40	40
CENTRO SOCIAL DE FAJOZES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens	Fajozes	102	102
JARDIM ESCOLA - MISERICÓRDIA DE AZURARA	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE AZURARA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens	Vila do Conde	66	66
CRECHE - NOSSA SENHORA DO Ó	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA TOUGUINHA	Centro Social Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	UF Touguinha e Touguinhó	41	41
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CAXINAS	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CAXINAS	Centro Social Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Vila do Conde	35	35
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CAXINAS	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CAXINAS	Centro Social e Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Vila do Conde	50	50
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL MINDELO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL MINDELO	Centro Social Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Mindelo	87	87



Creche						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
JARDIM DAS CORES	JARDIM DAS CORES - INFANTÁRIO, JARDIM DE INFÂNCIA, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Crianças e Jovens	Vila do Conde	22	22
QUINTA DA GRANJA	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	Institutos de Organizações Religiosas	Crianças e Jovens	Azurara	42	42
PEQUENO FORTE	PEQUENO FORTE UNIPESSOAL, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Crianças e Jovens	Vila do Conde	40	40

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Estabelecimento de Educação Pré-escolar						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
JARDIM DE INFÂNCIA INSTITUTO DE SÃO JOSÉ	INSTITUTO DE SÃO JOSÉ	Fundação	Crianças e Jovens	Vila do Conde	125	125
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA " O SONHO "	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA	Centro Social e Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Junqueira	25	25
ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO À TERCEIRA IDADE - AF VILA COVA	ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO À TERCEIRA IDADE - AF VILA COVA	Associação de Solidariedade Social - IPSS	Crianças e Jovens	Vila do Conde	80	72
CASA DA CRIANÇA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens	Vila do Conde	91	64
CENTRO SOCIAL EM MACIEIRA DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens	Macieira da Maia	75	64
JARDIM DE INFÂNCIA CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO ARVORENSE	CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO ARVORENSE	Associação de Solidariedade Social - IPSS	Crianças e Jovens	Árvore	66	56
INFANTÁRIO D. VICTÓRIA GRAÇA ANDRADE FERREIRA	INFANTÁRIO D. VICTÓRIA GRAÇA ANDRADE FERREIRA - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	Associação de Solidariedade Social - IPSS	Crianças e Jovens	Vila do Conde	64	55
CENTRO SOCIAL DE FAJOZES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia	Crianças e Jovens	Fajozes	88	80
JARDIM ESCOLA – MISERICORDIA DE AZURARA	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE AZURARA	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens	Vila do Conde	75	75



Estabelecimento de Educação Pré-escolar						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CAXINAS	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE CAXINAS	Centro Social Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Vila do Conde	88	88
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL MINDELO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL MINDELO	Centro Social Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Mindelo	71	71
JARDIM DAS CORES	JARDIM DAS CORES - INFANTÁRIO, JARDIM DE INFÂNCIA, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Crianças e Jovens	Vila do Conde	75	75
COLÉGIO DO FORTE	COLÉGIO DO FORTE, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Crianças e Jovens	Vila do Conde	25	20
JARDIM DE INFÂNCIA "JARDIM DOS SONHOS"	JARDIM DOS SONHOS – CRECHE E INFANTARIO	Entidade Privada Lucrativa	Crianças e Jovens	UF Touguinha e Touguinhó	50	50
ESCOLA BÁSICA BENTO DE FREITAS, VILA DO CONDE	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI JOÃO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vila do Conde	75	75
ESCOLA BÁSICA DAS VIOLETAS, VILA DO CONDE	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI JOÃO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vila do Conde	75	65
JARDIM DE INFÂNCIA DA RUA DOS GIRASSÓIS	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI JOÃO	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vila do Conde	175	114
ESCOLA BÁSICA DE LABRUGE	ESCOLAS D. PEDRO IV	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Labruge	75	84
ESCOLA BÁSICA DE MINDELO	ESCOLAS D. PEDRO IV	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Mindelo	75	65
ESCOLA BÁSICA DE FACHO	ESCOLAS D. PEDRO IV	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vila Chã	25	20
ESCOLA BÁSICA DE MOSTEIRÓ	ESCOLAS D. PEDRO IV	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	UF de Vilar e Mosteiró	25	19
ESCOLA BÁSICA DE CARRAPATA	ESCOLAS D. PEDRO IV	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	UF de Vilar e Mosteiró	25	24
ESCOLA BÁSICA DE IGREJA	ESCOLAS D. PEDRO IV	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Modivas	50	20
ESCOLA BÁSICA DE AVELEDA	ESCOLAS D. PEDRO IV	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Aveleda	50	42
ESCOLA BÁSICA DE IGREJA	ESCOLAS D. PEDRO IV	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vila Chã	25	13



Estabelecimento de Educação Pré-escolar						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
ESCOLA BÁSICA DE REAL	ESCOLAS D. PEDRO IV	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vilar do Pinheiro	25	20
ESCOLA BÁSICA DE AZURARA	ESCOLAS D. AFONSO SANCHES	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Azurara	50	40
ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE VILA DO CONDE	ESCOLAS D. AFONSO SANCHES	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vila do Conde	75	61
JARDIM DE INFÂNCIA DE REAL	ESCOLAS D. AFONSO SANCHES	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Tougues	100	34
ESCOLA BÁSICA JÚLIO SAÚL DIAS	ESCOLAS D. AFONSO SANCHES	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vila do Conde	75	75
ESCOLA BÁSICA DA AREIA	ESCOLAS D. AFONSO SANCHES	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Árvore	75	64
ESCOLA BÁSICA AGUSTINA BESSA LUÍS	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. CARLOS PINTO FERREIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	UF Bagunte, Ferreiró; Outeiro Maior e Parada	75	53
ESCOLA BÁSICA DE MEDADOS	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. CARLOS PINTO FERREIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	UF Touguinha e Touguinhó	50	43
ESCOLA BÁSICA DE BOUÇÓ	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. CARLOS PINTO FERREIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	UF Rio Mau e Arcos	50	25
ESCOLA BÁSICA DE MONTE	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. CARLOS PINTO FERREIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	UF Touguinha e Touguinhó	25	24
ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE JUNQUEIRA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. CARLOS PINTO FERREIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Junqueira	75	47
ESCOLA BÁSICA DE CASAIS	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. CARLOS PINTO FERREIRA	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	UF Rio Mau e Arcos	25	19
ESCOLA BÁSICA DE CAXINAS	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI JOÃO DE VILA DO CONDE	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vila do Conde	75	65
ESCOLA BÁSICA DE BENGUIADOS	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI JOÃO DE VILA DO CONDE	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Vila do Conde	50	49
ESCOLA BÁSICA DE PADRÃO	ESCOLAS D. PEDRO IV, VILA DO CONDE	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	UF Fornelo e Vairão	50	13
ESCOLA BÁSICA DE VAIRÃO	ESCOLAS D. PEDRO IV, VILA DO CONDE	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	UF Fornelo e Vairão	25	17



Estabelecimento de Educação Pré-escolar						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
ESCOLA BÁSICA DE QUINTA	ESCOLAS D. PEDRO IV, VILA DO CONDE	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Fajozes	25	23
ESCOLA BÁSICA DE MACIEIRA	ESCOLAS D. PEDRO IV, VILA DO CONDE	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Macieira da Maia	25	9
ESCOLA BÁSICA DE GIÃO DE CIMA	ESCOLAS D. PEDRO IV, VILA DO CONDE	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Gião	25	25
JARDIM DE INFÂNCIA DE SÃO LÁZARO	ESCOLAS D. PEDRO IV, VILA DO CONDE	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Guilhabreu	50	25
ESCOLA BÁSICA DE IGREJA	ESCOLAS D. PEDRO IV, VILA DO CONDE	Instituição Dependente de Outro Ministério	Crianças e Jovens	Malta	50	50

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
JARDIM DE INFÂNCIA INSTITUTO DE SÃO JOSÉ	JARDIM DE INFÂNCIA INSTITUTO DE SÃO JOSÉ	Fundação	Crianças e Jovens	Vila do Conde	180	180
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA "O SONHO"	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA	Centro Social e Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Junqueira	40	26
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À TERCEIRA IDADE - A.F. VILA COVA	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À TERCEIRA IDADE - A.F. VILA COVA	Associação de Solidariedade Social	Crianças e Jovens	Vila do Conde	50	50
CASA DA CRIANÇA	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens	Vila do Conde	110	60
CENTRO SOCIAL EM MACIEIRA DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia SCM	Crianças e Jovens	Macieira da Maia	60	55
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LABRUGE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LABRUGE	Centro Social e Paroquial - IPSS	Crianças e Jovens	Labruge	30	30

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).



Casa de Acolhimento						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
CENTRO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM RISCO DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Vila do Conde	20	15
CENTRO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM RISCO DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Vila do Conde	20	8
CENTRO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM RISCO DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Vila do Conde	23	22

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	Vila do Conde	34	34

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Equipa de Intervenção Precoce na Infância						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
EQUIPA DE INTERVENÇÃO PRECOCE (PÓVOA DE VARZIM / VILA DO CONDE)	INTERVENÇÃO PRECOCE PÓVOA DE VARZIM / VILA DO CONDE	-	Crianças e Jovens em Situação de Perigo	()	265	265

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).



Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA TOUGUINHA	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA TOUGUINHA	Centro Social Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	UF Touguinha e Touguinhó	45	45
LAR DE TERCEIRA IDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	Vila do Conde	108	104
LAR DE TERCEIRA IDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	Vila do Conde	65	53
VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO – LAR DE SANTO ANTÓNIO	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas Idosas	Vila do Conde	31	31
ERPI SÃO FRANCISCO	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas Idosas	Vila do Conde	60	60
ERPI CENTRO SOCIAL DE FAJOZES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	Fajozes	43	43
LAR S. DOMINGOS	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas Idosas	Vila do Conde	28	28
LAR ARMINDA DE REAL	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA	Centro Social e Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	Junqueira	10	10
LAR TERCEIRA IDADE O PINHAL	LAR TERCEIRA IDADE O PINHAL, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	Labruge	54	54
LAR TRAVESSAS DOS SANTOS, LDA (CASA DA AVÓ)	LAR TRAVESSAS DOS SANTOS, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	Junqueira	17	17
RESIDÊNCIA CONFORTO SÉNIOR	JANGADA DE MEMÓRIAS, LDA	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	UF Retorta e Tougues	16	16

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).



Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA "O SONHO"	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA	Centro Social e Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	Junqueira	30	28
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À TERCEIRA IDADE - A.F. VILA COVA	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À TERCEIRA IDADE - A.F. VILA COVA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	Vila do Conde	40	38
CENTRO SOCIAL EM MACIEIRA DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	Macieira da Maia	20	17
LAR DE TERCEIRA IDADE DE SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	Vila do Conde	75	60
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LABRUGE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LABRUGE	Centro Social e Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	Labruge	30	29
CENTRO SOCIAL DE FAJOZES	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	Fajozes	50	35
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO	Centro Social Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	Mindelo	40	30
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE MOSTEIRÓ	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE MOSTEIRÓ	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	UF Vilar e Mosteiró	30	28
SANCRIS – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL SANTA CRISTINA DE MALTA	SANCRIS – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL SANTA CRISTINA DE MALTA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	UF Malta e Canidelo	30	30
VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO - EMPREENDIMENTO SOCIAL EM AZURARA	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas Idosas	Azurara	40	14
BEM-TE-QUER – CUIDADOS EM DOMICÍLIO	BEM-TE-QUER – CUIDADOS EM DOMICÍLIO	Cooperativa de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	Vila do Conde	39	39
ELOS DE TERNURA - APOIO DOMICILIÁRIO E PRODUTOS DE APOIO	ELOS DE TERNURA - APOIO DOMICILIÁRIO, LDA.	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas Idosas	Vila do Conde	30	30
CENTRO PRAIA DA ÁRVORE	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL - ISS, IP CENTRO PRAIA DA ÁRVORE - CCD TSRSS DO PORTO	Instituto da Segurança Social	Pessoas Idosas	Árvore	25	13

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).



Centro de Dia (CD)						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À TERCEIRA IDADE - A.F. VILA COVA	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À TERCEIRA IDADE - A.F. VILA COVA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	Vila do Conde	30	30
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LABRUGE	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE LABRUGE	Centro Social e Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	Labruge	40	38
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA "O SONHO"	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA JUNQUEIRA	Centro Social e Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	Junqueira	30	30
CENTRO SOCIAL DE FAJOS	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia	Pessoas Idosas	Fajozes	40	35
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO	Centro Social e Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	Mindeló	40	32
SANCRIS – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL SANTA CRISTINA DE MALTA	SANCRIS – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL SANTA CRISTINA DE MALTA	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	UF Malta e Canidelo	30	30
VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO - EMPREENDIMENTO SOCIAL EM AZURARA	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	Institutos de Organizações Religiosas	Pessoas Idosas	Azurara	24	24
LAR DA TERCEIRA IDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Idosas	Vila do Conde	50	41
TERRAMAR – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE VILA CHÃ	TERRAMAR – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE VILA CHÃ	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	Vila Chã	14	12

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Centro de Convívio						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE MOSTEIRÓ	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE MOSTEIRÓ	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	UF Vilar e Mosteiró	15	15
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE GUILHABREU	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE GUILHABREU	Centro Social e Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	Guilhabreu	30	20



Centro de Convívio						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE MOSTEIRÓ	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE MOSTEIRÓ	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Idosas	UF Vilar e Mosteiró	15	15
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE GUILHABREU	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE GUILHABREU	Centro Social e Paroquial - IPSS	Pessoas Idosas	Guilhabreu	30	20

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Lar Residencial						
Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
CENTRO PRAIA DA ÁRVORE - CCD TSRSS DO PORTO	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL - ISS, IP CENTRO PRAIA DA ÁRVORE - CCD TSRSS DO PORTO	Instituto da Segurança Social	Pessoas Adultas com Deficiência	Árvore	24	19
CENTRO DE APOIO E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Adultas com Deficiência	UF Touguinha e Touguinhó	75	75
CENTRO DE APOIO E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Adultas com Deficiência	UF Touguinha e Touguinhó	22	22
CENTRO DE REABILITAÇÃO PROF. DR. JORGE AZEVEDO MAIA - LAR RESIDENCIAL	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Adultas com Deficiência	Fajozes	24	23
PÓLO DE AZURARA DE INTEGRAÇÃO E REABILITAÇÃO DO MADI DE VILA DO CONDE	MOVIMENTO DE APOIO AO DIMINUÍDO DE INTELLECTUAL (MADI) DE VILA DO CONDE	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	Azurara	14	14
PÓLO DE FERREIRÓ DE INTEGRAÇÃO E REABILITAÇÃO DO MADI DE VILA DO CONDE	MOVIMENTO DE APOIO AO DIMINUÍDO DE INTELLECTUAL (MADI) DE VILA DO CONDE	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	24	22

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

**Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)**

Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
CENTRO DE APOIO E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Adultas com Deficiência	UF Touguinha e Touguinhó	120	115
CENTRO DE REABILITAÇÃO PROF. DR. JORGE AZEVEDO MAIA - CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Adultas com Deficiência	Fajozes	30	29
PÓLO DE FERREIRÓ DE INTEGRAÇÃO E REABILITAÇÃO DO MADI DE VILA DO CONDE	MOVIMENTO DE APOIO AO DIMINUÍDO DE INTELLECTUAL (MADI) DE VILA DO CONDE	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	UF de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada	30	28
PÓLO DE AZURARA DE INTEGRAÇÃO E REABILITAÇÃO DO MADI DE VILA DO CONDE	MOVIMENTO DE APOIO AO DIMINUÍDO DE INTELLECTUAL (MADI) DE VILA DO CONDE	Associação de Solidariedade Social	Pessoas Adultas com Deficiência	Azurara	55	55

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
CENTRO DE APOIO E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA SCMVC	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas Adultas com Deficiência	UF Touguinha e Touguinhó	30	20

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)

Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
HOSPITAIS SENHOR DO BONFIM, S.A	HOSPITAIS SENHOR DO BONFIM, S.A	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas em Situação de Dependência	UF Touguinha e Touguinhó	37	0

**Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)**

Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS DR. JOSÉ CARDOSO DA SILVA-UNIDADE DE MÉDIA DURAÇÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas em Situação de Dependência	Vila do Conde	25	25
HOSPITAIS SENHOR DO BONFIM, S.A	HOSPITAIS SENHOR DO BONFIM, S.A	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas em Situação de Dependência	UF Touguinha e Touguinhó	40	0
UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS DR. JOSÉ CARDOSO DA SILVA-UNIDADE DE LONGA DURAÇÃO	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA DO CONDE	Irmandade da Misericórdia / SCM	Pessoas em Situação de Dependência	Vila do Conde	35	35

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Unidade de Convalescença

Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
HOSPITAIS SENHOR DO BONFIM, S.A	HOSPITAIS SENHOR DO BONFIM, S.A	Entidade Privada Lucrativa	Pessoas em Situação de Dependência	UF Touguinha e Touguinhó	23	23

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).

Equipa de Rua para Pessoas com Comportamentos Aditivos

Designação do equipamento	Entidade proprietária	Natureza Jurídica	Público Alvo	Freguesia	Capacidade Instalada	Utentes
ÂNCORA XXI - EQUIPA DE RUA	ARRIMO	Cooperativa de Solidariedade Social - IPSS	Pessoas com Comportamentos Aditivos	Vila do Conde	150	163

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).



Anexo II. Recursos/Práticas da Rede Social

Designação do Recurso/Prática	Entidade	Público Alvo/Beneficiários	Número de beneficiários abrangidos	Recursos disponibilizados à comunidade	Parceiros envolvidos
Apoio – Cabaz de alimentos	Conferência Vicentina de Macieira	<i>Sem público-alvo</i>	55	Apoio alimentar mensal	Câmara Municipal de Vila do Conde, JF de Macieira, Farmácia Rei, Voluntários, Banco Alimentar contra a Fome e outras associações
Apoio – Artigos Ortopédicos	Conferência Vicentina de Macieira	<i>Sem público-alvo</i>	47	Apoio diário de fornecimento de material ortopédico	Câmara Municipal de Vila do Conde, JF de Macieira, Farmácia Rei, Voluntários, Banco Alimentar contra a Fome e outras associações
Apoio – Médico ao domicílio	Conferência Vicentina de Macieira	<i>Sem público-alvo</i>	6	Acompanhamento mensal de médico ao domicílio	Câmara Municipal de Vila do Conde, JF de Macieira, Farmácia Rei, Voluntários, Banco Alimentar contra a Fome e outras associações
Apoio – Mães com recém-nascidos	Conferência Vicentina de Macieira	<i>Sem público-alvo</i>	1	Acompanhamento diário em situações de carências económicas	Câmara Municipal de Vila do Conde, JF de Macieira, Farmácia Rei, Voluntários, Banco Alimentar contra a Fome e outras associações
Apoio – Mães solteiras	Conferência Vicentina de Macieira	<i>Sem público-alvo</i>	0	Acompanhamento diário em situações de carências económicas	Câmara Municipal de Vila do Conde, JF de Macieira, Farmácia Rei, Voluntários, Banco Alimentar contra a Fome e outras associações
Apoio – Mercado de trabalho	Conferência Vicentina de Macieira	<i>Sem público-alvo</i>	1	Acompanhamento semanal em situações de carências económicas	Câmara Municipal de Vila do Conde, JF de Macieira, Farmácia Rei, Voluntários, Banco Alimentar contra a Fome e outras associações
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Associação de Solidariedade Social de Mosteiró	Família e comunidade	6 (3 famílias)	Apoio pontual de bens alimentares e encaminhamento dos utentes para respostas de apoio permanente	-
Apoio alimentar, material e	Centro Social e Paroquial de Guilhabreu	Família e comunidade	Não mensurável	Distribuição mensal de cabazes de alimentos	Banco Alimentar contra a Fome e entidades privadas



Designação do Recurso/Prática	Entidade	Público Alvo/Beneficiários	Número de beneficiários abrangidos	Recursos disponibilizados à comunidade	Parceiros envolvidos
domiciliário a famílias carenciadas					
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Santa Casa da Misericórdia da Azurara	Família e comunidade	3	Distribuição de cabazes alimentares em casos de situações transitórias de vulnerabilidade	Câmara Municipal de Vila do Conde
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de S. Martinho de Forno	Família e comunidade	14 famílias	Distribuição mensal de cabazes de alimentos	-
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de Vila do Conde	Família e comunidade	36 famílias	Entrega de cabazes a 36 famílias e apoio financeiro (rendas, água, luz e medicação)	-
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de São Mamede de Vila Chã	Família e comunidade	253 (12 agregados familiares)	Apoio a pessoas e famílias em situação de fragilidade social e económica. Apoio mensal com participação na compra de alimentos, visitas domiciliárias, despiste de situações de risco e mobilização de recursos existentes.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Elos de Ternura	Família e comunidade	20-30	Serviço de Apoio Domiciliário e comercialização de produtos de apoio e ajudas técnicas	-
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina Santa Cristina de Malta	Família e comunidade	39	Prestação de assistência a cidadãos em situação de vulnerabilidade. Visitas domiciliárias a famílias em situação de vulnerabilidade e ajuda material.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia e Banco Alimentar
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de Vairão	Família e comunidade	19	Prestação de assistência material e visitas domiciliárias às famílias que recebem assistência, assim como, idosos e doentes.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia e Banco Alimentar
Apoio alimentar, material e	Conferência Vicentina de Santa Marinha de Vila do Pinheiro	Família e comunidade	28	Prestação de assistência material a famílias carenciadas com vulnerabilidade económica e de saúde.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia e Banco Alimentar



Designação do Recurso/Prática	Entidade	Público Alvo/Beneficiários	Número de beneficiários abrangidos	Recursos disponibilizados à comunidade	Parceiros envolvidos
domiciliário a famílias carenciadas					
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina do Divino Salvador de Árvore	Família e comunidade	18	Prestação de assistência material a famílias carenciadas com vulnerabilidade económica e de saúde.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de São Roque de Modivas	Família e comunidade	33	Prestação de assistência material a famílias carenciadas com vulnerabilidade económica e de saúde.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de Santa Eulália de Aveleda	Família e comunidade	21	Prestação de assistência material a famílias carenciadas com vulnerabilidade económica e de saúde.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia e Banco Alimentar
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de São João Evangelista de Mindelo	Família e comunidade	12 famílias	Prestação de assistência material a famílias carenciadas com vulnerabilidade económica e de saúde.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de Senhora do Ó Vilar	Família e comunidade	30	Prestação de assistência material a famílias carenciadas com vulnerabilidade económica e de saúde.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de São Pedro de Fajozes	Família e comunidade	10	Prestação de assistência material a famílias carenciadas com vulnerabilidade económica e de saúde.	Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Paróquia
Apoio alimentar, material e domiciliário a famílias carenciadas	Conferência Vicentina de São Vicente de Paulo	Família e comunidade	18	Distribuição de cabazes alimentares, entrega de roupa, móveis e artigos variados, pagamentos vários (medicação, educação, etc.).	Junta de Freguesia
Centro de Atividades	Vila Sénior	Pessoas idosas	40	Atividades diárias com base na Terapia Ocupacional	PSP; Centro hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde e instituições locais



Designação do Recurso/Prática	Entidade	Público Alvo/Beneficiários	Número de beneficiários abrangidos	Recursos disponibilizados à comunidade	Parceiros envolvidos
Centro Praia de Árvore - CCD TSRSS do Porto	Instituto da Segurança Social – ISS, IP	Família e comunidade	20	Equipamento de emergência social para alojamento de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, criado no âmbito de projetos inovadores, com Protocolos de Compromisso assinados com o ISS, IP com financiamento para funcionamento. Equipamento com Protocolo para acolhimento temporário a grupos de Migrantes trabalhadores sazonais, beneficiários e requerentes de Proteção Internacional e proteção temporária.	-
Centro de Alojamento de Emergência Social da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde	Família e comunidade	24	Equipamento de emergência social para alojamento de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, criado no âmbito de projetos inovadores, com Protocolos de Compromisso assinados com o ISS, IP com financiamento para funcionamento. Equipamento com Protocolo para alojamento de emergência e resposta imediata.	-

Assinalam-se a **negrito** os dados remetidos pelas entidades proprietárias do equipamento. Os restantes são dados recolhidos na Carta Social (GEP).



Anexo III. Dados globais das respostas recebidas no âmbito do inquérito de diagnóstico

SECÇÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

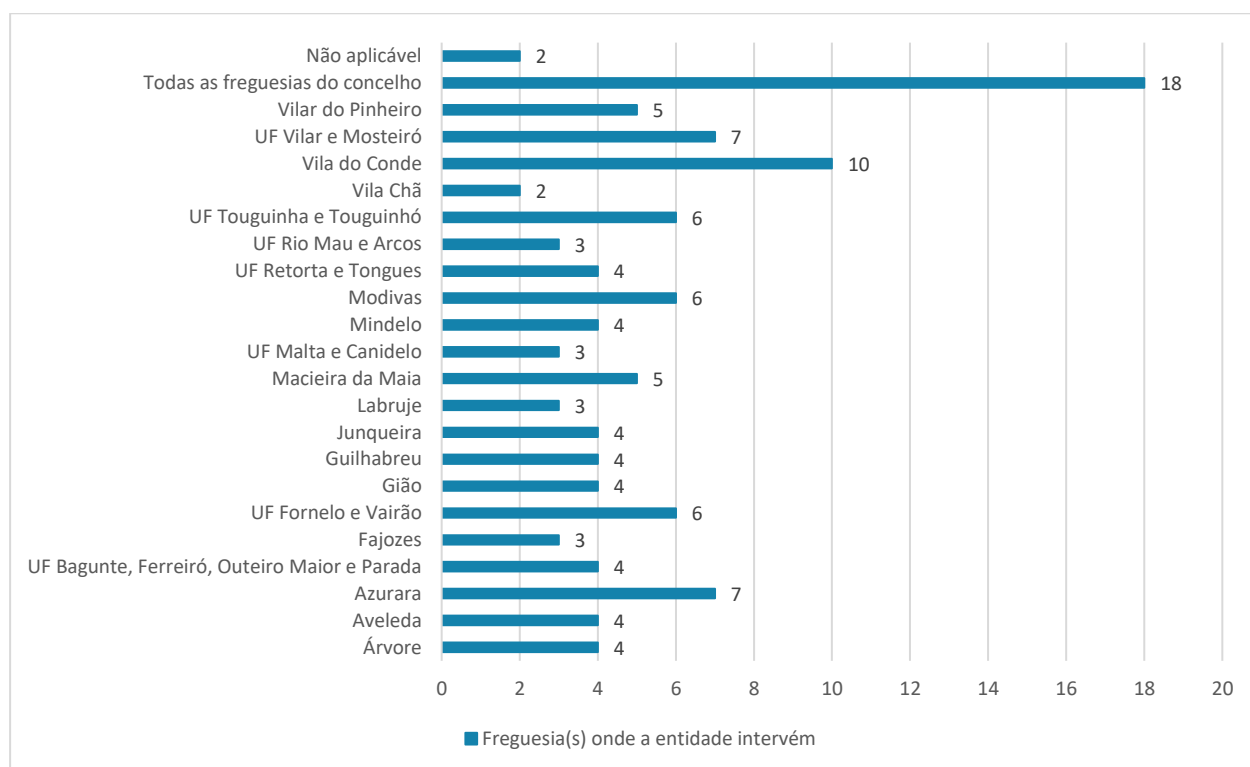
1.1. Freguesias onde a entidade intervém

De acordo com o gráfico seguinte, todas as freguesias atenderam ao questionário, sendo que a maioria das entidades que responderam ao questionário intervêm em todo o Concelho.

Pela análise do Gráfico 53, verifica-se que as freguesias de Vila do Conde, Azurara e UF de Vilar e Mosteiró apresentaram maior número de entidades respondentes, seguido das freguesias de Modivas, UF Touguinha e Touguinhó e UF de Fornelo e Vairão.

Gráfico 48. Freguesias de intervenção das 59 entidades respondentes ao inquérito

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila do Conde 2023



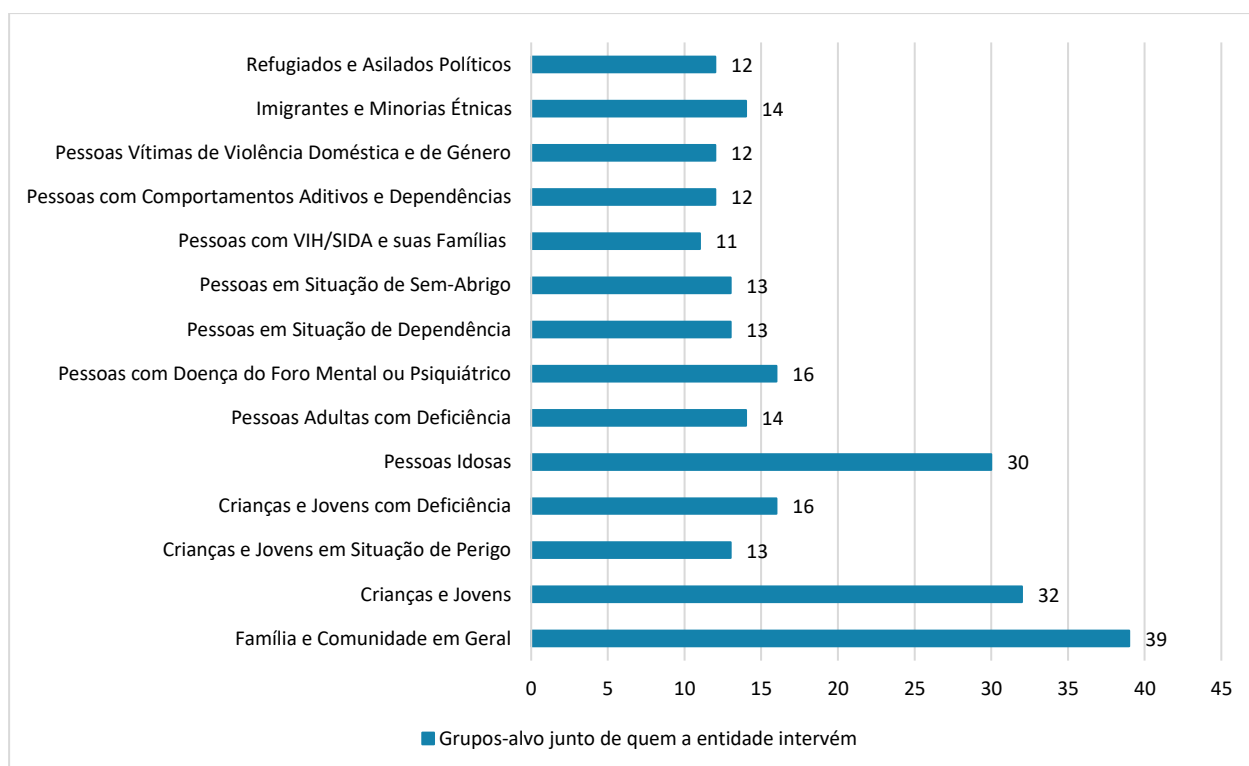


1.2. Grupos-alvo junto de quem a entidade intervém

A maioria das entidades respondentes atuam junto ao público “Família e comunidade em geral” (com 39 respostas), seguido dos públicos “Crianças e Jovens” (32 respostas) e “Pessoas Idosas” (30 respostas). Há, ainda, que referir que a grande maioria dos respondentes atua junto de vários e diversos grupos-alvo, mostrando assim as diferentes valências das entidades com intervenção social no Concelho de Vila do Conde.

Gráfico 49. Públicos atendidos pelas entidades respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila do Conde 2023





SECÇÃO 2 - PROBLEMAS E NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO NO CONCELHO DE VILA DO CONDE

2.1. Qual a relevância destas problemáticas/domínios de intervenção no Concelho de Vila do Conde?

Classifique cada um de 1 (um) a 4 (quatro), sendo 1 - Extremamente relevante; 2 - Muito relevante; 3 - Relevante; 4 - Pouco relevante.

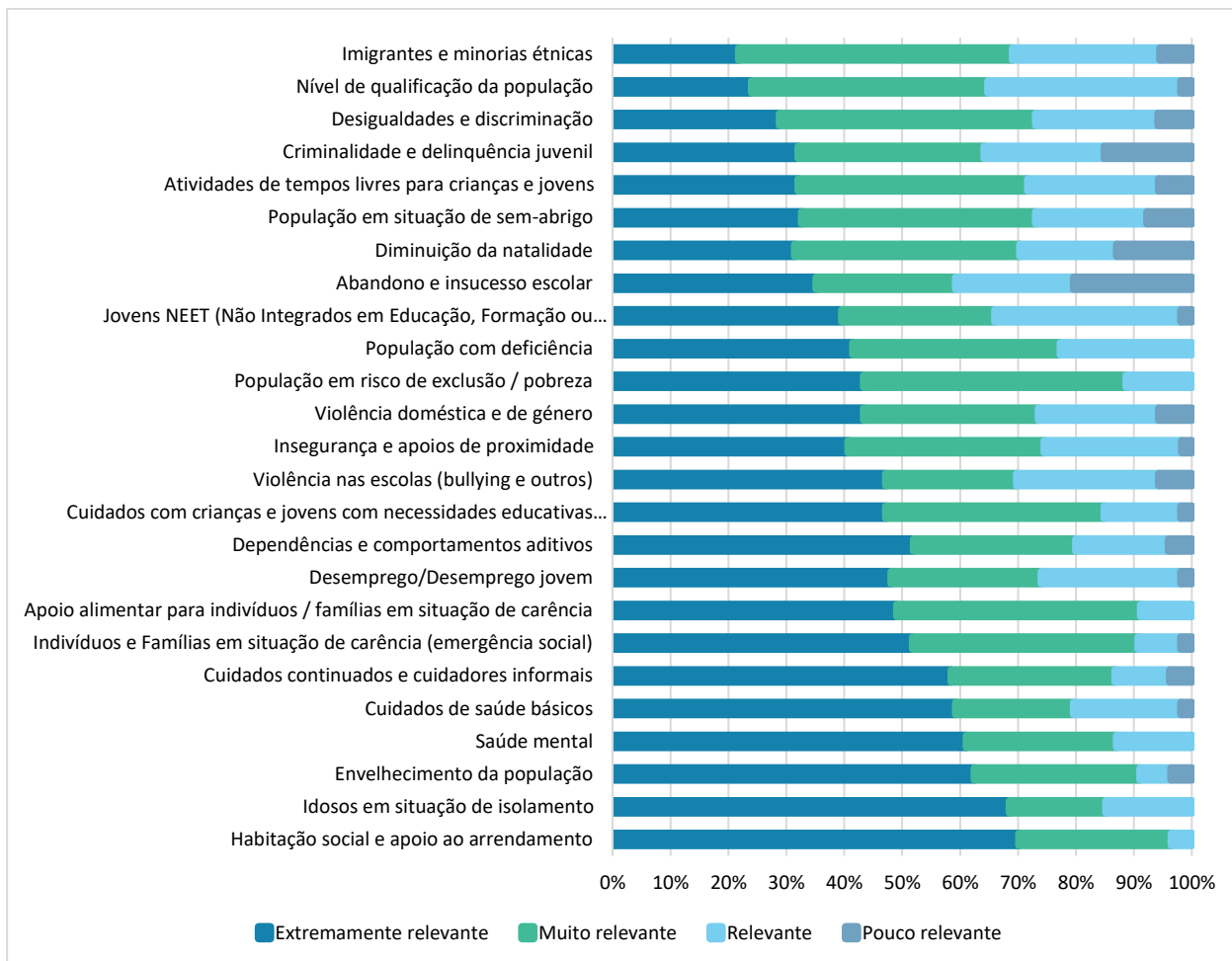
Na questão acima invocada, foi solicitado às entidades a exposição do nível de importância de diferentes problemáticas/domínios de intervenção indicados, usando um código numérico. O tratamento das respostas, apresentado no Gráfico 19, mostra que:

- Os domínios/problemáticas mais vezes classificados como “Extremamente relevante” foram: “Habitação Social e apoio ao rendimento” (40 respostas), “Idosos em situação de isolamento” (37 respostas) e “Envelhecimento da população” (35 respostas);
- Os domínios/problemáticas mais vezes classificados como “Muito relevante” foram: “Imigrantes e minorias étnicas” (26 respostas), “Apoio alimentar para indivíduos / famílias em situação de carência” (24 respostas) e “População em risco de exclusão / pobreza” (24 respostas);
- Os domínios/problemáticas mais vezes classificados como “Relevante” foram: “Nível de qualificação da população” (18 respostas) e “Jovens NEET (Não Integrados em Educação, Formação ou Emprego)” (17 respostas);
- Os domínios/problemáticas mais vezes classificados como “Pouco relevante” foram: “Abandono e insucesso escolar” (11 respostas), “Criminalidade e delinquência juvenil” (8 respostas) e “Diminuição da natalidade” (7 respostas).



Gráfico 50. Representatividade dos domínios de intervenção/problemática social predominante no território onde atuam as instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila do Conde 2023



2.2. Identifica outra problemática que não tenha sido citada? Se sim, por favor, indique-a e classifique-a com: 1 - Extremamente relevante; 2 - Muito relevante; 3 - Relevante; 4 - Pouco relevante.

Na solicitação de indicar outra problemática relevante não mencionada no inquérito, obtiveram-se sete respostas (classificadas como “Extremamente relevante” e “Muito relevante”), as quais se considera que constituem especificidades dos domínios/problemáticas da lista fornecida no inquérito. Estes resultados demonstram uma atenção das entidades aos domínios apresentados no Quadro 3.



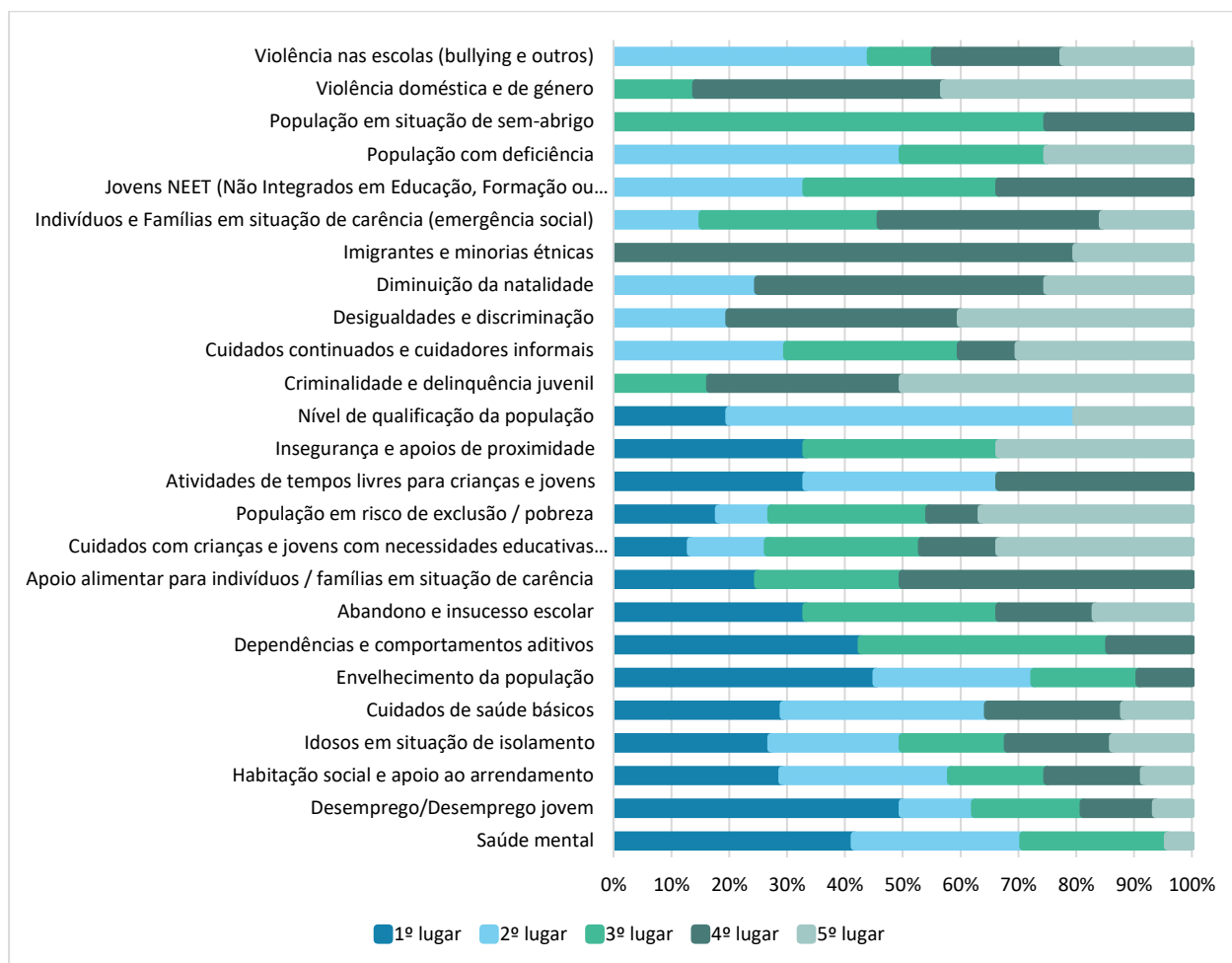
Domínio	Outras problemáticas	Nível de relevância
Saúde	Acesso aos cuidados de saúde	1
Desemprego/ Desemprego jovem	Apoio à integração de jovens com deficiência no mercado de trabalho protegido	2
Habitação social e apoio ao arrendamento	Acompanhamento no tratamento e manutenção do Parque Habitacional do Município	2
Acesso, mobilidade e transportes	Rede de transportes	1
Cuidados para a infância	Inexistência de creches	1
	Parentalidade	2
Envelhecimento da população	Maus-tratos a idosos	1
Sociedade	Civismo	1
	Gravidez na adolescência	1
Minorias étnicas	Melhor acolhimento aos cidadãos de diferentes origens acolher a diversidade cultural e psicossocial	1

Quadro 3. Outras problemáticas referidas pelas instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila do Conde 2023

2.3.No âmbito específico de intervenção da entidade que representa, quais considera as 5 (cinco) principais problemáticas/domínios de intervenção que identifica da lista anterior?

O gráfico seguinte mostra, por ordem decrescente, os domínios de intervenção e problemáticas sociais considerados como mais relevantes pelas entidades do Concelho de Vila do Conde. O domínio “Saúde mental” surge como o mais relevante (com 10 referências), seguido do domínio “Desemprego/Desemprego jovem” (8 referências). “Habitação social e apoio ao arrendamento” foi apontado como o terceiro domínio mais relevante com 7 referências. O gráfico abaixo aponta também os cinco domínios de intervenção/problemáticas sociais mais relevantes, em ordem decrescente, considerados pelas entidades que responderam ao inquérito.

**Gráfico 51. Domínios mais relevantes por hierarquia decrescente referidos pelas instituições respondentes****Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila do Conde 2023**

SECÇÃO 3 - RESPOSTAS SOCIAIS NO CONCELHO DE VILA DO CONDE

3.1. As respostas sociais existentes no concelho de Vila do Conde correspondem às necessidades da população? Classifique de 1 (um) a 4 (quatro) cada uma das respostas sociais quanto ao nível de suficiência, sendo NR - Não sabe/não responde; 1 - Muito insuficiente; 2 - Insuficiente; 3 - Suficiente; 4 - Muito suficiente.

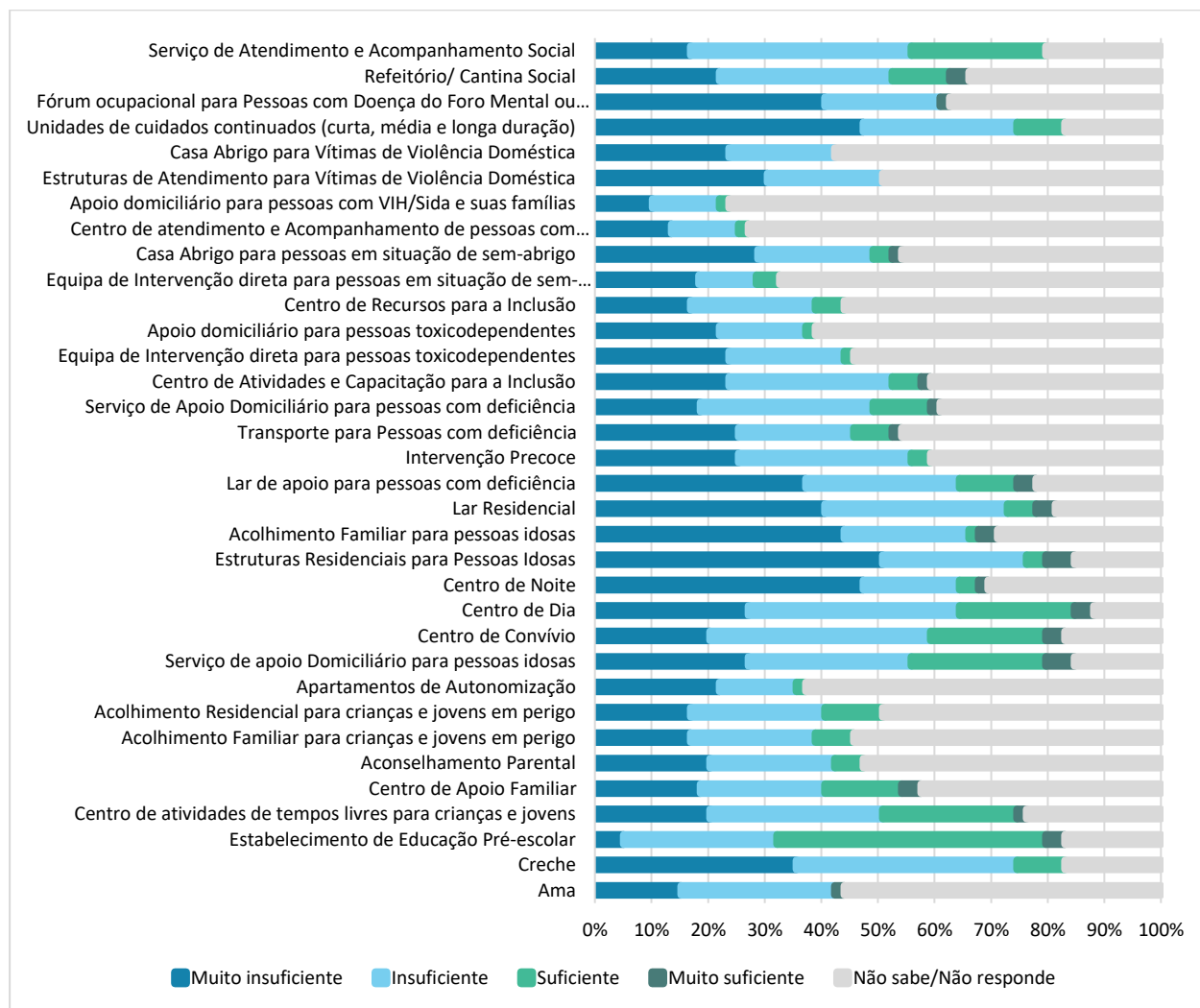
No gráfico abaixo, apresenta-se a síntese dos resultados à questão acima invocada, verificando-se que as respostas sociais consideradas mais insuficientes no Concelho de Vila do Conde são relativas a: “Pessoas Idosas” (estruturas residenciais, centro de noite, cuidados continuados, acolhimento familiar, entre outros), “Pessoas com Deficiência” (Lar de Apoio) e “Pessoas com Doença do Foro Mental ou



Psiquiátrico” (Lar residencial), assim como, “Crianças e Jovens” (Creche). Foram, ainda, consideradas como insuficientes as respostas para “Vítimas de violência doméstica” e “Pessoas em situação de sem-abrigo”.

Gráfico 52. Representatividade do nível de suficiência das respostas sociais existentes no território onde atuam as instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila do Conde 2023



3.2. Identifica outra resposta social que não tenha sido citada? Se sim, por favor, indique-a e classifique-a com: 1 - Muito insuficiente; 2 - Insuficiente; 3 - Suficiente; 4 - Muito suficiente.

Através de uma leitura e análise das respostas, verifica-se que as respostas referentes a este campo se relacionam maioritariamente, de forma direta ou indireta, com as respostas sociais referidas na questão anterior. Existe um claro domínio das referências relativas à saúde mental, ao apoio a pessoas



idosas em isolamento e cuidados continuados. A maioria das respostas classificou as respostas sociais indicadas como “muito insuficientes”.

3.3.No âmbito específico da entidade que representa, quais considera as 5 (cinco) principais limitações ou dificuldades enfrentadas na respetiva intervenção social no Concelho de Vila do Conde?

O quadro seguinte descreve as respostas das entidades relativas às limitações e dificuldades enfrentadas na intervenção social no Concelho de Vila do Conde.

Principais limitações ou dificuldades referidas	Número de referências
Creche	13
Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas	13
Centro de Noite	9
Estruturas de Atendimento para Vítimas de Violência Doméstica	9
Saúde mental	7
Centro de Dia	6
Lar de apoio para pessoas com deficiência	6
Centro de Atividades para a Inclusão	5
Resposta para adultos com doença mental ou psiquiátrica	5
Unidades de cuidados continuados (curta, média e longa duração)	5
Acolhimento familiar para crianças e jovens em perigo	4
Acolhimento familiar para pessoas idosas	4
Aconselhamento parental	4
Centro de Apoio Familiar	4
Centro de Atividades de Tempos Livres para Crianças e Jovens	4
Habitação	4
Falta de recursos técnicos e financeiros para a resolução dos problemas sociais (recursos humanos e articulação entre diferentes entidades e recursos financeiros)	4
Intervenção precoce	4
Casa Abrigo para pessoas em situação de sem-abrigo	3
Centro de Convívio	3
Equipa de intervenção direta para Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	3
Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência	3
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social	3
Ama	2
Transportes	2
Apoio Alimentar	1

Quadro 4. Principais limitações ou dificuldades referidas pelas instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila do Conde 2023



Como principais limitações, destacam-se claramente as preocupações relacionadas com a falta de respostas sociais para as crianças (Creche) e para a população idosa (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e Centros de Noite). Também com relevo, foi mencionada a necessidade de Estruturas de Atendimento para Vítimas de Violência Doméstica e as questões da Saúde Mental, ainda por explorar no Concelho.

SECÇÃO 4 - RECURSOS E BOAS PRÁTICAS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL NO CONCELHO DE VILA DO CONDE

4.1. Que práticas e iniciativas podem ajudar a responder às necessidades sociais identificadas?

Indique no máximo 5 (cinco) exemplos de boas práticas ou projetos já implementados pela entidade que representa (ou por outras entidades de que tenha conhecimento) que devam ser ponderados no âmbito da elaboração do PDS.

No quadro seguinte, elencam-se as 58 respostas das entidades a esta pergunta, sendo esta questão particularmente relevante para a elaboração do PDS.

Boas práticas e iniciativas sugeridas
1. Espaços de dia para a mulher, tal como há disponibilizados para os homens; apoio psicológico; apoio a famílias carenciadas com diversos itens de primeira necessidade. 2. Não olhar só para dentro da cidade de Vila do Conde, mas sim olhar para as freguesias e também para paróquias que dão uma resposta muitíssimo positiva quando onde o estado falha nas estruturas de 3ª idade. 3. Existência de Equipa Multidisciplinar capacitada para as várias áreas de intervenção e que detete diretamente no terreno quais as necessidades reais da população. 4. Aumento de resposta SAD; Criação de centros de noite; promoção de famílias de acolhimento; residências partilhadas; Respostas de inserção dos Sem Abrigo. 5. Maior número de creches, com mais valências e com mais acesso. Por vezes, existem filas de espera de anos. 6. Dotar o Concelho com mais e melhor acompanhamento a pessoas com carências e deficiências. 7. Preocupação com as pessoas idosas, o isolamento, a solidão. 8. Criação de Lares Residenciais para Pessoas com Deficiência; Implementação de CACI(s); Projeto ValorIn; Constituição de um CRI (Centro de Recursos para a Inclusão); Projeto de Apoio às Famílias, na ocupação de alunos com deficiência nas pausas letivas. 9. Desenvolvimento de ações de sensibilização. 10. Centro de convívio sénior criado em 2017, Conferencia Vicentina, Criamos uma equipa que está a trabalhar na criação de uma IPSS ou Centro Social para futura criação de creche e de centro de dia, Elo é uma associação de jovens com fins sociais e sediada em Bagunte. 11. Projeto Aju_dar; Recolha de tampinhas. 12. Centro de Convívio Sénior; GAPSI - Gabinete de Apoio Psicológico; Projeto «Ensino para Todos». 13. Apoio em Bens Alimentares a famílias carenciadas.

**Boas práticas e iniciativas sugeridas**

14. Apoio em medicação a famílias carenciadas.
15. Projeto SHAMIR, Projeto PARTILHAR, projeto ABEM, Porta 55+ - Viver os dias, Combater a solidão.
16. Chave de afetos; Porta 55+ - Viver os dias, Combater a solidão. +; apoio domiciliário alargado ao fim-de-semana.
17. Apoio Domiciliário e Centro de Convívio prestado por IPSS. Apoio aos Idosos na deslocação ao Centro de saúde, pedicure.
18. O projeto de teleassistência para idosos com baixos recursos económicos.
19. Criação de uma comissão de maus-tratos a idosos.
20. Projeto no âmbito da Habitação Social; Programa de Emergência Alimentar; Projeto Incorpora - apoio ao emprego; Todas as vagas protocoladas nas diversas áreas de intervenção encontram-se ocupadas; A Instituição intervém nas diversas áreas sociais dominantes com maior incidência no Concelho de Vila do Conde.
21. Trabalho mais articulado e em rede, sensibilização e prevenção, promoção da responsabilidade social, momentos de convívio intergeracional.
22. DAP (projeto antigo que continua a ser um exemplo de boas práticas); o processo de planeamento em saúde que inclui um diagnóstico de saúde física, psíquica e social, com identificação e priorização de problemas, determinantes e necessidades em saúde, com elaboração de plano local de saúde (PLS) e tentativa de inclusão da saúde/bem-estar em todas as políticas. O esforço que tem sido feito para diagnóstico e intervenção sobre populações vulneráveis (comunidade cigana e outras).
23. Incentivos, formações, divulgação das boas práticas, equipas multidisciplinares e mais presença no terreno.
24. Projeto Cuidar de quem cuida.
25. Projeto AVC.
26. Projeto cuidador informal.
27. Núcleo de Apoio a crianças e jovens em risco.
28. Equipa de Prevenção e violência no adulto.
29. Proximidade com as juntas de freguesia. Empenho
30. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado (SAASI); Intervenção social aos sem-abrigo; Projeto Avaliação da literacia para comunidade de etnia Cigana; Projeto Plena_Mente; replicar a casa das rosas.
31. Ações de Sensibilização, Informar, Mediar
32. Criação de centros ocupacionais para jovens e idosos; Rede de transporte gratuito para idosos no Concelho (mini-bus); Ampliação das respostas em creche/lar/centro de dia; Descentralizar as respostas sociais para as freguesias; Capacitação da população.
33. Parcerias entre as identidades de resposta social Ex: SAASI/Conferencias Vicentinas.
34. Reuniões do Município com as escolas e entidades formativas com vista a proporcionar uma cobertura abrangente de respostas escolares e formativas a todos os jovens, em cumprimento de escolaridade obrigatória.
35. Criação de mais centros de atividades lúdicas para as crianças e jovens.
36. Atividades e palestras sobre saúde mental, mais serviços de psicologia no sentido de orientar os alunos e como forma de diminuir o insucesso escolar.
37. Centro de Dia; Atendimento e Acompanhamento Social; Apoio ao Domicílio; Creche; ATL
38. Ajuda alimentar, ajuda domicílio idosos, tentar convívio com jovens, auxílio no desemprego, supervisionar casos de crianças desfavoráveis.
39. O Executivo da Junta da União de Freguesias de Retorta e Tougues, tendo em consideração o compromisso em cuidados de saúde, direcionados em especial para a nossa classe sénior que cada vez mais vive só e sem apoios, tem já implementado o projeto “Cuidados de Proximidade” que engloba cuidados a população sénior e em especial aos cuidadores. O projeto “Cuidados de proximidade”, tem por objetivo apoiar e garantir cuidados personalizados à população da união de freguesias de Retorta e Tougues, com idade igual ou superior a 65 anos e seus cuidadores. Este projeto, desenvolvido em conjunto com as enfermeiras Tânia Peniche da Silva e Zelia Ribeiro, pretende avaliar, diagnosticar e implementar cuidados aos mais variados níveis, como por exemplo, avaliação de tensões e glicemias;

**Boas práticas e iniciativas sugeridas**

- administração de injeções; cuidados a feridas; vigilâncias do estado de saúde; organização de medicação; esclarecimentos de dúvidas sobre saúde; formação dos cuidadores entre outros; quer ao domicílio, quer na sede da Junta de Freguesia.
40. Acompanhamento sistemático de famílias em risco de pobreza e necessidades básicas; Apoio no transporte de crianças para a escola e consequentemente às famílias; implantação do desporto sénior.
 41. NPISA - Existem já 32 NPISA em funcionamento em território nacional, sendo uma resposta indispensável quando no âmbito da problemática das pessoas em situação de sem abrigo.
 42. Consulta Descentralizada no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências - O CRI Porto Ocidental, cujo território de intervenção abrange Vila do Conde, apresenta duas consultas descentralizadas (Trofa e Santo Tirso). São respostas imprescindíveis na abordagem local ao problema da dependência de drogas, álcool, jogo e videojogo, entre outras.
 43. Housing First - Uma resposta para a integração habitacional e social de pessoas em situação de sem abrigo. A CRESCER, o GAT, a AEIPS e a VITAE são as entidades responsáveis por esta resposta em Lisboa, gerindo um total de 340 habitações.
 44. Centro de Convívio Sénior/passeio Sénior/Almoço Natal Sénior e Distribuição de Cabazes Alimentares.
 45. Transporte escolar gratuito às crianças do ensino básico e primário, consultas de pedologia gratuitas para idosos, Promoção de desporto sénior, apoio às conferências vicentinas e consultas de avaliação psicológica a crianças em idade escolar.
 46. Academia de Líderes Ubuntu.
 47. Apoio alimentar, apoio escolar (cheque educação) apoio óculos etc., cartão ABEM.
 48. Apoio domiciliário, centro de convívio no combate ao isolamento, programa de treino cognitivo orientado pela entidade de COGWEB.
 49. Elaboramos o Plano Local de promoção e proteção dos direitos das crianças; Campanhas de sensibilização da comunidade para promoção e proteção dos direitos das crianças.
 50. Apoio escolar; Ocupação dos seniores; Transporte dos seniores com mobilidade reduzida para as ocupações; Apoio à população em geral; Abertura de Creches; Equipas Locais de Intervenção com um maior número de profissionais de modo a responder às necessidades das crianças.
 51. Equipas multidisciplinares para apoio a famílias no âmbito dos cuidados a prestar aos seus dependentes, idosos ou com necessidades especiais. Residências de emergência para resposta ao número de casos que se tem verificado.
 52. Projeto Tais Rurais - promover a fixação de pessoas no território rural de Vila do Conde e criação de emprego em zona rural; Promoção do Empreendedorismo nas Escolas; Ações de networking entre empresas e o terceiro sector - Café para Empreendedores; Ações de capacitação intensivas em áreas-chave para o Desenvolvimento Humano - Bootcamps imersivos com temas como a Missão de Vida, Gestão de Tempo, Gestão Financeira, Comunicação; Concursos de Ideias e de Empreendedorismo.
 53. Coordenação das várias equipas/ Carta social; apoio direto a crianças e jovens com doença mental, com recurso a planos educativos alternativos.
 54. Porta55+ - Viver os dias, Combater a solidão; Centro de Dia para pessoas com demência "Memória de Mim".
 55. Projeto TER + Vida (junto da população sénior, para melhoria na qualidade de vida de seniores acompanhados em ERPI ou Centros de Dia); Intervenção Assistida por Animais junto da população jovem em risco de exclusão social.
 56. Madi Ferreiró, Santa Casa- cantina, Santa Casa- Touguinha, Lar Santa Casa, Cuidados Continuados Santa Casa, Villa Sénior, Universidade Sénior.
 57. Na nossa opinião, achamos que devia haver mais ligação com os movimentos de voluntariado que existem na cidade, para podermos todos colaborar na resolução de tantos problemas que aqui são postos e que nem todos têm o mesmo peso e responsabilidade.
 58. Página ou base de dados com contactos oficiais dos movimentos/entidades de intervenção social do Concelho; Partilha regular dos contactos na Câmara ou Juntas de Freguesia que possam dar apoio ou acesso à utilização de espaços em atividades a ser realizadas no Concelho; Apoio no acesso a meios de transporte para atividades de grupo fora do Concelho.

**Quadro 5. Boas práticas e iniciativas sugeridas pelas instituições respondentes**

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do de Vila do Conde 2023

4.2. Identifique até 5 (cinco) recursos existentes no Concelho de Vila do Conde que possam ser mobilizados no âmbito da intervenção social? (texto de resposta longa)**[Exemplos: equipamentos e infraestruturas; instituições; capacidade técnica; recursos humanos, materiais e financeiros; parcerias; entre outros]**

No quadro seguinte, apresentam-se as respostas mais relevantes sugeridas pelas entidades, tendo estas sido organizadas em equipamentos, infraestruturas e instituições; capacidade técnica e recursos humanos, materiais e financeiros; e parcerias.

Apesar da análise desta questão ser particularmente relevante para a fase seguinte de elaboração do PDS, verificam-se desde já algumas tendências que importa realçar, nomeadamente a identificação de equipamentos, infraestruturas e instituições que poderão ser mobilizados, o que reflete a vontade de cooperação das várias entidades no esforço conjunto de resolução dos problemas sociais.

Relativamente aos recursos humanos, verifica-se a necessidade de aumento da capacitação dos técnicos, tanto através da formação específica, como na promoção de parcerias e equipas multissetoriais, que se possam apoiar mutuamente. A nível de recursos materiais e financeiros, a escassez de respostas prende-se com a reduzida capacidade económica das instituições.

Finalmente, no que se refere a parcerias, verifica-se a necessidade e ensejo de trabalhar em rede, com a conjugação de esforços e capacidade técnica, material e financeira dos vários intervenientes (incluindo a sociedade).

Recursos existentes que podem ser mobilizados**Equipamentos, infraestruturas e instituições**

1. Principalmente, nos recursos e infraestruturas já existentes, dotá-los de uma maior abertura e acessibilidade a todos os cidadãos, ainda que não tenham condições económicas para os mesmos.
2. Santa Casa de Misericórdia de Vila do Conde, Edifícios Municipais devolutos, Terrenos municipais para a construção de habitação social.
3. Loja social, Banco local de voluntariado
4. Vila do Conde tem uma rede de serviços de prestação de cuidados sociais e de saúde, dos sectores público e privado (com fins lucrativos ou IPSS) que, ainda que insuficiente, é superior à existente noutras unidades territoriais e que, com uma boa articulação, pode ser melhorada a sua capacidade interventiva. Talvez seja também possível, com bons projetos dirigidos à educação para valores de cidadania, capacitar a comunidade educativa alargada, nos seus vários graus de ensino (incluindo o

**Recursos existentes que podem ser mobilizados**

- superior) para a intervenção junto à população. Vila do Conde, além da comunidade cigana e de comunidades migrantes de diferentes proveniências, tem a maior comunidade chinesa do país.
5. Centro Social e Paroquial de Labruge; O Tecto; Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde; Casa das Rosas; Conferências Vicentinas
 6. No contexto desta pergunta penso que A Câmara Municipal tem vindo a intensificar e a devolver no recursos para dar respostas a muitas situações, nomeadamente o mais recente, SAASI, vários recursos ao nível de acompanhamento e tratamento de idosos (O Tecto; Santa Casa da Misericórdia etc); as Conferências Vicentinas que dão uma extraordinária ajuda em situações de risco e acompanhamento; As associações de âmbito social espalhadas pelo e não só que dão muitas respostas às necessidades da população, nomeadamente as Associações de âmbito Cultural e recreativo. Acho que poderiam ser mobilizados e pensados mais apoios a famílias consideradas numerosas com mais de 3 filhos, assim como técnicos especializados no acompanhamento escolar no que diz respeito à cidadania e saúde mental. Criação de mais lojas sociais descentralizadas pelas freguesias.
 7. Albergue Vairão podia alugar quartos a quem não tem Habitação.

Capacidade técnica e recursos humanos, materiais e financeiros

1. Utilizar os recursos humanos para nas freguesias do Concelho perceberem os reais problemas das pessoas e as suas carências
2. Gestão e partilha mais eficiente de recursos humanos, técnicos e logísticos. Valorização da ação social.
3. Ação social, Santa Casa da Misericórdia, Conferências Vicentinas, os recursos humanos nem sempre são suficientes, os recursos financeiros são muito insuficientes.
4. Poder-se-ia recorrer às várias entidades/estruturas do Concelho (Câmara Municipal, Segurança Social, Hospital, Centro de Saúde, Junta de Freguesia, PSP, GNR, Escola, entre outros, assim como a comunidade em geral) como forma de se obter um levantamento das dificuldades e necessidades, para que em conjunto fosse possível encontrar as soluções e posteriormente se chegar a uma justiça social mais adequada. O que existe é bastante insuficiente e deixa muitas vezes quer profissionais quer cidadãos, impotentes e sem resposta.
5. Envolver a Autarquia, IEPF, Agrupamentos de Escolas, Empresas e Instituições, rentabilizando os recursos humanos, materiais e financeiros de que dispõem, em torno de projetos e objetivos de responsabilidade social.
6. Equipas multidisciplinares; mapeamento dos recursos existentes no Concelho para evitar a duplicação de apoios ou a duplicação de equipas de intervenção em determinadas freguesias.
7. No âmbito da intervenção social no de Vila do Conde consideramos que os recursos que podem ser mobilizados são: as juntas de freguesia com o objetivo de uma intervenção de maior proximidade; as paróquias criando assim uma maior envolvimento das entidades ligadas à igreja; as forças de segurança reforçando e aumentando as iniciativas de sensibilização para e junto da população mais fragilizada idosos e pessoas com deficiência; criação de parcerias com empresas locais procurando aumentar a responsabilidade social destas e por fim e de extrema importância os centro de saúde com vista a dar um maior apoio às instituições no acesso aos cuidados de saúde, cada vez mais essenciais.
8. Um dos principais (potenciais) recursos de Vila do Conde é a sinergia potenciada entre técnicos, instituições. A possibilidade de junção de recursos humanos, logísticos e know-how é, provavelmente, o maior trunfo na abordagem local a qualquer problemática social.
9. As IPSS os recursos humanos e financeiros desempenham um papel fundamental na resposta social que se pretende.
10. Dar formação às Conferências para poderem apoiar as pessoas em situação carência, apoio vítima etc.
11. No âmbito da ação da DTC Social, e para intervenção nas dimensões acima identificadas, será necessário mobilizar recursos financeiros que suportem a implementação de projetos de Terapia Assistida por Animais junto dos públicos-alvo identificados. A implementação de novas parcerias e sinergias também seria importante para alavancar a intervenção, e fazê-la chegar a um maior número de beneficiários/as.

**Recursos existentes que podem ser mobilizados****Parcerias**

1. Aproveitar as diversas associações (sedes) espalhadas pelo Concelho VC para facilitar o auxílio de vítimas de Violência doméstica e famílias em estado de carência social.
2. Uma parceria com o Município e o Vila Sénior - Centro de Atividades, poderia ser uma mais-valia a nível de capacidade técnica, recursos e conhecimentos, para criação de respostas sociais na área do envelhecimento.
3. Parcerias com: associações APF; rede ex aequo – associação de jovens lgbti e apoiantes; <https://ipdj.gov.pt/>; ANJE; projetos ADEIMA; <https://www.acm.gov.pt/pt/-/cnai-Porto>; ordem dos psicólogos; <https://www.aetice.pt/>
4. Grupos de trabalho entre as instituições para utilização de sinergias.
5. Parcerias com empresas para emprego a ex presidiários.
6. Fazer protocolos com as entidades privados a fim de suprir as carências que existem no serviço público, nomeadamente, ao nível do apoio psicológico e trabalho das competências parentais.
7. Um reforço da interação já existente entre instituições, para melhor resolver os problemas mais agudos da população.

Quadro 6. Recursos existentes no Concelho de Vila do Conde, que podem ser mobilizados, indicados pelas instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila do Conde 2023

SECÇÃO 5 - CONTRIBUTOS ADICIONAIS

No quadro seguinte apresentam-se os contributos adicionais mais relevantes, os quais serão tidos em conta em especial durante o processo de desenvolvimento do PDS, nomeadamente nas etapas de participação pública que se seguirão e em que serão realizados workshops temáticos com as várias entidades.

Contributos adicionais

- Visitas regulares das Equipas multidisciplinares, para apoiarem mais de perto quem todos os dias convive com os cidadãos mais necessitados do Concelho, seria uma mais-valia para todos e uma evolução gigante para Vila do Conde. Estaríamos todos a remar no sentido da evolução humana.
- Sou de opinião que, apesar de existirem diferentes problemáticas sociais no Concelho, e de todas necessitarem de resposta, a problemática ligada aos mais velhos, merece um olhar e uma atuação em particular.
- Apenas sinto que ainda faltam em algumas freguesias, estruturas que possam dar respostas efetivas, nomeadamente, mais centros de dia; habitação social, criação de condições para serviços de proximidade.
- Na resposta à primeira infância, aferir, sob forma de uma plataforma, todos as crianças inscritas nas diferentes Instituições do Concelho.

Quadro 7. Contributos adicionais referidos pelas instituições respondentes

Fonte: Inquérito Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Vila do Conde 2023



Anexo IV. Problemas e necessidades apontados no âmbito do Diagnóstico Social do Concelho de Vila do Conde

Grupos humanos especialmente vulneráveis	Problemas prioritários
População sénior	▪ Risco de isolamento social e solidão ▪ Fragilidade da construção comunitária, redes de vizinhança e retaguarda familiar ▪ Desestruturação familiar e ausência de atividades sociais nos fins de semana, com impactos negativos na saúde mental ▪ Manifestações de demência assim como depressão e outros problemas de saúde mental agravados pelo isolamento ▪ Falta de acessibilidade e qualificação dos espaços públicos, contribuindo para o isolamento pela insegurança e riscos de quedas gerados ▪ Incremento do isolamento social nas áreas urbanas e na sede do ▪ Existência de respostas genéricas e não adaptadas ao novo paradigma do envelhecimento, que não atendem à singularidade de cada caso ▪ Falta de respostas não institucionalizantes - predominância ERPIs sem alternativas para as necessidades fora de ambiente institucional ▪ Ausência de centros de dia e falta de vagas adequadas para as necessidades específicas ▪ Ausência de instituições especializadas para condições específicas tais como demência ▪ Falta de apoio a questões sociais e de saúde mental, ainda que o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) cubra as necessidades básicas ▪ Falta de iniciativas e programas para o envelhecimento ativo
Os problemas que afetam a população sénior, cada vez em maior número e com maior esperança de vida, incluem o risco de isolamento social e solidão, a dependência física e emocional, e a dificuldade em promover um envelhecimento ativo e saudável. As suas <u>causas</u> envolvem sobretudo a ausência de redes comunitárias sólidas, a incompatibilidade do cuidado de pessoas idosas com os ritmos de vida e horários das famílias, e a desresponsabilização associada ao distanciamento nos relacionamentos familiares. Foram também mencionadas a falta de acessibilidade a espaços públicos de qualidade e a ausência de respostas sociais adequadas às necessidades atuais. Quanto a <u>limitações</u>, evidenciam-se a carência de soluções não institucionalizantes, a falta generalizada de recursos (profissionais qualificados para a diversidade de situações, centros de dia, vagas nas ERPIs, etc.) e a morosidade das respostas a casos graves que necessitam de internamento compulsivo. A escassez de respostas individualizadas e focadas na saúde mental são outras lacunas identificadas.	
Pessoas com deficiência ou incapacidade	▪ Falta de apoio a pessoas com Alzheimer e outras doenças ▪ Ausência de serviços e médicos/as especializados/as em centros e lares ▪ Elevado grau de dependência das pessoas com deficiência ▪ Falta de apoio às famílias, escassez de respostas residenciais e falta de suporte nas escolas e nos tempos não letivos para crianças e jovens com necessidades especiais ▪ Ausência de soluções após os 18 anos ▪ Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho devido a limitações legais para contratação por entidades públicas e tecido empresarial pouco sensibilizado para o tema ▪ Inexistência de Centros de Atividades de Capacitação para a Inclusão (CACI) eficientes e falta de lares residenciais após os 18 anos



Grupos humanos especialmente vulneráveis	Problemas prioritários
	Insuficiência das respostas de acolhimento residencial e a sua inadequação para jovens com deficiência intelectual ligeira (perda de autonomia)
No contexto das peçasas com deficiência ou incapacidade, os problemas identificados foram a dificuldade de inclusão no sistema educacional e no mercado de trabalho, a falta de respostas às necessidades especiais de crianças e jovens, no sentido de garantir uma menor dependência e maior autonomia nas suas vidas, e a falta de apoio às pessoas com Alzheimer e outras doenças associadas ao envelhecimento populacional. As <u>causas</u> subjacentes a estes problemas são diversas e transversais. A inclusão efetiva no sistema educacional e posterior inserção no mercado de trabalho é frequentemente dificultada pela fragilidade e/ou ausência de políticas e programas de inclusão, que requerem a dedicação de recursos, a capacitação de profissionais envolvidos e o suporte às famílias. A falta de obrigatoriedade legal para a contratação de pessoas com incapacidade por entidades públicas aumenta as dificuldades enfrentadas. As <u>limitações</u> das respostas sociais existentes foram associadas à insuficiência de equipamentos, serviços e profissionais de saúde direcionados para esses problemas, à carência de soluções residenciais, à falta de apoio às famílias, à ausência de serviços durante os tempos não letivos e ainda ao elevado tempo de espera para o acesso às respostas existentes. Adicionalmente, a falta de uma rede comunitária de suporte, a escassez de soluções para cuidadores/as formais e informais e a falta de sensibilização das empresas privadas também foram mencionadas.	
Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade	- Insuficiência do número de profissionais de psicologia nas escolas - Ausência de famílias de acolhimento - Falta de cuidados a nível de saúde mental para este grupo - Insuficiência de ações de capacitação parental - Insuficiência de número de comunidades de inserção para situações de gravidez na adolescência - Insucesso das respostas tradicionais na prevenção da reincidência na institucionalização de jovens - Pouca personalização das respostas institucionais e falta de investimento na intervenção diferenciada
Relativamente às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, foram identificadas questões complexas como problemas de comportamento decorrentes de maus-tratos, reincidência da institucionalização de jovens, gravidez na adolescência e insuficiência de apoio nas escolas. As <u>causas</u> destes problemas associam-se principalmente à destruturação e falta de suporte familiar (famílias disfuncionais). Como <u>limitação</u> à capacidade de respostas sociais, destaca-se a falta de investimento na área da saúde mental, o número insuficiente de psicólogos/as e profissionais qualificados, a ausência de programas de capacitação, tanto profissional, quanto parental e a persistência na utilização de respostas conservadoras e padronizadas que não atendem adequadamente às necessidades individuais com que este grupo se depara na atualidade.	
Pessoas em situação de sem-abrigo	- Incremento do número de pessoas em situação de sem-abrigo - Desalojamento de minorias - Existência de problemas de saúde mental, fragilidade emocional e financeira associados a problemas de dependências, desemprego, abandono, etc. - Exclusão social e falta de estratégias para reintegração social - Falta de reconhecimento da individualidade de cada pessoa em situação de sem-abrigo - Insuficiência na garantia da dignidade na alimentação e no alojamento - Inexistência de trabalho técnico de apoio



Grupos humanos especialmente vulneráveis	Problemas prioritários
	▪ Insuficiência de respostas habitacionais ▪ Falta de rede social de apoio e carência de oportunidades dadas pela sociedade O número de peças em situação de sem-abrigo no Concelho tem vindo a aumentar de forma significativa. A ausência de habitação digna a preços acessíveis e a dificuldade de respostas institucionais de apoio que promovam a (re)integração social são as principais causas deste problema. As consequências desta situação têm fortes impactos nas pessoas, tais como a fragilidade emocional (saúde mental) e financeira, o desemprego e abandono, potenciando também ao aumento das toxicodependências. Todos estes fatores contribuem para a exclusão social e falta de pertença às comunidades. As limitações das respostas existentes centram-se na falta de oferta ou de programas de habitação social, falta de recursos humanos qualificados constituídos em equipas multidisciplinares capacitadas para desenvolver um acompanhamento contínuo, de proximidade e personalizado. Foram também mencionadas a insuficiência de abrigos, a falta de acesso à alimentação saudável, a escassez de oportunidades fornecidas pela sociedade, e a falta de uma rede social de suporte sólida como fatores agravantes do problema.
Família e comunidade em geral	▪ Falta de oferta de creches nas freguesias ▪ Número elevado de famílias em situação económica, financeira e social débil ▪ Desemprego, salários baixos e dependência das famílias de vários apoios sociais em simultâneo ▪ Dificuldades financeiras e na conciliação entre apoio familiar e exigências de horários de trabalho ▪ Falta de respostas sociais para os filhos ▪ Limitações de mobilidade e transporte ▪ Inexistência de trabalho em rede e de mapeamento social Na temática da família e comunidade em geral, apontaram-se como desafios o número crescente de famílias em situação de carência financeira e vulnerabilidade social, assim como a falta de creches. Entre as <u>causas</u> identificadas encontram-se a atual conjuntura de crise económica, a falta de oferta de empregos, limitações de mobilidade e transporte e a falta de respostas sociais para filhos/as, o que dificulta a conciliação da vida pessoal e profissional. Como <u>limitações</u> das respostas existentes, foram apontados os baixos salários que obrigam a que famílias recorram a vários apoios em simultâneo e a inexistência de trabalho em rede e mapeamento de necessidades nas freguesias.
Pessoas com comportamentos aditivos e dependências	▪ Falta de intervenção pública local para a prevenção, tratamento, reinserção e dissuasão de pessoas em situação de toxicodependência ▪ Limitações no acompanhamento psicológico (adições são temas tabu) ▪ Falta de clínicas e técnicos/as de proximidade para o diálogo com este grupo Para a questão das peças com comportamentos aditivos e dependências, apontaram-se o alcoolismo e a ausência de respostas locais no âmbito dos CAD como os principais desafios a superar. Como condições associadas ou <u>causas</u>, foram citados o desemprego e consequente impacto na capacidade económica para fazer face a despesas básicas, bem como questões familiares complexas, desde perdas de membros da família até stresse pessoal. As <u>limitações</u> identificadas prendem-se com a ausência de intervenções públicas locais que abordem a prevenção, tratamento, reinserção e dissuasão para pessoas em situação de toxicodependência, além de barreiras no acesso ao acompanhamento psicológico, bem como a circunstância das questões de adições serem consideradas tabu.



Grupos humanos especialmente vulneráveis	Problemas prioritários
Imigrantes e minorias étnicas	- Condições de vulnerabilidade da população imigrante aquando da chegada ao país - Falta de integração do número crescente de imigrantes - Limitações no apoio à integração (barreira linguística, processos de legalização complexos, dificuldades no acesso a habitação e ao mercado local de trabalho, e falta de apoio económico)
Os problemas associados a pessoas imigrantes e minorias étnicas apontam para as condições de extrema vulnerabilidade em que se encontram à chegada, em situação de carência material e sem apoio familiar, com impacto na capacidade de integração e de adaptação à vida no país. Várias <u>causas</u> podem ser associadas a este contexto, como as guerras nos seus países de origem e a procura de melhores oportunidades e qualidade de vida. As <u>limitações</u> das respostas existentes envolvem a falta de apoios nos processos de legalização, mas, sobretudo, falta de apoios à integração no que diz respeito a barreiras linguísticas, qualificação direcionada para o mercado de trabalho, e acesso à habitação, saúde e educação.	
Violência doméstica e de género - vítimas e agressores/as	- Proliferação de casos de <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i> associados a problemas de saúde mental e emocional bem como à exposição às redes sociais e jogos - Ausência de profissionais na área da psicologia
Na área da violência doméstica e de género - vítimas e agressores/as, os principais problemas identificados foram o <i>bullying</i> e o <i>cyberbullying</i>. As <u>causas</u> atribuídas à proliferação destas práticas abrangem a saúde mental, frustração e demasiada exposição às redes sociais e jogos. Como <u>limitações</u> das respostas existentes foi referida a ausência de profissionais na área da psicologia.	

Grandes temas	Problemas prioritários
Saúde	- Falta de resposta pública no apoio à saúde mental de pessoas idosas e crianças - Normalização de sintomas de problemas de saúde mental e falta de atuação na prevenção - Saúde mental deficitária em geral (falta de adesão/procura por apoio de profissionais) - Iliteracia para a saúde - Uso inadequado do Serviço de Urgência (SU) - Falta de cuidados continuados e paliativos - Integração indevida de casos de esquizofrenia em instituições para pessoas com deficiência - Inexistência de centros de dia e transporte adequado - Falta de apoio ao/à cuidador/a



Grandes temas	Problemas prioritários
Em relação à área da Saúde, os problemas mais mencionados foram a ausência de respostas públicas de apoio às questões relativas à saúde mental, com foco nas pessoas idosas e crianças, a dificuldade de acesso a cuidados de saúde, a carência no setor de cuidados paliativos, a integração inadequada de doentes mentais em instituições inapropriadas e a falta de apoios para os/as cuidadores/as informais. Foi considerado que as <u>causas</u> destes problemas resultam do estigma associado à saúde mental e à normalização dos sintomas de problemas desta natureza, resistência em procurar apoio profissional, dificuldades na atribuição de médicos/as de família e uso inadequado dos serviços de urgência, entre outros. As <u>limitações</u> nas respostas existentes indiciam a ausência de programas de prevenção, a escassez de equipas especializadas em cuidados paliativos e em cuidados continuados no Concelho, bem como a irregularidade e ineficácia de algumas respostas existentes. Também foram referidas a falta de apoios próximos das zonas de residência durante o dia, a ausência de centros de dia e transporte adequado, bem como a ausência de informação acessível aos/às utentes. Outra limitação identificada foi a necessidade de garantir cuidados ao/á cuidador/a, por exemplo, através da garantia de emprego após o término da função.	
Educação, formação e emprego	▪ Iliteracia digital em diversas faixas etárias, que limita oportunidades de emprego e gera isolamento ▪ Falta de soluções de formação digital acessíveis a um público mais amplo ▪ Falta de respostas que atendam aos problemas atuais das pessoas a nível social, profissional e emocional, para os quais as respostas tradicionais são desadequadas. ▪ Falta de mão de obra especializada (setor das pescas) ▪ Emigração de mão de obra qualificada ▪ Desafios na integração profissional de imigrantes ▪ Falta de recursos e estratégias para integração no mercado de trabalho de pessoas com necessidades especiais
Na área da Educação, Formação e Emprego foram identificados como problemas a falta de oportunidades de trabalho, a iliteracia digital, a falta de recursos humanos com formação e interesse na área social, e a falta de mão de obra para trabalhar em setores tradicionais como a pesca. As <u>causas</u> destes problemas abrangem a alta taxa de desemprego, a falta de competências digitais numa faixa etária alargada, as consequências da pandemia e a dificuldade de conciliação entre a vida pessoal e profissional. Também foi mencionada a dificuldade de reter profissionais qualificados/as e jovens, que acabam por migrar. No setor da pesca, a falta de mão-de-obra atribui-se às duras condições de trabalho, tais como a necessidade de períodos prolongados no mar e a falta de condições das embarcações (envelhecimento das frotas), o que conduz à emigração de profissionais locais e à substituição destes/as mesmos por imigrantes com menor nível de qualificação. As limitações das respostas existentes refletem a falta reconhecimento destas necessidades, a escassez de soluções diversas de formação com professores/as e cursos profissionais específicos direcionados a um público mais alargado, a ausência de apoios de às famílias carenciadas e a falta de controlo criterioso da entrada de imigrantes.	
Pobreza e exclusão social	▪ Mudanças na dinâmica da pobreza: aumento da pobreza na faixa etária de 31 a 65 anos na população ativa ▪ Desemprego e baixos salários, sendo estes insuficientes para as despesas fixas atuais ▪ Necessidade de identificar famílias carenciadas e ampliar respostas para atingir mais pessoas em estado de necessidade ▪ Impacto da pobreza e exclusão nas minorias étnicas ▪ Dificuldades de acesso à habitação e necessidade de habitação de emergência ▪ Falta de formação das famílias para a gestão financeira diária



Grandes temas	Problemas prioritários
	- Ausência de acompanhamento para pessoas dependentes e com comportamentos aditivos - Burocracia associada a pedidos de atestados multiusos - Apoio limitado para fraldas e produtos de higiene/camas - Pouca divulgação por parte das juntas de freguesia das respostas já existentes
Na área da Pobreza e Exclusão Social, a dificuldade em identificar as famílias carenciadas e a alteração do perfil dos que necessitam de apoio, com uma percentagem crescente de pobreza entre a população ativa foram apontadas como os principais problemas. Foi também referida a falta de ajudas para pessoas adultas em situação de dependência, incluindo pessoas idosas. As <u>causas</u> podem ser múltiplas e incluir a resistência em reconhecer a necessidade de ajuda (vergonha social associada à pobreza), a perda do emprego, a iliteracia financeira e o desconhecimento das respostas existentes. As <u>limitações</u> englobam políticas salariais inadequadas, falta de capacitação das famílias para a gestão da economia diária, falta de apoios para o acesso à habitação e atividades de cuidado e acompanhamento de pessoas dependentes. Também foi referida a falta de divulgação e comunicação eficaz por parte das juntas de freguesia sobre as respostas existentes.	
Habitação	- Falta de habitação acessível no - Perda de habitação pelo aumento do custo de vida e dificuldades de acesso a crédito - Insuficiência na oferta de habitação pública ou de rendas acessíveis relativamente à procura - Limitação na forma de assistência às famílias com ordens de despejo imediato - Falta de investimento público em construção de habitação nova nas freguesias do interior - Dificuldade de acesso à habitação para jovens, levando à desertificação e envelhecimento populacional das freguesias do interior - Excesso de burocracia no licenciamento habitacional (?) e habitações devolutas, bem como desadequação das tipologias existentes
Na área da Habitação vários problemas persistem, desde a falta de acesso à habitação condigna no Concelho até à dificuldade de acesso para jovens, levando à desertificação e envelhecimento das freguesias rurais. A escassez de habitação disponível para arrendamento acessível ou compra e os altos valores praticados tornam a situação ainda mais urgente. As <u>causas</u> são transversais e envolvem o aumento do custo de vida, a alta taxa de desemprego, os baixos ordenados e a falta de investimento público na construção de novas habitações, sobretudo nas freguesias rurais, bem como a falta de apoio à reabilitação de habitações devolutas. A dificuldade de acesso ao crédito também foi apontada como uma causa do problema de acesso à habitação. As <u>limitações</u> centram-se na falta de oferta de habitação pública, na insuficiência de habitação social ou rendas acessíveis aquém da procura, na falta de apoio imediato para famílias com ordens de despejo, e na desadequação das tipologias de habitação disponíveis.	
Segurança	- Insuficiência de vigilância, por parte das forças de segurança, a pessoas idosas e pessoas isoladas em risco - Proliferação de barreiras arquitetónicas nas ruas e casas que dificultam a mobilidade e segurança - Ausência de projetos de requalificação urbana e apoios para a melhoria de habitações precárias, com impacto na segurança e qualidade de vida das pessoas



Grandes temas	Problemas prioritários
	▪ Perfil inadequado dos arruamentos em zonas de comércio e serviços, o que ocasiona a prática de velocidades excessivas colocando em perigo as pessoas mais vulneráveis do espaço público (peões)
Os problemas identificados relativamente à Segurança apontam para a falta de segurança rodoviária, tendo em vista pessoas isoladas em risco, especialmente pessoas idosas. A <u>causa</u> apontada foi a falta de civismo e de respeito pelas regras de trânsito. Entre as <u>limitações</u> na resposta a este tema, foi apontada a falta de adequação do perfil dos arruamentos em zonas de habitação, comércio e serviços, o que induz velocidades excessivas do trânsito automóvel, colocando em perigo as pessoas mais vulneráveis. A insuficiência de vigilância por parte das forças de segurança também foi referida como uma limitação.	
Igualdade de género	▪ Desigualdade de oportunidades generalizada para mulheres ▪ Falta de campanhas de sensibilização e ações para combater a desigualdade de género ▪ Aumento de famílias monoparentais lideradas por mulheres ▪ Desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho para mulheres acima de 40 anos ▪ Exclusão de mulheres mais velhas da vida social
Relativamente à Igualdade de Género, os principais problemas identificados foram a desigualdade de oportunidades generalizada para mulheres e a sua exclusão do mercado de trabalho, designadamente a partir dos 40 anos de idade. Foram identificadas, como principais <u>causas</u> do problema, a falta de sensibilização para a partilha de trabalho doméstico, o aumento de famílias “monoparentais” ou as dificuldades enfrentadas por mulheres mais velhas na procura de oportunidades de trabalho. Como <u>limitações</u>, foram referidas a ausência de programas e medidas efetivas para combater as desigualdades e promover ambientes mais inclusivos e equitativos para mulheres de diferentes faixas etárias.	

EQUIPA TÉCNICA:



TERRITÓRIO XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente, Lda.
Rua D. João I, 298
4450-162 Matosinhos
T. +351 220 135 202
geral@territorioxxi.pt